



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANTONIO GUTEMBERG DA SILVA

ABRINDO A PORTA DO CÉU: SOLIDARIEDADES E TENSÕES NA FORMAÇÃO
DAS COMUNIDADES JUDAICAS DA AMAZÔNIA
(AMAZONAS/PARÁ 1810-1920)

VERSÃO ORIGINAL

SÃO PAULO - SP

2023

ANTONIO GUTEMBERG DA SILVA

**ABRINDO A PORTA DO CÉU: SOLIDARIEDADES E TENSÕES NA FORMAÇÃO
DAS COMUNIDADES JUDAICAS DA AMAZÔNIA
(AMAZONAS/PARÁ 1810-1920)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Hutz

Versão Original

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sa SILVA, ANTONIO GUTEMBERG DA SILVA
ABRINDO A PORTA DO CÉU: SOLIDARIEDADES E TENSÕES
NA FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES JUDAICAS DA AMAZÔNIA
(AMAZONAS/PARÁ 1810-1920) / ANTONIO GUTEMBERG DA
SILVA SILVA; orientadora ANA HUTZ HUTZ - São Paulo,
2023.
273 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. IMIGRAÇÃO, JUDEUS, MARROCOS, AMAZÔNIA. I. HUTZ,
ANA HUTZ, orient. II. Título.

SILVA, Antônio Gutemberg da. **Abrindo a Porta do Céu: Solidariedades e Tensões na Formação das Comunidades Judaicas da Amazônia (Amazonas/Pará 1810-1920)**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

A minha mãe, Francisca Fernandes da Silva (Chica), que nos meus cinco anos de idade, ao me levar para morar com ela em casa que trabalhava como empregada doméstica, apresentou uma exigência ao seu patrão, dizendo: aqui ele não vai lavar carros, cortar grama e nem dar banhos em cachorros, porque ele vai estudar para ser um Doutor.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar a esta etapa fui revendo os caminhos acadêmicos que percorri e o quanto temos o que agradecer e principalmente a quem agradecer. Exercer o ato de gratidão é reconhecer o quanto precisamos do outro, é enxergar as pessoas que nos ajudam a conquistar novos espaços e a alcançar novos voos, das contribuições mais ínfimas aquelas gigantescas, todas vindas no momento e na hora certa.

Na cronologia dos acontecimentos, quero agradecer a querida companheira de profissão Talita Rosa, a quem me mandou mensagem: Gutenberg, está aberta a inscrição do doutorado, lembrei de você, vai lá se inscreve. A você minha gratidão, sua mensagem cheia de carinho e com sorriso lindo que tens mudou minha vida.

Trago uma gratidão imensa aos professores Marinalva Vilar e Marcos Silva, coordenadores do Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade de São Paulo (USP), juntamente com a CAPES, sem a dedicação destes professores que para mim, são referências e o consequente apoio financeiro o nosso sonho de doutorado nestas instituições não seria possível.

Ao ingressar no doutorado recebi um dos maiores presentes, ser orientado da professora Dra. Ana Hutz, a qual em cada encontro me trazia uma aula, não somente de conhecimentos científicos, mais de empatia. Ao longo destes anos de orientação, os quais não foram fáceis, principalmente no tempo de pandemia, aumentando as nossas incertezas do que aconteceria conosco em meio ao caos vivido no mundo, nunca deixou antes de transmitir seu afeto, dizendo: Antônio, você está bem? - Ah, e como é bom ouvir esse Antônio, pois ela é a única pessoa que me chama de Antônio, apenas minha avó me chamava assim. Todas as vezes que pronuncia meu nome, boas memórias de minha avó eram acionadas. As palavras de gratidão não cabem nestas páginas. “Eu espero ter correspondido minimamente as suas expectativas”.

Agradecimentos aos professores, Iranilson Burity, Marcia Regina, Tucci Carneiro que muito contribuíram em suas disciplinas ministradas no doutorado na condução desta tese. As orientações foram inestimáveis, principalmente o Discurso da Intolerância, realizando um sonho em ser aluno de uma grande referência em muitos estudos que faço a professora Tucci Carneiro.

Ao meu querido professor João Marcos, quanto carinho, respeito e admiração lhe trago. É dele grande parte das orientações que me levaram a estudar esta temática, bem como das valorosas contribuições em meu mestrado do professor Ângelo Assis.

Gratidão a minha irmã que ganhei ainda na graduação a professora Janielly Souza, madrinha de minha filha, conselheira particular e amiga para todas as horas, que nunca permitiu desistir de nada que me fizesse bem. Sempre dizendo, eu estou aqui e vamos vencer. Espero corresponder a tudo que já fez e faz por mim.

Agradeço ainda aos meus amigos de caminhada, aos que tínhamos e os que fizemos ao longo do doutorado, compartilhando saber em sala de aula, mais também angústias e medos fora dela, bem como as alegrias de redescobrir São Paulo enquanto estudantes, o qual saúdo todos na pessoa de uma mulher incrível, a quem tanto passei a nutrir carinho Ivone Agra, mais um presente para a vida que o doutorado me trouxe.

Muita gratidão ao Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo, (CDM), quantas idas e quantos momentos imersos nos documentos a ponto de perder a noção do tempo. Ali fiz grandes amigos, Roberta, Linda, Messias e Adriana Abuhab, que muito me ajudou na coleta de fontes em minha pesquisa, me levando para conhecer pessoas como Clara Kochen e Nachman Falbel, produzindo conexões que ampliaram meus horizontes de estudos, bem como ao protagonizar um ato que até hoje não temos explicação por tamanha coincidência. Ao me falar que no CDM havia arquivos do casal Wolff, decidi começar juntamente com Linda a separar o material para que eu pudesse analisar, na primeira caixa e na primeira ficha que pegam, tinham o nome Gutemberg em uma folha de fichamento datilografada sem nenhuma outra descrição.

Rompendo os muros acadêmicos, agradeço o apoio, o carinho e a amizade de duas décadas do querido Pauliano Lamec, sempre dizendo, continua a tese só falta um tracinho. Mesmo ele já dizendo para todo mundo que sou doutor.

Agradecer, a minha mãe/avó Dona Lourdes (in memória) que estaria orgulhosa por este momento, de ver seu “Antôim” chegar ao doutorado. Aos meus irmãos Diego, Tereza e Diana. E, aos meus filhos Samuel César e Ana Clara que são minha maior fonte de amor e de inspiração para a vida.

Meus filhos, papai rompe um ciclo, tornando-me o primeiro de nossa família a chegar em uma universidade. O filho da empregada doméstica, preta e analfabeta Francisca Fernandes da Silva, honra seus esforços, saindo de Nova Floresta, interior da Paraíba na conquista de um doutorado na Universidade de São Paulo, USP.

RESUMO

SILVA, Antônio Gutemberg da Silva. **Abrindo a Porta do Céu: Solidariedades e Tensões na Formação das Comunidades Judaicas da Amazônia (Amazonas/Pará 1810-1920)**. 2023. 273 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Sendo a Amazônia, especificamente Amazonas e Pará, no século XIX e início do século XX um espaço onde se formou a maior comunidade judaica até então existente no Brasil, fruto da imigração de judeus africanos, mais precisamente do Nordeste da África, onde se situa o Marrocos, a presente tese, que se intitula “Abrindo a Porta do Céu: Solidariedades e tensões na formação das comunidades judaicas da Amazônia (Amazonas/Pará 1810-1920)” busca problematizar como essa comunidade judaica se formou em meio a solidariedades e tensões construídas por sujeitos que habitavam o espaço em questão e/ou para além deste. Neste caminho é necessário pensar que a temporalidade proposta é marcada por uma série de prerrogativas legais que advém da formação do Estado Brasileiro, e, que assim acaba por atrair muitos imigrantes. No primeiro capítulo, refletimos acerca da historiografia do tema e das circunstâncias que corroboram com a vinda dos judeus africanos; no segundo capítulo tratamos das sociabilidades, do encontro dos judeus consigo e com os outros; e, no terceiro capítulo, problematizamos as redes de narrativas que instituem o Judeu como o Outro, a partir de conceitos de etiquetamentos, rótulos e estigmas. Nosso percurso teórico se baseia na História Social, amparado em autores como Baron (1974), Bloch (2001), Carneiro (2014), Falbel (2008). Tendo como fontes primordiais periódicos e códices impressos do período temporal estudado, além de outros documentos escritos como cartas, fundos pessoais, revistas e fotografias. Metodologicamente, tais fontes foram pensadas por meio da análise do discurso, permitindo perceber as marcas que foram imputadas nos judeus, e resultaram em alteridades, etiquetamentos, rotulações e estigmas, no afã de refletir o quanto estas demarcações passam a fazer parte da identidade de um povo, que consequentemente passam a constituir a identidade do povo brasileiro.

Palavras-chave: Judeus. Imigração marroquina. Amazônia. Discursos. Estigmas.

ABSTRACT

SILVA, Antônio Gutemberg da Silva. **Opening the Door to Heaven: Solidarities and Tensions in the Formation of Jewish Communities in the Amazon (Amazonas/Pará 1810-1920)**. 2023. 273 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Since the Amazon, specifically Amazonas and Pará, in the 19th and early 20th centuries was a space where the largest Jewish community in Brazil was formed, as a result of the immigration of African Jews, more precisely from Northeast Africa, where the Morocco (onde hoje encontra-se o Marrocos? -> known as morocco today), this thesis, which is entitled “Opening the Door to Heaven: Solidarities and tensions in the formation of Jewish communities in the Amazon. (Amazonas/Pará 1810-1920)” seeks to (look after) problematize how this Jewish community was formed amid solidarities and tensions built by subjects who inhabited the space in question and/or beyond it. Along this path, it is necessary to think that the proposed temporality is marked by a series of legal prerogatives that arise from the formation of the Brazilian State, and which thus ends up attracting many immigrants. In the first chapter we reflect on the historiography of the theme and the circumstances that corroborate the arrival of African Jews, in the second chapter we deal with sociability, the encounter of Jews with themselves and with others and in the third chapter, we problematize the networks of narratives that establish the Jew as the Other, based on concepts of labels, labels and stigmas. Our theoretical path is based on Social History, supported by authors such as Baron (1974), Bloch (2001), Carneiro (2014), Falbel (2008). Having as primary sources printed periodicals and codices from the period studied, as well as other written documents such as letters, personal funds, magazines and photographs. Methodologically, such sources were designed through discourse analysis, allowing us to perceive the marks that were attributed to the Jews, and resulted in otherness, labeling, labeling and stigmas, in the desire to reflect how much these demarcations become part of the identity of a people, which consequently come to constitute the identity of the Brazilian people.

Keywords: Jews. Moroccan immigration. Amazon. Discourses. Stigmas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais rotas de imigração dos judeus marroquinos para o norte do Brasil no século XIX.....	86
Figura 2 - Regatão.....	109
Figura 3 – Mensagens de Agradecimentos pelos Milagres atribuídos ao Rabino Muyal	144
Figura 4 - Grades Fixadas na Sepultura do Rabino Shalom Muyal no Cemitério São João Batista, em Manaus.....	147
Figura 5 - Placas de Agradecimento nas Paredes Externas do Túmulo do Rabino Shalom Muyal.....	149
Figura 6 - Reverência em Torno do Túmulo do Rabino Shalom.....	150
Figura 7 – Descrição do Significado de Judeu em um Recorte de jornal do Fundo Pessoal do Casal Wolf.....	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais decretos e leis do Império sobre o tema da naturalização.....	55
Quadro 2 - Censo de 1900	84
Quadro 3 - Sepulturas de judeus em cidades da Amazônia	120
Quadro 4 - Sepulturas de judeus em diversas partes do Brasil	123
Quadro 5 - Periódicos do Amazonas (AM), 1852-1918	172
Quadro 6 - Periódicos do Pará (PA), 1845-1908	176
Quadro 7 – Quantitativo de ocorrências do termo ‘judeu errante’ nos Periódicos do Amazonas (AM).....	187
Quadro 8 – Quantitativo de ocorrências do termo ‘judeu errante’ nos Periódicos do Pará (AM).....	189
Quadro 9 - Dados estatísticos das sinagogas do Brasil até o ano de 1912	213
Quadro 10 - Distribuição estatística das atividades religiosas nas sinagogas do Brasil até o ano de 1912.....	215

LISTA DE ABREVIATURAS

- AHAJ – Arquivo Histórico Amazônia Judaica
AHJB – Arquivo Histórico Judaico Brasileiro
AIU – Aliança Israelita Universal
BNDigital – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital
CDM – Centro de Memória Museu Judaico de São Paulo
JCA – Jewish Colonization Association

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - PORTAS DA IMIGRAÇÃO: TRAMAS HISTÓRICAS DA CONDUÇÃO DO JUDEU À AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX	26
1.1 FECHADURAS COMEÇAM A SER ABERTAS: DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O TEMA À RIQUEZA DAS NOVAS POSSIBILIDADES.....	27
1.2 NO ALVORECER DO IMPÉRIO: O BRASIL QUE ABRE AS PORTAS	44
1.3 A AMAZÔNIA ENQUANTO TERRA DOS ELEITOS.....	75
1.4 E NA FLORESTA AMAZÔNICA SE ERGUE A ESSEL ABRAHAM	83
CAPÍTULO II - PORTAS DAS SOCIABILIDADES: TECENDO DISCURSOS NA CONSTITUIÇÃO DE SI	94
2.1 AMAZÔNIA: O ÉDEN JUDAICO, OS JARDINS DAS DELÍCIAS	96
2.2 A CONSTRUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES	106
2.3 JUDEUS-CABOCLOS: REFAZENDO AS IDENTIDADES JUDIAS.....	127
2.4 DO PARAÍSO O INFERNO VERDE SE FEZ: ALTERIDADES E PERSEGUIÇÕES NA TERRA PROMETIDA	143
CAPÍTULO III - AS PORTAS DO DISCURSO: A IMPRENSA E AS REDES DE NARRATIVAS QUE INSTITUEM O JUDEU COMO O OUTRO	159
3.1 A IMPRENSA E O PODER DO DISCURSO: (IM)PARCIALIDADES SOBRE JUDEUS.....	160
3.2 A ‘SUTIL’ TECITURA DO OUTRO: DISCURSOS SOBRE O JUDEU NOS PERIÓDICOS DA AMAZÔNIA	179
3.3 OS CONTRÁRIOS DOS IGUAIS: A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES JUDAICAS NOS DISCURSOS DOS PERIÓDICOS NA E PARA ALÉM DA AMAZÔNIA.....	201
3.4 NARRATIVAS DO ANTIJUDAÍSMO: NA INDIFERENÇA O ANTISSEMITISMO SE FEZ!	221
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
REFERÊNCIAS	244
DOCUMENTOS	257

ANEXO A - REQUERIMENTO DE NATURALIZAÇÃO: IZAAC AZULAI (20 de março de 1873).....	262
ANEXO B – REQUERIMENTO DE NATURALIZAÇÃO: JOSÉ BONOLIÉ (BELÉM – 20 DE AGOSTO DE 1877).....	263
ANEXO C – MANUSCRITO DATILOGRAFADO APRESENTADO POR RAMIRO BENTES CONTANDO OS MOTIVOS DA VINDA PARA A AMAZÔNIA	264
ANEXO D – POEMA ACRÓSTICO ÊSHET CHÁYIL	267
ANEXO E – FOLHETIM A ÁFRICA MYSTERIOSA	269
ANEXO F – JORNAL A COLUMNA	270
ANEXO G – EXAME CENSÓRIO PARA A PEÇA O JUDEU ERRANTE	271

INTRODUÇÃO

Desde os tempos coloniais a presença dos judeus e de seus descendentes se faz no Brasil. Vindos de diversas partes da Europa e da África, os povos derivados das Leis de Moisés, profitentes ou não, constituem-se como mais uma das importantes etnias que tornam e configuram o Brasil um dos países mais plurais em termos étnicos e culturais de nosso globo.

Nas literaturas de viagens marítimas portuguesas, já temos notícias de que nas caravelas e as naus cabralinas haviam “judeus” (cristãos-novos) em sua tripulação, o navegador experiente Gaspar de Lemos rumava os portugueses à América na era dos descobrimentos, trazendo consigo senão marcas identitárias, o “ser judeu”, ou melhor, a personificação e presentificação de um povo que já se fazia nos primórdios do Brasil. Não afirmamos com isto ser Gaspar de Lemos um Judeu, que teria gritado em seu íntimo: Canãa a vista! Ao invés de Terra à Vista por Pedro Álvares Cabral, como relata a tradicional História do Brasil. Porém, as analogias de Paraíso, Éden, Terra Prometida cruzam os mares e desembocam na formação do Novo Mundo, construído pelos lugares de fala, pelas vivências de quem delas se apossaram.

No período do domínio holandês no Brasil, um templo é construído, a Rocha de Israel é erguida, ou melhor, cravada e esculpida no nordeste brasileiro e os judeus pela primeira vez se empoderam de uma terra nos trópicos. Kahal Zur Israel (ou Congregação Rochedo de Israel) torna-se a primeira sinagoga das Américas (1637-1644). Parafrazeando Ronaldo Vainfas (2010), Jerusalém se torna enfim colonial.

O cristão-novo Martin Afonso de Souza corrobora na tomada de posse das terras lusitanas na América, os irmãos Manoel e Thomaz Beckman lutam e padecem no Maranhão, inscrevendo-se nas primeiras lutas sociais do Brasil. Antonio José da Silva, *O Judeu*, notabiliza-se pelo seu pioneirismo no teatro brasileiro. Assim, ao longo de todo o período colonial temos passagem da história tida como oficial do Brasil que atestam a figura do judeu. A maioria, lembrados por feitos, porém sua origem, sua descendência pouco é discutida, desaparecem a sombra da generalização da colonização portuguesa ou na generalização de serem simplesmente imigrantes e colonizadores.

O destino do povo Judeu, porém, desenrolou-se num sentido tal, que ele possui uma história mundial no sentido literal da expressão. Ela abrange, num sentido físico, quase todo o mundo civilizado (com exceção da Índia e da China), e coincide

cronologicamente com todo o curso da existência da humanidade (BARON, 1974, p. 1).¹

Salo Baron, em *História e Historiografia do Povo Judeu*,² demarca que o judaísmo representa um notável *microcosmo histórico*, auferindo uma justificativa para falar de uma História mundial do povo Judeu, o que ratifica o fato de apresentar que tal História tem um sentido físico e cronológico, suas diásporas, êxodos e conexões fazem parte de parcela significativa da História Ocidental.

Pensando na História do Brasil e associando tais ideias ao Henrique Veltman (2005),³ mesmo apresentando uma abordagem por vezes autorreferencial, fato que não desqualifica seus estudos frente à pesquisa sobre o tema, o mesmo nos afere que, nenhum outro país do mundo pode registrar tamanha participação dos judeus ao longo de toda a sua existência, buscamos os lugares mais “longínquos”, um mundo ainda revestido de mitos, estranhamentos e mistérios. Fomos à Amazônia, ou melhor, fomos levados à Amazônia, para inquirir uma história que ainda carece de maior exploração do ponto de vista acadêmico, a imigração, o estabelecimento de comunidades judaicas que nesta região chegaram ao longo do século XIX, bem como as narrativas de perseguições que os “acompanham”, em sua história diaspórica.

Na introdução do livro *Breve História dos Judeus no Brasil* por Salomão Serebrenick de 1962 o autor aponta que a história dos judeus no Brasil constitui um caso único, pois de nenhum outro país se pode dizer que nele os judeus tenham vivido ao longo de toda a sua existência, contribuindo substancialmente para o seu desenvolvimento econômico e social.

Neste momento que se estende durante todo o período monárquico brasileiro, no entanto, carecemos de uma composição que façam aparecer muitos agentes ligados à sua constituição. Seu tecido social está incompleto, os fios estão soltos, outros estão perdidos ou ainda cheios de puídos, que a poeira do tempo sutilmente os escondeu.

Nesse emaranhado, os judeus no Império não aparecem de forma integrada aos acontecimentos da história do Brasil. Seus fios são tecidos a luz de seus pares que reivindicam um lugar no cenário social, afirmando a sua existência, armando a trama que também os vejam como protagonistas. Salomão Serebrenick reafirma que a *não história* dos judeus acompanha a História do Brasil.

¹ BARON, Salo Wittmayer. **História e historiografia do povo judeu**. Tradução de Renato Mezan. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

² Idem. Ibid.

³ VELTMAN, Henrique. **Os hebraicos da Amazônia**, mar. 2005. Disponível em: <http://www.veltman.qn.com>. Acesso em: 25 jan. 2019.

Grande parte dos nossos questionamentos, que nos conduzem a escrever esta tese, partem de um problema já apresentado por pesquisadores como Salomão Serebrenick (1962),⁴ Henrique Veltman (2005) e mais recentemente Nachman Falbel (2008),⁵ que ao iniciar um texto no seu livro *Judeus no Brasil, Estudos e Notas*, relata que a História dos Judeus no Brasil se encontra em suas primeiras etapas de desenvolvimento.

A essas inquietações somam-se ainda as ideias do historiador Salo W. Baron, o qual elencando a necessidade pela dimensão tanto da abrangência cronológica quanto da dimensão geográfica, devido aos seus deslocamentos contínuos ao longo da História, por uma necessidade de ver os judeus, o judaísmo, representado por um verdadeiro microcosmo histórico, e assim há uma excelente justificativa para falar da História Mundial do povo judeu. Uma vez que se encontram em várias partes do mundo partilhando tanto seus louros, quanto os seus dissabores.

Havendo, uma necessidade quase que constante para se entender o povo judeu por meio de um pano de fundo (BARON, 1974), um mergulho sempre profundo nas milenares relações que estabelecem com inúmeras civilizações em tempos e espaços distintos. Não somente justificada pelas suas narrativas religiosas de um contínuo fluxo migratório, mas também por suas articulações e tramas políticas, sociais, econômicas e culturais.

Há de se considerar, o cenário acerca dos estudos sobre os judeus no Brasil e conseqüentemente na Amazônia se encontram hoje em outros patamares, desde as questões propostas apresentadas pelos estudiosos acima, em especial Nachman Falbel, a abrangência sobre o tema, ou seja, o interesse já demarca não somente um alcance nacional, como também internacional, com grupos de estudos, pesquisas, simpósios e outros. No entanto, pensar algumas particularidades revestem a nossa pesquisa sob o olhar dos judeus para além de sua descendência ibérica.

Os judeus aqui analisados, configuram-se por apresentar tais características do microcosmo apresentado por Baron. São judeus de maioria Sefaraditas e outros Asquenazitas⁶ que migram para o Norte da África em fins do século XV e por lá vivem mais de trezentos anos, até que novos fatores de exclusão e atração, os conduzem a novas retiradas. E, o Brasil, mas especificamente Amazônia será esse lugar de destino para mais um êxodo judaico.

Trazendo a particularidade de nosso estudo, o qual fundamenta-se em analisar como as identidades judaicas migram e serão formadas em meio a movimentos sucessivos de

⁴ SEREBRENICK, Salomão. **Breve história dos Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Biblos, 1962.

⁵ FALBEL, Nachman. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008, p. 67.

⁶ Sefarditas ou sefardim, são judeus originários de Portugal e Espanha, já asquenazes ou asquenazim são os judeus provenientes da Europa central e Europa Oriental.

solidariedades e tensões, geridas no contato entre si e no convívio com os outros, respeitando a sua linha cronológica e migratória, dos quais desembocam no Brasil, carregando a ancestralidade de povo hóspede das culturas ibéricas, porém agora, marroquinos. Povos africanos que passam a fazer parte deste Brasil que estava se transformando, se constituindo em Monarquia em meio aos movimentos liberais e as heranças do tempo colonial. Tratamos aqui de grupos judaicos que mesmo tendo descendências Ibéricas, são oriundos do Marrocos, advindos da África. Nos submetendo não a uma história de descobertas, mas de narrativas que se sobrepõem frente às generalizações em torno da vinda de africanos para o Brasil, ou seja, para além dos negros, questionando a presença dos judeus africanos.

Toda a historiografia pertinente à imigração marroquina, a exemplo, é conceitual e consensual no apresentar a vinda de judeus marroquinos, de Judeus do Norte da África, mas nunca sendo apresentados como judeus africanos, respaldando-se sempre no fato de serem judeus que teriam migrado das regiões Ibéricas (Portugal e Espanha), entre fins do século XV. Porém, estes povos viveram mais de três séculos, a maioria nas cidades de Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Salé, Marrakesh, dentre outras cidades marroquinas, e, portanto, temos três a quatro gerações que nascem na África, que absorvem cultura africana, que pela dinâmica das relações humanas, mesmo que procurando manterem-se juntos, através do casamento, do Shabat e de outras culturas ligadas à religião e à religiosidade, receberam elementos culturais do lugar de onde estão.

Para problematizar a identidade destes judeus para além das imagens que são produzidas sobre si mesmos, ou ainda para além de processos de miscigenação, aculturação ou hibridismo, faz-se necessário investigar as imagens e discursos que serão produzidos sobre essa nova gente, já mesclada pela sua própria história nômade, pelos diversos lugares hóspedes que habitaram.

Cabendo investigar não somente como se veem através de suas relações, dos espaços de sociabilidade que constituem, mas também como passam a ser vistos pelos outros, as vozes que moldam seus corpos, legando-os tanto marcas positivas de atração, quanto negativas, de repulsão, sendo de suma importância para entender quem são esses novos judeus que vêm para o Brasil. Ou seja, amparando-nos no dizer de Michel Foucault (1970),⁷ no discurso que os atravessa, o qual é fruto não somente de suas relações internas, mas também de outras

⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** [Aula inaugural]. Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

vozes que os atravessam. Tais vozes ainda que ecoaram e serviram de subsídio para reforçar as políticas antijudaicas, que resultarão no antissemitismo do século XX.

O Oitocentos é tido como um período de ebulição intensa tanto na imigração quanto nos deslocamentos internos do Brasil, as transformações de ordem política, econômica e religiosa corroboravam desde décadas anteriores para tornar este século um marco na composição da gente brasileira. Uma vez que, mais de trezentos anos após a chegada dos portugueses ainda era preciso ocupar o vasto território lusitano nos trópicos, bem como demarcar fronteiras e construir uma identidade social, cultural, religiosa em suas terras de mando para assim favorecer também dominações de cunho político e jurídico.

Refletindo a partir de uma analogia das portas e seu sentido polissêmico, pretendemos investigar as tramas que conduzem o imigrante para o Brasil, e, conseqüentemente, à Amazônia. As portas, que historicamente fazem parte das casas, dos templos e cidades, as quais tanto podem se abrir ou se fecharem para os imigrantes, que anseiam novos espaços para reconstituírem suas vidas num misto de solidariedades e tensões.

As portas que irão corroborar para a formação e construção de imagens e identidades, na multiplicidade do povo brasileiro, longe, é claro, de pensar que tais identidades foram construídas de maneira ordeira, harmoniosa e numa linha crescente. Pensando assim, o modo pelo qual as primeiras comunidades judaicas se estabelecem nos dois principais núcleos urbanos da Amazônia (Belém e Manaus), lugares recortados por aferir o maior número de judeus e por estarem no centro de pequenas comunidades que se interligam a tais polos, bem como outras cidades que as estradas fluviais irão ligar, recortando o que hoje corresponde as regiões do Amazonas e no Pará, ambos na grande Amazônia.

Neste ínterim, o século XIX apresenta muitas chaves, nas quais irão contribuir para abrir as portas da imigração brasileira, em especial para os judeus, tais como: as Reformas Pombalinas ao longo do século XVIII, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808); a Abertura dos Portos e os Tratados de Aliança e Amizade em 1810; o fim da Inquisição portuguesa em 1821; a Independência do Brasil (1822); a Constituição de 1824. E, em fins do século XIX, de modo mais particularizado que beneficiara os judeus a liberdade de culto judaico e criações de instituições com redes e conexões que favoreciam o preparo e o envio de judeus para diversas partes da América (1890), bem como ainda abertura do Rio Amazonas para a navegação são fatores incontestáveis para abrir as portas da imigração estrangeira.

Muitos desses povos que descendem dos hebreus foram revestidos de muitas identidades, às vezes forçadas, às vezes disfarçadas, em meio a fugas, adaptações, resistências

e aculturações, povos de um tronco comum foram divididos e transformados em cristãos novos, marranos, criptojudeus e somente no século XIX aqui no Brasil puderam começar a ser judeu. Ou melhor, serem judeus, saindo da semiclandestinidadade que as prerrogativas de tempos anteriores lhes conferiam.

O ser judeu, portanto, imigrante africano do período oitocentista, será escrito sob a pena que outorgou diversas leis, nas quais os judeus, tiveram muitas vezes que negociar sua cidadania junto à formação de um Brasil que almejava ser independente, e o progresso alijado à constituição do povo enquanto nação lhes proporciona uma nova terra, para poder constituir suas vidas em meio a um conjunto de significados partilhados.

A Amazônia será o palco de nossa pesquisa, vista como *Terra Prometida*, *Terra dos Eleitos* e diversos outros nomes que coadunam não somente com as inscrições da Torá que narram a promessa da Canaã para os judeus, como também das literaturas de viagem que inscreveram e pintaram a Amazônia tanto como éden, quanto como inferno desgarrado de civilidade. Nas análises de dois grandes estudiosos da Amazônia Judaica, Abraham Bentes (1987)⁸ e Samuel Benchimol (1998),⁹ a presença judaica na Amazônia data a partir de 1810, com as transformações liberais que o Brasil vivia, instigando a imigração como fuga das situações em que se encontravam os judeus que habitavam o Norte da África, mais precisamente o Marrocos.

Este recorte será nosso ponto de partida para inquirir a forma que os judeus passam a se organizar, estabelecendo suas primeiras moradias, buscando reconhecimento legal para naturalizarem-se e negociar, erguendo sinagogas e fundando comunidades, bem como construindo suas identidades em meio as partilhas e conflitos gerados inicialmente por discursos que legitimam práticas, seja de aceitação, seja de exclusão, entre 1810 a 1920, nos espaços de sociabilidades que irão se erigir, quando as migrações para a região amazônica ganham outros contornos, bem como o primeiro grande ciclo econômico da borracha.

O início desta temporalidade, demarcada em 1810 é escolhida por se ter os primeiros documentos que aferem a presença judaica na Amazônia até então, como requerimento para comerciar, bem como o prenúncio da efervescência das políticas liberais que atraem imigrantes para o Brasil, somando em especial aos judeus, o agravamento de suas péssimas condições de vida no Marrocos. Assim, trataremos sobretudo, um período que vai até

⁸ BENTES, Abraham Ramiro. **Das ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia**: Formação da 1ª Comunidade Israelita Brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

⁹ BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia**: os judeus na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 1998.

aproximadamente os anos de 1920, onde se inicia novos ciclos gomíferos e a dinâmica das imigrações e conseqüentemente das organizações judaicas na Amazônia ganham outros contornos, carecendo de um outro momento de estudo, que investigue as transformações que o novo tempo reverbera.

Outro fator importante fora a delimitação espacial, dada a movimentação dos judeus pela Amazônia, em especial nos estados do Amazonas e do Pará, os quais compunham o Grão-Pará, sobressaindo-se, respectivamente as capitais, Manaus e Belém, bem como a interiorização por estes Estados vistos nas cidades, vilas e povoados “ligados” a estas capitais pelos braços dos rios e igarapés. Uma vez que, dada ainda a vastidão do território amazônico¹⁰, faz-se necessário tal delimitação, mesmo havendo registros da presença judaica em quase toda a Amazônia, para além dos espaços que compõem o Brasil.

Tanto a delimitação espacial quanto temporal, foram pensadas nesta tese, de modo a contemplar melhor a história judaica e sua integração a história do Brasil, que ao nosso ver é cabível de uma investigação de longa duração.¹¹ O recorte de tempo como diria Braudel (2007), se faz necessário no trabalho do historiador, porém em alguns momentos teremos que romper essas fronteiras e lançar mão de uma dimensão diacrônica, pois as marcas imputadas nos judeus em distintas temporalidades, precisavam ser levadas em consideração, longe, é claro, de conceber um sentido cumulativo, pois questionamos as vicissitudes de espaços e tempos distintos, em suas alternâncias de ritmos compostos de continuidade e descontinuidades.

A exemplo dessas alternâncias de ritmos, temos nos estudos de Samuel Benchimol, como já elencamos, durante quase um século de imigração no período que corresponde diretamente o tempo imperial brasileiro, chegaria para a região amazônica em torno de aproximadamente mil famílias judias, nas quais ao raiar da República, esse número se torna ainda maior, subdividindo essas levas migratórias em quatro gerações, somando mais de duzentos anos de imigração judaico-marroquina (BENCHIMOL, 1998, p. 83-151).¹² Um pouco depois Jeffrey Lesser realizando importante estudo sobre imigrantes não europeus nos

¹⁰ A Amazônia tem cerca de sete milhões de quilômetros quadrados, estando presente em nove países da América do Sul e em nove estados brasileiros. Sendo ainda que quase 60% do território da Amazônia pertence ao Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE.

¹¹ Para Fernand Braudel, a História de longa duração é um tempo de estruturas, de acontecimento mais estáveis no tecido da vida social. BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

¹² Além do clássico, Eretz Amazônia, Samuel Benchimol se notabiliza por inúmeras obras acerca não somente dos judeus, como também da Amazônia, obras as quais faremos menção em nossa pesquisa, tais como: Amazônia: Um pouco Antes e Além depois. Rio de Janeiro: Editora Umberto Calderaro, 1977; Amazônia formação Social e Cultural. Manaus-AM: Editora Valer, 1999.

arquivos do Itamaraty aponta que o número de famílias judias ao longo do século XIX na Amazônia seria de duas mil famílias.

Logo, observamos que os judeus se apresentam na história do Brasil, como um povo policrômico, que contribuem para a produção de uma multiplicidade cultural, assim como demais imigrantes deste mesmo período. No entanto, ao compararmos o quantitativo de judeus imigrantes em relação às outras etnias que migram no período oitocentista, temos um número consideravelmente menor.

A forma como vão se inserido, se inscrevendo na história do Brasil, expandindo-se nos países hospedeiros no dizer de Salo Baron (1974), para áreas inexploradas e criando novos refúgios, novos lares, com narrativas históricas tanto de mudanças quanto de permanências é o que os configura como agentes indispensáveis na construção de identidades múltiplas, que se inserem na constituição do Brasil.

Faz-se necessário, todavia, criar conexões entre a História dos Judeus e a História do Brasil, abrir as portas da imigração, ver as fechaduras que se encontram abertas, resultando nas solidariedades que configuram a formação das comunidades judaicas, bem como as fechaduras que permanecerão fechadas, desembocando nas tensões, nos conflitos, investigando-as sob a sensibilidade do historiador, percebendo as tramas históricas que conduzem os judeus marroquinos à Amazônia. Respeitando as pesquisas já realizadas,¹³ porém as vendo pelo avesso, pelo dito e pelo não dito, nas fissuras que as possibilidades múltiplas do discurso produzem, a fim de mapear para além do conhecimento dos seus pares a história dos judeus marroquinos na Amazônia, ou melhor, dos judeus africanos, dos judeus que se farão brasileiros na Amazônia.

Com o título *Abrindo a Porta do Céu: solidariedades e tensões na formação das comunidades judaicas da Amazônia. (Amazonas/Pará 1810-1912)*, articulamos nossos estudos em três momentos, que perpassam boa parte do século XIX e início do século XX, para que possamos conceber como esta gente de características singulares não somente corroboram com a construção identitária do Brasil, como também pensar como suas imagens se constroem

¹³ Destacam-se como pesquisas já realizadas acerca dos judeus na Amazônia, dentre muitas que crescem no Brasil afora: o casal Frieda e Egon Wolf (1975), os quais realizaram pesquisas e levantaram fontes, mapeando a presença Judaica em quase todo O Brasil; Bila, Bernardo Sorj e Eva Blay (1997), com enfoques antropológicos e sociológicos do Judeus no Brasil Contemporâneo, dentre outros apresentam-se como os pioneiros no estudo dos judeus da Amazônia e muito contribuem com suas pesquisas e escritos. Numa escrita mais recente, temos o Wagner Lins e o Reginaldo Jonas Heller (2010), Elias Salgado com *História e Memória, judeus e industrialização no Amazonas* (2015), Ana Paula Santos Nogueira (2017), *Ecos Sefarditas. Judeus na Amazônia* de Alessandra Conde e Silvia Benchimol (2020), dentre outros trabalhos espalhados pelas academias do Brasil e do mundo. Além de revistas especializadas como *Amazônia Judaica* e *Portal Amazônia Judaica* ambos dos Irmãos Salgado e *A Revista Morashá*, estes últimos com acervos e fontes riquíssimas ao estudo da História e da Memória dos judeus da Amazônia e que por nós serão utilizados em nossa tese.

a partir dos discursos de si e da visão do outro, em uma metodologia qualitativa que se pauta na análise discursiva construída historicamente sobre os judeus, atrelada a determinados contextos sociais, amparando-nos nas ideias de Michel de Foucault.

Neste título, nos utilizamos do nome de uma das primeiras sinagogas construída em Belém na região Amazônica a Shaar Hashamaim (Porta do Céu), nome este a qual denominara uma sinagoga em Tanger no Marrocos e também idêntico ao da primeira sinagoga Londrina fundada em meados do século XVII. O sentido de portas corresponde de abrir caminhos, no caso judaico uma alusão que transcende os caminhos do céu. Para um povo que habitara diversas partes do globo, estando em muitos lugares, mas não pertencendo a muitos deles, o significado de portas nos eleva a muito mais que uma condição religiosa de se encontrar a Canaã, ou o Paraíso, as portas representam uma polissemia fecunda que perpassa o campo da entrada, da sobrevivência, das oportunidades ou das impossibilidades, ao serem trancadas ou até mesmo serem postas como obstáculo de entrada ou saída.

As portas que abrem espaço para as fugas, para adaptação a uma nova vida, para a constituição de novas oportunidades frente às adversidades que viviam. Portas que se abrem a múltiplos olhares, a escolhas, a vontade e desejo. Assim, sobre o abrir destas portas, os judeus recomeçam suas vidas, e será exatamente neste recomeço que problematizaremos o que estas portas irão revelar para estes povos: Os Judeus.

No primeiro capítulo denominado *Portas da Imigração: Tramas históricas da condução do judeu à Amazônia do século XIX*, analisamos as circunstâncias que corroboram para a vinda dos judeus marroquinos a partir das redes de contato que são estabelecidas: Brasil – Europa – Marrocos, frente aos tratados que concedem prerrogativas e incentivos a imigração dos judeus, nas tramas jurídicas, políticas, econômicas, religiosas e culturais.

Assim, subdividimos em tópicos que nos permitam não somente fazer nesse primeiro momento uma revisão bibliográfica como também, ampliar o debate a partir de uma maneira no dizer de Bloch (2001) “às avessas”, ainda não narrada satisfatoriamente em nossa historiografia, revisitando fontes e inquirindo sob novas perspectivas, inserindo os judeus nos contextos do período imperial de forma mais incisiva.

Partimos do olhar, do desejo do pesquisador, a uma investigação em torno do Brasil e da Amazônia por nós recortada ao longo do século XIX, seguindo a busca de um entendimento mais preciso dessa Amazônia enquanto lugar de destino, apresentando e problematizando as primeiras portas com o processo migratório.

Como fontes para amparar nossas ideias e debates, usamos como já mencionamos acima uma revisão bibliográfica, revisitando as primeiras escritas sobre Judeus na Amazônia.

Porém, não como mera descrição ou repetição do que já fora dito, mas para nelas encontrar os interditos, as entrelinhas, o que o tempo e o limite dos pesquisadores e pesquisadoras não lhes permitiram dizer, ou ainda o que seus interesses não alcançaram desejo.

Os documentos dos quais fizemos uso junto a essa revisão bibliográfica foram: Os Decretos, Leis e Avisos do Governo Provisório e posteriores à Constituição Federal, referentes à Naturalização ao longo do século XIX; o Acervo e Fundos Pessoais como da Família Stransk e da Frieda e Egon Wolff, nestes Fundos Pessoais do Centro de Memória (CDM), do Museu Judaico de São Paulo, SP. Depoimentos orais colhidos em pesquisas no Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ), do Portal Amazônia Judaica, Revista Morashá e o Jornal Kol Israel, primeiro Jornal israelita da Amazônia de 1919.

Além de periódicos pesquisados na Hemeroteca Digital, do Arquivo da Biblioteca Nacional (BNDigital Brasil) do Rio Janeiro. (Periódicos: Anglo-Brazilian Time; Diário do Rio de Janeiro; Diário Mercantil; Correio do Rio de Janeiro; Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias e o Jornal O Annunciador).

Nosso segundo capítulo denominado de *Portas da Sociabilidade: tecendo discursos na constituição de si*, narra de modo sensível, crítico, porém respeitoso as tramas históricas que fazem migrar e se estabeleceram os judeus na Amazônia. Esta segunda porta, a das sociabilidades, no encontro do judeu com o outro, na construção e (re)constituição de nova morada. Narrando os discursos produzidos entre as comunidades, nas imagens e representações que narram de si, ou seja, que discursos desenvolvem no misto de relações que tecem ao erguer tal Amazônia judaica. Analisando os lares, as famílias, as sinagogas, os cemitérios e demais espaços que se constituem na relação do judeu consigo e com os outros, demarcando os espaços de sociabilidades dos Judeus com o novo lugar e com a nova gente, frente ainda a reminiscências advindas do Marrocos e constituídas historicamente ao longo da História das tradições judaicas.

Os subtemas aos quais dividimos este capítulo se propuseram a pensar, quem são os judeus da Amazônia, como construíram seus espaços de sociabilidade em meio aos movimentos sucessivos de distanciamentos e ressignificações, bem como a forma que serão vistos pelos povos que aqui já estabeleciam numa visão de alteridade. E, para tanto utilizamos como fontes os Fundos Pessoais da Família Chocrom e Benchimol e dos arquivos pessoais da Frieda e do Wolff Egon no Centro de Memória do Arquivo Judaico do Museu Judaico de São Paulo. Acervo documental de fotografias, entrevistas e registros de naturalização. Legislação brasileira acerca dos registros de naturalização contidos nos Anais do Império do arquivo digital do Senado Federal, Arquivo Digital da Câmara dos deputados, decretos, leis imperiais,

constituente de 1823 e Constituição de 1824. Arquivo Histórico do Amazônia Judaica (AHAJ). Além da Revista Aonde Vamos? A qual mesmo sendo publicada em 1948, nos traz inúmeros registros dos Judeus ao longo do século XIX e o Arquivo Maaravi, Revista Digital de estudos judaicos da UFMG, ISSN: 1982-3053.

Muitos destes registros são advindos de depoimentos de familiares e entrevistas realizadas por colaboradores dos arquivos. E, assim, quando nos debruçamos sobre estas fontes, estamos fazendo uso do entrelaçamento do oral e do escrito, assim como do passado e do presente.

Cabe em um primeiro momento observar que as entrevistas aqui discutidas foram realizadas dentro da perspectiva da História Oral, mas que nos chega pelos códigos escritos. Elas foram pesquisadas em arquivos, e já estavam transcritas. Nisso, também estamos atentos e cuidadosos ao refleti-las, tendo em vista que elas não foram produzidas a partir do objetivo de pesquisa da presente tese, mas de outras pessoas, o que não descaracteriza sua importância para esse trabalho.

No que se refere ao entrelaçamento entre passado e presente nas entrevistas orais de memórias, devemos observar que o depoente narra os fatos, os acontecimentos do passado a partir dos olhos do presente, havendo o imbricamento entre estes dois tempos históricos. Como nos propõe Amado e Ferreira (2006, p. 21),¹⁴ “[...] narrativas orais referem-se tanto ao passado quanto ao presente, organizando-os e unificando-os [...]”.

Chegando no III capítulo. *As Portas do Discurso: a Imprensa e as redes de Narrativas que instituem o Judeu como o Outro*. Apresentamos e discutimos as narrativas que configuram imagens dos Judeus e tentam na sutileza literária ou na força direta e voraz das palavras para classificar a elaboração do Judeu enquanto “O Outro”, referendando-nos teoricamente em Todorov na questão da Alteridade, no conceito de etiquetamento e rotulação de analisado por Howard S. Becker, na noção de Estigma do Erving Goffman, do discurso com sua rede de signos em Michel de Foucault e Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Já como fontes, somados aos documentos citados nos capítulos anteriores, fazemos uso do CDM, AHJA, bem como pesquisas na Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital), investigando as marcas que contemplam o povo judeu em diversos periódicos, dos quais citamos alguns para exemplificar, na sua maioria da região amazônica: Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861; Estrella do Amazonas (AM) - 1854 a 1863; Tapajóense

¹⁴ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

(PA) - 1855 a 1857; Diário do Commercio: Jornal Commercial, Político e Noticioso (PA) – 1859; O Cathechista (AM) - 1862 a 1871; Amazonas (AM) - 1866 a 1900; Diário de Belém Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA) - 1868 a 1889; O Liberal do Para (PA) - 1869 a 1889 e o Industrial 1901-1903. A Federação, Órgão do Partido Republicano Federal (AM). 1895-1900; Jornal A Boa Nova: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel (PA) - 1873 a 1883.; A Epocha: Orgam do Partido Republicano Amazonense Itacotiara (AM) - 1917 a 1918; Jornal Amazonas (AM). 1866-1900; Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (RJ). 1809-1822; O Brado do Amazonas (AM), 1855; Jornal A Capital, de 1917; Diário de Manáos, 1917; O Gymnasiano: orgam dos alumnos do gymnasio amazonense (AM), 1910; Jornal do Commercio do amazonas (AM) 1870-1912. A Fé: Jornal Religioso, e Litterario (MA) - 1864 a 1868; O Apostolo: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ), 1866 a 1901. Além dos primeiros jornais judaicos, A Columna. Órgão de interesses do povo judeu no Brasil, 1916-1917 e o Jornal Kol Israel (PA), 1918.

Para abrir tantas portas, se fez necessário fazer uso de tamanho arcabouço documental, bem como um recorte temporal mais amplo, visto que a história dos judeus, seja qual for a temática não é explicada sem valer-se de uma perspectiva de longa duração, diante de muitas circunstâncias que envolvem a relação de tempo. E, nesta correlação, abrimos a porta do céu, ou melhor, as portas que possibilitam a formação das comunidades judaicas do Amazonas e do Pará, em meio a solidariedades e tensões ao longo da história oitocentista do Brasil.

CAPÍTULO I - PORTAS DA IMIGRAÇÃO: TRAMAS HISTÓRICAS DA CONDUÇÃO DO JUDEU À AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX

Nas fronteiras da História Social, da História Política e da História Cultural, o século XIX é marcado como um período de ebulição intensa tanto na imigração quanto na migração do Brasil. Os estudos acerca desta temporalidade ganham cada vez mais intensidade. As transformações de ordem política, econômica e religiosa corroboravam desde o século anterior para tornar o Oitocentos um marco na composição da gente brasileira. As necessidades de construção de uma nação independente, de uma identidade nacional que lhes auferisse o novo, ancorado nas ideias liberais,¹⁵ contrastando com as correntes do tempo colonial configuram as narrativas deste tempo.

Mais de trezentos anos após a chegada dos portugueses ainda era preciso ocupar o vasto território lusitano nos trópicos, bem como demarcar fronteiras e construir uma identidade social, cultural, religiosa em suas terras de domínio para assim favorecer também dominações de cunho político e jurídico, coadunando ainda fatores de ordem externa dos locais de origem dos imigrantes e migrantes aos quais podem ser caracterizados como: busca por melhores condições de vida, conflitos internos, perseguição religiosa, crises econômicas, epidemias dentre outros se somaram aos motivos que fariam deste período marco nas imigrações.

Vale ressaltar as intensas transformações que o mundo vivenciava com as revoluções liberais desde meados do século XVIII, a exemplo a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, as quais impulsionaram as imigrações em massa, no intuito de necessidades de mão de obra, busca de matéria-prima, bem como reorganização de fronteiras, sentimentos de pertença e favorecimento das ideias nacionalista que se seguiriam nos séculos posteriores.

Neste cenário, a América que bebia fortemente dessas ideias de cunho liberal passa a ser um dos principais lugares de destino. Natureza farta, exótica e exuberante, arraigada de matérias-primas essenciais às necessidades mercadológicas que insurgiam, refúgio populacional, lugar de reinventar a vida. Vamos Fazer à América!

Desta feita o Brasil se encaixa como um dos lugares preferidos para imigrantes. Sua fama de Eldorado, de Terra da Promissão e de Paraíso ainda se fazia desde os primeiros séculos de sua colonização. Somando-se agora com as situações política e econômica vivenciadas, tornara-se lugar mais que propício à imigração estrangeira, bem como as

15 CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

migrações internas, visto que suas fronteiras ainda não estavam definidas, nem tampouco o território plenamente dominado.

1.1 FECHADURAS COMEÇAM A SER ABERTAS: DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O TEMA À RIQUEZA DAS NOVAS POSSIBILIDADES

Os estudos de maior notoriedade no âmbito nacional acerca da presença judaica da História do Brasil se inauguram com Solidônio Leite Filho, ao escrever, *Os Judeus no Brasil*,¹⁶ em 1923. A obra, já começa em sua introdução exaltando a importância da presença judaica no construto do Brasil e conseqüentemente de sua História, mostrando que os Judeus estão associados aos principais acontecimentos do país desde o descobrimento.

Abandonada a terra pelo Venturoso monarcha, logo após o descobrimento, arrendaram-na os christão novos. Aqui foram se ficando seguidamente passante de dous séculos. Muito antes dos demais povos do Velho Mundo. Trouxeram á América portuguesa os elementos necessários ao progresso e á civilização. Exploraram as costas brasílicas e descobriram regiões nunca dantes visitadas por europeus. Com os selvagens do littoral mantiveram constantes relações commerciaes. Introduziram no paiz a canna de assucar e cultivaram diversas industrias. Ameaçados com o estabelecimento dos tribunaes da fé, no tempo dos felippes, compelliram os hollandêses a Invasão da Bahia e de Pernambuco, e facilitaram-lhes a conquista. Foram eles os principaes factores da prosperidade do dominio holandês nas capitancias do norte. Ali foram rabinos, medicos, advogados, senhores de engenho, lavradores, engenheiros, comerciantes, corretores e operarios. Não se limitando ás cidades marítimas, espalharam se tambem pelo interior da provincias subjugas (FILHO, 1923, p. 03).¹⁷

Levando em consideração o tempo e o lugar de fala do autor, temos nestes inscritos e nos demais que se seguem a sua obra, registros importantes para se pensar e problematizar as primeiras escritas não somente de cristãos-novos, como também de Judeus no Brasil, além de fontes que nos instigam a inquiri-las a luz das ideias contemporâneas, desembocando em ganhos quando ao esmiuçar da presença judaica em diversos lugares do Brasil. Porém, este autor raramente é citado nos estudos judaicos do Brasil.

Sua linha de escrita não se pauta de particularismos, de uma história dos judeus a partir de eventos pessoais ou localizacionistas, em decorrência de um dado acontecimento histórico. Sua linha de escrita já se enquadrava na crítica levantada por Salo Baron (1974) décadas a frente. De que a história dos judeus deveria apresentar conexões com a história

¹⁶ FILHO, Solidônio Leite. **Os judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia, 1923.

¹⁷ Idem. Ibid. Bem como esta citação está no original em português arcaico e manteremos nas demais citações respeitando a escrita original do século XIX e início do século XX.

geral. Ampliando os inscritos de família, as memórias, ou quaisquer isolacionismos para uma memória coletiva de fabrico da história e conseqüentemente da historiografia.

Nesta seara de pioneirismo, destaca-se o trabalho de José Antonio Gonsalves de Mello, em *Tempos Flamengos*¹⁸ e *Gente da Nação*,¹⁹ abordando, sobretudo, a presença judaica em época do domínio holandês. Este com maior notoriedade, vemos em diversos estudos, dos quais muito acionado por Ronaldo Vainfas em livro *Jerusalém Colonial*,²⁰ a quem dedica a obra e que aborda a história dos judeus portugueses no Brasil holandês.

Em 1949, foi lançada a obra do historiador Kurt Loewenstamm: *Vultos Judaicos no Brasil – uma contribuição à história dos judeus no Brasil – Tempo Colonial 1500-1822* com a tradução do Dr. Kurt Hahn.²¹ Pouco tempo depois, em 1956, veio um II Volume sob o mesmo título: *Vultos Judaicos – tratando-se agora do Império*, com a tradução de Georges D. Landau.²²

Os estudos de Loewenstamm apresentam-se como ricas fontes para os estudos mais incisivos acerca da participação judaica em nosso país. O primeiro volume contém uma série de biografias com enaltecimentos a personalidades de origem judaica, bem como seus envolvimento na América portuguesa no tempo colonial. Já o segundo, amplia a importância dos judeus no tempo imperial e início da República brasileira no que diz respeito a artistas judeus de fama internacional, o envolvimento do Imperador D. Pedro II com o hebraico, bem como o espírito de iniciativa comercial dos judeus (SILVA, 2013, p. 43).²³

Kurt Loewenstamm deixa posto o seu lugar de fala e o seu favorecimento acerca dos judeus. Porém, isto não torna sua obra menos valiosa como instrumento de investigação e problematização, sobretudo como fonte, uma vez que assistimos a uma criteriosa e instigante pesquisa nos arquivos históricos brasileiros do tempo Imperial. Todavia, a necessidade de se presenciar na história, de migrar de lugar hospedeiro para lugar prática e pertencimento de um povo, corrobora por fragmentar ainda mais a história do povo judeu, vista à parte, à margem da história geral.

¹⁸ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida cultural do Norte do Brasil (original de 1947). 3. ed. aumentada. Recife: Massangana, 1987.

¹⁹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Gente da Nação**. Recife: Ed. Massangana, 1989.

²⁰ VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial**: judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²¹ LOEWENSTAMM, Kurt. *Vultos Judaicos no Brasil: uma contribuição à história dos judeus no Brasil. Tempo Colonial, 1500 – 1822*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora a Noite, 1949.

²² _____. *Vultos Judaicos no Brasil: uma contribuição à história dos judeus no Brasil. v. II. Império 1822 – 1889*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Monte Scopius, 1956.

²³ SILVA, Antônio Gutemberg da. **Entre a cruz e a estrela da Davi**: problematizando as identidades judaicas no Brasil Imperial. 2013. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2013.

O sentido de ser visto à margem, isenta-se de lugar subalterno na história, aqui o sentido de margem corresponde a representação de uma história que se coloca como um capítulo à parte, uma página extra, uma nota de rodapé que adiciona uma informação, mas não se integra ao geral.

A este respeito e somando-se aos inscritos sobre judeus no Brasil, em 1962, Salomão Serebrenick, escreve *Breve História dos Judeus no Brasil*, trazendo a necessidade de se estudar as particularidades que fazem dos judeus um povo singular na história do Brasil, alertando que sua história não acompanha a do Brasil, fazendo com que se crie um desconhecimento da participação judaica no construto tanto da história, quanto da historiografia desta nação.

Este não acompanhar a história do Brasil, em muitos momentos se dá pelo fato de que os judeus são abordados enquanto objetos de sua história e não sujeitos. Esta primeira abordagem apresenta-se como o estudo, o caso, o ser a ser analisado, estudado, apresentado, em detrimento da segunda abordagem na qual teria uma função menos passiva, mais atuante, e assim, podendo ser melhor inserida, tanto dentro de um contexto nacional quanto geral.

O que nos remete constantemente a um exercício proposto pelo Salo Baron, no sentido de que qualquer construção narrativa acerca dos judeus, deva-se pensar suas amplas conexões, seja com o local em que estejam inseridos, sejam nas suas relações com o macro, isto é, suas íntimas conexões com a História Geral (BARON, 1974).

Ver o judeu, a história do povo judeu indo além do objeto de pesquisa, lhes confere maior dinamismo e até mesmo inserção na História Geral. Enxergá-los enquanto sujeitos, permite-nos dar mais elasticidade e conseqüentemente “evita” o rompimento de certos isolacionismos para se inserir nesta História de cunho mais global. Vendo-os através dos movimentos sucessivos, ora de inserção social, ora de retração, porém enquanto sujeitos pertencentes a tessitura da história dos lugares de onde migraram e do espaço que estão inseridos. Fazendo o chamado background, indo a fundo, buscando a informação que ficara escondida, num intercâmbio estreito entre fatores internos e externos.

Em 1984, o professor Dr. Nachman Falbel lança “*Estudos sobre a comunidade Judaica no Brasil*,”²⁴ este estudo apresenta elementos da memória histórica das comunidades históricas espalhadas por grande parte do território brasileiro a partir do século XX, gerando curiosidades e instigando pesquisas em múltiplos aspectos. A obra, guardando as proporções de tempo, já reconhecia a necessidade de se estudar os imigrantes e não somente judeus, como

²⁴FALBEL, Nachman. **Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil**. São Paulo, SP: Federação Israelita, 1984.

sujeitos da História e não como meros objetos. Falbel, faz uso das ideias de Serebrenick (1962), ao não ficar preso em modelos hierarquizados de periodização e passa a ver os judeus, o dinamismo de sua História para além de períodos fixos. Outro ponto importante na obra de Nachman Falbel é pensar a História dos Judeus no Brasil, associada a História Geral, bem como discorrendo acerca de um hiato, de um espaço que é pouco ou de que ainda não foi devidamente estudado. O tempo Imperial, o século XIX no Brasil.

O autor aborda que praticamente não existe nenhuma ponte entre a História dos Judeus no Brasil Colônia, leia-se aqui os judeus convertidos ou forçados ao cristianismo: cristãos-novos e marranos, e os judeus que aparecem na República, já sendo os que são inscritos nas malhas fascistas, totalitárias e antisemitista.

Questionar essa presença judaica ao longo deste século é uma necessidade historiográfica, embora seja um período relativamente curto ao compararmos com os tempos colonial e republicano, essas transformações do período oitocentista conclama o pensar nas complexas relações entre Estado e sociedade civil como aponta José Murilo de Carvalho ao tecer seu estudo acerca da construção da ordem e da elite imperial, devemos nos submeter a uma investigação na complexa teia que se forma para se constituir a sociedade desta temporalidade.

Em 2008, Nachman Falbel, volta a discutir este hiato, na *Obra Judeus no Brasil, Estudos e Notas*, já mencionado anteriormente, reconhecendo os avanços das pesquisas e dos debates em quase trinta anos após a publicação de “*Estudos sobre a comunidade Judaica no Brasil*, bem como trazendo o debate e a importância do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), fundado em 1976, reunindo documentos, criando um grande acervo e forjando uma necessidade perene de preservação, não somente do documento, como também da memória, fazendo com que os trabalhos, a curiosidade e consequentemente os estudos sobre a História dos judeus no e do Brasil crescesse, inclusive para além de pesquisadores judeus ou descendentes de judeus, fomentando ainda um diálogo maior com as academias e instituições de diversas partes do Brasil.

O Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, hoje vinculado ao Museu Judaico de São Paulo, resultando no Centro de Documentação e Memória (CDM), tem funções de cultivar a memória histórica por meio do arquivismo e da preservação de sua documentação. Além de

criar uma rede com instituições localizadas em diversas partes do país.²⁵ Fato este que muito vem contribuindo para o interesse da História dos Judeus no Brasil.

Vale frisar que nem todos os institutos e grupos de pesquisa do país estão vinculados ao AHJB, os fatores de distanciamento geográfico, de desconhecimento dos grupos ou ainda de interesses de ideias antagônicas, levam a uma não integração total de todos os movimentos e instituições que se preocupam em preservar e narrar a História Judaica. Este fato, corrobora com a ideia de que os números sobre os estudos desta temática sejam ainda maiores.

Outro fator importante é que grande parte do acervo destas Instituições advém de famílias por meio de doações, onde, dentre diversos fatores querem ser lembrados, submetem-se ao desejo do crivo da História, almejando de certa forma se perpetuarem por meio das narrativas históricas, querem ser lembrados como alguém importante, tendo orgulho de ver suas peças, seus papéis, seus documentos, parte de suas intimidades sendo compartilhadas e assim se imortalizarem, “ausentando-se” do medo do esquecimento, bem como, tornando Histórias privadas em Histórias coletivas, porém os documentos não podem falar por si, eles precisam ser inquiridos, precisam ser questionados, analisados, para que os conteúdos nestes arquivos se tornem conhecimento histórico e assim, alcançar com maior relevância uma História que se torne coletiva, que se torne pertencente a todos.

Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso, na obra “Novos domínios da História”,²⁶ nos apontam que tem ocorrido um certo retorno maior dos historiadores as pesquisas em arquivos e em documentos,²⁷ porém esse retorno está revestido de olhares múltiplos e sensíveis as fontes, para além de um lugar de se guardar verdades. As representações discursivas do passado que se podem fazer nos arquivos e museus, tanto contribuem para construir uma História Geral, onde os sujeitos possam ser vistos na História, “um legado à

²⁵ Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, fundado em 25 de novembro de 1985, em Porto Alegre; o Instituto Histórico Israelita Mineiro, em Belo Horizonte fundado em 15 de janeiro de 1984; o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, no Recife, fundado como seção do AHJB EM 1992 e feito autônomo em 2001; o Instituto Cultural Judaico-Brasileiro Bernardo Shulman, de Curitiba, fundado em 14 de agosto de 1988; o Museu Judaico do Rio de Janeiro, de 1977, e o arquivo Histórico Judaico Brasileiro de São Paulo, de 1976. A partir daí, desenvolveu-se um intercâmbio cultural e de pesquisa cujo marco organizacional mais representativo, é a realização, de tempos em tempos, dos Encontros Nacionais do AHJB, com colaboração e direta participação das mencionadas entidades. IV ENCONTRO NACIONAL DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO: história, memória e identidade, 300 anos de nascimento de Antônio José da Silva, o Judeu, 2008, São Paulo: **Anais [...]**. São Paulo: AHJB, 2008.

²⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

²⁷ Tomamos a noção de documento enquanto uma construção, um produto constante de quem os fabrica, de quem os interpreta, nos aproximando do dizer do Le Goff para quem diz que o documento consiste em “[...] produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder” (LE GOFF, 1996, p. 536).

memória coletiva” como nos diz o historiador francês Jacques Le Goff (1996),²⁸ como podem servir para que apenas uma parcela se reconheça. Assim, ao tempo que um arquivo serve para presentificar, fazer uma história dos “excluídos” de esquecidos, pode-se se criar categorias marginalizantes e gerar novos “silenciados”, novos grupos que não se veem no dito narrado, na interpretação do objeto guardado.

Em depoimento concedido ao CDM, explicando os motivos que a fizeram doar seus objetos, a filha de um dos fundadores do Cemitério Israelita de São Paulo (1920), a atriz Daniella Weil Stransky,²⁹ uma artista com carreira no Brasil e Panamá, a qual vivera o auge de sua arte em meados do século XX, exprime o que a motivou para fazer a doação de cartas, panfletos, livros, fotografias e documentos pessoais dentre outros:

[...] eu sou Daniella Weil Stransky, de solteira Daniella Weil, e, eu abri os olhos ao fato de que, era a última pessoa viva da minha família, quer dizer que nossa passagem neste planeta ia se evaporar, eu queria absolutamente deixar uma semente, uma prova de que eu existi, o problema era deixar a quem todo esse material [...] Parece que não é nada, só são folhas de papel escritas, mas pra mim tem mais valor do que muita coisa que poderia ser de ouro, prata, brilhante, o que seja, ou deixei, melhor, deixei uma mostrinha que eu não passei pela vida sem ter existido.³⁰

Os fundos pessoais doados pela Daniella Stransky, perpassam as necessidades auferidas para os arquivos, bem como para os doadores, o objeto parafraseando Delmas (2010)³¹ é o que confere a prova, é o que exalta e faz ecoar a lembrança, o que promove e suscita a compreensão e que pode servir como identificação. E assim, tais objetos, transformados em registros e consequentemente em documentos pelo CDM, evocam o desejo de legar memórias particulares em narrativas que se reverberem em lembranças coletivas, em registros que somados a outros se configurem como elementos que atestam a existência e as atividades como sujeitos ativos da História. O objeto, tornado documento passa a compor as tessituras da História.

O propósito de pesquisar em arquivos e em outros lugares de memória, não se reduz ao povo estudado, ao tema em análise, é sempre digno de nota pensar que os judeus não se constituíram como grupos isolados, estavam imbricados a outras etnias, a outras culturas, a outras histórias. Assim, ao passo que investigamos a História de um dado elemento, outros

²⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

²⁹ Acervo do Museu Judaico de São Paulo. Centro de Memória (CDM). Pesquisa realizada em 10 de setembro de 2018.

³⁰ STRANSKY, Daniella Weil. **Depoimento** [jun. 2020]. Entrevista concedida ao Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo, SP, 2020. (CDM).

³¹ DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

podem suscita, outros são chamados ao debate, uma história nunca será totalmente particular, uma narrativa puxa outra. E isto reforça ainda mais a noção de ver a história dos Judeus como integrante da história do Brasil, uma vez que esse centro de custódia, esse centro arquivista, guarda histórias que vão para além do debate único e exclusivo do Judeus, suas relações com consigo mesmo estão imbricadas na relação com o outro e, conseqüentemente na relação com o tempo em que estão inseridos.

O Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo, a exemplo, é um dos maiores acervos da América Latina, contando com mais de um milhão de páginas de documentos, cem mil fotografias, vinte mil livros, mil e seiscentos discos, quatrocentos e trinta depoimentos de história oral e mil e trezentos títulos de periódicos,³² sendo na sua grande maioria resultantes de doações familiares, que se identificam com o local, que se sentem pertencentes à História judaica, que são judeus ou descendentes de judeus.³³

Tais características o tornam, sem exagero, parada importante na pesquisa da História dos judeus no Brasil, os arquivos pessoais, as entrevistas orais, os livros e as fotografias dentre tantas possibilidades de fontes para construção das narrativas, para a construção da historiografia, apresentam-se com infidas possibilidades discursivas, perpassando registros que possibilitam fazer conexões com todo o Brasil.

No trabalho dos pesquisadores Frieda e Egon Wolff, os quais doaram quase todo seu arquivo pessoal e de pesquisa, bem como documentos diversos para o CDM, temos registros que atestam as conexões da presença judaica em todas as regiões do Brasil, embora haja uma maior circulação documental das regiões sudeste e sul, centralização essa que percorre explicações sócio-históricas, no sentido desses lugares apresentarem-se como os maiores centros urbanos, econômico, político e cultural do país, por muito tempo, no entanto, essa presença e conexão é demarcada e vem suscitando pesquisas não somente por seus pares ou simpatizantes, mas também por acadêmicos não judeus. E assim, corroborando não somente com uma História e memória judaica, pois seus elementos suscitam pesquisas diversas, que podem e vão além de uma única e exclusividade visibilidade dos judeus. Outros elementos, outras personagens também são encontrados nos fios, nas teias e nas tramas históricas que perpassam os judeus.

A História alheia-se em particularizar apenas um sujeito, apenas uma etnia, seus olhares são múltiplos. Ao tempo em que o CDM, guarda milhares de documentos que narram

³² Fonte: Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo (CDM), 2020.

³³ O ser judeu não implica necessariamente em ser um profíto das Leis Moseístas ou ainda ter nascido de um ventre de uma mãe judia. Porém, comungamos da premissa do Salo Baron (1952), o qual ressalta que o judaísmo não pode existir, por qualquer período de tempo, sem judeus, nem judeus sem judaísmo.

Histórias judaicas, existem imbricamentos que se configuram pelo olhar do pesquisador em outras possibilidades discursivas, os sujeitos com os quais os judeus dialogam, interagem, constroem seus espaços de sociabilidade, e assim nesses registros também podem ser encontrados, também apresentados suas marcas e conseqüentemente fazem ecoar suas Histórias.

Nestas conexões por exemplo, com outros centros de memória, encontramos muitos registros da presença judaica na Amazônia, registros que rompem fronteiras, fontes que percorrem a vida de quem as construiu e quem as está narrando. A presença judaica na vastidão da Amazônia também vem sendo buscada no CDM, no afã de presentificar os Judeus em todas as partes do Brasil, bem como se os inserir integralmente na História do Brasil. Porém, encontramos uma questão importante que salta não somente os arquivos, mas também no próprio tecer da História e da Historiografia dos judeus no Brasil nas últimas décadas.

Ao nos reportarmos para a História dos Judeus na Amazônia, vemos que a maior parte dos trabalhos abordam como estes judeus chegaram, as razões que os trouxeram, bem como no estabelecimento de suas vidas, utilizando-se quase sempre de registros e fontes pessoais carregados de saudosismo e na busca de pertencimento de um lugar, auferindo suas construções e adaptações em uma nova cultura, ou ainda pesquisas autorreferenciais. O que muito contribui para registrar a história dos judeus, não podendo ser desprezada ou desvalorizada, porém, muitas vezes essas histórias caminham pelas ruas de seus pares. Uma vez que, o desconhecimento fora dos muros acadêmicos e das comunidades judaicas acerca da existência dos judeus africanos na Amazônia ainda persiste em existir, bem como uma História que os inclui numa categoria de objeto, carecendo pensá-los mais como sujeitos.

Neste intuito Salo Baron (1974), ainda reforça a ideia de ver a história dos judeus para além do seu reconhecimento interno, para além do sentimento de levantar questões que se pautem historicamente relevantes as gerações passadas, para uma história que esteja imbricada num intercâmbio estreito de fatores externos e internos. Esse exercício não só categoriza os judeus com sujeitos da história como também contribui para inseri-los numa História Geral.

Estudos importantes foram e vêm sendo realizados e podem corroborar para a visibilidade quanto a história dos judeus no Brasil, fomentando para que seja vista de modo mais integrado, de modo a torná-los sujeitos, interessando pelo homem integral,³⁴ é o caso de

³⁴ “[...] a verdadeira história interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas ideias e atos” (BLOCK, 2001, p. 20).

Frieda e Egon Wolf,³⁵ os quais realizaram pesquisas e levantaram fontes, mapeando a presença Judaica em quase todo o Brasil; ou ainda do Henrique Veltman, defendendo que as escolas não somente judaicas deveriam oferecer aos seus alunos uma matéria sobre a história dos judeus no Brasil; os estudiosos em e da Amazônia, Abraham Ramiro Bentes³⁶ e Samuel Benchimol,³⁷ com estudos que vão desde a organização política, social, econômica e cultural da Amazônia, até a imigração judaico-marroquina. Autores como Bila, Bernardo Sorj e Eva Blay,³⁸ com enfoques antropológicos e sociológicos dos Judeus no Brasil Contemporâneo, dentre outros apresentam-se como os pioneiros no estudo dos judeus da Amazônia e muito contribuem com suas pesquisas e escritos.

Numa escrita mais recente, temos Wagner Lins,³⁹ Reginaldo Jonas Heller,⁴⁰ Ana Paula Santos Nogueira,⁴¹ Alessandra F. Conde da Silva e Silvia Helena Benchimol,⁴² dentre outros trabalhos espalhados pelas academias do Brasil e pelos acervos comunitários e particulares. Além de revistas especializadas como Amazônia Judaica e Portal Amazônia Judaica ambos dos Irmãos Salgado, AHJA⁴³ e A Revista Morashá, estes últimos com acervos e fontes riquíssimas ao estudo da História e da Memória dos judeus da Amazônia, divulgando artigos, teses e dissertações de diferentes instituições em todo o Brasil.

Mas, à exceção do trabalho do Reginaldo Jonas Heller, todos os outros trabalhos recentes e mais antigos, ou retratam a origem e vinda dos judeus para o Brasil ou discutem a identidade contemporânea dos grupos e comunidades judaicas influenciadas por elas. Trabalhos ricos em informações que se constituem como importantes documentos e fontes de

³⁵ WOLF, Frieda e Egon. **Judeus no Brasil Imperial**: uma pesquisa nos documentos e noticiários cariocas da época. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Judaicos, 1975.

³⁶ BENTES, Abraham Ramiro. **Das ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia**. Formação da 1ª Comunidade Israelita Brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

³⁷ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco antes e além depois. Rio de Janeiro: Editora Umberto Calderaro, 1977.

³⁸ SORJ, Bila. **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997

³⁹ LINS, Wagner Borges de Almeida. **A mão e a luva**: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia, similaridades e diferenças na constituição das identidades étnicas. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

⁴⁰ HELLER, Reginaldo Jonas. **Judeus do Eldorado reinventando uma identidade em plena Amazônia**: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

⁴¹ NOGUEIRA, Dina Paula Santos. **Identidade e tradição**: um estudo sobre mulheres da comunidade judaica de Manaus. Rio de Janeiro: Editora Amazônia Judaica, 2017.

⁴² SILVA, Alessandra F. Conde da; BENCHIMOL-BARROS, Silvia Helena (orgs). **Ecos Sefarditas**: judeus da Amazônia. Rio de Janeiro, RJ: Talu Cultural, 2020.

⁴³ Como resultante do trabalho dos irmãos David e Elias Salgado, temos o AHJA – Arquivo Histórico Amazônia Judaica. Uma plataforma digital a qual é considerada uma das maiores referências no tema: Judeus na Amazônia. O arquivo é composto por biografias, hemeroteca, fototeca, videoteca, arquivos de famílias, artigos, revistas, teses e outros documentos históricos que narram a presença judaica na Amazônia desde o século XIX.

pesquisas. No entanto, o período Imperial, o tempo do hiato apresentado por Nachman Falbel tanto apontado, fica assim carecendo de pesquisas e narrativas que estabeleça maiores relações e conexões tanto com o tempo anterior quanto o posterior ao Oitocentos, que problematizem o viver no Império, o negociar destas identidades a luz das cinzas da Inquisição que ainda opera no medo cotidiano dos judeus Imigrantes, nos discursos e práticas que os acompanham no afã de um antijudaísmo, no medo que carregado nas malas, nos corpos e nas práticas cotidianas, de judeus oriundos da África, ou seja, de judeus africanos, os quais sofreram influências de mais de trezentos anos vivendo no Norte deste continente.

Medo ainda contido numa liberdade assistida que o Brasil outorga para aqueles que não eram cristãos, medo ainda que também seja transportado do mito do judeu errante que gerava pogroms e outros discursos e práticas de intolerância, fazendo com que suas vidas, suas ações tivessem que ser continuamente repensadas e adaptadas à realidade que os aspirava. Assim, a edenização da Amazônia, enquanto *Terra da Promissão, Paraíso Verde*, também constitui um lugar contrário, de práticas negadas, de alteridade, de constituição de um outro que nem sempre é bem-vindo de *Inferno Verde*.

O imigrante que vem, que se adapta as necessidades de comércio exigentes para o momento, que de certa forma se “adequa” ao projeto de branqueamento de um Estado que quer se fazer Nação, mas por outro lado é o imigrante não Cristão, é o concorrente, é o forasteiro ao ser comparado com outro que já habitava.

A noção de branqueamento⁴⁴ se enquadra neste momento da História do Brasil, alijada as transformações decorrentes das ideias liberais e a construção da identidade nacional, num momento em que o iluminismo ganha força e se molda ao projeto de construção interna da nova nação, no entanto, esse fator só se torna mais preponderante a partir de meados a fins do século XIX, colocando-se como um fator *a posteriori* para a imigração judaica e não como causas centrais, além de ser um fator que dada a complexidade de interesses no Brasil, auferida por uma vasta e por vezes contraditória legislação nos remete a pensar a noção de branqueamento de modo mais sensível a imigração judaica e que tem uma tendência de importância dependendo do lugar e do momento para onde migram no Brasil, pois existem causas análogas e distintas quanto a imigração dos judeus para o Rio Janeiro, para São Paulo, para o Nordeste e para as regiões amazônicas consequentemente.

⁴⁴ Para Lilian Moritz Schwarcz a noção de branqueamento “Delineia-se a partir de então certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo” (SCHWARCZ, 1993, p. 63).

Essa ideia de raça, de branqueamento nos traz ainda uma outra questão: a de “minimizar”, as políticas antisemitas aqui no Brasil, pois a grande maioria dos judeus, atendiam ao ideal de gente branca e isso, segundo Bila Sorj (1997), fez com que muitos judeus fossem aceitos sem tantos questionamentos. O que só viria a ser debatido pelos intelectuais brasileiros ligados ao antisemitismo no início do século XX.⁴⁵

Porém, vale salientar, ou melhor, trazer à tona a forma como os judeus se enquadram neste projeto, uma vez que, condições políticas e naturais, bem como as dimensões continentais do Brasil, particularizam os movimentos migratórios. Quando falamos de imigração judaica, questionamos seus lugares de partida e suas trajetórias, por mais que haja diversas conexões, o judeu que migra no século XIX não é o mesmo em todos os lugares do Brasil. Jeffrey Lesser,⁴⁶ no livro *O Brasil e a Questão Judaica*, atenta para não generalizarmos e nos pautarmos num estudo cuidadoso.

Os judeus por exemplo que migram para o Rio de Janeiro, Capital do Império brasileiro, são de sua maioria Sefarditas e Asquenazitas e partem de distintas regiões da Europa. No caso, dos judeus que migram para diversas regiões da Amazônia, são descendentes de sefarditas que habitavam a África desde os decretos de expulsão da Península Ibérica em 1492 na Espanha e 1496 em Portugal. Essas distinções amparadas no dizer de Sayad (1998)⁴⁷ são importantes para não cairmos em generalizações. O fato de os judeus serem considerados um povo, não os coloca nas mesmas condições, isso não somente com os judeus, mas todo e qualquer imigrante, pois seus lugares de fala, suas particularidades decorrentes de suas trajetórias impedem-nos de fazer homogeneização, pois uma característica singular é o fato de serem um povo mais com muita distinção entre o seu seio.

Na obra *História e Historiografia* de autoria do Salo Baron já citada anteriormente, o autor inicia suas abordagens acerca dos judeus, enfatizando que os mesmos desejam assumir um lugar que merecem na história da humanidade. O fato de terem historicamente uma vida nômade, mas de contribuir nos lugares, nas nações hospedeiras conduz o judeu a se fixar na história do lugar onde estão como uma das estratégias de se fazer parte daquela Nação. No entanto, as particularidades dos grupos somadas a conexões distintas devem ser levadas em

⁴⁵ No capítulo III desta tese trataremos um maior debate sobre essa questão, pois entre solidariedades e tensões, entre aceitação, negociação e rejeição, as tessituras e discursos de repulsa, preconceitos e discriminações sobre judeus no século XX, correspondem em grande medida, não somente de sua herança histórica no mundo como ressalva Baron (1974), mas também das particularidades gestadas no lugar onde passam a viver.

⁴⁶ LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica**: imigração, diplomacia e preconceito. Tradução de Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

⁴⁷ SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EDUSP. 1998.

consideração para não reduzirmos suas histórias consequentemente a historiografia, corroborando com tal singularidade.

Tornar-se presentificado é de certa forma uma maneira de fazer parte daquele lugar, de cristalizar a sua nacionalidade vista historicamente por sua condição religiosa e não como povo pertencente a uma Nação. Ao longo de sua história diaspórica os judeus costumam ser quase que exclusivamente povos aos quais são caracterizados pela sua herança religiosa enquanto Moseístas, diferentemente do cristão que antes de tudo é português, é espanhol, do islâmico que é árabe e assim por diante.

Assim, ao nos depararmos com os estudos sobre judeus, pesquisas que resultam em monografias, dissertações, teses, artigos e livros, temos uma predominância maciça de pesquisadores que são judeus, que são descendentes, que possuem familiares, e assim, atestam em suas linhas a necessidade de representarem-se na História, de se fazerem presentes, de reivindicar um lugar a luz de um discurso que lhes traga pertencimento a nação hospedeira como nos fala Salo Baron (1974). Há uma preocupação com o que é narrado pela “história” com o que é perpetuado e que possa contribuir com ações negativas.

Grande parte dos pesquisadores sobre os judeus da Amazônia são descendentes destas famílias, demarcando sempre seu lugar de fala e seu desejo de dar visibilidade a história de seu povo de sua gente, de sua família ou ainda como tentativa de se encontrarem nessas histórias.

Longe de desmerecer os trabalhos realizados, apontamos aqui que carecemos de uma análise acerca da imigração e atuação dos Judeus na Amazônia que respeite, é claro, suas particularidades, que lhes instituem singularidades no fenômeno das imigrações em massa e no tocante ao estabelecimento de suas vidas nas novas terras, mas sem deixá-los de pensar a luz dos acontecimentos históricos que permeavam o tempo em que se estabelecem.

Pensando nestas questões, e demarcando agora o nosso lugar de fala enquanto historiador, fizemos um exercício constante de pensar que as portas que abrimos para investigar, refletir, problematizar e reescrever os Judeus em nossa história não serão carregadas unicamente de uma abertura harmônica. Não há imigração e estabelecimento em novos lugares sem renúncia, sem adaptação, sem perdas e ganhos. Por fim, sem tensões e solidariedades.

As tentativas de fazer com que os Judeus sejam vistos como construtores do Brasil e de suas identidades, enaltecendo a participação dos mesmos nos eventos de nossa história, são de extrema importância, porém, em muitos casos se reverbera na construção de um lugar particularizado e consequentemente marginalizado na historiografia de cunho nacional. A

emoção de escrever sobre seus pares e a própria busca por suas origens fazem do pesquisador judeu ou de ascendência judaica um dos grandes colaboradores dessa “marginalização”. Apropriando-se as ideias de Certeau (2002),⁴⁸

É, pois, impossível analisar o discurso histórico independente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente [...] o texto assume, ele próprio, sua relação com a instituição. Por exemplo, o nós do autor remete a uma convenção (dir-se-á semiótica, que ele remete a um “verossímil enunciativo”). No texto ele é a encenação de um contrato social “entre nós”. É um sujeito plural que sustenta o discurso. [...] A “nós” do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas” (CERTEAU, 2002, p. 71-72).

Aqui evidentemente o pesquisador não Judeu pode cair na mesma situação e provocar outra “marginalização”, uma vez que, o lugar que lhe atravessa, narra a escolha das fontes e as interpretações das mesmas não garantem fazer uma história e conseqüentemente uma historiografia que faça *jus* a presença judaica de forma satisfatória, uma vez que a grande maioria das notas sobre Judeus no Período Imperial quando não feitas por sua gente, acaba sendo insuficiente em relação a sua tamanha participação nesta temporalidade.

Na introdução de sua obra *Imigrantes no Brasil, Judeus do descobrimento aos dias atuais*, a historiadora Rachel Mizrahi aponta a importância de se pensar o povo Judeu e sua imigração atentando para o seu conjunto de particularidades, das quais exige ir além da mensuração homogeneizadora de imigrações estrangeiras para o Brasil.

A imigração judaica, de uma forma geral, deve ser avaliada como singular na história da humanidade. Um conjunto de peculiaridades históricas tornou os judeus conhecidos como o “povo do livro”, o “povo da nação hebraica”, o “povo do Holocausto” e outras tantas definições (MIZRAHI, 2005, p. 01).⁴⁹

O Judeu demarcado enquanto povo pela sua religião apresentam múltiplas nacionalidades que carecem ser investigadas à luz dos acontecimentos históricos que sua marca, sua condição enquanto primeiros monoteístas lhes resguardam, sendo quase sempre o Outro nos lugares onde habitam, lhes desnaturalizando assim dos seus próprios berços.

Enxergar esses judeus nas tramas históricas, nos desdobramentos constantes dos espaços e tempos que emergem seus êxodos, diásporas e sionismos é primordial esta tarefa no

⁴⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁴⁹ MIZRAHI, Rachel. **Judeus: do descobrimento aos dias atuais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

entendimento e no encarar desse povo com características migratórias singulares. Eva Alterman Blay na obra *Identidades Judaicas no Brasil contemporâneo* organizada por Bila Sorj nos diz que: “A presença dos judeus no Brasil não é, em geral, encontrada na historiografia brasileira. Nos livros escolares, nos compêndios universitários, não encontramos vestígios desta presença. É uma história oculta” (BLAY, 2013, p. 33).⁵⁰

Visivelmente deste tempo para cá, muito já se tem investigado. Estudos no campo da história, da sociologia e da antropologia vêm se fazendo de modo mais constante acerca dos Judeus, no entanto, há uma lacuna quanto a periodização. O século XIX e a tessitura de articular o processo de vinda, estabelecimento e transformações da vida judaica ao longo do Período Imperial Brasileiro.

Ausentam-se ainda narrativas que façam uma construção mais imbricada entre a história do Brasil e a história do povo judeu. No primeiro caso, os judeus são quase sempre pensados na totalidade dos imigrantes que vêm fazer o Brasil, às vezes até pautados em políticas de branqueamento e projeto civilizador oitocentista; no segundo, são enaltecidos dentro de uma perspectiva, de uma historiografia autorreferencial que acaba circulando basicamente entre os seus pares, ou seja, não rompendo os muros das comunidades judaicas.

Permear estas situações, criar suturas sólidas, estender a teia é o que nos move nesta pesquisa. Trazer à tona as singularidades que fazem dos povos judaicos híbridos, não somente entre suas tribos, mas também na miscigenação com os povos que fazem contato. Esses Judeus multáveis na acomodação, assimilação e resignificação que gera na constante confabulação com outros povos, seja de modo natural ou forçado, novas sociabilidades que resultam em novas identidades.

A maior parte dos trabalhos afirma a importância da presentificação dos Judeus na Amazônia, no entanto, histórias acerca de perseguições, preconceitos, xenofobias, “pogroms”, são pouco mensurados e quando são, apresenta-se em tom de humor judaico, de histórias as quais são contadas em reuniões de seus pares a luz de risos e comemorações pela reunião da qual estão se estabelecendo.

A vida judaica na Amazônia não se apresentara como a paz de quem busca a Terra da Promissão, a Eretz Amazônia, o Eldorado ou Paraíso Verde, como são descritos nos seus múltiplos sinônimos que caracterizam e tipificam a Região amazônica. Os judeus tampouco podem ser totalmente assemelhados as demais massas de imigração. Sua vida nômade descrita

⁵⁰ BLAY, Eva Alterman. **O Brasil como destino**: raízes da imigração judaica contemporânea para 2013. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

desde o Pentateuco lhes confere características únicas, como descreve o Elias Canetti,⁵¹ que se somam a História desta gente e precisam ser pensadas, questionadas, interrogadas pelo filtro sensível da História.

Nenhum povo é mais difícil de se compreender do que os judeus. [...] Loucos podem fabular à vontade sua homogeneidade, mas, quem os conhece, tenderá antes a julgar que entre eles há uma variedade de tipos muito maior do que em qualquer outro povo. A amplitude dessa variedade dos judeus em sua essência e aparência é das coisas mais espantosas do que se pode deparar (CANETTI, 1995, p. 176).

Os judeus, como descreve Canetti, precisam ser vistos para além de suas homogeneizações enquanto povo, cultura e religião. Suas singularidades, longe de criar um sentido de superioridade quanto a outros povos migrantes para o Brasil no século XIX, tais como portugueses, espanhóis, italianos, alemães e japoneses, são aferidas pela sua história “nômade”, formando inúmeras comunidades nos países “hóspede”, são singulares ainda pela capacidade camaleônica de adaptação nesses lugares de destino, o que os afere como diz Salo Baron (1974, p. 01), uma história mundial no sentido literal da expressão, sempre vivendo em mundos divididos, divididos milenarmente em tribos, divididos entre está e não fazer parte de uma nação, divididos pela genealogia, pela religião e religiosidade, divididos em guetos.

Eva Alterman Blay no livro *O Brasil como Destino*, ressalta que por serem judeus, na maioria das vezes nem tinha direito à nacionalidade do país de nascimento, o que tornava ainda mais difícil tal definição (BLAY, 2013, p. 34). Assim, definir os judeus é uma tarefa complexa, por apresentar características ímpares, que os distingue de muito povos migrantes, que se afasta de uma definição global, por vezes, de povos migrantes, onde os contatos com outras culturas na maioria dos povos imigrantes sofrem transformações mais intensas pelos múltiplos contatos, no caso judaico, mesmo recebendo influências, suas culturas são ressignificadas, mas não se dissolvem nas sociedades em que se inserem. No caso judaico temos mais continuidades do que descontinuidades, em detrimento a outros povos.

Ainda na esteira do pensamento da Eva Blay, os judeus apresentam outra distinção, pois o imigrante é marcado como um estrangeiro que se origina de um lugar, “não são poloneses, romenos, mas são judeus-poloneses, judeus-romenos[...] o qualificativo é uma marca que antecede o imigrante [...]” (BLAY, 1997, p.35), sendo imputada aos judeus tanto do lugar de onde migram, quanto para os novos espaços que se estabelecem.

⁵¹ CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Outro elemento *sui generis* estão nas características em diversos momentos históricos de perseguição, o que no dizer de Anita Novinsky (2015) é um dos principais fatores que os manteve vivos ao longo do tempo, ou seja, a necessidade constante de sobreviver em meio à encalços, fazendo ainda da adaptação uma necessidade perene, o judeu carrega no Brasil não somente a marca de estrangeiro, mas também de ser um não cristão.

As características particulares também estão no fato de ser judeu, seja numa visão ortodoxa, o ser nascido de uma mãe judia, seja nas classificações enquanto nação, ideia oriunda dos sentimentos nacionalistas erigidos pelos ensinamentos da Torá. As noções de linguagem, território e soberania nem sempre se encaixam para categorizar os judeus, os quais são vistos mais como um povo onde o sentimento de pertença não é o amor à terra como nos aponta Salo Baron, ao parafrasear o Fustel de Coulanges, “o patriotismo não é o amor à terra, mas o amor ao passado, a reverência pelas gerações que nos precederam” (FUSTEL DE COULANGES *apud* BARON, 1974, p. 172).

Assim, o ser judeu carrega um sentido polissêmico, não sendo simplesmente o seguidor da religião judaica, pois esse ser judeu também se enquadra em uma identidade cultural, em uma descendência e em um sentimento de pertença, fazendo destes povos também uma etnia, ou melhor, várias etnias, uma vez que assumem crenças e costumes distintos com base em suas culturas milenares e em seus lugares de destino e de parada, onde são radicados, compondo uma “etnicidade situacional”.⁵²

No investigar, problematizar e refletir para além das pedras erigidas e materializadas em sinagogas, túmulos e casa comerciais. É preciso pensar particularidades que corroboram com o entendimento das mais variadas formas de inserção do Judeu na Amazônia. Do ser e do manter-se judeu, bem como do Ser Judeu e agora “amazonense e brasileiro”.

Em artigo publicado na *Revista Morashá*, edição 30, de setembro de 2000 e no Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ)⁵³ intitulado, “Como viemos parar na Amazônia”, a colaboradora Sultana Levy Rosenblatt assim descreve suas memórias a partir das fontes que possuem em seu acervo familiar.

⁵² O conceito de etnicidade situacional nos é dado aqui por Grin e Vieira. A etnicidade situacional revela, na prática, as formas pelas quais os indivíduos negociam e reelaboram suas diversas identidades conforme as situações com as quais eles são confrontados. Ou seja, dada certas circunstâncias, os indivíduos são levados a adotar uma autodefinição, sem necessariamente terem de negar outras facetas de sua identidade cultural. Nessa perspectiva, a etnicidade situacional no contexto de uma experiência diaspórica como a dos judeus no Brasil torna-se um mecanismo para lidar com as tensões e os conflitos de uma realidade de vigorosas trocas e cruzamentos culturais, que vão além das identificações étnicas rígidas e locais (GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H. **Experiência cultural judaica no Brasil: recepção, inclusão e ambivalência**. Rio de Janeiro: Topbooks; FAPERJ; CNPQ, 2004, p.11-12).

⁵³ Arquivo Histórico do Amazônia Judaica (AHAJ). Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org>. Acesso em: 30 out. 2018.

Pelo que ouvi contar, meu bisavô era moreno, esguio, um homem fino, muito querido pelos seus escravos por sua bondade, educação e maneiras polidas, atributos que o tornaram respeitado pela população local. Mas tenho a impressão de que, com o fim de se manter no mesmo nível social dos seus vizinhos, todos ricos fazendeiros, ele se teria mais ou menos ou aparentemente assimilado, pois era conhecido como "José Luiz". Seu filho mais velho, Samuel, ingressou no exército brasileiro, na Guarda Nacional. Quanto à minha bisavó, com a beleza combinava bem o seu nome, Graça. O casal veio para o Brasil já com três filhos, dois meninos, Samuel e José, e uma menina, Belízia, de apelido Vida.

As pesquisas revelam em grande medida uma história de si, uma postura autorreferencial na busca por suas raízes, heranças, demarcando o lugar de fala dos pesquisadores em constante evidência. Como diria Certeau,⁵⁴ o lugar é determinante para se pensar e escrever a História, logo, todo pensamento remete a lugares sociais, econômicos, culturais, religiosos. E, é nesta seara que vemos os estudos sobre os Judeus na Amazônia, carecendo de uma maior integração com a História Nacional.

Toda geração escreve sua própria história das gerações passadas (BARON, 1974, p. 21), isto nos é auferido se buscarmos interpretar o discurso da Rosenblatt descrito acima a luz desta passagem. A interpretação de um passado que configura na construção de uma história resultante de suas memórias e daquilo que o pesquisador quer lembrar nos evoca não somente o que lhe atravessa, o que lhe marca, mas também a forma como quer que os outros assim a percebam, e assim, vemos que a ideia de dar voz ao não dito vem sendo construída, porém sem a devida tessitura com outros elementos e expoentes que conferem a integralidade de um povo que muito corrobora com a construção das identidades no Brasil.

Na obra *Eretz Amazônia* do Samuel Benchimol (1998), o autor que fora professor, economista, escritor de grande destaque, descendente de judeus marroquinos e um dos maiores estudiosos acerca deste fenômeno, bebendo das ideias do seu contemporâneo Gilberto Freyre, a quem cativava estima nos aponta que:

[...] a sociedade amazônica, como segmento da nação brasileira, acolheu todos os grupos sociais e étnicos que aqui chegaram, dando-lhes abrigo, refúgio, agasalho e trabalho. Os **Querenciou** a todos, sem prejuízo de suas identidades, memórias, crenças religiões e valores, fornecendo assim um grande mutirão étnico-cultural que é a Amazônia Brasileira (BENCHIMOL, 1998, p. 15, grifo do autor).

Respeitando o tempo, o lugar de fala do autor e conseqüentemente suas influências teóricas, notamos o quanto é importante a multiplicidade de olhares, no sentido de fazer com que os Judeus ou qualquer outro povo estudado, seja visto a partir de singularidades que os nomeiem de forma mais intensa na História e na Historiografia do Brasil. Mas, será que houve

⁵⁴ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

realmente esse lugar tão fraterno a ponto de conceber identidades intactas ou ainda “sem prejuízo de suas identidades como nos fala o Benchimol?

Segundo Paulo Valadares, os judeus foram levados ao desaparecimento (preferimos aqui “esquecimento” e pontuar que são em dados momentos) no Brasil por dois grandes motivos: *aparente interesse do Estado na sua assimilação e como mecanismo de defesa à perseguição e à hostilidade estimulada pelo antissemitismo circundante*⁵⁵, desta feita, assumir seu lugar na história torna-se fundamental para contribuir dentre outros fatores na construção de uma identidade nacional e conseqüentemente num sentimento de pertença aquele lugar que fizeram morada, não somente para si como também para os povos “hospedeiros”, no intuito de deixarem de ser o Outro.

Isso nos conclama a buscar melhores compreensões acerca das questões políticas, econômicas e culturais que fazem do Brasil o lugar de destino para tantos imigrantes. Nos evocam a pensar o século XIX como sendo o tempo de maior presença até então de Judeus no Brasil.

1.2 NO ALVORECER DO IMPÉRIO: O BRASIL QUE ABRE AS PORTAS

Ao pensar a presença judaica desde o início da história do Brasil, temos apenas um momento marcante nesta temporalidade, o período em que o Brasil se torna holandês (1630-1654) e que também ganha a alcunha de Jerusalém Colonial como nos aponta Ronaldo Vainfas (2010) em obra com este mesmo nome, pois no Período Colonial, mais especificamente neste domínio holandês, concentrado em Pernambuco e algumas Capitâneas vizinhas que com as prerrogativas alijadas a interesses, sobretudo políticos e econômicos que os Judeus veem pela primeira vez um espaço para imigrarem e constituírem sua vida em maior plenitude. Sendo a maioria Judeus Sefaraditas, ou seja, oriundos da Península Ibérica. É, portanto o período em que efetivamente temos a presença de Judeus e Judaizantes, nos domínios principalmente que se estendia a Nova Holanda.

Portanto, a imigração judaica ao Brasil caracteriza-se em dois períodos um tanto distintos e distantes quanto a temporalidade: no primeiro compreende os judeus originários da Península Ibérica e da Holanda, da era colonial; a segunda, com a chegada dos judeus da Europa Central, Europa Ocidental, Europa Oriental e da África do Norte, com características análogas e também distintas quanto aos motivos que levam a tais movimentos migratórios.

⁵⁵ VALADARES, Paulo. **A presença oculta: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX.** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

Somente a partir do século XIX, com as intensas transformações que o Brasil estava sofrendo é que demarcamos o outro momento da imigração em massa dos Judeus para diversas regiões estratégicas do Brasil, sendo estes lugares escolhidos mediante as condições particulares de cada grupo imigrante, sejam eles Judeus ou não Judeus.

Logo nas primeiras décadas do século XIX, as notícias e registros da presença judaica no Brasil já estava se fazendo, no auge da modernização que raiava tanto do ponto de vista político quanto econômico, os jornais da capital anunciavam atividades que demarcavam a presença de diversos imigrantes, como nos recortes do jornal Diário do Rio de Janeiro:

Na rua da Misericórdia n. 10 há para vender por preços commodos hum grande numero de Livros antigos. Portuguezes, alemães, Inglezes, Hollandezes, Francezes, Dinamarquezes, Russianos, Gregos, Hebraicos e Latinos”, (DR, 23-08-1823).⁵⁶
 Vende-se na rua dos Ouveiros n. 21 muitos livros... gramática hebraica 1\$rs [...] Judeos errante, 5 vols. 2\$rs [...] (Diário do Rio de Janeiro: 05-12-1845)
 Digno de comprar-se. Obra mui rara e curiosa sobre a religião dos Judeos e Catholicos Romanos, onde se discreve todas as ceremonias de ambas as religiões, com 127 grandes estampas, grande volume (JORNAL O ANNUNCIADOR, 1850).

Para que haja comércio de um determinado produto, é preciso naturalmente que se exista um público consumidor, que se tenha interesse no que está sendo vendido, que se identifique, além desses produtos requererem usuários ávidos, capacitados ao seu consumo. Dificilmente um indivíduo nato do Brasil, sem conhecimento de língua estrangeira tornar-se-ia consumidor de um produto que não lhes desperte interesse, que não lhe gere nenhum lucro ao consumir.

Mais adiante também no Diário do Rio de Janeiro temos outra nota de venda, “na rua Direita sobrado n. 130, vende-se sem uso o seguinte: História dos Judeos; por Flávio Joseph, 7vol. 5U000 [...]” (DR. 08-11-1825). Ao longo de todo o período imperial, portanto, temos nos jornais notas diversas, desde anúncios de venda de produtos, querelas policiais, anúncios de morte, dentre outras informações que demarcam presenças imigrantes no Brasil, em especial, no caso por nós investigados, que denotam a presença judaica, se fazendo povo constituinte desse país que se forma em torno do Oitocentos.

Além do noticiário de vendas de livros em hebraico e de histórias de judeus, noticiou-se no Diário do Rio de Janeiro, apresentações de peças teatrais com conteúdo relativos à

⁵⁶ Os recortes de notícias do diário do Rio de Janeiro, bem como do Jornal do Comercio que apresentamos nesta tese foram colhidos pelo casal Frieda e Egon Wolff, transcritos inicialmente para o livro “Judeus no Brasil Imperial”, publicado em 1975. O casal realizou uma longa pesquisa, fazendo um levantamento de fontes para a História dos Judeus ao longo do século XIX, investigando documentos da polícia (passaportes), registros de estrangeiros, junta de comércio, arquivo nacional, registros em cemitérios e em mais de vinte e cinco mil códices da época.

cultura hebraica, mesmo sendo poucas, mas teremos anúncios como: “Shylock ou A terrível Vingança de um judeu”, noticiado em agosto de 1838 no diário do Rio de Janeiro; “A Família de um Judeo ou O Prebosto de Paris”, também datado de 1838; “O judeo Errante”, sendo noticiado constantemente pelo Diário do Rio de Janeiro, por décadas em distintas casas teatrais.

Hoje no theatro S. Pedro de Alcântara. Eugene Sue, O Judeu Errante. Este drama não tem relação alguma com outro de igual titulo representado há annos, no theatro Lyrico. O espectáculo começa ás 8 horas e termina ás 11.1/2. Os espectaculos neste theatro são intransferiveis, ainda que chova (Diário do Rio de 1875).⁵⁷

Assim, do alvorecer ao crepúsculo, o período imperial brasileiro se manifesta com os novos rumos da política de ocupação do território nacional, seu sentido de colonização agora destina-se também de acordo com a forma de regime vigente, os intelectuais buscavam uma nova identidade para o país, o comércio por sua vez, ansiava mão de obra qualificada e logo, políticas de atração ao imigrante foram sendo tecidas ao longo de todo o século XIX, em contraste ainda com as práticas coloniais anteriores, tais como a necessidade de mão obra para as propriedades rurais. Sendo assim, as políticas de abertura das “portas brasileiras”, não somente no raiar, como no sol de todo o Império é demarcado pelos interesses políticos, econômicos e religiosos, conforme os grupos que estão em comando.

No debate e na construção das primeiras leis, a exemplo, a Constituição do Império de 11 de dezembro de 1823, a qual fora rapidamente revogada por D. Pedro I, por acreditar que limitava demais seus poderes, nem sequer chegando à prática, porém não deixando de ser base para a constituinte outorgada de 1824, em seu artigo de número “6º” tratando dos cidadãos brasileiros, assim declarava:

«São cidadãos brasileiros:

- I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação;
- II. Os filhos de pai brasileiro e os illegirimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Império;
- III. Os filhos de pai brasileiro que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Império, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil;
- IV. Todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brazil na época em que se proclamou a independência nas províncias, onde

⁵⁷ Em investigação ao Jornal Diário do Rio de Janeiro, junto a BNDigital, somente no recorte temporal de 1860 a 1878, o jornal apresenta 54 ocorrências relativas ao judeu errante, sendo que em muitas destas menções, são anúncios de peças teatrais, divulgado enquanto drama bíblico. Fato este, que faremos uma abordagem mais detalhada mais a frente. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. **Diário do Rio de Janeiro, RJ - 1860 a 1878**. Domingo, 3 de outubro de 1875. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 01 nov. 2018.

habitavam, adheriram a esta expressa ou facitamente pela continuação de sua residência;

V. Os «estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião. A lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalização».⁵⁸

Nas proposituras acima, vê-se claramente que havia um objetivo de organizar a identidade deste novo país, ao tempo que os interesses coloniais do tempo de dominação portuguesa permeavam e tinham suas heranças, legislar acerca de ingênuos e libertos era uma preocupação em torno de nascidos livres, estrangeiros e posteriormente alforriados, a legitimidade em torno do berço do indivíduo, sua utilidade para o país, bem como o credo religioso estavam em voga no debate e na construção da primeira carta constitucional do Brasil. Aqui, interesses de colonização da época lusitana, da intelectualidade brasileira bebendo de ideias liberais, bem como da manutenção dos desejos clericais católicos se coadunavam e entravam em disputa nas leis imputadas e que passam diretamente a fazer parte da constituinte de 1824.

O inciso V, deste artigo 6º, nos é evidente ainda a delegação de uma análise mais apurada e uma definição maior quanto a política de imigração e de naturalização, ao expor que “A lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalização”, segundo Bastos (1925, p. 03 *apud* RODRIGUES, 1863, p. 12) em sua obra “Constituição Política do Império do Brazil”, viam a política e a legislação da questão de naturalização como uma medida política de alta conveniência, pois, “ todos os publicistas a reconhecem, e todos os países cultos a facilitam”, reconhecendo que a primeira constituinte do Império, fora extremamente generosa, concedendo ao estrangeiro naturalizado “o direito de participar de todas as garantias de que fruem os brasileiros natos, vedando apenas que eles possam ser regentes, senadores, deputados e ministros de Estado”.

Este fato, coloca-se contraditório ao passarmos pelo numeroso conjunto de leis, decretos e avisos outorgados e promulgados ao longo do século XIX, denotando as dificuldades impetradas não somente no debate social intelectual, mercantil e religioso em torno do imigrante, mas também nas onerosas e morosas cartas de pedido de naturalização a qual se colocava para poucos diante da imensidão de imigrantes quem vem para o Brasil neste século, uma vez que por mais que assistamos uma crescente no legislar sobre este tópico, as contrariedades serão frequentes.

Neste debate e no legislar em torno da cidadania e da naturalização a questão judaica no Brasil se misturava a de outros imigrantes que por razões diversas vem para o país, com

⁵⁸ Exceto da constituinte de 1823, contendo o artigo 6º, em obra do Juiz Federal José Tavares Bastos (BASTOS, José Tavares. **Naturalização**. Coimbra: Coimbra Editora LTª, 1925).

alguns adicionais de dificuldade em torno do casar-se com pessoas fora de sua cultura ou ainda pelo fato de serem descendentes de uma religião não cristã, fazia do judeu um dos grupos imigrantes que legaria maior dificuldade no naturalizar-se brasileiro, e assim, os conduzia a negociar sempre novas rotas para gerir a pertença para além de um documento.

Construir um discurso sobre si, uma identidade coletiva de pertença ao novo lugar, deixando de ser hospedeiro, imigrante, forasteiro ou qualquer outra nomenclatura que caracteriza o sujeito como não pertencente ao lugar onde habita, será uma das ações que muito preocuparam o povo judeu, independentemente de ser ou não no Brasil. Preocupação essa que buscava resultar em um discurso que representasse sua nova identidade pertencendo, fazendo parte de onde habitam.

Nem sempre essa preocupação apresentava práticas conscientes, as heranças nômades permeavam inconscientemente o dia a dia, a qual quase sempre estavam encarregadas de firmar que já faziam parte daquele lugar, que se faziam necessários na comunidade que estavam inseridos, que podiam colaborar, que já despojavam inclusive de sentimentos “nacionalistas”⁵⁹. Imigrar, para os judeus, significava libertação e contingência de sobrevivência (BLAY, 2013, p. 33).

Muitos judeus apresentavam-se como um povo “hóspede” num ambiente estrangeiro, e viviam dentro e fora da sociedade, caracterizados por uma situação dualista. Um povo pária. Logo, a busca por registros de naturalização é uma constante não somente para gozar das prerrogativas que o documento os trazia, mas também para livrar-se ao menos legalmente da condição de estrangeiro, de estranho e não pertença, legar um direito documental para sair de uma marginalização que lega o imigrante.

De um ponto de vista sociológico, os judeus eram um povo pária, o que significa como sabemos através da Índia, um povo hóspede, ritualmente separado, formalmente ou de fato, de seu entorno social. Todas as características essenciais da atitude dos judeus em relação ao seu meio podem ser deduzidas de sua existência pária – especialmente seu gueto voluntário, que em muito antecedeu o confinamento compulsório, e a natureza dual de sua moralidade [...] (WEBER, 1952, p. 3).⁶⁰

O povo pária coloca-se assim como um povo estrangeiro em uma dada terra que tenta imputar o seu modo de vida, ao passo que carece a necessidade de incorporar os valores culturais dos lugares hóspedes. Nos registros abaixo, atesta-se a busca por este sentimento de

⁵⁹ O sentido do termo “sentimentos nacionalistas” não se enquadra aqui puramente dentro de um viés político, mas de uma identidade cultural do lugar em que estão inseridos.

⁶⁰ WEBER, Max. **Ancient Judaism**. Glencoe, IL: The Free Press, 1952.

pertença, por esta tentativa documental de ausenta-se do título de estrangeiro, de buscar não somente prerrogativas legais para se viver como negociar, abrir firmas, como também tornar-se pertencente a um lugar, de fato e de direito.

Bayabot (Boobot), David. De Marrocos, casado residente na travessa de Santo Antonio n. 25 em Belém. Assinou o requerimento de naturalização em hebraico; foi atendido pela portaria de 26-3-1877.

Beliló, Salomão. Naturalizado em 25-6-1880; solteiro, 36, natural de Ilha Terceira.

Benesven, abraham. De Marrocos, casado, residente na travessa Santo Antonio. Naturalizado em 26-9-1882.

Benjó, Jaye José. De Tânger, solteiro, comerciante, 28, residente em Belém há mais de cinco anos. Naturalizado em 1-4-1887, contraiu um seguro de vida na New York Life Insurance Co., no valor de US\$ 2.000 Réis 4:800\$.

Benolié, José. De Marrocos, 34, solteiro, negociante ambulante, em Belém desde 1873. Naturalizado em 20-8-1877.

Benolier, Salú. De Marrocos, casado, residente na rua Dr. Pedreira n. 33. Naturalizado em 6-9-1878.

Benomó, Abraham. Natural de Tânger, solteiro, 30, comerciante, residente à rua dos Mártires. Naturalizado em 9-5-1880.

Benquiquí, Judah. De Marrocos, 24, negociante, residente em Belém. O seu requerimento de 20-1-1887 não foi atendido, tendo recebido o seguinte despacho: 1 ano (deverá apresentar outro pedido depois de um ano).

Bensabat, Isaac. De Marrocos, 32, solteiro, comerciante. Naturalizado em 15-9-1880.

Bensimon, Jacob. De Marrocos, solteiro, comerciante, residente à travessa Santo Antonio, 25. Naturalizado em 28-6-1878.

Cohin, Izaac. De Marrocos, casado, em Belém desde 1869. Naturalizado em 12-6-1877.

Cohim, José. De Tanger, 28, solteiro, filho de Jacob e Esther Cohim, estava há onze anos em Belém quando naturalizado em 9-10-1880.

Cohim, Salon. De Marrocos, casado, comerciante, residente à rua dos Mártires. naturalizado em 15-11-1881.

Elazar, Shalom. De Marrocos, casado, negociante, religião judaica. Naturalizado em 19-1-1878.

Hatar, Jacob Bem. De Marrocos casado, comerciante, residente na travessa Santo Antonio, 25, no Brasil há 4 anos. Portaria de naturalização de 21-6-1879.

Levy, David. Natural de Tanger em Marrocos, comerciante, casado, 2 filhos, residente na travessa Santo Antonio em Belém. Naturalizado em 3-1-1880.

Maraty, Joseph. De Marrocos, 25, casado, comerciante, morando em Belém. Professou a religião judaica. Assinou o requerimento em hebraico. Naturalizado em 6-4-1878.

Mellul, Salon. De Marrocos, casado, comerciante, residente à travessa Santo Antonio. Naturalizado em 7-5-1881.

Mosseto (Mossito), David. De Marrocos, 32, casado, comerciante, residente na travessa Santo Antonio. Naturalizado em 16-7-1881.

Nahmiaz, Salvador. Natural de Tanger, 28, solteiro, residente em Belém. Naturalizado em 21-6-1882.

Sananes, Salon. De Marrocos, comerciante, casado, residente em Belém. Naturalizado em 1-12-1877.

Semana, Joseph. De Marrocos, solteiro, religião judaica, residente em Belém. Naturalizado em 10-8-1877.

Shocron, Leon. De Marrocos, casado, um filho, rua das Flores n.1, Belém. Assinou em hebraico. residente em Belém. Naturalizado em 9-6-1880.

Zagury, Elias. De Marrocos, solteiro, comerciante, há 3 anos em Belém, travessa Santo Antonio. Naturalizado em 28-6-1878.⁶¹

Dados esses numerosos e morosos registros de naturalização⁶² dos judeus africanos no Brasil, imigrados do Marrocos, sendo na sua maioria homens de negócios, residentes nas mesmas ruas ou em proximidades, atestando sua vivência em comunidade, seus desejos comuns, vê-se que a partir de meados do século XIX, há um aumento nos pedidos e recebimentos de naturalização, tanto nas catalogações feitas pelo casal Wolff como em registros consulares sob guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, visto que esse momento é demarcado pelo início de atividades consulares do Brasil no Marrocos, fato este que mostra o maior fluxo nos pedidos e recebimentos de naturalização, somados a revogação de domiciliar dois anos para pode requerer carta de naturalização com o Decreto nº 291 de 30 de agosto de 1843.⁶³

Mesmo vivendo um período de antilusitanismo, na qual a nacionalização do mercado de trabalho tenha sido questão muito presente no século XIX (CÂMARA, 2005),⁶⁴ requerer os registros de naturalização perpassavam uma longa jornada, demandava por vezes custos elevados, bem como uma série de detalhes que se apresentavam como entraves, como se ver nos registros acima, os requerentes apresentavam idade, domicílio, profissão, estado civil,⁶⁵ tempo de morada no Brasil e até mesmo a religião que professavam, somente em vinte e três

⁶¹ Registros de naturalização catalogados pelo casal Egon e Frieda Wolff, apresentados na obra *Judeus no Brasil Imperial*. (1975, 267-272). As fotocópias estão no Centro de memória Judaica (CDM) em São Paulo, e, as originais na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

⁶² Tanto os requerimentos de naturalização, quanto os registros expedindo as cartas de naturalização, nos são fontes indispensáveis de estudo da presença judaica no Brasil. Esses documentos resguardam informações que mapeiam a origem, o lugar de onde o imigrante vem e suas informações de como estão no Brasil, como: lugar de nascimento, em alguns casos a filiação, idade, estado civil, o tempo em que residem no Brasil, a religião que professam, a profissão ou diretamente o ofício de trabalho que exercem no ato do requerimento, o atual local onde residem e manifestar desejo de continuar residindo no Brasil. Estas informações são de vital importância na solicitação de naturalização. Em anexo A e B, mostramos na íntegra alguns documentos de pedido de naturalização e despacho de alguns judeus marroquinos que residiam no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

⁶³ BRASIL. **Decreto nº 291 de 30 de agosto de 1843**. Reduz a dois anos o tempo da residência para a naturalização dos estrangeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁶⁴ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

⁶⁵ No tocante a este item, o fato de entre os judeus ser característica em comum o casamento consanguíneo, podia apresenta-se como um quesito que gerava ainda maior morosidade nos registros de naturalização, dado o artigo 2º da Lei de 23 de outubro de 1832, sobre naturalização dos estrangeiros, a qual rezava: Art. 2º São sujeitos unicamente a prova do parágrafo terceiro. § 1º Os casados com Brasileira. Além de que alguns documentos apresentados pelos judeus não tinham validade perante o governo brasileiro, o qual o controle e regulamentação da vida documental civil estava sob domínio da Igreja Católica, certidões de nascimento, casamento e óbito, não podendo aos judeus e outros não católicos a obtenção destes documentos.

de outubro de 1832 é que será sancionada, já no período regencial, a primeira lei de naturalização no Brasil, expressando quem seriam os imigrantes desejáveis e indesejáveis.

Art. 1º O Governo fica autorizado a conceder carta de naturalização, sendo requerida, a todo o estrangeiro, que provar:

§ 1º Ser maior de vinte e um annos.

§ 2º Que se acha no gozo dos direitos civis, como cidadão do paiz, á que pertence, salvo se os houver perdido por motivos absolutamente politicos.

§ 3º Que tem declarado na Camara do municipio de sua residencia seus principios religiosos, sua patria, e que pretende fixar seu domicilio no Brazil.

§ 4º Que tem residido do Brazil por espaço de quatro annos consecutivos, depois de feita a declaração mencionada no paragrapho antecedente; exceptos se, domiciliados por mais de quatro annos no Imperio ao tempo da promulgação deste Lei, requererem dentro de um anno carta de naturalização.

§ 5º Que ou é possuidor de bens de raiz no Brazil, ou nelle tem parte em fundos de algum estabelecimento industrial, ou exerce alguma profissão util, ou em fim vive honestamente do seu trabalho.⁶⁶

Mais uma vez a saga da naturalização imputa questões como: declarar princípios religiosos na câmara dos municípios que fazem domicílio, mesmo que a Constituição permita presença de outros segmentos religiosos desde a constituinte de 1824, o medo, e os estigmas trazidos em seus corpos bem como já existindo nos lugares onde estão como o fato de ser judeu, independentemente de ser ou não um judeu profíente, já se colocava como condicionante que opera na dificuldade de naturalização; bem como o fato de ser possuidor de bens e ou exercer profissões úteis ao país, estes adjetivos além de restringir muitos pedidos de naturalização, também escancarava os objetivos tanto governamentais como dos intelectuais brasileiros no construir uma nacionalidade a partir de sujeitos ávidos e vantajosos para o mercado, seja nas heranças latifundiárias dos tempos de Colônia, seja nas primícias da industrialização nascente, somados ainda a princípios cristãos, este último, elemento de dificuldade singular dos judeus.

No desejo de naturalização destes judeus, pouco se apresenta uma noção de busca de cidadania, com moldes em direito de voto, participação em cargos públicos e políticos, conceito um tanto distante ainda da realidade vivente, uma vez que seu debate e busca será maior com advento da República no Brasil,⁶⁷ sua busca está muito mais nas licenças para comerciar, na minimização de barreiras burocráticas em torno das atividades laborais mercantis, nas taxas tributárias diferenciadas que tinham que pagar por não serem

⁶⁶ BRASIL. **Lei de 23 de outubro de 1832**. Sobre naturalização dos estrangeiros. v. 1, p.116. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1832. (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁶⁷ PINSK, Jaime; PINSK, Carla (orgs). **História da cidadania**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

naturalizados, no reconhecimento de seus casamentos por serem acatólicos,⁶⁸ pois, somente com um Decreto Republicano em fins de 1989 é que os estrangeiros naturalizados passam até gozo maior de direitos civis e políticos.⁶⁹

Antes disso, vale salientar que outras medidas legais ao longo deste século foram corroborando para fomentar e aumentar o número de naturalizados, como em 1871, o governo sanciona novas leis para ampliar os registros de nacionalização, bem como arremeter as novas ondas imigrantes para o Brasil, no desejo de minimizar as dificuldades das leis de naturalização de 1832, qualificando legalmente, de tornar brasileiros o que consideravam de população útil, os estrangeiros úteis, nessa lei foram implementados:

Art. 2º O Governo poderá dispensar no tempo de residência:

1º Ao casado com Brasileira;

2º Ao que possuir bens de raiz no Brasil, ou tiver parte em algum estabelecimento industrial;

3º Ao que for inventor ou introdutor de um gênero de indústria qualquer;

4º Ao que se recomendar por seus talentos e letras, ou por sua aptidão profissional em qualquer ramo de indústria;

5º Ao filho do estrangeiro naturalizado nascido fora do Império antes da naturalização de seu pai.⁷⁰

A busca por estrangeiros úteis, se faz mais do que presente nas prerrogativas dadas por mais este conjunto de leis, o que se soma as vantagens apreciáveis trazidas pelos imigrantes, em especial, no caso judaico como já elencamos por meio do Boris Fausto (1997),⁷¹ no qual as habilidades judaicas com suas contribuições culturais, seu reconhecimento na área mercantil, familiarizados com os negócios europeus, serão de grande valia e em grande parte atendem aos parágrafos 3º, rezando a “vantagem” ao que for inventor ou introdutor de um gênero de indústria qualquer, e ao parágrafo 4º, ao que se recomendar por seus talentos e letras, ou por sua aptidão profissional em qualquer ramo de indústria. Neste sentido, os judeus que se enquadravam nessas condições poderiam se tornar ‘cidadãos’, fato este que não estava relegado a todos, a naturalização expressava interesses tácitos de ordem política, econômica,

⁶⁸ BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (1824)**. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁶⁹ Art. 3º Os estrangeiros naturalizados por este decreto gozarão de todos os direitos civis e políticos dos cidadãos natos, podendo desempenhar todos os cargos públicos, exceto o de Chefe do Estado. BRASIL. **Decreto n. 58-A, de 14 de dezembro de 1889**. Presidência da República, Rio de Janeiro (RJ), 14 de dezembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁷⁰ BRASIL. Ministério do Império. **Decreto nº 1.950, de 12 de julho de 1871**. Autoriza o Governo para conceder carta de naturalização a todo o estrangeiro que a requerer, maior de 21 anos, e tendo residido no Brasil ou fóra delle, em seu serviço por mais de dous annos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1950-12-julho-1871-551847-publicacaooriginal-68679-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁷¹ FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios: história da imigração**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

religiosa e conseqüentemente atendendo a tais prerrequisitos na formação social e nacional deste país, lembrando ainda que para ser cidadão o imigrante, o estrangeiro, precisa se naturalizar.

Izaak Azulai, marroquino, domiciliado na Freguesia de Aveiros, Pará, vem ante o trono de V. M. Imperial impetrar sua carta de naturalização de cidadão brasileiro; e como documento tem a honra de oferecer a justificação que deu perante a Câmara Municipal de seu distrito, provando os requisitos que por lei são exigidos. O suplicante convencido do quanto se empenha o sábio governo de S. M. I. em chamar em seu país os cidadãos de outras nações que ao aumento da população reúnam o maior número de indústria e artes, não duvida um momento em esperar V.M.I. lhe mande passar carta de naturalização. Como submissamente pede [...].

Aveiros, 13 de janeiro de 1873

Izaak azulai⁷²

Izaak Azulai, atendia ao decreto de 1871, bem como os requisitos das medidas anteriores, fazendo domicílio, idade pertinente, bem como se constituindo estrangeiro útil, apontando suas qualidades de homem de comércio, bem como suas vantagens por ofertar ao país aquilo que o governo procura, maior número de indústrias e artes.

Era comum, ou melhor se seguia um rigor obrigatório nos pedidos de concessão de naturalização como podemos aferir no pedido rebuscado e suplicante do Izaak Azulai, porém em muitas das cartas de judeus africanos, o qual segundo Egon e Frieda Wolff (1987), o fato de serem “israelitas marroquinos”, causava por natureza uma morosidade nos processos.

Ilmo. Sr. Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal.

Izaak Azulai, marroquino, de 24 anos, comerciante e residente neste Município, precisando de atestação da Ilma. Câmara para poder documentar uma petição ao governo Imperial, pedindo ser naturalizado cidadão brasileiro, visto como sua primeira petição extraviou-se, vem rogar a VV. SS. se dignem mandar, na forma requerida, pelo que pede e espera [...].

Itaituba, 10 de janeiro de 1873

Izaak Azulai.

No pedido deste outro Izaak Azulai, não sendo o mesmo citado anteriormente, nos traz um dos exemplos desta morosidade, a qual não temos como afirmar se ocorrera por ser um israelita marroquino como nos aponta Egon e Frieda Wolff, ou pelo fato de simples demora nos trâmites burocráticos. O mesmo relata que sua primeira petição teria sido extraviada e assim roga outra solicitação junto à Câmara Municipal, visto que esse documento era

⁷² Requerimento citado por Egon e Frieda Wolff no livro *Dicionário biográfico IV. Processos de naturalização de Israelitas – Século XIX* - Rio de Janeiro, IHGB, 1987, v. IV, p. 71. Este requerimento pode ser visto no anexo A desta tese.

indispensável ao andamento da naturalização, era necessário um reconhecimento legal do lugar de domicílio.

Deferido. Câmara Municipal de Itatuba, 10-1-1873.

A Câmara Municipal de Itatuba, em sessão ordinária, Atesta que Izaac Azulai, de 24 anos, tem residido na Freguesia de Aveiros, Pará, por espaço de 4 anos completos, assim como que se emprega no comércio vivendo de seu trabalho e que finalmente declarou a esta Câmara os seus princípios religiosos: hebraico; naturalidade: Marrocos; e a determinação de fixar seu domicílio neste Império do Brasil, como seu cidadão. Assinaturas de 10 de janeiro de 1873.

O pedido então é deferido e temos mais uma vez a reiteração de se colocar como estrangeiro útil, era preciso provar dentro de uma ação excessivamente burocratizada para além do domicílio, da religião que professa (agora com menos rigor), de sua origem, a sua serventia para o país. O fato de se empregar no comércio e ter declarado viver do seu comércio, sendo firmado ainda em documentos mais adiantes ser dono de indústria faz com que se perceba o lugar de necessidade do estrangeiro e sua importância para sua nova Nação. O constituinte Andrada Machado chegou a proferir que receava está sendo liberal demais quando enquanto redator do Preâmbulo da constituição brasileira em 1823 concedeu o direito a liberdade religiosa aos estrangeiros acatólicos, chegando a explicar que sua intenção estava em atrair os judeus com capital.⁷³

Palácio do Governo do Pará, 6-2-1873.

À Sua Majestade o Imperador impetra na presente petição o súdito marroquino Izaac Azulai a graça de ser naturalizado cidadão brasileiro. – a vista do documento junto à petição do suplente julgo que ele está no caso de ser deferido; mas Sua Majestade Imperial resolverá o que entender mais justo na Sua Sabedoria.

Anotações: julgo no caso de obter a naturalização que solicita. 21 de fevereiro de 1873, assinatura. Sim. De acordo. Assinatura.

Aos 21 de junho de 1873, no Palácio desta presidência compareceu o Dr. Francisco Mendes Pereira, como legítimo procurador do hebraico Izaac Azulai, naturalizado cidadão brasileiro por carta imperial de 20 de março último, e perante mim execução e de conformidade com as disposições dos artigos 5º e 6º do decreto nº 1950 de 12 de junho de 1871, fez promessa pelo seu constituinte de obediência e fidelidade a Constituição política e leis do Império, prometendo ao mesmo tempo, reconhecer o Brasil por sua pátria desta data em diante; e na mesma ocasião declarou ser natural de Marrocos, ter 22 anos, ser solteiro, não ter filhos e professar o judaísmo. – E para constar se lavrou o presente termo que vai assinado por mim e pelo referido procurador do naturalizado, a quem é entregue a respectiva carta de naturalização. – O secretário da Província – Antônio dos Passos Miranda o fez escrever. Domingos José da Cunha Junior. – Francisco Mendes Pereira. – Conforme o Oficial. Assinatura.⁷⁴

⁷³ ANAIS do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte de 1823. Sessão de 01 de outubro e 02 de 1823. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

⁷⁴ Requerimento citado por Egon e Frieda Wolff no livro Dicionário biográfico IV. Processos de naturalização de Israelitas – Século XIX - Rio de Janeiro, IHGB, 1987, v. IV, p. 72.

É nítido a preocupação apresentada na burocracia para se ter registros de naturalização. Estava em pauta a qualidade de quem seria brasileiro ao tempo que se necessitava dessa mão de obra estrangeira, de suas qualificações e préstimos que pudessem até mesmo para garantir ainda uma integridade territorial, a qual não estava tão assentada nas primeiras décadas do Período Imperial.

Está em acordo com os artigos 5º e 6º do Decreto nº 1.950, de 12 de julho de 1871, os quais imputam a necessidade de estarem munidos de seu procurador e seus respectivos documentos, declarar obediência as leis da Constituinte, bem como prestar juramento perante o Governo ou perante os Presidentes das Províncias sem dúvida pesou na deliberação da Carta de Naturalização do Izaak Azulai, porém as outras observações protocoladas neste mesmo decreto do qual rezava o fato de possuir bens de raiz no Brasil e por reunir aptidões importantes ao crescimento comercial da Província em que reside e conseqüentemente no país.

Mais adiante com a Lei n. 3.140 de 30 de outubro de 1882,⁷⁵ delegando às províncias a concessão das cartas de cidadania, bem como a isenção das elevadas taxas, temos uma medida que corrobora ainda mais com os pedidos de naturalização, fato este auferido nos pedidos elencados nas páginas anteriores nas décadas de 1870 e 1880. Assim, a legislação produzida ao longo do século XIX, assiste a uma gradativa busca de cidadania aos imigrantes por meio das naturalizações.

Quadro 1 - Principais decretos e leis do Império sobre o tema da naturalização

Legislação	Descrição
1823: A Constituição do Império de 11 de dezembro	Embora tenha sido dissolvida, traz em seu artigo sexto as primeiras prerrogativas legais acerca dos registros de naturalização que seriam inseridas adiante.
1824: Constituição do Império	Indica a possibilidade de naturalização de estrangeiros a ser futuramente regulamentada.
1827: Decreto de 14 de agosto	Determinava que seria cidadão brasileiro naturalizado todo estrangeiro que, naturalizado português, estivesse no Brasil antes da época da Independência, e que pela continuação da residência aderisse a ela e jurasse a Constituição Política do Império.
1832: Lei de 23 de outubro	Regulamenta o processo de solicitação e obtenção de cidadania brasileira por estrangeiros, estabelecendo critérios

⁷⁵ BRASIL. **Lei nº 3.140, de 30 de outubro de 1882.** Orça a Receita Geral do Império para os exercícios de 1882-1883 e 1883-1884 e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3140-30-outubro-1882-544790-publicacaooriginal-56299-pl.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

	para a concessão da mesma.
1835: Decreto n. 24, de 17 de setembro	Concedeu naturalização aos colonos do Rio Doce, findo um ano de residência no Brasil.
1846: Decreto nº 397, de 3 de setembro	Determinava que fossem reconhecidos cidadãos brasileiros naturalizados os estrangeiros estabelecidos nas colônias de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Torres da Província de S. Pedro.
1850: Decreto n. 518, de 31 de janeiro	Tornou as disposições da Lei n. 597, de 1846, extensivas as Colônias de S. Pedro de Alcântara, na Província de Santa Catarina e de Petrópolis, no Rio de Janeiro.
1850: Decreto n. 75, de 10 de julho	Declara que a disposição do Decreto n. 397 de 3 de setembro de 1846 só compreende os estrangeiros estabelecidos ao tempo de sua promulgação, nas Colônias de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Torres.
1850: Lei n. 601, de 18 de setembro	Art. 17 da Lei de Terras estabeleceu a posse da terra como meio para a naturalização.
1853: Decreto n. 712, de 16 de setembro	Fez extensiva a disposição do Art. 17 da Lei n. 601, de 1850, a todos os estrangeiros que fizerem parte de qualquer colônia do Império.
1855: Decreto nº 808-A, de 23 de junho	Contendo várias disposições sobre a naturalização dos estrangeiros então estabelecidos como colonos nos diversos lugares do império, ainda não reconhecidos brasileiros.
1860: Decreto nº 1096, de 10 de setembro	Regulou os direitos civis e políticos dos filhos estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estivessem em serviço de sua nação e das estrangeiras que casassem com brasileiros e dos brasileiros que casassem com estrangeiras.
1865: Aviso n. 145, de 28 de março	Declara que os menores nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros, não estão isentos do serviço da Guarda Nacional.
1871: Decreto nº 1950, de 12 de julho	Autorizava o Governo a conceder carta de naturalização a todo o estrangeiro que o requeresse, maior de 21 anos e tendo residência no Brasil ou fora dele, em seu serviço por mais de 2 anos.
1882: Lei n. 3140, de 30 de outubro	Isentou as cartas de naturalização de qualquer contribuição e deu aos Presidentes de Província atribuição para as conceder.

Fonte: Quadro Adaptado de Carlos Eduardo Piassini.⁷⁶

Os decretos, leis e avisos ao longo do período oitocentista, somados as transformações e interesses de ordens diversas, “abrem as portas”, porém, apresentando sempre como um

⁷⁶ ESTUDOS Históricos. **Revista Digital de Publicación Semestral**. Uruguay, ano XI, n. 22, 2019. ISSN: 1688-5317. Adaptado a partir da consulta de Atos dos poderes Executivo e Legislativo, leis, decisões, decretos, avisos e alvarás. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

jogo de negociações como diria Jeffrey Lesser (2001),⁷⁷ é preciso morar a mais de dois anos, ter bens, contrair matrimônio, prestar serviço militar, dentre outros, à medida que Igreja, comércio, latifúndio e Estado, propõem seus interesses diversos em torno do imigrante, o mesmo barganha sua identidade, o seu lugar, se fazendo também importante para além das necessidades econômicas.

Embora que, não se pode deixar de descartar que existe uma outra característica forte no imigrante que é desejo de assentamento no seu novo lugar de destino, de se fazer parte integrante e de ser reconhecido. Esse lugar vai além dos registros de naturalização, de ganho de concessões políticas, da conversão a uma nova religião ou até mesmo de mudanças de costumes. A paragem que muitos imigrantes almejam é o de serem reconhecidos na história e na historiografia. De se fazerem presentes tanto no discurso quanto na memória. Estas ideias, são reforçadas pelos apontamentos da Rachel Mizrahi, na qual reforça as singularidades e peculiaridades no estudo da história da imigração judaica, reforçando para atentarmos às questões como:

[...] a singularidade da fé e da identidade cultural judaica que permitiram a unidade na diversidade; o sentimento de pertencimento a uma nação; o processo de integração dos judeus nas comunidades de destino no Brasil e as suas contribuições à sociedade brasileira a partir do século 19; os diferentes contextos históricos que nos permitam distinguir os judeus por categorias distintas: colonizadores, imigrantes, refugiados, deslocados de guerra etc. (MIZRAHI, 2005, p. 02).

A preocupação que se tem é que, tais imagens serão inevitavelmente elaboradas e inscritas, porém o teor dos discursos produzidos é o que preocupa, é o que pode gerar tanto fatores de integração quanto de exclusão, a ponto de corroborar com novos êxodos. Uma vez que no estudo da História dos Judeus, da História da imigração judaica os discursos e as práticas tanto de solidariedades que corroboram para formação das comunidades e inserção social, caminham juntas com as tensões de práticas políticas antijudaicas.

Nos fatores de atração e de solidariedades dentre os inúmeros exemplos que podemos ter ao longo da História Mundial é o fato de muitos judeus da elite espanhola após serem expulsos da Península Ibérica em fins do século XV, terem sido absorvidos pelo Império Otomano, pois apresentavam no dizer de Boris Fausto (1997), na Obra Negócios e Ócios, história da Imigração, “[...] vantagens apreciáveis”. Nessas vantagens, ações como domínio de imprensa, conhecimentos médicos e de negócios, dentre outros, favoreceram sua inserção em diversos setores políticos e estratégicos do Império.

⁷⁷ LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. São Paulo: UNESP, 2001.

Outro exemplo ainda dessas vantagens apreciáveis dos judeus está em muitos que chegaram aqui no Brasil, como Francisco Leão Cohn, alemão, descendente de judeus que chegara ao Brasil por volta de 1833, tornou-se Tenente Coronel da Guarda Nacional, juntamente com seus filhos, funda algumas firmas com trabalhos de corretagem: Cohn e Ferreira; Cohn, Ferreira & Howden; Cohn e Filhos. Tendo ainda sido nomeado Cavaleiro da Ordem da Roza e Cavaleiro da Ordem de Cristo, fato inédito no Brasil Imperial, pois, só se era permitido alguém se tornar Cavaleiro da Ordem de Cristo, um cristão. “[...], por ocasião do aniversário de D. Pedro II, o quartel mestre da Guarda Nacional da Corte, Francisco Leão Cohn foi nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo, [...]” (JORNAL DO COMMERCIO, 2 de dezembro de 1842).

Como situações contrárias, a de tensões, temos o fato que ocorrera após o Concílio de Latrão (1179), na ocasião a Igreja determinara, que todos os judeus deveriam apresentar em suas vestes uma rodela amarela a frente do seu peito, fomentando estigmas em torno dos judeus bem como reforçando práticas de antijudaísmo e mais tarde os horrores do antissemitismo.

No contexto das imigrações havia um perfil ao longo do século XIX e posteriormente XX dos imigrantes que podiam se estabelecer no Brasil. Os judeus não representavam este perfil desejável, principalmente o fato de não serem cristão, além de que também temos um conjunto de fatores que permeiam os desejos e questões gerais da imigração, o que de todo não se aplica aos judeus e isto trará consequências ímpares quanto a sua vinda, chegada e permanência nesse momento da história do Brasil.

O debate anterior a construção da Constituição de 1823 e conseqüentemente a de 1824, não foi raro encontrar questões acerca do legislar em torno da aceitação de não cristão. Logo nos seus primeiros trabalhos sob religiosos auspícios, como assim se descrevia a participação dos clérigos católicos. Não dizem os Anais, mas a imprensa noticiou, que se inauguraram os trabalhos sob religiosos e amáveis auspícios. A 1º de maio o bispo D. José Caetano rezou a missa do Espírito Santo (BRASIL, 2003, p.24).⁷⁸ Os interesses das mais variadas naturezas estavam imbricados nestas leis primeiras do Brasil e os judeus ao passo que encontram prerrogativas, também terão que negociar suas marcas que os antecedem e narram seus corpos. A de serem não cristão e, no caso dos judeus oriundos da África, de também trazerem essa ancestralidade.

⁷⁸ BRASIL. *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823*. Edições do Senado Federal, v. 6, 2003.

No caso da presença judaica na Amazônia, a qual é descrita na maioria dos estudos que se debruçam sobre o tema a partir de 1810, sendo o século XIX, o período de maior imigração até então de judeus para o Brasil e de modo mais particular para a Amazônia e outras partes que compõem esta região. No entanto, para que ocorra esta vinda, seus assentamentos começam a ser corroborados antes mesmo de 1810, visto que transformações de ordem política e econômica se fizeram para que o Brasil passasse, ou melhor retornasse a ser visto como terra que almejasse ser de promessa, de anunciação de uma vida melhor, delineando novas trilhas, estabelecendo novas fronteiras quanto aos acessos físicos, políticos e econômicos.

No ano de 1750, os reinos Ibéricos (Portugal/Espanha) assinam o Tratado de Madri, no qual quem ocupasse a Terra dela teria direito. Logo, incentivar a imigração seria mais do que uma necessidade, sendo dessa feita que Portugal conseguiu muitas áreas na Amazônia, ocupando áreas estratégicas do ponto de vista geopolítico.

Esta presença do imigrante favorecia o povoamento da região e assim contribuía para o estabelecimento das fronteiras. Inicialmente o branco lusitano católico, porém com as novas necessidades e mudanças políticas, econômicas e religiosas essas exigências foram “perdendo força” no campo legislativo, já no campo cultural, no cotidiano foram ainda mais acentuadas.

Para Del Priori, este tempo vislumbra o novo, o recomeço, imbuído nos interesses de todos aqueles que desejam dar início a um novo tempo, por isso as profecias sejam bíblicas ou da Torá nunca fizeram tanto sentido. A terra de Canaã (Gênesis 12:7), não somente foi exclusiva aos Judeus, mas a todos aqueles que se integrariam ao projeto de construção de uma ‘nação’ que se erguia no advento da Independência do Brasil.

O Brasil do Império, entretanto, não sofria de isolamento: recebeu viajantes estrangeiros, falou outras línguas, além do português, importou livros e professores de dança e de boas maneiras. Importou também objetos de consumo, utensílios, modas e hábitos que mudaram o dia-a-dia. Olhou-se no espelho da Europa e quis ser como ela. Sentou-se à mesa e comeu com garfo e faca. Foi servido à francesa e bebeu champagne e whisky. Imigrantes estrangeiros trouxeram para cá temperos e receitas (DEL PRIORI, 2016, p.16).⁷⁹

Voltemos, neste ínterim, a ressaltar que o século XVIII fora palco de transformações que favorecem o processo de imigração não somente para o Brasil, como também para todos aqueles lugares que proovessem liberdades e matérias-primas para as novas necessidades de mercado, somadas as liberdades políticas e religiosas que emergiam frente às Revoluções

⁷⁹ DEL PRIORI, Mary. **Documentos históricos do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2016.

Liberais. Desta feita os imigrantes, dentre eles judeus já poderiam estar vindo para estas bandas, no afã de livrarem-se da pobreza de seus lugares de destino, dentre diversos outros fatores.

Segundo Abraham Bentes, também se reportando a esta mesma temporalidade, o primeiro sinal de misericórdia, teria início a 7 de agosto de 1750, quando D. José I foi aclamado Rei de Portugal sucedendo a seu pai D. João V. Graças ao seu primeiro ministro, o Marquês de Pombal, começou uma nova era para os judeus e os cristãos-novos que viviam em terras lusitanas (BENTES, 1987, p. 345).

Neste governo na esteira das ideias de Bentes (1987) e Kayserling (1971),⁸⁰ temos medidas que irão contribuir para a imigração judaica nas possessões portuguesas e conseqüentemente para o Brasil ao proceder sua separação do mundo lusitano, questões como a extinção da Companhia de Jesus no Brasil e uma Carta de Lei de ambas em 1773, abordava questões diretas aos judeus como a garantia do direito de ir vir, o direito de escambar e o fim da distinção entre cristão novos e cristão velhos, este sendo um dos pontos mais úteis e favorecendo já em fins do século XVIII, a imigração judaica para o trópicos.

As condições, portanto, para que muitos imigrantes viessem para o Brasil começam a ser desenhadas com as políticas de cunho Liberal do Marques de Pombal no período em que exerceu cargo de primeiro ministro durante o reinado de D. José I em Portugal e conseqüentemente do Brasil, de 1750 a 1777, mesmo tendo foco na economia e na educação, suas ideias iluministas, pregavam a liberdade de comércio, a importação da cultura europeia e vislumbravam o pensar na construção de espaços em que o imigrante poderia se favorecer alinhadas ainda a interesses que sutilmente começam a se estabelecer como a necessidade de mão de obra a um mercado liberal que rompia e o branqueamento de população como condicionante a tornar os espaços semelhantes a Portugal mais civilizados.

Pombal sacudiu a sociedade lusa em todos os níveis, realizando um esforço para superar vários problemas: tirar Portugal da inferioridade em relação às potências europeias, reformando a economia, e fortalecer o poder do Estado, firmando a supremacia da Coroa perante a nobreza e a Igreja - incluindo-se, aqui, os jesuítas (VILLALTA, 2000, p. 18).⁸¹

Em 07 de junho de 1755, foi criada no governo do Marquês de Pombal, como mais uma medida para tirar Portugal da crise em que se encontrava, a Companhia do Grão Pará e Maranhão com sede em Portugal, demarcando os laços liberais, porém de manutenção da

⁸⁰ KAYSERLING, Meyer. **História dos judeus em Portugal**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

⁸¹ VILLALTA, Luiz. **1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

colônia, traços do despotismo esclarecido, objetivando o estreitamento comercial e consequentemente criando circuitos e trocas comerciais da América, África e Ásia, nomeadamente Maranhão, Pará, Cacheu, Cabo Verde, Bissau, Angola, Macau, Coromandel, Bengala e Malabar.

As frotas da Companhia carregavam para o Brasil produtos manufacturados, ferramentas, utensílios, alguns géneros alimentícios, medicamentos e escravos, trazendo açúcar, café, cacau, especiarias, madeiras, algodão, matérias corantes, tabaco, atados e couro. Os postos mais importantes de abastecimentos e trocas eram Bissau, Cacheu, Cabo Verde, Costa da Mina, Angola, Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, e ilhas da Madeira e dos Açores.⁸²

A Amazônia, mesmo na sua vastidão e ainda de muito desconhecimento, despontava em vista disso, como grande fornecedora de produtos essenciais ao novo mercado que insurgia. E, logo, estas redes comerciais, também se tornaram redes de imigrações, comercializando mais que mercadorias, fomentando o construto de conexões entre os lugares aos quais o comércio se ligava. Transportando malas carregadas de sonhos e esperanças.

Podemos assim dizer que, as reformas pombalinas serviram de estímulo para as imigrações, em especial aos Judeus por reunirem medidas que contribuíram para a escolha do Brasil como destino. Somadas a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, à medida que atinge os Judeus ocorre em 1773 como já mencionamos anteriormente, a lei que acabara com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, sem sombra de dúvidas impulsiona imigrantes para diversas partes do Brasil. Por esta lei, todos os registros anteriores deveriam ser trancados, cancelados e riscados de forma que não possam ler. Aqueles que insistissem em diferenciar os indivíduos de acordo com a denominação cristão-novo e cristão-velho seriam punidos, em alguns casos até com degredo em Angola como faz referência Carneiro (1983, p. 187 *apud* KEILA GRINBERG, 2005, p. 202).⁸³

Logo, vemos que o conhecer da Amazônia fora estabelecido, guardando as limitações de tempo, é claro, neste período, o circuito não somente favorecia as trocas comerciais, mas os contatos entre os povos, mesmo que limitados pelo controle da metrópole, as estórias dos lugares também acompanhavam os comerciantes e as mercadorias.

No seguir os rastros das reformas pombalinas com seu ideário liberal, outros acontecimentos como descrevemos acima se fizeram para que as portas da imigração fossem

⁸² Associação dos Amigos da Torre do Tombo. Disponível em: <http://www.aatt.org/site/index.php>. Acesso em: 11 jun. 2019.

⁸³ GRINBERG, Keila (org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

se abrindo cada vez mais. Estamos falando agora do caso da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808.

Fugindo do domínio napoleônico em boa parte da Europa e do Bloqueio Continental e com o apoio da Inglaterra, a Corte se transfere para o Brasil, e aqui desenvolve-se uma série de mudanças que dentre tantas favorecem de certa forma a imigração. Apesar de boa parte das mudanças se fazerem na Capital a qual se tornou definitivamente o eixo da vida político-econômica, outras localidades do Brasil, também sentiram as mudanças e compreenderam um momento de transformações que mudaram os rumos da História desta antiga Colônia que agora através de um decreto do próprio D. João IV culminaria com a elevação para Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815.

No dizer da historiadora Del Priori: O futuro monarca e a família real desembarcaram no Rio de Janeiro a 8 de março de 1808, trazendo em sua bagagem a prataria de uso privado e uma formosa biblioteca para encher as horas vagas (DEL PRIORI, 2016, p. 34). No entanto, fora necessário muito mais para preencher as horas mortas. Era preciso criar condições e locais adequados para desfazer as bagagens e usar as pratarias, era importante ter espaços para as leituras. Criar condições ávidas à vida no Trópicos.

Abrir os Portos para as Nações amigas em 1808 fora de suma importância, não somente do ponto de vista econômico, no sentido de atender as necessidades da Colônia que aos poucos se fazia metrópole, mas também de promover a entrada de mercadorias e pessoas principalmente da Inglaterra, na qual muitos eram judeus.

Neste fito, outras inovações foram sendo paulatinamente realizadas. Um banco fora fundado, a Imprensa Régia e a autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais em 1808, a Academia Real Militar, além de escolas como a de Medicina, uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro, bem como a instalação de uma fábrica de pólvora e de indústrias de ferro em Minas Gerais e em São Paulo em 1810.

O ano de 1810 também assinala o Tratado Comercial, o “Treaty of Cooperation and Friendship” (Tratado de Cooperação e Amizade), esse acordo chefiado pela Inglaterra, possuía vantagens inigualáveis à Inglaterra não somente tendo alíquotas alfandegárias mais favoráveis que outras nações, como também garantindo prerrogativas para os seus, visto que grande parte dos comerciantes ingleses eram protestantes e assim necessitariam de proteções numa potestade predominantemente católica como o Brasil.

Para Benchimol, parafraseando o Nachman Falbel em uma palestra dada no I Congresso Internacional Israelita de Ecoturismo em 1997 na cidade de Belém, o Tratado de Aliança e Amizade entre o Reino Unido e o Brasil constitui um marco e um sinalizador para

os Judeus do Marrocos e outros países pudessem vir para a Amazônia (BENCHIMOL, 1998, p. 57). Esta afirmação é estabelecida sobretudo, ainda seguindo as explanações de Samuel Benchimol, pelo fato de que esse tratado ter permitido a introdução de manufaturas inglesas de ferro, vidro, cobre, lã, louça, cutelaria, móveis, sapatos, roupas, colchões e outros produtos que viessem romper o monopólio português sobre o Brasil, porém Abraham Bentes aponta que outro elemento também estaria em voga:

Em 19 de fevereiro de 1810 os judeus e cristãos-novos que residiam no Brasil assumiram uma eterna dívida de gratidão para com a coroa da Inglaterra. Neste dia foi assinado no Rio de Janeiro, pelo Conde de Linhares, representando o Príncipe D. João, e pelo Ministro Stranford, representando o Rei Jorge III da Grã-Bretanha, um Tratado de Aliança e Amizade com onze artigos, inclusive um que determinava não ser estabelecido para o futuro, no Brasil, o Tribunal da Inquisição (BENTES, 1987, p. 347).

Percebemos que os ingleses estavam muito mais interessados e imbuídos no espírito liberal econômico do que numa tolerância religiosa, embora que, garantir espaços para sua população mercantil predominantemente protestante, lhes fossem também objetivos importantes, e assim, os judeus ou qualquer outro povo que não professasse o cristianismo católico seriam beneficiados. Fato este auferido no artigo XII⁸⁴, deste mesmo Tratado de 1810, o qual rezava que:

Sua Alteza Real O Principe Regente de Portugal declara e se obriga no seu proprio Nome, e no de Seus Herdeiros e Successores, a que os Vassallos de Sua Magestade Britannica residentes nos Seus Territorios, e Dominios não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da Sua Religião, mas antes terão perfeita liberdade de Consciencia, e licença para assistirem, e celebrarem o Serviço Divino em honra do Todo Poderoso Deus, quer seja dentro de suas Casas particulares, quer nas suas particulares Igrejas, e Capellas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre, graciosamente lhes Concede a permissão de edificarem, e manterem dentro dos Seus Dominios (BRASIL, 1891, p. 70).

O fato de boa parte dos ingleses professarem religiões protestantes, trazia garantias não somente de comércio como também religiosa, visto que o Brasil permanecia sendo uma colônia oficialmente católica. Por essa licença, os ingleses podiam professar a sua fé nas ruas ou em edificações, sem assemelhar as católicas, não podendo ter sinos para não anunciarem seus serviços divinos ou caracteres arquitetônicos que não seja de casas simples, proibindo-se quaisquer possibilidades de inquietação a manifestação, podendo professar livremente a

⁸⁴ CARTA DE LEI - DE 26 DE FEVEREIRO DE 1810. Ratifica o Tratado de Comércio e navegação entre o Príncipe Regente de Portugal e EIRey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assinado no Rio de Janeiro aos 18 deste mês e ano. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1810. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18325>. Acesso em: 01 fev. 2021.

religião em suas casas, capelas e lugares de culto, no qual ao final deste mesmo artigo é ratificado que não poderia haver o menor obstáculo, embaraço, ou dificuldade alguma, tanto agora, como para futuro (BRASIL, 1891, p. 71). Por esta lei, os judeus também se beneficiam e assim como os protestantes, logram tais direitos, respeitando, é claro, o fato de não serem cristão e assim buscarem maior cuidado para não ferir os dogmas viventes nas possessões que cobrem este Tratado, buscando agir com decência, moralidade, de uma maneira conforme aos usos do país e ao seu estabelecimento religioso e político.

Mais adiante fora estimulado a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, a fundação da Academia de Belas-Artes, a criação da Biblioteca Real (1810), do Jardim Botânico (1811) e do Museu Real (1818), mais tarde Museu Nacional. Acontecimentos estes que notadamente serão registradas presenças judaicas, nas quais nutrem as necessidades postuladas pelo Brasil, bem como seus interesses particulares, seja de fuga dos lugares de destino e/ou simplesmente ansiando melhorias e vantagens nas novas portas que se abrem neste Brasil Joanino. É o que nos atesta Nachman Falbel, num texto denominado O Sionismo e os Judeus no Brasil:

Podemos fixar como marco cronológico do início da história dos judeus no Brasil no período moderno a data de 28 de janeiro 1808, quando D. João VI, ao transferir-se com sua corte de Portugal para o Brasil, proclama a Abertura dos Portos às Nações Amigas, ato cujo significado econômico fará com que muitos estrangeiros sejam atraídos ao Brasil, proclama a Abertura dos Portos às Nações amigas, ato cujo significado econômico fará com que muitos estrangeiros sejam atraídos ao Brasil (FALBEL, 2008, p. 408).

Nas mudanças propostas pela presença da Família Real Portuguesa no Brasil, mapeamos algumas inserções dos Judeus neste período que corroboram para compreender a dimensão da presença Judaica ao longo do século XIX, bem como o envolvimento nas mais variadas esferas na nova sociedade que se erguia no Brasil, a começar pela imprensa.

Mesmo sendo duvidosa sua ascendência judaica temos Hypolito José da Costa Furtado de Mendonça, editor do 1º Jornal Brasileiro, impresso em Londres e publicado em português a partir de junho de 1808, O Correio Braziliense ou Armazem Litterario. Hypolito que é considerado o primeiro jornalista e patrono da Imprensa Brasileira, fora um dos últimos perseguidos pela Inquisição, sendo encarcerado em Lisboa pelo crime de heresia, associado ao fato de ser membro da franco-maçonaria de Filadélfia.

Em sua obra *Narrativa da Perseguição*⁸⁵ publicado pela primeira em Londres por W. Lewis, datada de 1811, vemos o seu poder de argumentação na busca por livra-se das garras inquisitoriais. “É desgraçada a situação do homem que se vê obrigado a falar de si mesmo e fazer sua própria apologia: mas que remédio quando me vejo atacado e infamado sem se me conceder recurso?” (COSTA, 1981, p. 6-7).

Com ideias liberais, seu texto ficará famoso pelo poder discursivo e argumentativo, inclusive valendo-se das prerrogativas dadas pelas Reformas Pombalinas que extinguiu a diferença entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Fato último que não atesta sua ascendência judaica, porém lhe coloca no lugar de defensiva da concessão de direitos civis aos judeus, além do envolvimento na busca por uma imprensa livre, livre comércio, fim da escravidão e independência do Brasil.

Outros registros importantes foram nos auferido ao vasculhar os Arquivos dos fundos Pessoais do Egon e da Frieda Wolff no Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo (CDM), lá encontramos notas de suas pesquisas que atestam presença judaica ao longo de todo o século XIX, muitas delas publicadas em livros como fontes para estudos.

É o caso da família do Coronel Francisco Leão Cohn, os quais chegaram entre 1809 e 1810 e se notabilizaram por atuar no comércio, em posições estratégicas do Governo Imperial, bem como em ações filantrópicas, nas quais muito se tem conhecimento por conta de notas nos periódicos cariocas que noticiavam suas passagens e aí caracterizam ao nosso ver suas redes de atuação e conseqüentemente extensão de estadia no campo social em diversos momentos do século XIX.

Leão Cohn, corretor, Rua da alfandega N. 2, a mão esquerda vindo da Rua Direita. (Diário do Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1821)

Declaração.

Determina S. Exa., o Sr. Tenente general comandante superior da guarda nacional da corte que o guarda João Antônio Xavier, que é correio da secretaria da guerra, e o guarda qualificado João Bernardes Cardoso que alega ser estrangeiro, comparação neste quartel general afim de declarem os corpos que pertencem, para se dar cumprimento as ordens que há a respeito dos mesmos. Francisco Leão Cohn, ajudante de ordens (WOLFF, 1975, p. 9-24).⁸⁶

Os periódicos da época, tanto o Diário do Rio de Janeiro como o Jornal do Comércio são testemunhas eficazes no registro da participação de imigrantes e de sua inserção na vida social do Brasil, caracterizando suas particularidades de origem, bem como sendo registros.

⁸⁵ COSTA, Hipólito José da. **Narrativa da perseguição**. 4. ed. Porto Alegre: Associação Riograndense e Imprensa, Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.

⁸⁶ WOLFF, Frieda e Egon. **Judeus no Brasil Imperial**: uma pesquisa nos documentos e noticiários carioca da época. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Judaicos, 1975, p. 9-24. (Jornal do Commercio, 01/06/1848).

Em pesquisas realizadas na Biblioteca Digital, da Biblioteca Nacional,⁸⁷ somente no Jornal Diário do Rio de Janeiro entre 1821-1858, 144 ocorrências de notícias que envolvem a Família Cohn e suas ações, demarcando seu lugar na construção da nova nação que se erguia desde a presença da Família Real Portuguesa do I e II reinado do tempo Imperial.

Outras famílias podem ser destacadas ainda na inserção a partir da Corte no Brasil como os Wallerteins, tidos como os comerciantes preferidos da mordomia da Casa Imperial, noticiados em vários periódicos da época principalmente no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) - 1844 a 1885, como sendo:

Bernardo Wallerstein e C., fornecedores da Casa Imperial, rua do Ouvidor, 70.
 “Bernardo Wallerstein & C., fornecedores da Casa Imperial, tem loja de modas com todos os artigos ditos Paris, joias, seda, selaria, sortimento de sapatos para homens, senhoras e meninos; tem em Paris d’onde recebem todos os seus artigos.”⁸⁸

Nos arquivos pessoais, dos quais foram levados para o livro *Judeus no Brasil Imperial* (1975), o casal Wolff apresenta a forma como o Bernardo Wallerstein é descrito na introdução do registro de estrangeiro em 1831-1839 – “Bernardo Wallerstein, casado, tendo 33 anos em 1834, residente à rua do Ouvidor, 98, era de estatura ordinária, rosto comprido, olhos azuis e bastante barba ruiva”.⁸⁹ Este tratamento *sui generis*, é atribuído por ser o comerciante preferido da mordomia da casa imperial, fornecendo-lhes os luxos necessários à manutenção da etiqueta com os produtos advindos da Europa.

Não foram raros os elogios acerca destas ruas, em especial a Rua do Ouvidor, as quais tinham a intenção deliberada de imitar as ruas e a vida social dos europeus. E, a loja Wallerstein, coloca-se como peça essencial neste cenário que se moldava de uma rua europeia com seus artigos de luxo que exportavam a vida dos europeus e legavam para o Império um *status* de modernidade.

Alguém chamou-a de rainha da moda e da elegância; outrem do estrito ‘Fórum’ onde se debatem todas as questões da política, do comércio e da literatura, das artes e sobretudo das modas; ‘nervo’ simpático da população que repercute as suas impressões por todo o corpo da gigantesca cidade. Estourou em 1862 com as grandes lojas – ‘Notre Dame de Paris’, ‘Wallersteint Masset’, ‘Desmarais’, ‘Bernardo Ribeiro’ [...] Aqui grupos de senhoras elegantes passam elegantemente vestidas, com todo o apuro das mais belas parisienses, parando como borboletas que

⁸⁷ BRASIL. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional –. BNDigital. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 01 nov. 2018.

⁸⁸ Notas ocorrentes em Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro em 1849. Mês e dia não fora informado.

⁸⁹ Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Publicações do Arquivo (1962 *apud* WOLFF, Frieda e Egon. **Judeus no Brasil Imperial**: uma pesquisa nos documentos e noticiários carioca da época. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Judaicos, 1975, p. 44).

pousam pelas vitrines de flores, jóias, sedas, grinaldas [...] (SCHWARCZ, 1998, p. 108).⁹⁰

Lojas e firmas dos judeus encontravam-se nas principais ruas do Império, apregoando o grau de sofisticação e poderio que muitas atingiram ao longo da construção da Capital Rio de Janeiro, fazendo das ruas do Propósito, do Ouvidor, da Alfândega e do Hospício, as principais rotas de lojas e comércio diversos da elite Imperial. A exemplo, Loewenstamm (1956, p. 212) comenta que “[...] a Rua do Ouvidor era, ao tempo, uma das principais artérias do Rio de Janeiro, e nela se localizavam as mais importantes lojas de modas francesas”.

Bernardo Wallerstein e M. Masset, fornecedores das casas de S.M. o Imperador, participam ao publico que continuam a ter seus armazéns de loja e do primeiro andar na rua do Ouvidor n.70, um grande sortimento de papéis pintados para forrar salas, escolhidos pela sua própria sala em Paris dos desenhos mais novos e de melhor gosto, tendo assim a vantagem, por não pagar comissão alguma de compra, de poderem oferecer uma diminuição notável nos preços... além do exposto, determinarão os anunciantes, afôra a modicidade dos seus preços, pagando se a vista ou depois de acabada a obra, fazer um abatimento de 10 por cento em qualquer venda de 50\$ para cima e de 20 por cento sobre as de 150\$ para cima. Outrossim, participam que tem um grande sortimento de Charutos de Havana, e do melhor vinho de Champagne conhecido nesta côrte (JORNAL DO COMMERCIO, 6 de janeiro de 1851).

A presença imigrante e em especial judaica, fazia-se importante no Brasil Imperial, uma vez que o imigrante não perdia o contato com suas terras de origem e, isso poderia ser um bom condicionante para relações sociais e econômicas promissoras, numa nação recém-formada que almejava igualar-se às tradicionais monarquias europeias.

Durante mais de quarenta anos, as publicações dos manifestos marítimos registraram a chegada das mais variadas mercadorias “[...]: manteiga de Liverpool, carvão de New Castle, querosene de Nova Iorque, armarinhos de Baltimore e Marselha, cabos submarinos de Londres, pinho de Nova Iorque, ferragens, tintas, etc.” (WOLFF, 1975 p. 137).

Uma das firmas que mais se destacavam nesse ramo tão heterogêneo de exportação eram os Moss, imigrantes vindos da América do Norte, da Inglaterra, França e Alemanha, tendo uma firma sempre mencionada na imprensa pela sua laboriosa ação de importação a firma Arthur Moss & C.

Boa parte desses imigrantes judeus, possuem algo em comum, nas páginas que escreveram no Brasil Imperial. O fato de fazerem doações filantrópicas. Novamente trazemos

⁹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

a famílias Wallersteins, destacados por suas ricas e finas mercadorias, foram protagonistas de muitas doações:

[...] 20\$000, [...], a favor dos Habitantes da Villa de Campos (Diário do Rio de Janeiro: 2-3-1833); 10\$000 a favor dos habitantes das Vilas Diamantina e Príncipe, Minas Gerais. Diário do Rio de Janeiro: 13-3-1834); 50\$000 para a obra da Praça do Comercio. (Jornal do Commercio: 5-9-1834); 12\$000 a favor das vítimas da Última Guerra em Portugal. (Jornal do Commercio: 13-12-1834); 20\$000 a bem dos desditosos paranaenses. (Jornal do Commercio: 21-11-1835). Para o calçamento da rua do Ouvidor, Bernardo Wallerstein & C., com 100\$000, encabeçaram a lista dos proprietários e moradores que voluntariamente subscreverão (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 15 de maio de 1844).

Henry Nathan subscreveu 100\$ para o asylo de Invalidos (Diário do Rio de Janeiro: 8-7-1865); Henry Nathan [...], para emigrantes necessitados ingleses, contribuiu 2 libras (ANGLO BRAZILIAN TIME, 8 de julho de 1869).

Há de se considerar que as ações de filantropia, não possuíam unicamente o desejo de ajuda social, eram, contudo, formas do imigrante garantir apoio social e vantagens políticas. E, nesse campo, ninguém fora tão promissor em suas ações que as firmas Samuel Irmãos & C. e Samuel Phillips & C., sempre com doações expressivas e de cunho altamente relevante para a notoriedade social e para as instituições governamentais. Vejamos as principais:

50\$000 para o encanamento das agoas de Maracanã (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 4 de junho de 1830); 200\$000 a favor das pessoas indigentes das Villas Diamantina e do príncipe (JORNAL DO COMMERCIO, 5 de março de 1834); 1000\$ para a obra da praça do Comercio (JORNAL DO COMMERCIO, 2 de setembro de 1834). Samuel Irmãos & C., ocupou lugar proeminente com a importância subscrita de 500\$000; para o asylo de mendicidade de S. Pedro de Alcantara foi de 300\$000 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIR, 2 de abril de 1872).

John Samuel contava com 50\$000 na relação dos moradores da freguesia da Candelaria, que subscreverão para o arco musical na rua Direita esquina da rua de S. Pedro, a fim de festejarem o sempre memorável aniversario natalício de S. M. o Imperador em 2 de dezembro de 1840 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 19 de abril de 1841).

A este respeito escrevera Bila Sorj (1997, p. 19): “A modernidade para o povo judeu implicou numa barganha na qual recebia igualdade de direitos e abria mão de suas instituições jurídicas e de vida comunitária diferenciada.” Estas ações filantrópicas foram uma constante durante o Brasil Imperial, quase sempre resultando em ações de reciprocidade, pois ao tempo que se colabora com ações seja de doações para grupos e pessoas, seja para construções e festejos, recebiam em troca prerrogativas e exaltações por parte do governo. A maioria dos judeus e imigrantes eram agraciados com a Ordem da Roza, auferindo honra e prestígio que muitas vezes o dinheiro por si só não lhes garantia.

Com a imigração, a presença judaica já se fazia marcante no Império, uma vez que, as notícias de seus negócios se expandiam nos jornais, suas participações em órgãos governamentais e concessões de títulos, bem como suas ações filantrópicas se faziam presentes de forma cada vez maior.

Não raro, foram divulgadas notícias sobre judeus e assuntos de seus interesses, fora do Brasil, demarcando o espaço que estes indivíduos já haviam conquistado neste país, não sendo apenas estrangeiros, mas agora, cidadãos ávidos e merecedores de notícias, representavam também, uma camada de consumidores, que precisavam ser atendidos por suas necessidades de relação e interesse constante com o exterior.

Um jornal suíço, o *New Züricher Zeitung* recebeu de Zongdidi no Caucaso uma carta datada de 4 do corrente dando pormenores acerca de uma mortandade de judeus, feita em uma aldeã vizinha chamada Sachtchef (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 8 de junho de 1878).

Fallecerão em Pariz [...] O Conde Nissim de Comondo, israelita de Constantinopla, cujo estabelecimento bancario de Pariz é muito conhecido (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1889).⁹¹

Os assuntos relativos sobre judeus, despertavam interesse, e isso se faz pelo crescente número de imigrantes que chega ao Brasil, com a Proclamação da Independência, bem como por firmas⁹² que muitos possuíam no estrangeiro, carecendo de notícias de fora, mantendo não somente por meio de viagens, mas também dos jornais seus vínculos com o exterior.

A presença do imigrante era mais do que importante para o Brasil, no caso dos judeus, vemos que as notícias, tanto no que se refere à atuação nacional quanto internacional, evocam uma intensa participação, muito mais social e econômica do que religiosa. Isso não indica de modo algum que a grande maioria dos judeus do Império fosse descrente das Leis de Moisés, ou que o processo de aculturação com os cristãos tenha convertido os judeus, estes fatos, realmente aconteceram, mas não em tamanha quantidade.

Muitas são as notas que permeiam a entrada judaica desde a chegada da Família Real, e o valor que poderiam ter, o que se somaria ainda outros grandes eventos propostos com a vinda dos Judeus para o Brasil, além da Imprensa, da Academia Militar, dos destaques no crescente comércio desde a Abertura dos Portos, A Biblioteca Real, as primeiras escolas de

⁹¹ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*, domingo, 24 de fevereiro de 1889. Anno 67. n. 55. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 15 jan. 2019.

⁹² “Havia ainda firmas no estrangeiro, filiais de casas brasileiras ou suas matrizes, como Jacob Abraham & Fils, Juiz de Fora e Paris; S. M. Bloch Frères, cujo procurador no Brasil era o Sr. Joseph Grumbach; a firma de R. & S. H. Samuel em Liverpool, ligada a Samuel Irmãos, Rio (WOLFF, 1975 p. 179).

medicina e o Jardim Botânico, também carregam marcas e influências do imigrante Judeu que a cada momento aumentava seu olhar para o Brasil como lugar de destino frente as possibilidades que se abriam. É o caso do fim da Inquisição Portuguesa.

Ao regressar para Portugal, D. João VI em 1821 decreta o fim da Inquisição Portuguesa com quase trezentos anos de atuação, Tribunal este que já estava enfraquecido nas Terras lusitanas e em seus domínios desde as reformas pombalinas, mesmo assim era necessário um decreto que o “abolisse”.

Nas palavras de Samuel Benchimol, era o que faltava para abrir de vez o caminho dos imigrantes Judeus para o Brasil. Embora a Inquisição não tendo alçada sobre judeus ou qualquer outra religião que não fosse cristã, havia o medo latente por tantos cristãos-novos que foram perseguidos, julgados e punidos por terem cultuados práticas judaizantes.

Finalmente estava aberto o caminho para os judeus [...] Era a verdadeira carta de alforria para os judeus que viveram durante séculos na Ibéria, sob o peso desse Tribunal e das condenações nos autos de Fé. Havia, portanto, na América um país livre que poderia abrigá-los para a construção do seu novo lar (BENCHIMOL, 1998, p. 58).

Porém, vale salientar aqui o fato de que as chamas da Inquisição tenham se apagado nas terras de domínio Lusitano, e seus braços serem diretamente voltado aos cristão, o pavor entranhado de séculos de perseguição não consome as chamas que insistem em voltar na cultura do medo e no imaginário antijudaico apregoado pelo próprio Tribunal o qual durante muito tempo justificou a sua institucionalização por meio da repressão como alerta Sônia Siqueira sobre as heresias cometidas pelos cristãos novos continham gravíssima ofensa da Divina Majestade, eram escândalo da fé ortodoxa, ruína e perdição irreparável da salvação das almas (SIQUEIRA, 2013, p. 210).⁹³ Desta feita, o Brasil, bem como os territórios lusitanos se colocavam como possibilidade de imigração por parte de judeus espalhados pela Europa e pelo Norte da África.

No caso dos estudos acerca da presença Judaica na Amazônia utilizam-se desta data (1810), para dar início à epopeia dos judeus no *Paraíso Verde*, a qual muitos estabelecem nela sua *Terra da Prometida*, fazendo valer a diáspora que coexiste na história do povo de Israel. O marco inicial corresponde ao registro de naturalização do Sr. José Benjó em 1823 e posteriormente das primeiras sinagogas nesta segunda década do século XIX.

⁹³SIQUEIRA, Sônia. **O momento da inquisição**. João Pessoa: Editora Universitária, 2013. (Coleção Videlicet).

Dentre os primeiros imigrantes judeus chegados no Pará, destaca-se o nome de José Benjó, que de acordo com os registros existentes requereu sua naturalização e bem assim licença para comerciar, logo após a adesão do Pará à Independência do Brasil, ou seja, em 1823. O Sr. José Benjó, de origem marroquina, se estabeleceu na Rua do Pelourinho, atual 7 de setembro, no ano de 1823 (BENTES, 1987, p. 347).

Estes registros permeiam o imaginário da literatura e da historiografia sobre os Judeus da Amazônia por meio de relatos perpassados desde os primeiros estudos realizados para atestar o início da presença judaica na Amazônia, descritas por Eidorfe Moreira em 1972 na obra *Presença Hebraica no Pará*,⁹⁴ bem como por Abraham Bentes como atestamos na citação acima.

Com a Independência do Brasil, outros fatores constituem veredas, abrem caminhos como: as prerrogativas de liberdade religiosa auferidas na Constituinte de 1824, em especial o Artigo 5º e o Artigo 179, contido no Título 8º, das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros; Aproximação de D. Pedro II com a cultura hebraica; A posição geográfica e o potencial natural apresentado pela Amazônia, seriam os fatores políticos de atração em comum acordo de todos aqueles que se debruçam a investigar o processo de imigração Judaica no século XIX, tais como Eidorfe Moreira, Abraham Bentes, Samuel Benchimol, bem como livros e revistas mais recentes catalogados e descritos nos estudos do Portal Amazônia Judaica do Elias Salgado.

No caminhar das leis que concedem as chaves para que as portas se abram e, assim se constitua no Brasil de fato um lugar de *Terra da Promissão*, vem a Independência do Brasil e a Constituinte de 1824 na qual em seu artigo 5º traz mudanças significativas para aqueles que professavam outra fé no Brasil.

Art. 5. A religião católica apostólica romana é a religião oficial do Império (Estado confessional). Todas as outras religiões serão permitidas em culto doméstico, ou, de forma particular, em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior do Templo.⁹⁵

O artigo 5º, antes de ser publicado, tanto na Constituinte de 1823, quanto na Constituição de 1824, com este mesmo texto, recebera antes um debate longo e exaustivo, havia não somente a preocupação de manter a oficialidade de um reino predominantemente cristão e católico, como também era necessário coibir denominações que pudessem ameaçar tal hegemonia, e assim os interesses liberais colonizadores do século XIX, tinham que coadunar com a premissas dos clérigos católicos brasileiros.

⁹⁴ MOREIRA, Eidorfe. **Presença hebraica no Pará**. Belém: Falangola, 1972.

⁹⁵ Constituição do Império do Brasil (1824).

Numa das proposituras da Assembleia Constituinte para 1823, em sessão realizada no dia 01 de setembro de 1823, foi proposto no Título II, Capítulo I, Artigo 24º, que aos bispos, porém fica salva a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e quando os autores, e na sua falta os publicadores, forem da religião católica, o governo auxiliará os mesmos bispos, para serem punidos os culpados.⁹⁶ A preocupação com dissidentes ou ainda com a religião e a religiosidade trazida nas levas imigrantes que o Brasil estava recebendo, bem como manter-se no poder nesta nação que rompia, era primordial para a Igreja Católica ter um controle moral e social legalmente estabelecido, daí a necessidade de trazer ao direito dos bispos o poder de censura, propositura esta que não vingara na Constituição de 1824, mas não impede de manter-se na cultura de muitos.

Neste artigo 5º da Constituição de 1824 se estabelece liberdades, fazendo com que pela lei, professores de outras religiões pudessem habitar no Império, no entanto, as leis não farão apagar séculos de perseguição que se entranharam na cultura lusitana e, conseqüentemente, no Brasil, muitos judaizantes continuaram o jogo de sobrevivência apreendido desde os tempos coloniais, ou ainda de seus múltiplos ligares de destino, sendo judeu secreto sob a proteção do íntimo de seus lares ou até mesmo “cristão” para além de suas fronteiras domésticas, por continuarem, de certa forma os estigmas do tempo colonial. Uma vez que, a própria Constituição no ponto 6 do Artigo 179, estabelecia que: “Todo o cidadão tem em sua casa um asilo inviolável.”

Nestas circunstâncias, se deram a construção das primeiras casas de oração dos Judeus na Amazônia, organizando-se em casa sem ostentação exterior, fazendo com que seus registros e mudanças constantes de espaços não nos leguem uma certeza de suas formações. É o caso das Sinagogas Shaar Hashamaim e Essel Abraham, funcionando inicialmente em residências particulares.

Noutros pontos da Constituição de 1824, mais precisamente no Título II, em seu Artigo 6º, Inciso V diz: “São Cidadão Brasileiros [...] Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião.” É importante lembrar que no debate e na organização da constituição, o Diário da Assembleia Geral Constituinte de 1823, já anunciava que os trabalhos foram e eram realizados sob “religiosos auspícios”,⁹⁷ isso atesta a importância da Carta Constitucional tanto de 1823 e a conseguinte de 1824, bem como, os decretos desde a

⁹⁶ CALMON, Pedro. **Diário da assembleia geral, constituinte e legislativa do Império do Brasil (1823)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 24. Tomo V.

⁹⁷ CALMON, Pedro. **Diário da assembleia geral, constituinte e legislativa do Império do Brasil (1823)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 24. Tomo I.

era pombalina já trazerem a outorga religiosa de se constituir um lugar predominantemente cristão católico.

No título 8º das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, em seu artigo 179 na qual versa sobre a inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, são garantidas pela Constituição do Império, pela maneira seguinte, evocando o capítulo V: “Ninguém pode ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Publica”.⁹⁸

Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, é um poderoso precedente não somente para quem vive num lugar e professa uma religião diferente da que professa, como também para quem deseja migrar e tem a perseguição religiosa como um dos motivos, entra aqui os judeus marroquinos, os quais tiveram dentre outros fatores, na importunação religiosa um motivo de deixarem a África do Norte.

O artigo 179, somando-se ao artigo 5º ao apontar que todas as outras religiões serão permitidas em culto doméstico, garante que ninguém pode ser perseguido por seu credo religioso, desde que se respeite a hegemonia cristã católica, a qual fundamentava grandemente a moral do Império. Esta medida, sem sombra de dúvidas é acrescida aos fatores de atração de imigrantes de outros credos religiosos, dentre eles os judeus, porém com ressalvas sempre maiores, pois boa parte dos imigrantes que advém para o Brasil, portugueses, espanhóis, italianos, alemães são cristãos e assim tem “apenas” a preocupação de não ferir os dogmas católicos, já os judeus além dos cuidados com os dogmas católicos, viam-se também diante dos preceitos cristãos narrados em todas as partes do Brasil, uma vez que, além de serem de outro credo, não são cristão.

Não é raro encontrar nos códices imperiais, notas que atestam a dificuldade de se viver em um lugar, onde se professam oficialmente e de forma outorgada uma religião a qual não se faz parte, mesmo no caso judaico, já acostumados milenarmente a habitarem em lugares onde a religião oficial era o cristianismo católico ou ainda o islamismo. O Diário do Rio de Janeiro publicara uma nota em meados do século XIX que nos dá conta dessa dificuldade.

Somos informados de que no bairro da Gamboa se acha desde hontem em alvoroço, e que apesar da intervenção da polícia ainda perdura nos espíritos uma excitação que não deixa de ter perigos. É o caso que desde alguns meses se acha estabelecida, na

⁹⁸ BRASIL. **Constituição Política do Império Do Brazil, de 25 de março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brazil, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

rua do Proposito a synagoga de uma religião cujo chefe doutrina com grande eloquência os seus adeptos, recrutados em todas as nacionalidades e cores (Diário do Rio de Janeiro, 13-08-1861).⁹⁹

Essa questão é elucidada nos noticiários adiante do mesmo Jornal, ao se perceber que a imputação acerca de ser sinagoga e de que eram judeus fora um engano, uma vez que se tratava de cultos em uma casa destinada, seguindo os preceitos do artigo 5º, sem ostentação exterior de uma casa protestante, fundada a partir das ideias do missionário escocês Robert Reid Kalley, pioneiro do protestantismo no Brasil e dos cultos domésticos. Fato este que não exclui os percalços aos quais religiões alheias a oficialidade do Império estava acometida.

Às 7.1/2 horas da noite de 11 do corrente apresentou-se em frente da dita casa um grupo de duzentas a trezentas pessoas, do meio do qual sahião vociferações gritos: deve-se dar cabo aos judêos – sendo que alguns indivíduos apupavão o Dr. Kalby. (JORNAL DO COMMÉRCIO, 15 de agosto de 1961).¹⁰⁰

Mesmo depois de mais de trinta anos da outorgada Constituição de 1824, o seguir, o praticar, o ser de outra denominação religiosa se apresenta por vezes como uma dificuldade e uma ameaça a cultura cristã católica a qual fora arraigada na formação do Brasil, além de ter a associação aos judeus, um caso que nada correspondia a uma prática judaica, no entanto, o fato de ser uma religião não cristã, corrobora em demasia para que os discursos contrários sejam alicerçados, as falas do jornal buscam o lampejo do Capítulo da V desta Constituição, a qual ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, porém o ato descrito no jornal é visto como desrespeitoso não somente ao sossego, como também desrespeita a religião do Estado ou ainda ofende moral pública, e assim, ferem a lei e precisam ser contidos, devendo-se dar cabo, por fim de alguma maneira.

Voltando ao debate para construção da constituinte de 1823 e de 1824, outro fato nos chama atenção e reforça ainda mais a preocupação elucidada no Diário do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio, embora não tendo sido passada para a Carta de 1824, mas gerando muito debate e defesa por parte da Igreja Católica, a lei de 20 de outubro de 1823, revoga o Alvará de 30 de março de 1818 sobre Sociedades Secretas.

A Assembleia Geral Legislativa do império do Brasil decreta:
Art. 4. o Serão consideradas Sociedades Secretas as que não participarem ao Governo a sua existência, os fins gerais da associação, com protesto de que se não opõem a Ordem Social, no Sistema Constitucional estabelecido neste Império, a Moral, e a religião Crista; os lugares e templos dos seus ajuntamentos, e o nome do

⁹⁹ Nota recortada dos documentos levantados pelo casal Frieda e Egon Wolff (WOLFF, 1975, p. 08).

¹⁰⁰ Idem. Ibid.

indivíduo ou indivíduos, que compuserem o governo da Sociedade ou Ordem, e dos que depois se forem sucessivamente seguindo no mesmo governo.¹⁰¹

O ajuntamento dessas pessoas em sociedades secretas, as quais são denominadas os grupos não católicos e assim constituídos como sediciosos, incoerentes com a ordem e a moral representam uma preocupação no debate parlamentar e na necessidade de que fossem transcritas sob a pena da lei, sendo os indivíduos alijados como culpados no caso sendo os cabeças levados a pena de morte, outros a depender do envolvimento degredados para galés ou expulsos das províncias.

As proposituras e o debate são longos na tessitura da Constituinte de 1824 e, mesmo não tendo sido aprovado tais medidas e prevalecendo a liberdade de culto contida no artigo 5º, referendada por um conjunto de demandas, era preciso legislar acerca da manutenção de um país católico, frente as massas imigrantes.

Assim, vemos que diversos fatores de ordem econômica, política, religiosa e cultural corroboraram para que o Brasil se tornasse opção de destino para imigrantes, no entanto, ao se tratar das particularidades dos Judeus é necessário apontar o porquê deixaram o Marrocos depois de viver lá por mais de cinco séculos, bem como a Amazônia enquanto lugar de destino.

1.3 A AMAZÔNIA ENQUANTO TERRA DOS ELEITOS

A visão do paraíso não fora exclusiva da Amazônia. Nas primeiras viagens e contatos dos europeus ao Novo Mundo, a ótica edênica corroborada pelas belezas naturais que abrilhantava a íris daqueles marinheiros a meses presos nas paisagens dos grandes oceanos, se fartaram ao ver cores e formas diferentes que às Américas lhes proporcionava.

As crenças e mitos que ocupavam as mentes dos europeus já se fazia desde os descobrimentos, legada das tradições antigas e medievais de associar o verde das pedras e árvores, o azul do céu e das águas ao Éden. Porém, a certeza da totalidade e extensão do paraíso estava sertão adentro, no interior das terras que os Ibéricos tanto vasculhavam, inebriados com a busca do fausto, do eldorado, das riquezas que lhes legava coragem para enfrentar os perigos do Novo Mundo.

O Paraíso visto nas belezas naturais se coloca ao alcance dos europeus, pois as águas do Atlântico mostraram o caminho do Éden. Reinterpretado Sergio Buarque de Holanda, em

¹⁰¹ COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil, 1823. Bibliotheca da Câmara dos Deputados. Parte I. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1987, p. 06

Visão do Paraíso,¹⁰² os Ibéricos materializaram suas ideias e mitos sobre o Paraíso ao entrar em contato com o Novo Mundo. E, a Amazônia de certa forma colocara-se em meio a essa literatura como a porta de entrada, ratificada por suas belezas e por sua gente nativa. Encontrou-se então, o Paraíso Terreal.

A gente da Amazônia era diferente da que se despontava na Corte. Uma gente mestiça, múltipla na cor, nos traços físicos. Ouvia-se de todas as línguas, se respirava de várias culturas, se sentia vários credos. Em pleno século XIX, os rios da Amazônia já não eram mais somente nativos.

O povoamento da Amazônia é um misto de ciência e mito, remonta a chegada do homo sapiens no continente americano, por volta de quinze mil anos atrás, dando início a colonização humana como nos aponta o cientista social e romancista Márcio Souza na obra *História da Amazônia*,¹⁰³ esse pensamento soma-se ainda a ideia de que viajantes do Oriente Próximo, como os fenícios, os hebreus e árabes, além dos chineses, sem esquecer o suposto comércio que os habitantes da desaparecida Atlântida teriam mantido com a região (SOUZA, 2019, p.37-38).¹⁰⁴ No tocante aos chineses, faz-se uma alusão a expedição chinesa liderada pelo monge budista Hwei-Shin, em 499, o qual ainda segundo Souza (2019), advém o aspecto físico apresentado pelos povos indígenas.

Márcio de Souza, aponta ainda em suas leituras que nas teorias por ele chamadas de fantásticas está a elaborada pelo teólogo espanhol Dom Arius Montanus, proferida 1571, o qual lançando uma teoria baseada na interpretação bíblica que esboça a ideia de que descendentes de Noé herdaram as Américas, o Novo Mundo. Em outro discurso, este datado de 1607, um outro espanhol, o fidalgo Gregório Garcia, diz que os índios seriam descendentes das tribos perdidas quando os assírios atacaram Israel, em 721 a. C., tais discursos fermentam as origens do povoamento da Amazônia e contribuem para tornar seu espaço lugar de desejos, encantos e de busca.

As vozes que entoavam as marés se faziam de diversas partes do Brasil e do mundo. O espetáculo da natureza superabundante, com um imaginário exuberante já ecoava por muitas partes, lhes conferindo lugar de destino, lugar de busca pelo Eldorado, pela Terra de Canaã, pela Terra da Promissão, transformada na visão colonizadora e poética de Paraíso Verde.

¹⁰² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁰³ SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

¹⁰⁴ Id. Ibid.

Como atesta Raymundo Moraes em sua obra *Na Planície Amazônica, Um Paraíso Verde, fecundo, abundante, delicioso*. (MORAES, 1936, p. 169).¹⁰⁵

A presença Judaica na Amazônia é oficialmente atestada a partir das marcas dos pioneiros nesta localidade. Samuel Benchimol aponta em seus estudos que no período entre 1810 a 1910 vieram para o Brasil, especificamente para a Amazônia em torno de mil famílias judias marroquinas.

Sem dúvida, os grupos mais numerosos e influentes que aqui aportaram foram os judeus sefaraditas e forasteiros que emigraram do Marrocos, no período de 1810 a 1910. Nesses cem anos chegaram cerca de mil famílias judias marroquinas e de outras origens, antes e depois do ciclo da borracha. Essas famílias estavam assim distribuídas: 650 para o Pará, 200 para o Amazonas e 150 para a Amazônia peruana (Iquitos) (BENCHIMOL, 1998, p. 74).

A Amazônia enquanto destino, será um lugar de desejo e de opção para muitos, que assim como os Judeus necessitam de um novo espaço para poderem viver. Sendo os motivos variados e que terão intensidades de causas também diferenciadas tais como: busca de um lugar melhor para viverem em decorrências de questões climáticas nos lugares onde habitavam; guerras e motins; epidemias; pogroms e perseguições causadas por fatores políticos, religiosos e culturais; espírito aventureiro; busca do eldorado e “facilidades” na imigração para o Brasil, fazem da região um terreno fértil.

Henrique Veltman associa a chegada dos primeiros imigrantes judeus na Amazônia, a construção de guetos em Tetuan, Porto e Cidade do norte do Marrocos, no mesmo ano de transferência da Corte de Portugal para o Brasil, 1808.

[...] os judeus de Tetuan, Porto e Cidade do Norte do Marrocos, onde a história hebraica remonta ao ano de 1399, defrontavam-se com dramática situação discriminatória, sendo obrigados a viver fechados num pequeno quarteirão da cidade, a judiaria, aljama ou melah. Este gueto existiria, aliás, de agosto de 1807 até o ano de 1912 (VELTMAN, 2005, p. 38).

Numa obra que mistura realidade e ficção denominada *Inferno Verde* de Alberto Rangel¹⁰⁶ publicada pela primeira vez em 1908, a Amazônia é descrita como um lugar de oportunidades, de viver e fazer fortunas, mesmo carregando consigo múltiplos perigos, desconhecimentos e apresentando muitas dificuldades no morar, constituir e gerir a vida, no ser e no viver judeu.

¹⁰⁵ MORAES, Raymundo. **Na planície amazônica**. 4. ed. São Paulo: BPB. Companhia Editora Nacional, 1936.

¹⁰⁶ RANGEL, Alberto. **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas**. 6. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

Somente o João bendizia a sua sorte. No Ceará nunca pudera ser senhor de um pedaço de vazante. Trabalhara sempre — a dia, ou em terra foreira, ou emprestada. Unicamente de algum trecho de — carrasco, ou dalguma lapa no alto pendor da serra, onde se acoitam as suçuaranas, poderia ter sido dono; mas, com que futuro? O Amazonas, tão amaldiçoado país de seringa e de impaludismo, fazia-o proprietário; ao chegar o retirante cearense, dava-lhe o solo, o mantimento, o teto, a assistência médica, a instrução [...] O monstro devorador de vidas ao pé das heveas era, na verdade, também protetor e amigo (RANGEL, 2008, p. 51-52).

Ao tempo em que a paisagem é descrita como um monstro devorador de vidas, também pode ser protetor, legando ao emigrante nordestino a possibilidade de ser proprietário, de ser senhor, distante do que poderia viver e imaginar em sua terra de destino, ausente de quase tudo que oferecera a Amazônia.

Aqui, é claro, se faz necessário perceber que outros elementos estão em voga. O lugar de fala do escritor, em um discurso sociopolítico, fazendo uma propaganda na atração de mão de obra e lhes conferindo as assistências que poderiam ter, bem como os louros com sua vinda para a Amazônia. O que nos leva a indagar que tais fatores propagandísticos não se limitavam ao emigrante, aos nordestinos que foram em massa para esta região, mas também aos imigrantes de partes distintas do globo, aos quais perceberão nesta terra o sinônimo de prosperidade.

Vale salientar que este olhar acerca da Amazônia enquanto lugar de destino, compreende tempos recentes, pois a dilatação das terras, as matas densas e as políticas de colonização dentre vários outros fatores, fizeram desta região um dos últimos pontos de conquista portuguesa no Brasil. E, somente a partir de século XVII, com a implantação de políticas ilustradas no Brasil, via Portugal é que a Amazônia deixa de ser somente um conjunto de relatos de viagens, para se tornar objeto real de desejo e sua tomada de posse começa a se delinear de forma mais intensa.

O abandono das praças do Norte de África e a decadência do Império Português do Oriente, fez volver a tenção dos portugueses para o Brasil. Iniciou-se então um movimento de lenta emigração, nêles participando fidalgos arruinados que iam tentar fortuna, gente tomada pelo gôsto da aventura, judeus fugidos as perseguições religiosas [...] (ROCHA, 1918, p. 129).¹⁰⁷

No dizer de Joaquim da Silva Rocha, numa obra de início do século XX, fatores de ordem econômica e políticas impulsionam os portugueses a buscarem o controle de forma mais incisiva na Amazônia com o declínio do comércio no Oriente, leia-se a África, bem

¹⁰⁷ ROCHA, Joaquim da Silva. **História da colonização do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918.

como a necessidade política de demarcar terras aqui no Brasil. Este fator último é de grande importância para o incentivo e aumento da imigração para esta região.

Pioneiros da exploração, Vicente Pinzón e Diego de Lepe no século XVI, contribuíram para exportar junto aos europeus através de aventureiros, romancistas, cronistas e viajantes que os acompanhavam a ideia não somente do Brasil, mais de uma Amazônia Edênica. E suas informações foram fartas para se criar o desejo de busca de ouro, de madeiras e de diversas drogas do sertão, num misto de visão *do exótico e do progresso* como diria Gondim em obra denominada: *A invenção da Amazônia*,¹⁰⁸ corroborando para se construir uma avareza internacional quanto a exploração da Amazônia.

Na véspera de 1755, ano da criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a Amazônia era terra semi-morta. A empresa pombalina de fomento desempenhou papel proeminente no processo colonizador das terras do extremo Norte da colônia, que de há muito aguardavam lavragem e sangue novo, mudando-lhes a roupagem e a fisionomia.¹⁰⁹

Segundo o historiador Manuel Nunes Dias, por quase três séculos as empreitadas de dominação da Amazônia não obtiveram tanto êxito, fazendo dela uma terra semimorta dentro do projeto lusitano de conquista, uma vez que até então as ações se pautavam nas missões e aldeamentos e, estas não logravam os auspícios de que a Coroa Lusitana necessitava. Delegando para as ações pombalinas a ação mais efetiva na tomada de posse do território. E, conseqüentemente, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão como fora mencionado acima na citação. E já apresentado no ponto anterior.

Euclides da Cunha, na obra *Um paraíso perdido: ensaios amazônicos*, no início do século XIX, conclama que a Amazônia seria a Terra dos Eleitos, encarando-a como um ambiente despido de civilidade na qual necessitava da presença imigrante para pôr ordem no ambiente. E associa o próprio clima de Manaus como o ar que purifica e molda os homens a viverem neste espaço.

Policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte. E é certo um clima admirável o que prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons (CUNHA, 2009, p. 149).¹¹⁰

¹⁰⁸ GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

¹⁰⁹ DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo: a companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Ed. da UFPA, 1970.

¹¹⁰ CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

Retomando o Euclides da Cunha em seu ardor poético e literário no prefácio da obra de Alberto Rangel, *Inferno Verde*, o qual aponta que realmente, *a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis*. (CUNHA, 1927, p. 9),¹¹¹ nos evoca a problematizar esse processo migratório para a Amazônia não somente dos Judeus, mas de outros povos que viram nessa temporalidade por nós recortada, (o século XIX), a oportunidade do recomeço, numa Terra Prometida para povos eleitos.

Ao nos reportarmos diretamente as imigrações do povo judeu para a Amazônia, ou melhor, dos povos judaicos, vemos que a escolha do lugar está associada a fatores ainda mais exclusivos, mais particularizados a *esta gente*. Fatores esses que tornam a imigração judaica uma ação singular, com características que fazem da Amazônia a Canaã, a terra da morada temporária como conclama o livro do Gênesis 17:8.

E, nesta visão de paraíso, eldorado e terra prometida, os judeus migram para a Amazônia, inscrevendo uma das grandes epopeias que marcam a história do Brasil, e assim começam de fato a se inserirem na construção policrômica do povo brasileiro. Para Sultana Roseblatt,¹¹² os judeus marroquinos, considerados imigrantes brancos, zarparam para a região amazônica esperando lá encontrar o Eldorado.

A grande maioria dos judeus marroquinos que emigraram para a Região Norte do Brasil, se destinaram ao que hoje corresponde os Estados do Pará e do Amazonas. Como muitos não tinham condições ou oportunidades para viverem em suas respectivas capitais, Belém e Manaus, muitos seguiam os cursos e braços dos rios para cidades, comunidades interioranas, para assim, encontrar moradia, ou seja, se estabelecerem. Fato este, que demarca geograficamente o universo desta tese, por se tratar ainda de uma região extremamente extensa, recortamos os lugares de maior presença judaica entre o que hoje corresponde mais especificamente as capitais Belém (Pará) e Manaus (Amazonas), bem como as regiões que circundam tais lugares, por meio de suas estradas flutuantes.

E assim o fizeram em dezenas de comunidades da hiterlândia: Gurupá, Cametá, Macapá, Breves, Baião, Itaituba, Boim, Aveiros, Santarém, Óbidos. Alenquer, Monte Alegre, Juruti, Faro, Oriximiná, Parintins, Maués, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, Coari, Tefé, Manicoré, Humaitá, Porto Velho, Guajará-Mirim, Fortaleza do Abunã, Rio Branco, Tarauacá, Sena Madureira, Iquitos, Yurimaguas, Pucallpa, Contamana, Tarapoto, Caballococha, Letícia e outros lugares, vilas, povoados, sítios, fazendas, seringais e castanhais [...] (BENCHIMOL, 1998, p. 86).

¹¹¹ CUNHA, Euclides da. Preâmbulo. In: RANGEL, Alberto. **Inferno verde (scenas e cenários do Amazonas)**. 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

¹¹² ROSENBLATT, Sultana. Como viemos parar na Amazônia. **Revista Morashá**. São Paulo, v. 30, ano VIII, set. 2000.

Narrando a existência de mais de mil famílias, Samuel Benchimol assim descreve os inúmeros lugares para além de Belém e Manaus que os judeus foram migrando ao longo de quatro gerações pioneiras, nas quais todas as cidades e comunidades citadas apresentam registros da presença judaica ao longo do século XIX. Estes registros estão além das primeiras sinagogas em Belém, apresentam-se em registros de naturalização, fundação de firmas¹¹³, movimentações comerciais, relatos de memórias e sepulturas dentre outros registros, dos quais não somente podem ser atestados nos estudos de Samuel Benchimol como também no levantamento de naturalizações feito pelo casal Frieda e Egon Wolff com ênfase nas concessões dadas pelo governo imperial.

Bayabot, Davi. De Marrocos, casado, residente na travessa de Santo Antônio n. 25 em Belém. Assinou o requerimento de naturalização em hebraico; foi atendido pela portaria de 26-3-1877 (WOLFF, 1975, p.268).

Tettam, Leon. De Marrocos, 23, negociante, residindo em Cametá desde 1866. Naturalizado em 8-2-1873 (WOLFF, 1975, p.272).

Bensimon, Isaac. De Marrocos, religião hebraica, residente em Vila Sant'Ana de Breves, província do Pará, naturalizado em 21-5-1877 (WOLFF, 1975, p.273).

Serigue, Julio. De Marrocos, casado, negociante em Santarém há 16 anos. Naturalizado em 25-6-1882 (WOLFF, 1975, p.275).

Tanto os registros de naturalização como, sobretudo as firmas, demarcam não somente os lugares de estabelecimento e da organização da vida dos judeus marroquinos na Amazônia, como também sua natureza comunal, suas redes de contato e estabelecimento familiar, ou seja, sua imigração de caráter familiar, característica a qual muito se vê e debateremos ao longo desta tese, fator incontestável de sobrevivência do povo judeu e de construto de espaços ímpares de sociabilidade, o qual acompanha historicamente os judeus em toda e qualquer diáspora a qual foram submetidos.

Esse mapeamento, portanto, o qual regionaliza a nossa tese, acompanha as linhas de maior estabelecimento na região amazônica, dada a sua vastidão e, conseqüentemente a impossibilidade de mapear em um único trabalho, toda uma dimensão migratória de um povo. Por meio dos registros de naturalização, das sepulturas e dos seus lugares de sociabilidade como comércio, sinagogas e vilas contemplamos Belém e Manaus e suas cidades, vilas e povoados afluentes.

¹¹³ Entre as prósperas empresas citamos: Leon Israel & Irmão, Bensimon & Coriat, Isaac J. Roffé e Cia, Benchimol & Irmão, Kraus Irmão & Cia, Isaque J. Benzaquem, Ignacio Welt, José M. Benzecry & Cia, Israel & Cia, Moyses Cohen, Simão Benjó, David J. Sicsú, Leon Cohen, Albert Meyer & Cia, Elias Bemyara, Joaquim N. Pazuelo, Jayme A. Benchimol, Abraham Moyses Maman, Jacob M. Bnezecry, Bentes & Irmão (Itatuba), Salomão Benalal, Júlio Levy, Benchimol e Benayon (Humaitá), Abraham José Serruya (Parintins), Jaime Baruel, Simão Assayag, Assayag, Irão & Cia (Parintins) [...] (BENCHIMOL, 1998, p. 106).

Para Samuel de Benchimol, em sua obra *Amazônia. Formação Social e Cultural* (1999), ao pensar o judaísmo amazônico, é preciso pensá-lo como um reflexo da situação mundial e também do Brasil, o qual, parafraseando ainda suas ideias, vê o Brasil enquanto maior nação marrana do mundo, com cerca de 16 milhões de descendentes de judeus e cristãos-novos, o que pode equivaler a 10% da população nacional.

Os dados flertam com o lugar de fala do pesquisador, com o desejo de presentificar, de constituir e preservar uma memória a um povo que faz parte da história do Brasil, logo, para o momento não nos atemos a confrontar a estatística demográfica, mas de historicizar a presença judaica na Amazônia brasileira. Suas residências atestadas em seus pedidos e registros de naturalização, os cemitérios e suas sepulturas evidenciando sua origem por meio dos nomes e até mesmo em muitos casos crenças que pregavam, seus lugares de culto, as casas sem ostentação de templo exterior constituídas enquanto sinagogas, ou ainda as suas primeiras sinagogas legalmente aferidas pelas mudanças constitucionais, são muitas marcas e enunciados que mapeiam a presença judaica na Amazônia.

Para além dos centros de Manaus e Belém, segue-se as estradas flutuantes, onde muitos se estabelecem e serão narrados em nossa tese, as quais ganham novos contornos, novas abrangências na Abertura do Rio Amazonas (1867) para a navegação de todas as nações, ato político que viabiliza a colonização da Amazônia e assim, incentiva ainda mais a vinda de imigrantes judeus marroquinos, judeus africanos. Tem uma frase muito dita e apreciada no meio judaico na qual nos cabe ressaltar e que é bastante repetida que trata do seguinte: “Dizem que judeu é sinônimo de terra boa”. Mas, qual o sentido nisto?

A frase é vista por meio de duas situações. Sempre que os judeus migram, saem de um lugar, abandonam ou fogem é porque quase sempre é sinal de uma crise e, ao se estabelecerem em um outro lugar é porque o lugar é bom, é próspero ou pode se tornar afortunado com sua chegada. Nos velhos tempos costumava-se dizer que, para uma vila ou povoado crescer e prosperar na Amazônia era preciso: um caboclo para fazer roça, um cearense para cortar seringa, um judeu para vender suprimentos e comprar produtos regionais (BENCHIMOL, 1999, p. 267).

A prosperidade na Amazônia não estava, é claro, limitada a presença judaica. As condições políticas representadas no momento histórico que se vivia, combinadas as suas potencialidades naturais seriam os maiores fatores de imigração, não somente para judeus, como também para migrantes nordestinos e imigrantes de outros lugares para além da África judaico-marroquina.

Digno de nota ainda, é que o desejo de uma Nova Terra, de uma Canaã, de um El Dourado, o fascínio pela natureza singular, somados a partir de meados do século XIX, com o interesse aferido pelos lucros da borracha, a exemplo, fazem do recorte por nós escolhido os maiores marcos de presença judaica na Amazônia, porém, não alocava os judeus como únicos povos eleitos. Ao demarcarmos os lugares de maior presença judaica na Amazônia e como estes judeus irão corroborar para colonização e formação da Amazônia, não anula a participação de outros povos migrantes e imigrantes, os quais serão responsáveis pelo que hoje em termos étnicos transforma o espaço.

No entanto, Belém, Manaus e cidades, povoados e vilas, ligadas pelas afluentes dos rios, pelas rotas fluviais, somadas as redes de contato de uma imigração de suporte familiar é o que configura a organização judaica na Amazônia e faz desses lugares seus espaços de maior notoriedade.

1.4 E NA FLORESTA AMAZÔNICA SE ERGUE A ESSEL ABRAHAM

Deus disse a Abrão: Sai da tua terra [...] para a terra que eu te mostrarei (Gênesis 12:1). Fazendo valer esta marca, Eidorfe Moreira na obra a Presença Hebraica no Pará, já citado anteriormente, nos lembra que desde tempos coloniais a presença hebraica já se faz no Pará e na Amazônia. Ainda que sem feição comunitária que depois passou a ter foi como cristão-novo que esse elemento se estabeleceu pela primeira vez entre nós, pois de outra forma seria difícil a sua permanência em condições condignas (MOREIRA, 1972, p. 29).¹¹⁴

Com dados não precisos, devido à falta de documentação suficiente para atestar a suas datas, valendo-se sobretudo, das memórias coletadas em histórias de vida de diversos pesquisadores, Essel Abraham corresponde a uma das primeiras sinagogas da região amazônica situada à rua Campos Sales, nº 733, em Belém, fundada na segunda década do século XIX, com datações de 1823, 1824, 1828. Seu nome Essel Abraham, corresponde a arvoredos de Abraham Abinu, primeiro patriarca do povo judeu.¹¹⁵

Nas pesquisas de Samuel Benchimol, como já elencamos, durante quase um século de imigração no período que corresponde diretamente o tempo imperial brasileiro, chegaria para a região amazônica em torno de aproximadamente mil famílias judias, nas quais ao raiar da

¹¹⁴ MOREIRA, Eidorfe. **Presença hebraica no Pará**. Belém: Falangola, 1972.

¹¹⁵ AZULAY, Rubem David. **História dos judeus do estado do Pará**. Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org>. Acesso em: 25 dez. 2018.

República, esse número se tornar ainda maior, subdividindo essas levas migratórias em quatro gerações, somando quase duzentos anos de imigração judaico-marroquina.

A primeira geração compreende a partir de 1820 até a ascensão da borracha (1820-1850); logo depois se inicia a segunda geração, a qual estende –se até a decadência do produto (1850- 1910); Já a terceira geração é determinada pelo abandono dos seringais e a saída para as grandes cidades (1920-1950); e a quarta é caracterizada pela profissionalização dos descendentes das gerações anteriores – é o tempo dos doutores, dos professores, e também é assinalada pela diáspora carioca e paulista, a partir dos anos de 1950 (BENCHIMOL, 1998, p. 83-151).¹¹⁶

Jacob Lestchinsky,¹¹⁷ no seu livro migrações judaicas, por sua vez, relata que migraram para o Brasil entre 1840 e 1942 cerca de aproximadamente 71.360 judeus, caracterizando-se por apresentar números crescentes que vão desde as primeiras décadas do século XIX, relacionando-se, sobretudo, em decorrência do avanço da economia seringalista no Norte e das crises políticas e econômicas que assolavam a Europa e a África, bem como das mudanças que se faziam no Brasil.

Ao buscarmos as fontes governamentais, o censo de 1900,¹¹⁸ por exemplo, constatamos os seguintes números em relação ao quantitativo de distribuição da população judaica do Brasil por províncias, graças a uma pergunta que nele continha, a religião.

Quadro 2 - Censo de 1900

Alagoas	2
Amazonas	153
Bahia	17
Ceará	25
Distrito Federal	202
Espírito Santo	30
Maranhão	2
Minas Gerais	37
Pará	211
Paraíba	6
Paraná	17
Pernambuco	8
Rio Grande do Norte	5
Rio Grande do Sul	54
Rio de Janeiro	25
Santa Catarina	1
São Paulo	226
TOTAL	1.021

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Brasil – IBGE.

¹¹⁶ No capítulo II desta tese, descreveremos e debateremos as características destes grupos migratórios.

¹¹⁷ LESTSCHINSKY, Jacob. Migrações Judaicas 1840-1956. In: RATNER, Henrique (org.). **Nos caminhos da diáspora**. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Judaicos, 1972, p. 27-65.

¹¹⁸ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Brasil – IBGE.

Esses números apresentam-se um tanto contraditórios, quando observamos as considerações acerca da demografia dos judeus nos estudos de Benchimol (1998, p. 74), pois segundo o pesquisador, no período de 1810 a 1850, antes mesmo do crescimento da exploração da borracha no Norte, ou seja, antes do ciclo da borracha, já haviam chegado à Amazônia brasileira e peruana cerca de 300 famílias judias e outras 700 entre 1851 a 1910.

[...] os grupos mais numerosos e influentes que aqui aportaram foram os judeus sefaraditas e forasteiros que emigraram do Marrocos, no período de 1810 a 1910. Nesses cem anos chegaram cerca de 1.000 famílias judias marroquinas e de outras origens, antes e durante o ciclo da borracha. Essas famílias estavam distribuídas: 650 para o Pará, 200 para o Amazonas e 150 para a Amazônia Peruana (Iquitos) (Benchimol, 1998, p. 74).

Há de salientar as condições e formas de coleta desses dados, a se pensar dentre muitas dificuldades a dilatação das terras brasileiras e a dificuldade de acesso, bem como fatores como o medo de declara-se judeu ainda vivendo sob as cinzas da inquisição, fazendo com que tais dados dificilmente representem a totalidade dos judeus que já viviam no Brasil. Assim, independentemente dos números, o que os dados nos atestam é que a presença estava enraizada no Brasil, e, o arvoredo de Abraham estava crescendo.

Para Abraham Bentes e Samuel Benchimol, pioneiros no estudo dos judeus africanos na Amazônia, a vinda desses judeus se explica primeiramente das condições de vida as quais eram assolados no Marrocos, e, em seguida das próprias prerrogativas que o Brasil dava em suas transformações auferidas a partir do advento do Império. Tempo este ampliado em nossa pesquisa, uma vez que tais condições começam a brotar desde as reformas pombalinas no século XVIII.

Os judeus marroquinos na sua grande maioria são oriundos da Península Ibérica, (sefaraditas) expulsos em 1492, pelos reis de Espanha, 1496, pelo Rei D. Manuel de Portugal. Lá viveram por quase trezentos séculos, até que desdobramentos de ordens diversas se fizessem para que os estigmas de êxodos e diásporas voltassem a constituir o povo judeu.

O êxodo dos judeus-marroquinos é explicado através dos diferentes fatores de expulsão, tais como: condições de vida insalubres nos *mellahs* (bairros judeus), associados a pobreza, fome, doenças e epidemias, apedrejamento de judeus vivos e mortos, destruição de sinagogas, perseguições e sofrimentos, proibição da saída, conversão e martírio, bem como guerras e motins (BENCHIMOL, 1998, p. 39).

Em meio a um período de instabilidades políticas e de (in)definição de uma identidade nacional, os imigrantes judeus que partem para o Norte, narram uma nova constituição de si,

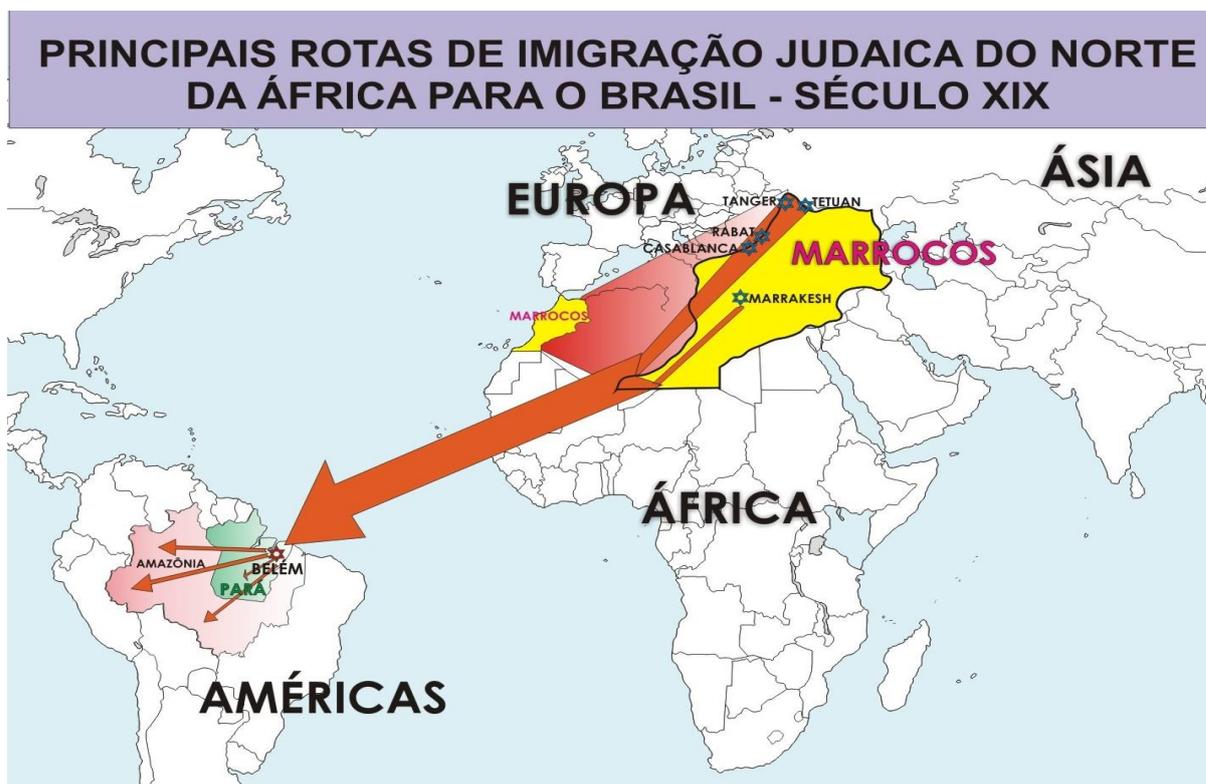
uma nova possibilidade de vida, sobrevivendo às dificuldades contidas nas terras de onde migraram, ansiando um construto de vida social, religiosa, cultural e, sobretudo econômica.

A maioria dos judeus que migra para o Norte é oriunda do Marrocos, fugindo das péssimas e insalubres condições de vida a qual eram assolados, sendo que esta precariedade não se limitava somente, à falta de condições financeiras, mas também à intolerância religiosa e diversos outros fatores.

O êxodo dos judeus marroquinos é explicado através dos diferentes fatores de expulsão: pobreza, fome, perseguição, discriminação, destruição de sinagogas, etc., como de forças de atração e favorecimento, tanto de ordem política e econômica oferecidos pelo Brasil e Amazônia, como a abertura dos portos, tratados de aliança e amizade, extinção da inquisição, liberdade de culto, abertura do Rio Amazonas à navegação exterior e outros elementos que contribuíram para buscar a Amazônia – a nova Terra da Promissão – a Eretz Amazônia (BENCHIMOL, 1998, p. 14).

Cerca de aproximadamente 80% dos judeus que imigraram do Marrocos, vieram de cidades marítimas e portuárias, Tetuan e Tanger, Ceuta, Arcila, Larache, os demais de Fez, Casablanca, Rabat, Marrakesh dentre outras. Esses judeus que lá viviam, tinham chegado ao Marrocos e outras partes do Nordeste da África, depois da expulsão dos judeus da Península Ibérica em 1492.

Figura 1 - Principais rotas de imigração dos judeus marroquinos para o norte do Brasil no século XIX



Fonte: Adaptado do geógrafo Wallace Dantas (2022).

Imprescindivelmente, não podemos deixar de citar fatores já descritos nesta tese de ordem mais geral que propiciaram o abrir das portas para os imigrantes de modo geral: abertura dos portos, tratado de aliança e amizade, fim da inquisição, constituição imperial, necessidades de mão de obra e de gente para civilizar a nova nação que despontava dentre outros, assinalam os caminhos para pensar a chegada dos imigrantes no Brasil.

Havia diferenças entre os judeus que migraram da Espanha e de Portugal, os chamados megorashim e os que já habitavam o Marrocos e que sofreram influências dos povos Árabes e Berberes, seriam os toshavim. Os grupos se hostilizavam principalmente pelo fato de terem sofrido influências do lugar, seja de onde vieram, seja de como coabitavam culturalmente, os megorashim criticavam os toshavim por terem incorporado costumes árabes, por sua vez os toshavim denunciavam a cultura ibérica que os megorashim trouxeram com sua fuga.

Essas dissidências atravessaram os continentes e mares e se fizeram presentes na constituição das comunidades judaicas no Pará e na Amazônia, dividindo-se tanto geograficamente, como culturalmente, narrando espaços de sociabilidades, ora de proximidades, ora de distanciamentos.

Dessa maneira os judeus marroquinos ficaram assim divididos: megorashim, judeus ibéricos, que vieram para o Marrocos com os decretos de expulsão a partir de 1492, e, toshavim, os judeus nativos, “autóctones” do Marrocos, que habitavam o território há aproximadamente setecentos anos. Estes últimos, compondo camadas sociais inferiores foram relegados a forasteiros, pelos megorashim que possuíam poderes aquisitivos mais elevados.

As famílias que chegavam à Amazônia iam para o interior, levados por aviadores judeus que já haviam prosperado, seja com as drogas do sertão ou mais tarde, com o ciclo da borracha, povoando várias cidades ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes, sendo os judeus, os primeiros regatões, seguindo o curso dos rios e contribuindo junto a outros imigrantes na interiorização e ocupação da Amazônia. Os judeus que vieram habitar e viver no Pará e na Amazônia, a partir de 1810, podem ser classificados em cinco correntes, que tiveram suas variações estabelecidas por meio do lugar de onde partiram e de costumes antagônicos como a fala e ligação com outras etnias. Vejamos:

[...] - os Sefaraditas expulsos de Portugal, Espanha e Marrocos, que falavam português, espanhol e haquitia; os Forasteiros nativos do Marrocos, que falavam arbia e haquitia; os Sefartitas de Alsácia e Lorena, de fala francesa e alemã; os Asquenasitas da Alemanha, Polônia e dos Países da Europa Central, que falavam alemão e ídiche; (bem como Leste europeu) [...]; os Foinquinitas do oriente Médio, que falavam ladino e árabe (BENCHIMOL, 1998, p.74).

Há de salientar que parte destes judeus apresentavam dissidências quanto à aceitação do outro, relacionando quase sempre, a pureza das tradições judaicas em detrimento da influência de povos aos quais tiveram contato, além do período de permanência em determinadas localidades, afluindo características que se distanciavam das Leis de Moisés.

Destes grupos que migraram para o Norte, resultando de inúmeras circunstâncias, mas de algo em comum, entre tantos motivos, que fora a constituição de uma nova vida, tendo nos Sefaraditas (megorashim) e nos forasteiros (toshavim) os grupos de maior migração e composição judaica no Norte do Brasil, chegando segundo Benchimol mais de 1.000 famílias marroquinas entre 1810 e 1910, estendendo-se desde o início da exploração das drogas do sertão até o auge da imigração em meados do século XIX, com o ciclo da Borracha, como já mencionamos anteriormente, assinalando uma predominância migratória econômica, política e cultural do primeiro grupo, os Sefaraditas.

Clara Kochem¹¹⁹ em um livro de memórias denominado *De bem com a Vida*, abre seu acervo pessoal e esboça suas memórias, suas histórias, narrando acontecimentos que fazem parte de sua família. O que para nós, sob o crivo do historiador se tornaram fontes históricas, deixando de ser uma história privada para compor a história do Brasil.

A maestria com que suas histórias são narradas e fundamentadas a partir de seus objetos de memórias, digam-se fontes históricas, nos servem de base para pensar o quanto a maioria dos judeus que imigraram para a Amazônia eram qualificados e não realizaram uma imigração sem o desconhecimento total do local.

Papai trazia algumas moedas de ouro costuradas dentro de um cinto para começar um negócio quando aparecesse a oportunidade. E trazia em si um capital ainda mais valioso: uma imensa disposição para o trabalho, simpatia e fluência em sete idiomas. Ladino, francês, árabe, hebraico, grego italiano e inglês (KOCHEM, 2018, p. 34).

Vemos que a vinda dos judeus marroquinos para a Amazônia não é uma viagem de imigração às cegas, mesmo estando fugindo das más condições da região. A atuação da Aliança Israelita Universal fazia-se de modo também preventivo, uma vez que, o fato de ter em sua composição histórica a constante necessidade de dispersão, de êxodo e diásporas, fez com que os judeus adquirissem mecanismos de adaptação incomuns. A Escola Israelita Universal exerceu um papel fundamental na criação de meninas e meninos judeus,

¹¹⁹ KOCHEM, Clara. **De bem com a vida**. Licença Creative Commons: Atribuição sem derivação. São Paulo, 2018.

[...] dando formação em todos os níveis de ensino, línguas (francês, espanhol, inglês e hebreu), ciências, história, geografia, ofícios e profissões, sendo que as mulheres aprendiam ainda costuras, trabalhos manuais e música, além das matérias acima citadas (BENTES, 1987, p. 313).

Em relato ao Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ), Simão Arão Pecher, no artigo denominado, *Duzentos Anos de Miscigenação Judaica na Amazônia*, narra como seus antecessores vieram para a Amazônia sob uma organização prévia, para lhes garantir condições de viver nas novas terras, não somente no que se refere a manutenção dos costumes, mas também a própria sobrevivência material.

As escolas da Aliança Israelita de Marrocos propiciaram uma boa educação aos emigrantes pobres ao se transferir para o norte brasileiro, que aqui chegavam após seus Bar e Bat-Mitzvah (maioridade judaica) com o sonho de sua sobrevivência contra as adversidades na Região Amazônica, denominada de “Hyloea” pelo naturalista Alexandre Von Humboldt, tentando se estabelecer no Brasil, adaptando-se e aculturando-se às condições locais e ao mesmo tempo se empenhando na preservação das tradições hebraicas de seus ancestrais.¹²⁰

A Aliança Israelita fundara inúmeros braços, criando, redes e conexões, orientando, dando educação, habilitando os judeus a viverem em novos e antigos espaços, sejam judeus que estavam sofrendo perseguições, sejam os que fugiam de flagelos. A exemplo, temos descrito na Encyclopédia Judaica,¹²¹ registros de fundação de escolas em Tetuam, 1862; Tanger, em 1869, seguidas de mais cinco escolas em Marrocos.

Para Roberto Grun (1999), os judeus se inserem numa imigração moderna e organizada a partir da Alliance Israélite Universelle e a ICA (Jewish Colonization Association). Em texto publicado numa obra de Boris Fausto, denominada de *Fazer a América*¹²², Grun ressalta que correspondentemente, seus satélites no Brasil começam a funcionar na ajuda à instalação dos judeus recém-chegados, criando embriões da organização comunitária.

Ieda Gutfreind, em artigo publicado na revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, nos aponta que em 1859, foi fundada a Board of Delegates of American Jews, outra instituição que visava auxiliar judeus, sobretudo, advindos das perseguições sofridas na Rússia. A maioria migrara para os Estados Unidos. Já em 1871, com objetivos análogos

¹²⁰ PECHER, Simão Arão. **Duzentos anos de miscigenação judaica na Amazônia**. 2019. Disponível em: <https://www.amazoniajudaica.com.br>. Acesso em: 25 dez. 2018. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica - AHAJ).

¹²¹ BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 1998, p. 52. (Encyclopédia Judaica, v. 2, p. 251,1973).

¹²² FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: EDITORA da Universidade de São Paulo, 1999.

Aliança, organiza-se na Inglaterra a Associação Anglo-Judaica, destacando-se dentre várias funções pela via educacional, estabelecendo escolas em Bombaim, Tanger e Jerusalém.¹²³

Essas escolas que a União Israelita Universal faziam do Judeu, portanto, esse imigrante desejado, embora que, ao nos referirmos à necessidade de branqueamento que o século XIX almeja, para construção civilizatória do Brasil, o judeu marroquino não estava totalmente enquadrado, muitos apresentavam traços que fugiam da pele branca europeia e também não eram cristãos. Os anos de miscigenação na África, desde suas expulsões da Península Ibérica em fins do século XV, lhes legaram não só uma pele menos branca, como também costumes dos quais fugiam do esperado para uma civilização que queria se erguer nos moldes europeus.

Isso nos leva a questionar a própria Amazônia enquanto escolha dos judeus marroquinos, um tanto distante dos grandes centros urbanos do Brasil, visto que nesse momento havia a busca de um povo¹²⁴ que contribuísse para descaracterizar a identidade negra que o Brasil possuía e lhes conduzir um status branco, europeu e civilizado. Além de que, na própria Amazônia o Judeu se tornara branco ao compararmos com a população nativa e cabocla que nela já se fazia presente.

Mesmo não sendo a gente ideal, na região da Amazônia ao compará-los com uma população indígena, cabocla, mestiça, sua tonalidade menos escura tornava-se evidente e os faziam brancos, somados ainda a sua qualificação, caracterizando-se por ser uma imigração familiar, demarcando a sua permanência bem como sua familiaridade com a linguagem ibérica, além de se adaptarem melhor as necessidades mercantis que o século XIX almejava.

Ao falar sobre as similaridades e diferenças na construção das identidades judaicas na Amazônia, Wagner Lins atenta que os judeus marroquinos, ao imigrarem para a Amazônia, não eram considerados, o modelo ideal de imigrante, pois não eram vistos como brancos e por este viés obviamente poderiam não está apto para empreender os planos de branqueamento da população brasileira, além de também não serem considerados cristão, mesmo sendo vistos pela população local como já reiteramos como brancos devido ao grande número de indígenas, caboclos e mestiços (LINS, 2010). Portanto, era preciso apresentar valores ainda maiores para justificarem sua presença.

O preparo nas escolas da União Israelita Universal, bem como a própria educação doméstica, fazia do judeu um imigrante necessário. Falar línguas advindas da Europa,

¹²³ WEBMOSAICA. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v.1, n.1, jan/jun, 2009.

¹²⁴ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

conhecer as necessidades que o mercado do século XIX solicitava ter conhecimento prévio das regiões para onde migram possui redes de contato dentre outras, eram algumas das muitas qualidades que fizeram o judeu necessário e em alguns casos ‘tolerável’.

Em fins do século XIX, mais precisamente em 1890, é fundada em Belém do Pará a Sociedade Guemilut Hassadim Shel Ribí Shimon Bar Yochai, tida como a entidade pioneira na organização da comunidade israelita do Pará, acompanhado a nascente República no Brasil, inaugurando o rompimento da Igreja e do Estado que logo se faria com a Constituinte de 1891, a Guemilut Hassadim Shel Ribí Shimon Bar Yochai, corrobora para tirar os judeus da semiclandestinidadade, estimulando a criação de inúmeras outras sociedades e instituições nas quais não precisavam se esconder em casa sem ostentação interior que as identificasse.

Neste mesmo ano a Fundação da Jewish Colonization Association, a JCA, em 1891, abria as portas das Américas aos judeus perseguidos na Europa (VELTMAN, 2005, p. 32). Fazendo com que a imigração judaica ganhasse múltiplas portas que os levaram a diferentes caminhos, visando à formação de colônias no Novo Mundo. Temos como exemplo a fundação de colônias no Rio Grande do Sul e na Argentina.

Para Benchimol, o fenômeno do judaísmo amazônico é um reflexo da situação mundial e também do Brasil, que se tornou a maior nação-marrana no mundo, com cerca de 16 milhões de descendentes de judeus e cristãos-novos, equivalente a cerca de 10% da população nacional (BENCHIMOL, 1999, p. 226).

Desta feita, os judeus não se constituem enquanto um grupo unívoco, o fato de terem migrado para diversos lugares e conseqüentemente terem que se adaptar às culturas dos lugares para onde vão, faz com que os judeus e os judaísmo apesentem formas distintas quanto a seus ritos não somente religiosos como também práticas sociais, culturais, econômicas e culturais como um todo, variando conforme o ambiente e o tempo. Nas páginas a seguir refletiremos o viver, o constituir-se e o ser judeu no século XIX na Amazônia, na organização de seus lares, sinagogas e espaços de sociabilidades, misturando-se ao medo, a cultura de tempos de perseguição e uma sociedade que já se fazia múltipla na cor e nos costumes, no intuito de problematizar as práticas discursivas que esta comunidade judaica de Manaus e Belém irão produzir, para corroborar com a formação de sua identidade.

A socialização e a busca por uma nova constituição de si levavam muitos judeus a algumas transformações, no intuito de se tornarem mais próximos dos brasileiros. Um exemplo disso pode ser auferido nos nomes de muitos judeus que ganharam novos sons, Abraão transforma-se em Alberto, e Mordejay em Maurício, dentre outros, no intuito de se auferir maior identificação com o lugar e a gente à qual estavam convivendo.

Seus nomes ficavam guardados na memória, no íntimo dos lares, até a força do tempo fazer com que suas primeiras marcas ganhassem novos contornos, nomes novos, ausentes de um passado que aos poucos se fazia distante e que o imbricamento com novas culturas produziria novos sujeitos.

Um número muito grande de famílias desaparecera para o judaísmo, pois seus descendentes no interior foram incorporados e integrados à massa anônima dos caboclos empobrecidos, que adotaram o culto católico, evangélico, espírita e até umbandista, esquecendo de vez as suas origens ancestrais judaicas (BENCHIMOL, 1998, p. 175).

Ultrapassar a distância medida por um oceano significava uma transformação pelas bordas, pela imagem externa – a roupa, a barba, o chapéu, e que, gradualmente, afetaria outra imagem interna de si mesmo, a própria identidade, porém para Benchimol, esses judeus que assimilaram a cultura regional, perderam a sua memória e identidade.

Todavia, esse fato não se estende a todos os imigrantes judeus do Norte, o casal Egon e Frieda Wolff,¹²⁵ fez um levantamento no arquivo nacional do Rio de Janeiro. Lá copiaram e transcreveram fielmente os originais dos 455 processos de naturalização de judeus no Brasil durante o século XIX. Dos quais 85% são referentes a marroquinos, sendo muitos responsáveis por estabelecer as primeiras organizações judaicas no Brasil, mas precisamente na Amazônia.

Em Belém e Manaus, a grande maioria das casas comerciais de propriedade de judeus era, desde as décadas de 1820/30, de origem sefarditas, principalmente marroquinos, como Fortunato Vendelak (Bendelak) & Cia; Ana Fortunato; Salomão Levy & Irmão; Fortunato Cardoso; Duarte Aflalo; Judah Arrobas; Marcos Dias Cohen; Moyzes Benzinram; Leão Serfaty; Isaac Benchetrit & Cia; [...] (HELLER, 2010, p.104).

Estes dados catalogados inicialmente pelo casal Wolff e referendado nas pesquisas de Benchimol, alega a dimensão das práticas estabelecidas e da busca pela demarcação de um lugar para se viver dos judeus marroquinos. Sendo donos de casa comerciais, ambulantes, caixeiros, proprietários de terras e escravos, o estabelecimento dos judeus fazia gradualmente.

Os judeus se organizavam por lugar de origem, ou seja, judeus ingleses formavam suas comunidades, judeus portugueses as suas, por seu turno os judeus espanhóis, facilitando a vida comunitária e estabelecendo redes de convívio e ajuda mútua. Em 1855, por exemplo, já havia comunidade judaica de judeus ingleses bem estabelecidos que passaram a acumular

¹²⁵ WOLFF, Frieda e Egon. **Judeus nos primórdios do Brasil República**. Rio de Janeiro: Biblioteca Bialik, 1979, p. 96.

duas nacionalidades tão logo tiveram aprovados seus processos de naturalização: *Elkin Hime, Isey Levy, George Hudson, Sigismund Laconbson, entre outros* (BENCHIMOL, 1998, p. 105).

Nesse universo de fugas, renúncias, naturalizações e adaptações os judeus da Amazônia foram aos poucos imprimindo uma organização ímpar no que se refere à formação de uma comunidade judaica e judaizante mais atual no Brasil Oitocentista. Seus espaços de sociabilidades foram gestados em meio as particularidades de sua imigração, de seu povo e de sua cultura arraigados as redes de contato historicamente construídas por um povo acostumados em sua história a deslocamentos. Assim, abrimos as portas da sociabilidade para melhor refletirmos sobre o ser judeu, o viver judeu e o permanecer judeu.

CAPÍTULO II – PORTAS DAS SOCIABILIDADES: TECENDO DISCURSOS NA CONSTITUIÇÃO DE SI

As portas das sociabilidades, do chegar, do ser, do viver e do permanecer judeu são de fundamental importância para se compreender a presença judaica na Amazônia e como estes povos contribuem no processo de colonização e formação de diversas comunidades na Amazônia.

Ao fazermos uso do termo sociabilidades, trazemos um debate em torno das formas de como por meio das redes de contato, da circulação de ideias, das experiências e, sobretudo nos judeus a forma de sua imigração familiar, tornou possível sua vinda e construção de suas vidas na Amazônia. Para muitos estudiosos da temática judaica em seus processos de êxodos e diásporas o manter-se em grupos na sua grande medida tem sido fator incontestável para a sobrevivência dos judeus, o que nos leva a parafrasear a máxima proferida por Salo Baron (1974) de que um judeu sozinho é um judeu em perigo, fadado ao insucesso.

O que mantém os judeus, na maior parte de sua história, o que os leva a resistir nos distintos lugares que vão é a sua forma de sociabilidade, as vivências em grupos. Desprovidos de um território, de um estado e por que não dizer de uma língua, figuram nas relações sociais, nas redes de contato, na cultura e nos interesses coletivos a manutenção deste povo. Desta feita, “sociabilidad refiere a la aptitud que lleva a los sujetos a agruparse de manera voluntaria en asociaciones” (FERNÁNDEZ, 2006, p. 3).¹²⁶

Porém, vale refletir acerca dessa maneira voluntária, que está para além de passividade, está permeada de interesses e que nem sempre houve uma unanimidade em sua organização e estabelecimento em lugares de destino. Por vezes, dispersões, formação de novas células são comuns ao longo de sua história, sem perder, no entanto, o caráter comunitário, suas divergências emergem de interesses de grupos os quais comungam ideias distintas como local de origem, língua falada, aculturação a outros povos, bem como de formas de manutenção de um judaísmo enquanto cultura e enquanto religião.

As sociabilidades judaicas ainda são entendidas a medida em que não somente constituem suas vidas por meio das conexões que estabelecem historicamente através de consanguinidade, de uma religião ou até mesmo da perseguição, esta última como reafirmou

¹²⁶ FERNÁNDEZ, Sandra. Sociabilidad, corporaciones e instituciones. In: BARRIERA, Darío (Dir.). **Nueva historia de Santa Fé**. Rosario: Prohistoria/La Capital, 2006, Tomo 7.

constantemente Anita Novinsk (2015),¹²⁷ fora o elemento que mais corroborou para que sobrevivessem. O fato de serem perseguidos em quase todos os lugares por onde iam, os judeus foram constituindo mecanismos de sobrevivência, de fugas e adaptações os quais estão intimamente ligados à sua vida comunitária.

Ao chegar no Brasil, os judeus de diversas origens tenderam a se agrupar a partir da constituição de sinagogas que cumpriam os ritos trazidos de seu local de origem, sempre com variantes em relação a outras origens, mesmo das grandes famílias asquenazes ou sefaraditas. (FAUSTO, 1999 p. 365) ou ainda no caso amazônico megorachim ou tochavim.¹²⁸

Essa vida comunitária nunca se colocou de modo totalmente fechado, em lugares hóspedes, em lugares de nova morada, sempre se fez necessário estender contatos com quem já habitava ou ainda com os que viriam a habitar o local. E, assim, ao pensar acerca das sociabilidades judaicas, vemos que estas não se constituem de modo fechado, confabulando entre seus pares, fora de extrema importância o contato com outros grupos, nos quais para se manter, buscaram ser úteis, serem necessários quanto a sua presença, mesmo que em muitos momentos estrassem em conflito, visto que os judeus têm as suas tradições pautadas na história, na memória e lidar com o novo, com a mudança implicará muitas vezes em conflitos.

A Amazônia estava longe de ser um paraíso, uma terra de Canaã exclusiva aos judeus. Era preciso conviver com os nativos, com as populações nessas regiões já estabelecidas, com os outros imigrantes e isso fará com que as teias das sociabilidades judaicas se estendam para além de seus correligionários. Nos estudos de Samuel Benchimol, usando censo demográfico do início do século XIX, na década de 1810/1820, quando os judeus começam a chegar ao Pará, Belém tinha uma população de 24.500 habitantes, Marajó 10.500 e Cametá 8.050 pessoas (BENCHIMOL, 1999, p. 273).

Estas sociabilidades vividas pelos judeus, portanto, merecem uma problematização nas associações que farão entre os seus pares e nos outros grupos que atravessam o seu viver na Amazônia. Ora de forma harmoniosa, ora de forma conflituosa. Tensões e solidariedades narram parte destes contatos.

¹²⁷ NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil**: fontes inéditas pra uma nova visão da história. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

¹²⁸ Segundo Samuel Benchimol (1998), os expulsos e refugiados judeus espanhóis e portugueses, sefardim em 1492/1496 que foram para o Norte da África são denominados de megorachim ou megorashim, falam uma língua castelhana. Ao chegarem no Marrocos foram chamados de forasteiros ou de estrangeiros, pelos judeus autóctones, os quais já eram conhecidos como Tochavim ou Tochabim, nativos da região, berberizados e arabizados. Os primeiros adquiriram uma certa superioridade em relação aos segundos no que se refere a status, econômico e profissional, gerando muitas rivalidades as quais os acompanharam ao imigrarem para o Brasil.

2.1 AMAZÔNIA: O ÉDEN JUDAICO, OS JARDINS DAS DELÍCIAS

Na literatura religiosa hebraica o Mar Vermelho se abriu para os judeus, garantindo sua fuga do Egito. No entanto, esta fuga não se fez com tamanha tranquilidade, foi preciso atravessar obstáculos, reestabelecer rotas e reorganizar vidas em novos lugares de estabelecimento. E esta não fora a única diáspora do povo judeu. Os milhares de anos que se seguem, muitos mares tiveram que se abrir e várias dispersões tiveram que ocorrer para que a história judaica encontrasse no Brasil uma terra para demarcar e chamar de lar.

O Brasil e a Amazônia também se abrem. Suas prerrogativas legais alinhadas as suas condições naturais favorecem na elaboração dos caminhos para que os novos Moisés do século XIX, ergam seus cajados e abram novos mares, novas possibilidades e assim a vida judaica possa se estabelecer e constituírem-se na Amazônia.

[...] a natureza aqui, além de misteriosa, é quase sempre pontual. Às cinco e meia tudo ainda era silencioso naquele mundo invisível; em poucos minutos a claridade surgiu como uma súbita revelação, mesclada aos diversos matizes do vermelho, tal um tapete estendido no horizonte, de onde brotavam miríades de asas faiscantes: lâminas de pérolas e rubis; durante este breve intervalo de tênue luminosidade, vi uma árvore imensa expandir suas raízes e copa na direção das nuvens e das águas, e me senti reconfortado ao imaginar ser aquela a árvore do sétimo céu (HATOUM, 1989, p. 65).¹²⁹

O termo sétimo céu é uma alusão de Jeffrey Lesser, se utilizando da narrativa bíblica do Gênesis, descrevendo o sonho de Jacó em chegar aos céus, assim, as maravilhas que se ouvia da edênica Amazônia, corroboraram em demasia para que muitos judeus e outros imigrantes fizessem desta terra, seu sonho de prosperidade. Fato este que não é apenas uma ideia fantasiosa do romancista amazonense Milton Hatoum, suas ideias, suas visões e percepções de uma Amazônia plural, híbrida e cheias de possibilidades já é um resultado de um imaginário que se corria há séculos.

De proporções continentais, com rios, matas, florestas densas, constituindo-se assim, com uma grande diversidade de fauna e flora. A Amazônia se recobre como o pedaço mais rico do planeta, porque não assim dizer, os jardins das delícias. O escritor manauense, Márcio de Souza no livro *História da Amazônia*,¹³⁰ ressalta o potencial natural da Amazônia e o que faz essa terra, a qual ficou milhares de anos intocada ser um verdadeiro paraíso na terra.

¹²⁹ HATOUM, Milton. **Relato de um certo oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹³⁰ SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Ocupando mais de 6,8 milhões de quilômetros quadrados, a bacia do rio Amazonas é a maior bacia fluvial do mundo, superando em duas vezes a segunda colocada, a do rio Congo, na África. A bacia do rio Madeira é a maior entre os afluentes e se estende por mais de 1,4 milhão de quilômetros quadrados, ocupando parte do território do Brasil, da Bolívia e do Peru. As florestas cobrem a maior parte da bacia do rio Amazonas [...] (SOUZA, 2019, p. 21).

Todas essas características exuberantes fazem desse pedaço do planeta, sem dúvida alguma um paraíso, o qual preferimos chamar neste item de jardins das delícias, pelo fato de também apresentar agruras. E assim, ao fazermos uma analogia ao artista holandês Hieronymus Bosh, que ao pintar sua obra *O Jardim das delícias terrenas*,¹³¹ aborda um paraíso edenizado contrastando com as características de um mundo de pecado vivido na terra, na representação do bem e do mal, na visão de que nas belezas do paraíso, o inferno também se encontra.

Ao mesmo tempo que se abre como o Mar Vermelho trazendo a possibilidade de uma vida nova, de uma vida livre de perseguições e sofrimentos, dos muros que os confinavam nos melahs, da fome, das guerras e motins dentre tantos motivos, fazendo desse lugar o paraíso, também será revestido em jardins das delícias, uma vez que, tantas maravilhas não serão o suficiente para livrá-los completamente das dificuldades, tantas florestas densas e com culturas e costumes distintos dificultarão a vida judaizante, a terra que mana leite e mel também fará o imigrante provar o fel.

As portas do Brasil e da Amazônia se abrem ao imigrante e aos deslocamentos internos no Brasil, a exemplo a migração nordestina, quase sempre alinhados a questões de fuga de más condições de vida, a busca de fortuna, e no caso judaico de um novo lar, frente as perseguições políticas e religiosas vividas na África. Abraham Bentes, compartilha em seu livro *Das Ruínas de Jerusalém à Verdejante Amazônia*, uma carta que recebeu em 1983 de um correligionário denominado Abraham Pinto, descrevendo como seus tios emigraram de Tanger para a Amazônia.

Em 1864 partiu para o Brasil meu tio Abraham Serfaty, irmão de minha mãe, em um veleiro que levou de 3 a 4 meses para chegar ao Pará. Assim mesmo seu irmão Elias, dois anos depois, seguiu o mesmo rumo, viajando para o Pará. Ambos iam lutar pela vida, trabalhando, e passaram duras penas durante doze anos, para conseguir um pequeno pecúlio de mais ou menos 3.000 duros (um duro valia cinco pesetas) cada um. Regressaram a Tanger em 1877 (BENTES, 1987, p. 378).

¹³¹ BOSCH, Hieronymus. **O jardim das delícias terrenas (1480 – 1490)**. Disponível em: <http://www.museodelprado.es/coleccion/galeria-on-line/galeria-on-line/obra/el-jardin-de-lasdelicias-o-la-pintura-del-madrono/>. Acesso em: 07 set. 2022.

A original desta carta, à qual fora datilografada, possui duas páginas e é um verdadeiro relato de memórias de como viviam a grande maioria dos judeus no Marrocos, de como concebiam a imigração, bem como de seus anseios para com a chegada na Amazônia e suas dificuldades de adaptação, os quais traremos outros trechos que nos permitam refletir, acerca dessas vindas.

O fato de ter o Brasil, um conjunto de condições favoráveis para a recepção de imigrantes, não lhes ausenta em hipótese alguma, das dificuldades que iriam enfrentar neste “paraíso”. Dificuldades de acesso, de aceitação, de adaptação junto àqueles que já estavam, bem como a falta e a saudade daqueles que na África ficaram.

Descrever a cena de meus pais, ao despedir-se de mim no porto, seria muito doloroso, ao ver criaturas tão jovens, como meu irmão e eu, embarcamos para países tão distantes, que nem eles nem nós conhecíamos nem por tradição; mas confiantes na Providência, que sempre nos tem amparado, e na bondade de meus tios, é que resolveram deixar-nos viajar (BENTES, 1987, p. 379).

Neste outro trecho da carta, Abraham Pinto já descreve a própria viagem, agora com a companhia de seus tios que haviam retornado para Tânger, mas não lograram sucesso, sendo compelidos a voltar para o Pará, e agora, na companhia dos sobrinhos, de pouca idade, porém de muita vontade de sair do lugar onde viviam. Narrando sob uma perspectiva poética, saudosista e embasada nos muitos relatos sob as formas que os judeus marroquinos vinham para o Brasil, Samuel Benchimol assim anuncia o seu pensar:

Podemos imaginar as cenas de despedidas de judeus sefarditas e forasteiros nas suas melahs, juderias, esnogas de Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Salé, Marrakesh, Arcila, Larache, Ceuta e Melilla, os principais focos dos retirantes judeus-marroquinos. Os jovens corriam às sinagogas para colocar os seus tefelins (Bar-Mitzvah - cerimônia de confirmação e maioridade feita aos 13 anos, que marca a integração do jovem judeu à sua comunidade religiosa), os pais e mães aflitos e chorosos arrumavam as suas malas e baús. Os mais velhos rezavam as suas orações (Shaharit (tefilah), Minchá, Arbit rezas da manhã, da tarde e do anoitecer) nas sinagogas, diziam o kadish (oração aos mortos) em honra aos seus falecidos pais, visitavam (zoreavam) os cemitérios, embrulhavam os seus livros de orações (Sidurim), os seus talets e mezuzots, guardavam num saco as joias e as moedas de ouro amealhadas ao longo de gerações e despediam-se dos seus amigos e pais, prometendo escrever cartas e remeter algum dinheiro logo que possível. Como grande parte dos migrantes eram jovens recém-saídos da Escola da Aliança Israelita Universal, muitos ansiosos o casamento com as suas namoradas e noivas para que já pudessem chegar na sua nova pátria com família já estabelecida. Outros mais pobres, apenas com o sapato e a roupa no corpo, pediam emprestado alguns ouros e libras para as despesas de viagem (BENCHIMOL, 1999, p. 271-272).

Tais fatos nos afezem mais ainda a ideia que a maioria dos judeus que deixaram a África para a Amazônia apresentavam um determinado perfil. Eram jovens, muitos dos quais acabaram de realizar o seu bar mitzvah,¹³² outros recém-casados, jovens ávidos pelo começo da vida, pelo começo de uma vida distinta da que viviam nos melahs e nas demais condições incipientes do Marrocos. “Eu (Abraham Pinto), que tinha 16 anos de idade nessa data, roguei a meu tio que me levasse com ele. Tanto ele como meu pai aceitaram meu pedido”. (BENTES, 1987, p. 378).¹³³

Henrique Veltman (2005), em suas falas aponta que muitos dos imigrantes eram imberbes, recém-casados. Outros, solteiros, vinham apenas com a roupa do corpo. Muitos dos recém-casados deixaram as jovens esposas entregues aos cuidados de suas famílias, por absoluta falta de recursos para levá-las imediatamente. Dezenas dessas moças foram esquecidas, quando seus esposos, na Amazônia, morreram vítimas de enfermidades desconhecidas. Outras simplesmente foram trocadas pelas caboclas. A grande maioria, no entanto, foi chamada por seus noivos e esposos.¹³⁴

Em um estudo realizado por Maria Ariádina Cidade Almeida e Teresa Almeida Cruz, o qual resultou em um artigo publicado no Portal Amazônia Judaica, refletimos por meio de relatos de memória como famílias descendentes dos judeus oriundos do Marrocos narram a vinda de seus pais para a Amazônia.

Eles vieram do Marrocos, pai e mãe. Eu não sei a cidade, mas eu sei que a minha mãe com meu pai veio de lá. Ela veio muito jovem, parece com quatorze ou quinze anos casada. Casou porque meu pai vinha pra cá pro Brasil, e como tinha medo que ele arrumasse outra, né? Pra cá. Então, os pais dela, obrigaram ele a casar (CAGY, 2011).¹³⁵

Reitera-se a pouca idade dos imigrantes, os recém apresentados ao judaísmo pelo Bar Mitzvah, bem como a associação da idade com a noção de início, de um começo para uma nova geração ou de recomeço para novos grupos. A pouca idade dos casamentos

¹³² Cerimônia judaica que marca a passagem de um garoto à vida adulta, aos 13 anos. A partir dessa idade, ele assume sua maioridade religiosa e passa a ter responsabilidades perante sua comunidade e suas tradições.

¹³³ Transcrevemos na íntegra o depoimento de Abraham Pinto acerca de sua viagem enquanto um jovem que sai do Marrocos e vem para a Amazônia, o qual afixamos em Anexo C desta tese.

¹³⁴VELTMAN, Henrique. Os judeus e a selva: fugidos de massacres, há séculos eles vivem entre índios e seringueiros e foram importantes personagens na história da região. **AH Aventuras na História**. 2017. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-judeus-e-a-selva.phtml>. Acesso em: 03 jul. 2019.

¹³⁵ CAGY, Luna. Entrevista concedida a Maria Ariádina Cidade Almeida. **Mulheres judias e suas trajetórias familiares**. Manaus, 2011. Disponível em: amazoniajudaica.com.br/. Acesso em: 03 abr. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica. AHAIJ - Entrevista).

característicos da cultura eram reforçados para que pudessem chegar ao novo local já com família constituída.

Assim, buscando os melhores campos de trabalho, corroborados pelo momento político o qual desfrutara o Brasil, bem como das redes de conexão que já existiam desses tempos imperiais, os judeus de Tanger, Tetuan, Fez, Casablanca, Rabat, Salé, Arcila, Marrakesh, Ceuta, Melilla, os Judeus da África fazem suas malas, baús ou simplesmente na falta de qualquer bem que pudessem dispor embarcam para o Brasil.

As malas traziam não somente suas vestimentas, mas também suas culturas. Seus livros de oração (Sidurim), seus tefelins e talmuds, menorahs (candelabros de sete pontas), a estrela de Davi ou o Chai, ornados em suas vestes ou em objetos de metal, Torás e mezuzah, demarcavam o povo que imigrara para o Brasil. Ao tempo que muitos outros por falta de recursos, por medo de caracterizar-se com elementos que reforcem seu lugar de estrangeiro, de judeu muito pouco ou nada traziam.

Ao longo do século XIX, os judeus demarcam para o Brasil uma imigração familiar, e, isto servia como contraste com outros povos imigrantes e migrantes, por ser familiar, eram sujeitos que não vinham somente na busca de estabilidade, fazer fortuna e regressar aos países de origem. Eram imigrantes que em grande parte das vezes traziam suas famílias e constituíram moradas, as quais era para ficar, para habitar em definitivo. O que não descartamos ainda o fato de muitos constituírem sua morada com novas famílias que formam dentro e fora dos grupos judaicos, ou ainda aqueles que ao conhecerem novas companheiras esqueciam a família que lá deixavam.

No entanto, apressar e fazer o rito de maior idade como nos atestam os depoimentos, constituir matrimônio, estabelecer as conexões para busca posterior da família, caracterizam esta imigração. Quando não tão jovens, muitos já deixavam filhos e esposas e viajavam com o propósito de constituir fortuna ou condições mínimas para poder regressar e trazer a família. Lembremo-nos ainda que além da imigração judaica ser familiar, ter desejo de ficar e se estabelecer na terra e não somente de fazer fortuna e regressar a sua terra de origem, é também uma imigração qualificada pelo fato de serem letrados ou ainda de terem uma formação, principalmente em decorrência do fomento da União Israelita Universal (AIU), além de não apresentar ônus para o governo, uma vez que eram patrocinadas por particulares ou quando muito e na maioria pelo próprio imigrante.

Em 1866, já havia vapores ligando os portos do Norte do Brasil com a Ilha da Madeira, Lisboa, Leixões, Vigo, Hamburgo, Havre e Liverpool, nos quais se transportavam não somente cargas, como também pessoas, culturas, sonhos e novas possibilidades de viver

melhor. Bentes (1987), nos lembra que em 1868 foi criada uma outra companhia de navegação inglesa, a Red Cross Line, com a mesma rota da Europa indo até Manaus.

Neste ínterim, as notícias de uma Amazônia que se abre para o imigrante como não somente possibilidade, mas também realidade já se fazia concreta nas conexões com o Marrocos, viabilizando não somente os sonhos, mas a concretização dos mesmos. Desde a chegada dos primeiros judeus em 1810 na região Norte, muitos foram se fazendo ao longo do Rio Amazonas e não demorou para que em menos de meio século casas comerciais judaicas de Belém e Manaus crescessem e criassem conexões com Tânger e cidades europeias e isto se tornasse incentivo para que muitos outros quisessem tirar proveito dessas terras que se apresentavam e eram ao mesmo tempo tão ricas.

As notícias de uma Amazônia que conduzia a prosperidade não era uma utopia, um sonho a ser alcançado, estava ausente de ser uma terra da promessa. Ela já se fazia como lugar de prosperidade pelas histórias de judeus que conseguiram lograr sucesso. O fato de ser também uma imigração familiar corroborava para que as informações, as redes de contato e de parentesco fossem mais realistas. “Primeiro veio o pai, depois trouxe o irmão. Em seguida mandei buscar esposa e filhos”. A notícia corre aos primos que também necessitam de vir e, assim os ciclos vão girando em torno de grupos familiares. Muitas correspondências reforçavam a grandiosidade do lugar, a edenização da terra não unicamente agora enquanto promessa, mas como realidade pelas belezas e é claro, pelas possibilidades de trabalho e as condições de vida na Amazônia.

Seu Simão Benjor, ele mandava o dinheiro pros marroquinos virem e depois eles aqui pagavam, então esse dinheiro ele reutilizava e ele era como um pai pros judeus do baixo Amazonas. [...] Ele era um homem muito rico, tinha uma loja, um armazém muito grande em Belém, tinha um navio [...] E ele mandava localizar os judeus marroquinos por esse interior e mandava o navio deixar as mercadorias. Aqueles que procediam bem ele se transformava em um pai.¹³⁶

As redes de contato, as conexões de parentesco foram de suma importância para apresentar aos judeus esse novo lar. Cheios de encantos e possibilidades para se fazer a vida. O investimento no jovem, também demarca uma atitude coletiva, pensada, organizada e qualificada de conduzir as novas gerações a lugares mais profícuos que possam dar maior estabilidade frente às situações vividas na África. A atitude de financiamento e

¹³⁶ Fortunato Chocron. Entrevista realizada na cidade de Óbidos em 13 de fevereiro de 1996 por BEMERGUY, Amélia. **Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males (PARÁ, 1870-1910)**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

consequentemente busca desses jovens judeus estava longe de ser um ato meramente mercantil de necessidade de mão de obra ou de ganho de juros sob uma passagem vendida. Estava em curso o estabelecimento e o fomento para novas gerações. Em depoimento para o documentário *Eretz Amazônia*. Os judeus da Amazônia,¹³⁷ o descendente de judeu Marroquino Jaime Elmesany narra a vinda de seu pai e atesta a importância das redes de contato e das conexões que haviam para arregimentar os judeus oriundos da África do Norte:

O meu pai Zacarias Elmesany nasceu na cidade de Salé, Marrocos no dia vinte de janeiro de 1890, aí com dezoito anos o meu pai acompanhado de outros judeus também que se dirigiam para cá pro Brasil, também veio pra cá em 1908. Bom, aqui chegando, tinha uma casa que era uma sinagoga e também era uma república, lá na rua Gaspaziana, entre a presidente Vargas e a Macêdo Costa, aquela da praça. Bom, ali naquela casa que funcionava como sinagoga muitos judeus também chegavam lá, e por isso, um senhor chamado Salvador de Moaná, da cidade de Moaná também se hospedou lá e conheceu meu pai e acabou levando meu pai pra Moaná para trabalhar numa loja de panificação de doces e pães (Documentário *Eretz Amazônia*. Os Judeus da Amazônia, 2004).¹³⁸

Criada uma posição, por mais modesta que fosse, ou seja, a medida em que iam se estabelecendo e firmando maior estabilidade não somente no comércio, como também outras garantias de vida, chamavam a alguns de seus familiares, preferencialmente jovens solteiros. Quando não havia em suas famílias, escreviam aos diretores da Escola da Aliança, reclamando certo número de jovens que reunissem tais ou quais requisitos, com que se comprometiam a colocar (no mercado de trabalho), correndo por conta dos solicitantes os gastos com a viagem (HELLER, 2010, p. 92). Aqui, exerciam trabalhos iniciais diversos: caixeiros, pequenos comerciantes, intérpretes, (devido falar outras línguas, principalmente na preparação das escolas da Aliança Israelita) ou até mesmo sob tutelas mais experientes as funções de regatão, além de que estas funções iam modificando conforme o momento em que chegavam ao longo do século XIX, conforme as culturas econômicas predominantes.

¹³⁷ DOCUMENTÁRIO. ERETZ AMAZÔNIA. Belém, PA. Direção: Alan Rodrigues. Roteiro: Alan Rodrigues, Walter Bentes Lima. Co-direção: Davis Emescany. Produção executiva: David Salgado Filho. Fotografia: Jacob Serruya. Edição: Cristina Mota. Trilha Sonora: Fabrício Cavalcante. Belém. 2004. 55 min. Cor. Son. Filmado em HDV. Realizado com recursos do edital DOC TV I.

¹³⁸ O documentário, baseado no livro, *Eretz Amazônia* do Samuel Benchimol (1998) é produzido no início dos anos dois mil, tendo como finalidades divulgar e fazer *jus* a presença judaica na construção arquitetônica e cultural de diversas partes da Amazônia, fazendo valer a importância dos judeus na totalidade da história brasileira, bem como contribuir para o não esquecimento de suas origens. Fato este, que é posto no discurso do documentário. A obra foi dirigida por Alan Rodrigues e contou com a consultoria dos irmãos Elias e Davi Salgado, dois ícones no estudo e divulgação da cultura judaica amazonense. Rendendo logo no início de sua exibição, um importante prêmio (I DOC TV pelo Pará) em 2004.

[...] o imigrante judeu marroquino, ao se transferir para a Amazônia, já era um homem ou mulher educado para o trabalho e para vencer na vida. Toda escola, em um país pobre que persegue os destituídos, funciona como agente e imigração. [...] a Aliança Israelita Universal de Marrocos ajudou a preparar os futuros líderes judeus da Amazônia, que se tornaram importadores e, sobretudo, exportadores, viajando para o exterior ou para fechar negócios e assistir congressos e exposições, pois dominavam fluentemente o inglês e o francês (BENCHIMOL, 1998, p. 54).

Fato importante de notar que a imigração além de ser familiar, de uma parcela bem jovem, apresenta-se também preparada no afirmar de Benchimol. Porém, vale lembrar que uma outra marca judaica, como nos lembra Salo Baron (1974), é a característica de adaptação, de improvisar do povo judeu. Dando-se, sobretudo, não somente pela qualificação das escolas israelitas, mas por ser uma característica histórica de um povo sempre em constante migração e imigração, lhes conferindo a necessidade constante de improvisar para poder viver. O se tornar regatão, colocar mercadorias e seguir o curso dos rios e comercializar produtos para pessoas em lugares de difícil acesso é uma marca que enaltece a capacidade improvoso.

Essa capacidade de improviso é contatada por muitos Judeus que estudam a imigração Marroquina para a Amazônia. Um deles, o Renato Athias em um artigo de nome - Salé, um Lago no Baixo Amazonas,¹³⁹ narra as memórias de seus familiares oriundos da África caracterizando a necessidade de adaptação a qual tiveram que criar somadas a heranças de barganha que os próprios marroquinos possuíam.

Meu avô Jacob Athias, certamente inovou quando iniciou o seu comércio nas margens do Trombeta. Ele começou pela região do médio Amazonas, construindo sua residência em Óbidos, trabalhando até Sena Madureira, no Acre. Em Oriximiná, ele estabeleceu um comércio, e posteriormente adquiriu uma fazenda, ampliando seus negócios. Promoveu diversas atividades comerciais, como aviamento para o extrativismo regional, comércio de carne de gado através da charqueada (que aprendera de seu pai ainda em Salé) e compra e venda de lenha para os navios à vapor (ATHIAS *apud* SALGADO; SALGADO, 2017, p. 82).¹⁴⁰

Na mesma obra, os irmãos Davi e Elias Salgado, também estudiosos da Amazônia judaica, descendentes de judeus marroquinos vindos de Casablanca, mostram em suas memórias a epopeia pela qual seus familiares passaram até chegar na Amazônia e endossam as necessidades e os caminhos análogos que os imigrantes passavam.

Eliezer Elmaleh, agora Lázaro Salgado, assim como centenas de outros judeus pobres oriundos do Marrocos que afluíam ao norte do Brasil, traziam na bagagem o

¹³⁹ Artigo publicado no livro resultante de coletâneas e ensaios que homenageiam os quinze anos do Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). SALGADO, Elias; SALGADO, David. **História e memória: judeus e industrialização no Amazonas**. Rio de Janeiro: Editora Amazônia Judaica, 2015.

¹⁴⁰ Id. Ibid.

sonho de vencer a luta contra as adversidades da selva amazônica, objetivando criar uma base de sobrevivência, com a qual pudessem se estabelecer no país. Se adaptando e se aculturando as condições locais e ao mesmo tempo se empenhando na preservação das tradições judaicas de seus ancestrais (SALGADO; SALGADO, 2015, p. 43).

É notório que o ser judeu e o permanecer judeu no sentido de manter a cultura, as tradições é um outro fator no qual não será tão fácil, principalmente nas dilatadas e vastas terras amazônicas. A qual preferimos aqui nos ater aos motivos pelos quais os Elmalehs vêm para o Brasil, tendo na melhoria da qualidade de vida seu principal fator. E, logo iam estabelecendo grupos que posteriormente dariam origem a comunidades a partir de seus lugares de origem.

Os judeus sabem como diria Ellie Wiesel (2006)¹⁴¹ que: “Asi como el hombre necessita a sus semejantes para sentir-se hombre, el judío necessita a los suyos para sentir-se judío”. As redes de contato e de parentesco aferidos a esse “Jardim das delícias”, seria vital para os que aqui já estavam estabelecidos e obviamente para aqueles que ainda chegariam. Os registros que temos anunciam aqueles em que suas famílias lograram sucesso, as tentativas frustradas, os registros dos que não conseguiram viver nos Jardins das Delícias na sua grande maioria se perderam no tempo, foram esquecidas pela falta de documentação ou ainda propositalmente relegadas ao esquecimento por se tratar do que não engradece a história de um povo a qual do ponto de vista do sucesso não mereça ser contada. Mesmo assim, ainda encontramos nas fissuras das memórias daqueles que descendem direta ou indiretamente dos judeus marroquinos a dureza de ser imigrante.

O meu pai, veio de Marrocos, com treze, quatorze anos de idade, mandado buscar por um tio que exercia o comércio em Parintins. Foi lhe concedido uma canoa com quatro homens, e eles vieram visitando em todos esses municípios entre Parintins. E, chegou em Óbidos, ele se agradou. E aqui ficou morando no trapiche, não tinha recursos e também não tinha nem sequer conhecimento (FORTUNATO CHOCRON, 2004).¹⁴²

Atrair jovens, constituir famílias ou ainda regressar para buscar os familiares necessita de alimentar histórias de sucesso, as falas migrantes e de boa parte dos estudiosos de origem judaica são carregadas de um *ethos* heroico do povo judeu que desbrava a Amazônia. Como vimos, as histórias narradas e a interpretação documental levam a uma percepção quase sempre das dificuldades à vitória, das dores à alegria, dos desencontros aos encontros na bravura de um povo. O que em nada desmerece as histórias contadas e a historiografia já

¹⁴¹ WIESEL. Ellie. **A noite**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

¹⁴² Trecho de entrevista concedida para o Documentário Eretz Amazônia, 2004.

narrada, porém, faz-se mister compreender que os Jardins da Delícias e o Eldorado estavam além de um perfil aventureiro. Na narração última, do Fortunato Chocron, ao relatar as dificuldades de seu pai, temos brevemente uma página na qual, nem todos os judeus estavam totalmente assistidos pelas redes de contato, sejam nacionais ou internacionais, sendo trazido por um tio. Sua aventura não se enche de glória, ao apontar que não tinha recursos e nem conhecimentos, ao menos que lhe aferisse bom êxito ao chegar.

Logo, a Amazônia estava distante de ser uma terra pronta para ser explorada e que ao galgar os suplícios da viagem até ela, se teria a promessa de uma terra que jorrava leite e mel. Seus espaços naturais ainda cheios de incógnitas e a vivência com povos nativos e outros migrantes e imigrantes farão da presença judaica um constante negociar, o qual nem sempre resultou em sucesso. E, é desta maneira que muitos espaços de sociabilidades serão construídos na necessidade de ser e permanecer judeu que as redes de contato e busca irão contribuir para construir uma Amazônia Judaica.

Como já relatamos antes, para os judeus, como tal, sua herança religiosa-cultural é ainda mais vital, porque há muito tempo não tinham outros elementos básicos da vida do grupo humano - território, estado e língua (BARON, 1952, p. 07).¹⁴³ Junto as heranças consanguíneas, a herança cultural é que fez durante muito tempo o povo judeu, desprovidos como ressalta Baron, de um território, de uma nação, de um estado que os constitui enquanto povo, seus elementos culturais lhes legava a pertença a um grupo, a uma comunidade, a uma gente, a um ser judeu.

Esta marca é um tanto distinta de demais povos imigrantes, que mesmo ao sair de suas terras por razões diversas, têm uma história aos quais estão ligadas por um território de origem, por uma nação, por uma língua e de certo uma soberania que os atestam como a exemplo, portugueses, espanhóis, ingleses ou ainda migrantes como nordestinos. E isso os faz inclusive pensar que ao passo que as coisas melhorem, na terra de onde partiram, suscite a esperança do retorno para o lugar que guardam como seu.

No caso do povo judeu, se tem um rótulo,¹⁴⁴ o de ser judeu. Isso fez com que ao longo da história os fossem vistos basicamente por uma marca religiosa. E ter uma marca apenas delineada pelo campo cultural, não lhes lega o desejo de voltar, pois qualquer lugar será como

¹⁴³ BARON, Salo Wittmayer. **Sociedade e religião judaicas**. 2. ed., revista e ampliada, v. I, Antiguidade. Nova Iorque: Columbia University Press, 1952.

¹⁴⁴ A ideia de rótulo, enquanto sujeito demarcado, marginalizado e desviante fora inspirada nos estudos de Howard S. Becker, será ampliada no capítulo III.

não lugar.¹⁴⁵ E, assim, em seus espaços de sociabilidades que construirão seus espaços de si, sempre em coletividade essas questões sempre o atravessarão.

O reconhecimento judaico o qual se vem por meio de uma identidade cunhada através de uma descendência religiosa, os persegue e os mantém, ou melhor, os reconhece enquanto povo, enquanto identidade, gerindo ainda sentimento de pertença a um lugar. Porém, este sentimento de pertença a um lugar, não vem da terra, mas sobretudo, de suas vivências culturais.

Este elemento, de ser um povo sem território, sem nação, sem pátria, poderia legar os judeus a uma extinção, porém essa característica ímpar de ser majoritariamente classificado enquanto povo da religião judaica, ao tempo em que lhes fizera em diversos momentos da sua história padecer, também é o que os mantém vivos. Todo povo tem uma história única, e, no caso judaico, sua unicidade está dentre tantas, arraigada ao fato de serem vistos enquanto sujeito de uma religião. Para tanto, todo e qualquer espaço por eles vividos estará alocado essa característica maior.

2.2 A CONSTRUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES

Na descrição de Benchimol (1998, p. 151), “[...] todo judeu rico do interior era considerado Coronel”. Na tentativa de se vencer os preconceitos buscavam suprir necessidades, mostrando-se necessários nas terras que migravam, uma estratégia de vencer o preconceito latente antijudeu. As levadas migratórias de judeus ao longo do século XIX, não caracterizam e vestem os judeus com uma característica única, o próprio Samuel Benchimol, descreve os judeus marroquinos da Amazônia a partir de quatro grupos de imigrantes, variantes conforme o tempo, variantes conforme os lugares, variantes conforme as redes de contato, variantes quanto as tentativas de manutenção de suas crenças ou no esquecimento. A primeira geração seria de jovens aprendizes, empregados, balconistas e vendedores ambulantes, na maioria com treze anos de idade em diante, ou seja, logo após o Bar Mitsvá, ocupando, sobretudo, as regiões interioranas da Amazônia. Destacando-se sobretudo, os regatões.

Os Judeus Regatões, inicialmente, são pequenos comerciantes que seguem os rios e igarapés do interior da Amazônia como comerciantes ambulantes, narrando as primeiras

¹⁴⁵ O não lugar, é o oposto ao que identifica o lugar, pois ele não é identitário, nem relacional, nem histórico (AUGÉ, 1994, p. 73). (AUGÉ, Marc. **Pour une anthropologie des mondes contemporains**. Paris, Aubier, 1994).

investiduras de interiorização, ocupação e formação dos primeiros núcleos de judeus no Norte. Já os Judeus Coronéis, que se farão a partir da segunda geração, são os grandes proprietários de terras e seringais, e donos de firmas que se estabelecem no Norte no auge da economia da Borracha, assemelhando-se ao poder dos Coronéis no Nordeste que se constituirão na República Velha, uma vez que, a concentração de terras e negócios nas mãos de alguns desses Coronéis, judeus ou não, caracterizava-se pelo monopólio de terras e comércio.

Boa parte desta geração pioneira de judeus regatões, datados inicialmente a partir de 1810, veio por intermédio de aviadores, que tinham vindo de forma isolada e que haviam prosperado, estabelecendo firmas, principalmente em Belém: *Leão Israel & irmão, Levy Marques e Cia, Salomão J. Acris & Cia, Marcos Bensimon & Cia, Jacques & Alfredo Levy, Sinay & Levy* (BENCHIMOL, 1998, p. 81), caracterizando-se por imigrações isoladas, feitas por particulares e com conexões de amigos, correligionários e parentes que por meio das ligações comerciais que a presença da família real trouxe e posteriormente o Império com as aberturas comerciais, contribuem para que os primeiros grupos de judeus aqui aportem. Essa geração primeira será quase toda de regatões.

As primeiras redes de sociabilidades, de construção de espaços de forma mais ampla será auferida ao regatão, navegante que colocava mercadorias sob uma embarcação e saía pelo curso dos rios fazendo comércio, a personificação primeira da construção desses espaços pelos judeus. Abrindo caminhos nos rios e se inscrevendo nas histórias que compõem os igarapés da Amazônia, formaram uma rede até onde foi possível chegar.

Instituir relações de contato, familiaridades, encontros e desencontros por meio de redes de comunicações, fora uma marca dos regatões. Fator que muito contribuíra para formação da primeira Keilá (comunidade) judaica. Foram subindo, descendo e cruzando o Rio Amazonas, seguindo as estradas fluviais levando e comprando mercadorias, deixando e pegando encomendas e vislumbrando onde teria os melhores campos de estabelecimento e trabalho. “Com o afã de abrir novas zonas de comércio e conectar zonas ainda remotas com o mercado internacional, remontaram (subiram) o Amazonas e seus afluentes, avançando passo a passo e fundando outros centros de comércio” (BENTES, 1987, p. 374).

Esses regatões contribuíram para romper monopólios comerciais que já existiam e eram erigidos por lusitanos e nordestinos. Antecedem os árabes que também chegam à região amazônica na estruturação de um comércio mais intenso, porém passam a serem vistos como

insensíveis e exploradores (MORAIS, 1936).¹⁴⁶ Uma vez que, para ganhar freguesia, vendem muitas mercadorias a preços mais baixos que os concorrentes. Era preciso estabelecer contato, ganhar confiança. O comércio de trocas e suas experiências as quais os acompanhava lhes fora de grande ajuda.

O negócio era feito na lei da troca: trocávamos mercadorias por cacau, pirarucu seco, peles silvestres, óleo de copahiba, madeiras etc. Estes produtos eram exportados para Belém. [...] A Boca do Caburi ficava situada na foz do Igarapé Caburi e este findava no lago de Caburi, com muitos moradores, roceiros e pescadores. Eles traziam seus produtos e os trocavam por mercadorias na nossa loja ou na loja do sr. Melo, nosso concorrente que ficava a 2 quilômetros de distância, na Boca dos Botos.¹⁴⁷

Os judeus na sua grande maioria, não eram imigrantes que vinham fazer fortuna e iriam embora, eram classificados como imigrantes que vêm com suas famílias ou constituir novos laços e, para isso, fazer uso de suas tradições econômicas ligadas ao comércio, fora indispensável.¹⁴⁸ À medida em que uma rota iria dando certo, os regatões procuram se fixar, ter moradia e ali estabelecer um ponto de apoio. Foram dessa maneira, principalmente que se espalharam por tantas regiões para além de Belém e Manaus.

¹⁴⁶ MORAES, Raymundo. **Na planície amazônica**. 4. ed. São Paulo: BPB. Companhia Editora Nacional, 1936.

¹⁴⁷ HELLER, Reginaldo Jonas in Israel Ruben. *Judeus do Eldorado. Reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010, p. 116.

¹⁴⁸ Em depoimento a Nilva Menezes que resultara em artigo publicado ao Portal Amazônia Judaica (A Comunidade Hebraica na Região dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé), Mirian Israel Magosso, descendente de imigrante marroquino relata as atividades de seu pai, reforçando a amplitude que as sociabilidades, que o encontro com o(s) outro(s) podem resultar: Sua atividade era mascatear pelos rios, marretava muito comprando e vendendo produtos e tornou-se comerciante em Manaus. Tinha um comércio de confecções, foi aí que ouviu falar em Guajará-Mirim, havia explodido aqui a borracha, a compra de peles, a poalha, e foi aí que ele veio para cá e começou a comprar peles, poalha, borracha e mandar para exportação. Conheceu nessa época minha mãe Sara Montanho e teve duas filhas Munny Israel Barbosa e Mirian Israel Magosso. Disponível em: <https://www.amazoniajudaica.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Figura 2 - Regatão



Fonte: Ilustração de Percy Lau¹⁴⁹

Ainda se valendo do Raimundo Moraes (1936), com sua escrita derivada de experiências vividas na Amazônia, descreve bem o que seria um regatão, prática esta que não era exclusiva ou pioneira dos judeus, mas que na sua condução se tornou um dos grandes especialistas na arte de viver e comerciar seguindo o curso dos rios, observando as necessidades locais e se abastecendo de tudo que podia conseguir para sanar parte dos anseios comerciais dos seus clientes.

O bufarinheiro conhecido nas cidades por teque-teque chama-se, no interior, “regatão”, em lugar de transportar nas costas o mundo de miudezas, transporta-o no bojo de uma gaiola que desloca duas, três, quatro toneladas, divididas em seções de secos e molhados e movida por remo de faia. A parte da popa, fechada em roda, onde mora o dono, possui portinhola abrindo para vante e outra para ré. Dentro desse compartimento, riscado de prateleiras, encontram-se os artigos mais dispares, que vão da agulha à espingarda, do fósforo à bala, do cigarro ao fogareiro, da seda ao baralho de cartas, do alfinete ao barbante, do prego ao pó de arroz, do sabonete ao leque, da corda de viola ao mosquitoeiro, da requinta à coroa de defunto, do lenço ao cobertor, da chita à escova de dente. O “regatão” vende tudo ali, come ali, pilota ali, dorme ali (MORAES, 1936, p. 67).

Numa linguagem de enaltecimento, que eleva o espírito dos pioneiros judeus enquanto desbravadores que se aventuravam nas águas, Roberto Santos e Bárbara Weinstein narram o regatão enquanto produto originário da Amazônia, enquanto indivíduos que com canoas transformadas em lojas, penetraram os rios em todos os sentidos, entrando nos Igarapés e Lagos, vencendo as correntes dos rios, indo internar-se nas florestas. Esse “mascate fluvial”,

¹⁴⁹ Imagem encontrada nos fundos pessoais do casal Egon e Frieda Wolff no Centro de Memória (CDM), Museu Judaico de São Paulo. Recorte do livro: **Tipos e aspectos do Brasil** / Excertos da Revista Brasileira de Geografia. - Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1970.

produto originário da Amazônia, foi um homem decidido, com grande força para vencer e enriquecer.¹⁵⁰ Sendo ainda que esses regatões judeus rompem o monopólio do comércio que estavam nas mãos de portugueses e nordestinos. Como muitas embarcações grandiosas não conseguiam entrar, os regatões quebravam barreiras, levavam, remédios, estivas bebidas, munições dentre outros, além de comprar produtos nos seringais a melhores preços.

O barco e o regatão se colocam como um espaço vasto de sociabilidades, muito também foram mensageiros, carregavam informações, levavam notícias para além das mercadorias de compra, venda e troca. Ao tempo que buscavam rotas, faziam comércio contraíam novos amores, até mesmo novos matrimônios ou práticas de amancebo, ‘esquecendo’ suas prometidas que deixavam no Marrocos ou até mesmo em outras localidades da Amazônia. Muitos deixaram filhos espalhados pelas barrancas dos rios, muitos dos quais nem ao menos souberam que deixaram. A vastidão da Amazônia é continental. O que favorecia em muitas vezes a quebra de promessas. Sai e voltar, nem sempre era uma constante.

A preparação de grande maioria dos judeus antes das imigrações era um diferencial em relação a outros imigrantes, seja por uma educação doméstica, seja pela Alliance Israélite Universelle de Tanger, Marrocos, muitos regatões falavam mais de uma língua, facilitando as redes de contato e viabilizando o comércio, além de que, no Marrocos, muitos lidavam com as áreas comerciais e essa experiência foi de bastante valia na Amazônia. Saul Benchimol, filho de descendentes que vieram do Marrocos, Isaac Benchimol e Nina Siqueira Benchimol, narra em uma entrevista para equipe de entrevistadores que resultou na obra História e Memória, judeus e industrialização na Amazônia,¹⁵¹ como seus familiares foram se adaptando e criando redes de contato com outros povos e fazendo seus negócios crescerem:

Eram todos comerciantes, compradores de produtos da selva: castanha, couro, borracha, era isso que eles faziam. Como eles tinham um pouco mais de habilidade por terem vivido já no Marrocos, e por falarem português e espanhol, tudo ficava mais fácil. E meu pai também falava francês, pois estudou na Alliance Israélite Universelle de Tanger, Marrocos. Bem, então nós temos esse quadro (SALGADO; SALGADO, 2015, p. 33).

Logo, os regatões estavam muito além de serem somente comerciantes, eram revestidos de inúmeras características, ao tempo em que se defende e valoriza esse regatão

¹⁵⁰ WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC - Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

¹⁵¹ SALGADO, Elias; SALGADO, David. **História e memória: judeus e industrialização no Amazonas**. Rio de Janeiro: Editora Amazônia Judaica, 2015.

enquanto negociante que leva produtos a regiões distantes, que se aventura nos perigos dos rios, que carrega e comercializa produtos, aviamentos importantes para cidades centrais e principalmente interioranas e de difícil acesso, também se tem aqueles que os viam enquanto avarentos, oportunistas e trapaceiros, que usavam da condição de dificuldades de acesso para explorar enquanto comerciantes monopolizadores.

Outras atividades ainda que caracterizariam o trabalho dos primeiros imigrantes judeus para a Amazônia, nas primeiras décadas do século XIX, seria de empregados, balconistas, gerentes de depósito, donos de flutuantes, guarda livros, seringalistas e ao passar do tempo até coronéis, funcionários do governo e ocupantes de cargos públicos. Todas estas funções implicam no contato com o outro, de conviver com o outro, circulando as experiências de ambos os grupos. Nesta seara a primeira geração de judeus vai estabelecendo as bases para construção das comunidades judaicas na Amazônia.

Já a segunda geração, chegando no auge do ciclo da borracha, bem na metade do século XIX, agraciando-se da prosperidade oriunda desta economia até aproximadamente os anos de 1920, deixam marcas laboriosas tanto no Pará, quanto em Belém. Nesta última, firmas como Leon Israel & Irmão; Bensimon & Coriat, Isaac J. Roffé & Cia, dentre outras, marcam um número mais expressivo de imigrantes, vindos de Tânger e Tetuan.

Assistimos ainda nesta segunda geração, o crescimento destas firmas, até a decadência da borracha nos anos iniciais do século XX. Mas, mesmo com o declínio da borracha e a consequente falência de muitos fazendeiros seringalistas, os coronéis judeus, contribuíram na formação e no crescimento das comunidades judaicas no Norte, promovendo doações vultosas, como os donativos que construíram a Sinagoga Shaar Hashamain. Além dos donativos para construções dos Cemitérios em Belém, como o Cemitério Judeu da Soledade e o Cemitério Judeu Antigo do Guamá. Sendo ainda marcada pelo crescimento da participação judaica para além de suas redes de sociabilidades entre seus pares, seu lar, seus grupos sociais, na maior parte organizações conforme as redes de contato já estabelecidas desde a sua vida no Marrocos, para os outros colonos da bacia amazônica.

No acervo biográfico da família Eliahu Yehuda Israel Z"L, Yehuda Benguigui, relata ao Portal Amazônia Judaica que muitos judeus ao longo do século XIX, ao se estabelecerem na Bacia Amazônica, os quais fazem parte desta segunda geração, percebem ainda a fragmentada vida em que as comunidades judaicas vivem em relação a falta de cemitérios, sinagogas, auxílios espirituais para casamentos, Bar-Mitzvá, Kadish, bem como as

festividades¹⁵² e conseqüentemente ao seguimento geral da Halachah (Lei judaica), passam a gerenciar, financiar espaços que instituem uma melhor organização dessas práticas, as quais só ganharam maior sistematização em fins do século XIX.

[...] a organização comunitária judaica do Pará, se inicia praticamente com um memorial firmado pelo Sr. Leão Israel, na qualidade de “Protetor” da recém fundada “Sociedade do Exercício da Caridade de Israel” - Hebrat Guemilut Hassadim shel Rebi Shimon Bar Yochay, no dia 20 de abril de 1890, que foi fundada pelo Sr. Leão, como uma forma de iniciar um processo de vida comunitária, como a existente na Europa e nas comunidades do Marrocos. Firmam também essa carta manifesto, atendendo ao chamamento do Sr. Leão Israel, as seguintes personalidades: Rabi Fortunato d’Avila z”l, Sr. Isaac Bensimon z”l, Sr. Jacob Sabah z”l, Sr. Jacob M. Bensimón z”l, Sr. Abrahão Zagury z”l e Sr. Michael Israel z”l (filho do Sr. Leão Israel).¹⁵³

Partindo de iniciativas do Sr. Elias Leão Israel, o qual constituía-se como uma das famílias mais prósperas do Pará, fundaram escolas comunitárias, presidiram a sinagoga Shaar Hashamaim em cargos diversos, além de receber e dar suporte a muitos judeus imigrantes para a região amazônica.

A manutenção da identidade judaica necessitava dessas iniciativas. Esta mesma família ao se iniciar o século XX, chegou a construir um educandário, a princípio com características de internato, pois assim, os membros da comunidade que se radicavam no interior podiam deixar seus filhos, não se preocupando com a educação dos mesmos, tanto laica, quanto judaica. Posteriormente, o educandário veio funcionar simultaneamente como internato e externato, a fim de beneficiar também os filhos dos membros da comunidade radicada em Belém, já que se tratava de uma escola primária legalizada.¹⁵⁴ Estas duas primeiras gerações são caracterizadas, por tanto, pela chegada dos imigrantes judeus, pela interiorização para além de Belém e Manaus, bem como das construções primeiras de sinagogas, cemitérios, casa comerciais, associações, ruas e outras demarcações de identidade judaica.

Na terceira e quarta geração, configuram uma onda migratória das zonas interioranas para Belém e Manaus, devido, principalmente a crise da economia gomífera e a disseminação dos judeus em cargos profissionais diversos, para além do comércio, narrando a história dos

¹⁵² Rosh Hashanah — O Ano Novo Judaico. Aseret Yemei Teshuva — Dez Dias de Arrependimento. Yom Kippur — Dia do Perdão. Sucot — Festa dos Tabernáculos. Shemini Atzeret e Simchat Torá Chanucá — Festival das Luzes ou Festa da Dedicção. Dez de Tevet. Tu Bishvat - Novo Ano das Árvores.

¹⁵³ Arquivo Histórico Amazônia Judaica. AHAJ. Acervo biográfico da família Eliahu Yehuda Israel Z”L: Tzadik Gamur. Por Yehuda Benguigui. Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org>. Acesso em: 13 jul. 2022.

¹⁵⁴ Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Acervo biográfico da família Eliahu Yehuda Israel Z”L: Tzadik Gamur. Pr Yehuda Benguigui. Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org>. Acesso em: 13 jul. 2022.

judeus a partir da segunda década do século XX, onde não nos detemos na construção desta pesquisa, uma vez que escapam de nossa delimitação temporal, mas aqui se faz importante mencionar, para pensarmos, as múltiplas gerações e identidades judaicas que vão se transformando no Brasil.

Narrar estas gerações sob o olhar do pesquisador Benchimol, se mostram necessárias a compreensão e dimensão que o comportamento e a mentalidade judaica vão ganhando em diferentes momentos. De regatões a coronéis, eles compõem um grupo importante no construto da Amazônia e que, mesmo sendo pensados enquanto as suas formações comunitárias, ampliam suas conexões e não se inserem enquanto povos fechados.

Bentes (1987, p. 374) inscreve em suas pesquisas alguns judeus que tiveram notoriedade por suas firmas e terras entre as famílias pioneiras na ocupação do Norte do Brasil: *os Abecassis, Azulay, Benchimol, Bengió, Benoliel, Chocron, Cohen, Israel, Levy, Pazuello, Serfaty e Serrya*.

Estas características multifacetadas dos judeus também se devem ao fato de não haver analfabetos entre os israelitas, pois segundo Benchimol (1998, p. 145), “os rabinos e os talmudistas obrigavam as famílias a alfabetizarem, precocemente, os seus filhos desde os quatro anos de idade”, mesmo que alguns dos judeus que migraram do Marrocos ou de outras regiões da África e da Europa, não tendo profissões, sabiam ler e escrever, e assim sobressaíam-se numa terra brasílica de analfabetos.

A educação doméstica era uma cultura comum nos lares judaicos, e isto contribuiu para que estes povos pudessem ter destaque nas atividades que desenvolveram. As mulheres judias, assim como as mães marranas, descritas no primeiro capítulo de nossa pesquisa, que guardavam na intimidade dos lares um judaísmo secreto, ambas desempenham papel fundamental nesta educação e na manutenção da cultura hebraica.¹⁵⁵

Num povo em que a manutenção das tradições é um dos maiores pilares que configuram o ser judeu, a família e, em especial a figura feminina é um instrumento fundamental de preservação da identidade judaica, pois, instigando diariamente as práticas religiosas estas mulheres rabínicas garantiam até certo ponto a perenidade das Leis de Moisés.

Devemos levar em consideração que a atuação feminina e familiar variou muito conforme os tempos e espaços diferenciados que se proclamavam, jamais permitindo que façamos generalizações quanto ao papel da mulher na atuação religiosa judaica ou em

¹⁵⁵ As mães judias procuravam ensinar as leis costumeiras de um israelita: o descanso do Shabat; a dieta Kasher; os cerimoniais religiosos do Hosh-Hashaná; o dia do perdão, o Yom Kipur, a preparação para a maior idade o Bar Mitsvá e outras tradições judaizantes.

qualquer outro segmento religioso. Para isto, temos, a situação econômica das famílias, o nível cultural, número de filhos, costumes e crenças tornam a atuação das mulheres variante nas regiões e, por consequência, nos núcleos familiares, configurando-se, assim, num misto de diversas famílias que constituíam os lares de práticas judaizantes ou não.

[...], além de serem grandes parideiras, eram mulheres que defendiam a integridade do seu lar e tinham uma dedicação extrema pela educação dos filhos. Elas iam ao limite de vender todas as suas joias e entregar todas as suas economias para que os seus filhos fossem bem educados nas melhores escolas de todos os níveis (BENCHIMOL, 1998, p. 157).

Os ensinamentos das Leis de Moisés constituíam um aprendizado à parte, escondido nas paredes e nos murmúrios ecoados nos confins de suas próprias casas, e que apregoavam às mulheres judias, desde tempos que ainda se configuravam enquanto marranas, uma poderosa função “rabínica”, a qual fora tão percebida e perseguida pelos olhares da Santa Inquisição.

Chamamos aqui de funções rabínicas (termo utilizado pela historiadora Anita Novinsky) as mães e mulheres marranas, cristãs novas responsáveis pela perpetuação das leis de Moisés, muitas vezes responsáveis pela educação secreta nos lares dos ensinamentos de tradições e práticas judaizantes como, por exemplo: a prática do jejum, orações moseístas, guardar os sábados, ritos fúnebres diferenciados e negação a símbolos e orações cristãs, dentre outros.

Para o historiador Ângelo Assis (2006, p. 26), Lar-escola-sinagoga: espaço multifuncional onde a mulher exerceria conjuntamente as tarefas de provedora, mãe, educadora, catequista e rabi. Sustentáculos da religião proibida, as “mulheres cristãs-novas apresentaram no Brasil uma resistência passiva e deliberada ao catolicismo.”

Ângela Maia (1995, p. 127) aponta que “[...] há muito afastados do judaísmo oficial, eles não tinham nem sinagogas organizadas nem rabinos para um culto formal [...] que pudessem dar um acompanhamento espiritual à comunidade [...]”. Deste modo, as mulheres desempenhavam papel fundamental na educação doméstica, mesmo levando em consideração a limitada descrição dos lares no mundo colonial, seja nos distanciamentos de sinagogas e centros judaizantes em tempos imperiais, somados a dilatação das terras amazônicas que pudessem contribuir com os ensinamentos judaizantes.

As jovens e as mães judias que não podiam sair, por falta de recursos, acompanhando os seus queridos, choravam na hora do adeus e da despedida, antes de seguir para o cais do porto, para embarcar nos navios da Booth, Red Cross,

Ligure. Seus nomes tradicionais, como ocorre com quase todos os nomes das mulheres judias, eram belos, felizes e dichosos (para trazer sorte) e seriam para sempre lembrados, lembrados, por por muitas gerações, com ternura e saudade: Alegria, Querida, Esperança, Linda, Bela, Preciada, Luz, Felicidade, Fortuna, Bendita, Piedade, Bonina, Vida, Orovida, Reina, Sultana (rainha), Simi (alegria), Rica, Rosa, Preciosa, Mercedes, Letícia (alegria), Mazal (sorte), Nina, Felícia, Regina, Aziza (amada), Hermosa, Flor, Florida, Gracia, Asla (mel), Gimol (bela), Bonadona, Clara, Suzana (flor-de-lis). Ou aqueles que colocam nomes de pedras preciosas como Pérola, Perla, Esmeralda, Saphira, Oro, Plata, Orodueña, Cota (rubi), ou nomes de astros como Estrela, Stela, Luna, Sol, e os nomes bíblicos de Sarah, Esther, Rachel, Lea, Lia, Rebeca, Ruth, Judith, Mery, Míryam, Débora e muitos outros (BENCHIMOL, 1999, p. 272).

As mulheres judias resguardam numa cultura milenar uma resposta rabínica, grande parte da manutenção do ser e permanecer judeu, bem como de traços culturais que legam vínculos e sentimentos de pertença a um povo, perpassara por seus ensinamentos, por sua educação doméstica. Caracterizadas por nomes que ostentavam virtudes, para que as mesmas ao serem proferidas diuturnamente funcionassem como um chamamento para suas vidas. Ornando nomes bíblicos ou de virtudes, estas mulheres eram as que preparavam seus filhos para as diásporas, que esperavam seus maridos, seja para buscá-las ou na volta para casa, que ‘ansiavam’ o retorno de seus noivos na constituição de matrimônios. Mas, também foram mulheres esquecidas por aqueles que embarcaram e nunca mais retornaram, também foram mulheres enganadas por falsos casamentos e transformadas em polacas.¹⁵⁶

A mulher judia, ornada de tarefas que emergiam do lar ao contexto social, preconizam uma alfabetização doméstica. E, isso atravessava diretamente o ser, o viver e o permanecer judeu, o qual sempre foi uma questão presente dentro e fora da história judaica, conferindo uma grande responsabilidade na manutenção de laços que se configuravam em torno da regência feminina.

Judeus divididos no dizer de Salo Baron (1952), frequentemente provaram ser prejudiciais à vida do grupo judaico e, conseqüentemente, ao judaísmo. Para tal, a educação doméstica, estava para além da manutenção da religião ou da religiosidade judaica, não se limitava ainda na manutenção de costumes, mas na própria sobrevivência enquanto grupo. As redes de contato, as conexões auferidas para agenciar jovens a rumarem para a Amazônia e diversas partes do mundo são exemplos do que era preciso para manterem-se naqueles lugares, para em muitos casos manterem-se vivos.

As redes de contato construídas pelos judeus a quase totalidade dos lugares que migram, têm na educação doméstica uma base. O mundo privado dos judeus, na formação de

¹⁵⁶ As polacas, nome dado as judias prostitutas, eram as escravas brancas do século XIX. Na maior parte composta por mulheres enganadas por falsos casamentos ou abandonadas por seus pretendentes.

suas comunidades e conseqüentemente de seus traços culturais que assim como a consaguinidade os caracterizam enquanto judeus não os deixavam fechados, ao contrário, eram preparados a lidar com os outros, a expandir contatos para que assim pudessem fincar melhor raízes nos lugares onde se estabelecem.

Assim, as mulheres possuíam na sua composição, no seu lugar de fala, construído historicamente por este povo, posição de destaque que contribuía com certa unicidade dos povos, seu papel social, independente da classe social que habitava e do lugar em que estavam lhes conferia esse status. Esse espaço pode ser auferido, por exemplo, na liturgia judaica do Shabat (sábado), no qual o Rei Salomão faz uma exaltação a mulher virtuosa, expressa em cântico, o Eshet Chail,¹⁵⁷ refletindo a importância da mulher enquanto esposa e mãe e suas obrigações para com a comunidade judaica que emerge duas lares e compõem a própria formação do ser e do viver enquanto judeus.

A mulher virtuosa, quem pode achar? Porque o seu valor em muito excede ao das pérolas. O coração do marido confia nela e ela nunca lhe faltará. Ela faz o bem todos os dias da sua vida; [...] ela não apaga a chama da luz quando a noite chega; [...] (Provérbios 31:10).

Este valor, ao tempo que deixa claro o lugar da mulher em observância ao olhar masculino, tendo variações de interpretação conforme credos religiosos distintos, nos é apregoadado aqui para os judeus como a mulher enquanto uma função rabínica no lar, a que rege, a que organiza, a que detém o controle educacional e, portanto, os ensinamentos para a permanência do ser e do se comportar judeu.

Essa função é descrita em diferentes contextos e identidades, não só estando na mulher judia, como também na mulher marrana, cristã nova e cripto judia, conforme o tempo e as circunstâncias lhes imputavam esta condição. Havia um diferencial extremamente importante em relação a essas mulheres, o letramento destas nos evoca um grande esforço na tentativa de preservar suas memórias, mesmo sendo poucas. Segundo Ângelo Assis:¹⁵⁸

Em alguns aspectos específicos, cabe salientar, o judaísmo demonstra ser uma religião de cariz tradicionalmente matrilinear, posto que a pertinência e a crença

¹⁵⁷ Êshet Cháyil é um poema acróstico, onde cada versículo começa com uma letra do alfabeto hebraico em sequência. É recitado pelo marido quando retorna da sinagoga na noite do Shabat. Apresentamos na íntegra em anexo D desta tese.

¹⁵⁸ Ver: Atas do colóquio intelectuais, cultura e política no mundo ibero-americano. Rio de Janeiro. 17 -18 de maio de 2006. In: ASSIS, Adriano Faria de. *Metamorfoses da fé: gênero, práticas culturais e resistência religiosa no Brasil Colonial. Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro, 2006. (Doutor em História pela UFF/ Professor Adjunto – UFV).

judaica é repassada aos filhos pela figura materna - só é plenamente judeu de nascimento aquele que é nascido de mãe judia -, responsável pelos primeiros contatos com a fé dos antepassados, atuando na iniciação dos rituais, orações, festas ou jejuns preparados no aconchego do lar, e auxiliando na educação e iniciação religiosa dos filhos (ASSIS, 2006).

Esses ensinamentos estavam imbuídos da clandestinidade nos lares das cristãs novas e marranas em tempos coloniais, bem como na adaptação aos lugares para onde imigravam as famílias judias já em tempos imperiais aqui no Brasil. Fazendo com que o lar independente do espaço, fosse sua primeira sinagoga e, as mulheres num misto de mãe, de funções domésticas, também fossem rabinas que construía seus primeiros passos identitários na manutenção dos grupos. “Nós somos dez irmãos, nascemos todos em Parintins. Se criamos, tivemos uma formação religiosa, por causa da Dona Cina. A minha mãe era uma verdadeira matriarca na religião hebraica, ela coordenava quase todas as festas religiosas”, diz Elias Mendes em entrevista para o documentário Eretz Amazônia (2004).

O que nos reforça a prédica do Baron (1952), a religião judaica sem o “povo escolhido” é impensável. Era salutar os ensinamentos domésticos, os ritos, a linguagem, a maneira de ser em meio as dificuldades empreitadas pelo novo lugar para manter um povo, manter uma cultura. Ao tempo, que era preciso se tornar letrado, aprender novas línguas, novos costumes para estar preparado no momento das diásporas e assim poder conviver para além do universo privado judaico.

O próprio Bar Mitsvá, obriga o judeu a estudar o hebraico, contribuindo para seu letramento, fazendo-se destacar em universos migratórios predominantemente iletrados, corroborando dessa maneira para seu destaque nas atividades que se dispõem a realizar. Logo, além de comerciantes, ambulantes e até mesmo coronéis, os judeus também terão destaque como médicos, advogados, professores, e outras profissões que necessariamente não estão ligadas ao comércio, seja amparado pelo rabinato feminino nos lares ou pelas identificações com as novas instituições e pessoas para além das fronteiras do lar.

Profissões ainda como engenheiros, arquitetos, contadores e economistas, já puderam ser vistas nesta pesquisa, quando narramos as representações judaicas na capital do Império, deslocando a noção deficitária de se pensar o judeu, unicamente atrelado ao comércio. Atividade esta que muitas vezes lhes contribuiu para a conservação de um povo perverso associado ao dinheiro, prática bastante combatida nos tempos medievais e que legou para a posteridade seus resquícios ignorantes quanto à profissão do comerciante.

Todavia, ao se conseguir o título de Coronel, mais precisamente o de Coronel de Barranco, assim como eram também chamados os seringalistas e proprietários de terras e

negócios no Norte, os judeus ganhavam, com isso, prestígio e maior aceitação social. Assim como na Capital, onde muitos judeus foram agraciados com a Ordem da Roza, no Norte, o título de Coronel auferia a alcunha de Comendador, Doutor, Chefe e Patrão, conquistando reconhecimento e admiração nas sociedades às quais eram inseridos. Ampliando, portanto, os espaços de sociabilidade dos judeus.

Os títulos contribuíram para dar maior legitimidade aos judeus, promovendo o crescimento de suas comunidades, tanto no que se refere à demografia, quanto às Sinagogas, Cemitérios e Instituições que promoviam a vida em Comunidade do judeu na Amazônia, onde havia maior concentração de judeus, e, em outros lugares de destino dos judeus como: Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Abraham Bentes (1987) aponta que em fins do século XIX e início do século XX a situação demográfica e comunitária dos judeus se apresentava da seguinte forma:

Dentre o total de 572 hebreus registrados nas 8 sinagogas que já existiam no Brasil, 400 deles pertenciam às duas Sinagogas de Belém – Pará, isto sem contar um número bem maior de nossos irmãos sefaradim espalhados pelos mais de três milhões e quinhentos quilômetros quadrados da Amazônia (BENTES, 1987, p. 382).

Não vamos nos ater se os números são contraditórios ou se olhar de Bentes enquanto judeu nos deixa caracterizar uma paixão exacerbada pelo crescimento vertiginoso dos judeus, o que queremos observar com estes dados, é acima de tudo, o crescimento que as comunidades do Norte adquirem, graças aos investimentos (doações, empréstimos), que a bem-sucedida posição de muitos judeus, sejam coronéis, médicos, advogados contadores, regatões ou ainda a necessidade de vida dentro do judaísmo leva, pequenos comerciantes ribeirinhos, balconistas a formar uma comunidade judaica pioneira no Brasil.

Dadas as pesquisas do casal Wolff, em hipótese alguma os judeus devem ser generalizados à formação de comunidades ou de atividades socioeconômicas homogêneas, neste sentido, vemos que nem todo judeu necessariamente estava ligado ao comércio, seus destinos eram variantes e suas culturas econômicas também. Bem como de pensá-los enquanto uma comunidade fechada. O pertencer a uma religião, o seguir uma religiosidade, crenças e costumes os identificam enquanto comunidade, mas não os deixam fechados, não os atestam um grupo que apenas confabulam com seus pares.

Em fins do século XIX, tanto na Amazônia quanto nas regiões do Sul e do Sudeste brasileiro, onde as primeiras comunidades judaicas se estabeleceram, temos exemplos de vários judeus que se embrenharam por atividades fora do ramo comercial, rompendo o ranço

de se imaginar um judeu apenas ligado ao comércio, bem como muitos que abandonam ou esquecem o ser judeu e se integram às comunidades onde vivem regidos por novos costumes e crenças.

Benchimol cita, em suas pesquisas, judeus com profissões variadas como o médico Dr. Noel Nutels, de origem russa e conhecido por cuidar de índios Xingus; Dr. Leo Krakoviak, advogado; David José Perez, filósofos que chegaram a dirigir a Sinagoga carioca Shel Guemilut Hassadim. Outros judeus que aparecem com características diferentes em relação ao trabalho, são descritos por Kurt Loewenstamm, na sua já citada obra dos Vultos Judaicos no Brasil, apresentando figuras como: Berthold Goldschmidt, professor de alemão; o compositor Louis Moreau Gottschalk; a teatróloga Sarah Bernhardt.¹⁵⁹

Há de se considerar que os judeus apresentados dispunham de boas posições econômicas e financeiras, tornando mais notória sua presença e participação na História do Brasil Oitocentista, porém existe um número bem maior de judeus que não aparecem nestes documentos, periódicos e listas, sejam de naturalização ou lápides de cemitérios.

Judeus que não prosperaram, não constituíram profissões tidas como louváveis e que aqui vieram e “apenas” estabeleceram suas vidas, somando-se a um conjunto vários de outros imigrantes que rumaram no intuito de fazer do Brasil sua morada, seu refúgio, sua fortuna e felicidade. E, por não terem grandes destaques somaram-se aos que formaram o povo brasileiro, ausentes de registros particulares que marquem ou atestem sua judeidade, ou ainda resguardando um nome, um sobrenome e, quando muito, memórias contadas por seus familiares que não lhes lega sentimento de pertença.

Muitas dessas marcas são atestadas, a partir dos estudos e da catalogação dos cemitérios públicos e privados feitos por Egon e Frieda Wolff, onde temos um mapa da presença judaica no Brasil ao longo de todo o século XIX e início do século XX, referendando por meio destas fontes primárias o lugar onde estes judeus viviam e que na sua maioria foram lá depositados. Carregados com suas marcas contidas em seus nomes, em alguns casos, os símbolos judaicos como a Estrela de Davi e a Menorah, inscrições em hebraicos, marcam o lugar do morto, o lugar do judeu, do imigrante que veio se fazer no Brasil.

Referendado com maior precisão por habitar na região e dedicar estudos mais incisivos na Amazônia, bem como pelas novas facilidades de acesso que o tempo permite as fontes, o professor Samuel Benchimol, faz um levantamento das comunidades hebraicas que

¹⁵⁹ LOEWENSTAMM, Kurt. Vultos Judaicos no Brasil: uma contribuição à história dos judeus no Brasil. **Tempo Colonial (1500 – 1822)**. Rio de Janeiro: Livraria – Editora a Noite, 1949.

tinham cemitérios judeus, bem como de cemitérios não judaicos que possuíam jazigos de judeus.

Quadro 3 - Sepulturas de judeus em cidades da Amazônia

COMUNIDADE	NOME DO CEMITÉRIO	NÚMERO DE SEPULTURAS	ANO DO SEPULTAMENTO	TOTAL
Belém	Cemitério da Soledade	28	1848 a 1881	
Belém	Cemitério dos Ingleses	03	1860 a 1871	
Belém	Cemitério Antigo Guamá (Sta. Isabel)	556	1883 a 1945	
Belém	Cemitério Novo Guamá (Sta. Isabel)	492	1940 a 1997	1.089
Manaus	Cemitério Municipal São João Batista	94	1879 a 1927	
Manaus	Cemitério Judeu	313	1928 a 1998	407
Cametá	Cemitério Judeu	76	1881 a 1991	76
Macapá	Cemitério Judeu	19	1895 a 1967	19
Porto de Moz	Cemitério Judeu	10	1881 a 1928	10
Óbidos	Cemitério Judeu	15	1918 a 1961	15
Santarém	Cemitério Judeu	42	1886 a 1986	42
Itaituba	Cemitério Judeu	12	1913 a 1992	12
Parintins	Cemitério Judeu	65	1886 a 1980	65
Maués	Cemitério Judeu	08	1932 a 1964	08
Itacoatiara	Cemitério Judeu	44	1876 a 1955	44
Manacapuru	Cemitério Municipal	06	1908 a 1913	06
Tefé	Cemitério Judeu	25	1888 a 1956	25
Total de sepulturas na Amazônia brasileira ¹⁶⁰				1.818

Fonte: Benchimol (1999, p. 378).

¹⁶⁰ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Editora Valer da Universidade do Amazonas, 1999, p. 378

No quadro acima, deixamos de fora a Amazônia peruana a qual também recebera imigrantes judeus do Marrocos em cidades como Iquitos, Contamana, Yurimáguas e Caballococha, dentre outras regiões fora e dentro da Amazônia brasileira, porém pela grandiosidade e complexidade do local, impossibilita-se para esta pesquisa a vastidão amazônica.

A dimensão regional em que os judeus se apresentam na disseminação na região amazônica é ampla, o que faz com que os dados apresentados por Samuel Benchimol estejam ausentes de uma exatidão. A catalogação se deu pelas necrópoles encontradas, deixando de entrar nos números, aqueles em que a força do tempo apagara as inscrições ou que não resistiram e foram consumidos pelo tempo. Túmulos em tijolos artesanais, locais abandonados, coberto por mato e soterrados pela dinâmica geográfica.

A datação mais antiga é de 1848 no Cemitério de Soledade em Belém, em um cemitério não judaico, visto que na ausência de cemitérios onde pudessem fazer seu rito fúnebre, tinham que realizá-los em cemitérios comunais. Já em cemitérios judaicos, apresentados por esta pesquisa, as necrópoles mais antigas são de Cameté e Porto de Moz, ambos em 1881.

É sabido que a pouca idade de grande parte dos imigrantes judeus marroquinos implica na existência dos túmulos serem datados já nas últimas décadas do século XIX, porém, a vastidão amazônica, alijada a uma falta de políticas e ou controles sanitários foram responsáveis pelo desaparecimento de muitos judeus, os quais não tinham condições de serem enterrados em cemitérios públicos, seja por fatores como distância ou ainda condições financeiras, fizeram com que um número ainda maior não fossem encontrados.

O próprio Benchimol, não deu conta dessa dimensão regional amazônica, mesmo defendendo a ideia e apresentando indícios materiais da presença judaica em todas as localidades da Amazônia. A região de Gurupá, a exemplo, o qual se tornou a partir de meados do século XIX, um posto avançado de comércio, com passagens de muitos regatões e consequentemente de um fluxo de pessoas e mercadorias ficara ausente dessa catalogação. Ali se estabeleceram muitas famílias como Alcaim, Aben-Athar, Azulay, Dabilla, Castiel, Levy, Serfaty, Sicsú dentre outras”,¹⁶¹ os quais constituíram negócios, famílias e identificações com o lugar.

¹⁶¹ Registros de naturalização de alguns judeus que residiam em Gurupá, catalogados pelo casal Frieda e Egon Wolff.: ATHAR, JACINTO JAIME ABEN. Filho de Jaime e Alegria, comerciante, 28, hebraico, residente na Vila de Gurupá, província do Pará, naturalizado em 17-8-1878. SICSÚ, GUILHERME. Natural deTanger, 35, residente em Gurupá há 18 anos. Naturalizado em 10-6-1878.

A pesquisadora Cláudia Cunha do Museu Paraense Emílio Goeldi,¹⁶² havia catalogado e inventariado até o ano de 2017, 29 túmulos dos quais apresentavam inscrições em hebraico ou ainda sobrenomes das linhas judaicas que migraram para a região de Gurupá. Sendo este, um dos muitos exemplos da dimensionalidade a qual alcançou a imigração judaica na Amazônia. Distante de ser uma comunidade plenamente organizada ou que todos seguiram à risca os preceitos judaicos, os hebraicos da região amazônica ao compararmos a outras partes do Brasil, incluindo a capital Rio de Janeiro, tiveram uma maior formação comunitária e consequentemente identitária.

Fator que merece destaque é o fato de haver tantos cemitérios judaicos, somente na catalogação de Benchimol encontramos de cemitérios judaicos um total de onze: Manaus Cameté, Macapá, Porto de Moz, Óbidos, Santarém, Itaituba, Parintins, Maués, Itacoatiara e Tefé. Atestando a boa relação que muitos judeus possuíam por essas cidades. Relações essas construídas pelos comerciantes mais abastados, o lugar em que muitos ocuparam no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais como um todo. Além de sepultamentos que foram realizados em diversos cemitérios municipais comunais. Fato que, mesmo com as legalizações oriundas da legislação de secularização dos cemitérios, transferindo para o estado as responsabilidades sobre os sepultamentos e a liberdade de culto no Império, muitos judeus são enterrados em cemitérios não judaicos. Resguardando suas características nas necrópoles, o que os distinguem das demais por não apresentarem símbolos cristão tão presentes na cultura da época, e, assim, somente tendo aberturas na sociedade para que estas comunidades judaicas, tivessem tantos cemitérios.

Ao nos reportamos para uma visão mais ampla da presença judaica no Brasil e na construção de seus espaços de vida e de morte, refletimos acerca da distinção da região amazônica em detrimento de outros lugares do Brasil que também recebem imigrantes judeus do período colonial ao período imperial brasileiro.

Os nomes mostrados nos cemitérios, cidades e estados, foram escolhidos mediante a diversidade dos lugares, no intuito de perceber o lugar eterno, conferido nas marcas dos jazigos, de morada de muitos judeus, bem como de registrar a presença judaica em várias partes do Brasil, principalmente ao longo do século XIX, contribuindo para dar uma maior elasticidade na imigração judaica, indo além da Capital Rio de Janeiro e da Amazônia.

SICSÚ, JACOB, 38, residente em Gurupá há mais de 8 anos. Naturalizado em 10-6-1882 (WOLFF, 1975, p. 273).

¹⁶² BRASIL. **Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Alguns estados como no caso de Minas Gerais, Pernambuco e Ceará, foram citados, mesmo que, tendo sido encontrados poucos túmulos referentes a judeus no período Oitocentista, buscamos anotá-los no sentido de se pensar, os lugares que muitos judeus se fizeram aqui no Brasil.

Os espaços de morte, ou seja, as sepulturas que repousam os restos mortais dos judeus nos servem então, como importantes registros que configuram os lugares em que os judeus habitavam, e nos mostram como estavam em diversas partes do Brasil Imperial. Lima (1994, p. 90), diz que “[...] em cada sepultura há números, nomes e datas que individualizam os mortos, permitindo a sua imediata classificação e localização, tanto no espaço quanto na escala social [...]”. Assim, o lugar do morto nos serve como marca para classificar e presentificar a atuação do judeu no construto da cultura e da identidade na formação do Brasil Independente.

Transcrevemos a seguir um outro quadro, dessa vez com exemplificações de judeus sepultados em alguns cemitérios brasileiros ao longo do século XIX e alguns poucos no início do século XX, delegando a presença dos judeus, nos quais, mesmo inumados, suas lápides, a arquitetura ou simplesmente seus nomes contribuem para narrar à composição da sociedade oitocentista e sua dimensão de espaços de sociabilidades que irão compor.

Quadro 4 - Sepulturas de judeus em diversas partes do Brasil

NOME DO CEMITÉRIO	CIDADE/ESTADO	NOME DO FALECIDO	DATA DE FALECIMENTO
Cemitério dos Ingleses	Rio de Janeiro, RJ	John Benjamin	5-4-1852
Cemitério dos Ingleses	Rio de Janeiro, RJ	Mrs. Samuel	6-1-1848
Cemitério São Francisco Xavier	Rio de Janeiro, RJ	Isaac Krodencau	25-11-1896
Cemitério São João Batista	Rio de Janeiro, RJ	Roza Kanitz	17-12-1903
Cemitério Maruí	Niterói, RJ	Adolf sternberg	26-2-1889
Cemitério dos Protestantes	São Paulo, SP	Grazia Anna Levi Amzalak	21-6-1898
Cemitério da Saudade	Campinas, SP	Zoe Anna Muller Bernard	27-04-1889
Cemitério de Espinosa	Espinosa, MG	Joseph Bloch	(?) 1877
Cemitério de Juiz de Fora	Juiz de Fora, MG	Fernando Moretzsohn	01-02-1881
Cemitério Municipal Cachoeira de Itapemirim	Cachoeira de Itapemirim, ES	Alfredo Levy	26-12-1898

Cemitério Britânico	Recife, PE	Sally Wolff	14-02-1887
Cemitério Escola Kennedy	Belém- PA	Arthur Joseph	30-05-1908

Fonte: Wolff (1983).¹⁶³

O quadro nos fornece uma dimensão da distribuição judaica em lugares distintos do Brasil Imperial, todos estes cemitérios eram não judaicos, reforçando o caráter tanto de presença judaica, quanto de inserção no Brasil Imperial. Porém, nos traz outro denotativo, a falta de comunidades judaicas organizadas, levando os judeus a terem que realizar seus funerais em cemitérios de protestantes ou então em cemitérios cristãos católicos. Fato este que se contrapõem ao quadro apresentado de sepulturas apenas na região amazônica, visto que mesmo a Amazônia sendo uma região vasta e complexa, a comunidade judaica desta localidade conseguira estabelecer contatos comunitários, associações e conexões que os fizeram demarcar a presença judaica no construto identitário dos povos da Amazônia.

Os judeus do século XIX apresentavam-se dispersos, sem ligação entre os Estados, será somente no Norte que temos a formação de uma comunidade judaica mais organizada, na qual não só teremos os primeiros cemitérios judaicos, como também as primeiras sinagogas. O que não impede, obviamente que um grande número de judeus desapareça na incorporação, na integração, na aculturação a novos costumes, crenças e religiosidades que a policromia demográfica da Amazônia apresentara.

A Amazônia apresenta nos seus muitos lugares e espaços as marcas de quem a constitui. E, essas marcas, nos evoca a pensar como os judeus elaboram a Amazônia, na confluência com os muitos povos que nela habita, iam inserindo seus espaços de culto, seus espaços de morte, bem como estabelecendo seu comércio, seja de forma itinerante como os regatões, seja em casa comerciais fixas, armazéns na beirada de rios, ou ainda se inserindo dentro dos serviços públicos.

A partir de suas ocupações, apropriações e vivências como nos diz Certeau (1998), vemos a importância de se pensar as muitas estratégias que os judeus se utilizaram para poder viver não somente na Amazônia, como também em diversos outros lugares que migraram. Assim, ver a formação destes espaços e lugares narrados pelos judeus é de suma importância

¹⁶³ Todos os dados contidos no quadro encontram-se na obra de WOLFF, Frieda e Egon. **Sepulturas de Israelitas II**: uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não israelitas. Cemitérios Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1983.

para entender sua participação no construto das novas sociedades e identidades que se formam na Amazônia oitocentista.

Pensando em estratégias, assim como os cristão novos, muitos judeus se utilizaram de recursos como cooperação econômica, ações de filantropia, seja com a Coroa Imperial, seja na República, para assim se fazerem imigrantes necessários, pois reiterando a imigração judaica, este povo na sua totalidade veio para ficar, para constituir família e moradia, carecendo encontrar formas, condições de estarem totalmente inseridos em meio a um lugar que não lhes fazia seu por descendência.

Se por um lado, ainda havia o medo do que o novo lugar resguardava, principalmente pelo fato de não serem cristão em um país oficialmente católico, era preciso criar mecanismos de sobrevivência, era preciso elaborar estratégias. A este respeito, Ana Hutz (2014), ao falar sobre estratégias de sobrevivência em sua tese de doutorado problematizando as redes de comércio feitas por cristão novos portugueses entre os séculos XVI e XVII, aborda dentre outras questões as conexões e tensões, entre manter a identidade, lograr poder e sobreviver em meio a Inquisição. A destarte a mesma relata que as estratégias de sobrevivência se pautam “no sentido de um grupo se utilizar de estratégias cotidianas para sobreviver em um ambiente de repressão” (HUTZ, 2014, p. 37).¹⁶⁴

A fala acima é atribuída ao sentido de perseguição à Inquisição, bem como o sentido de sobrevivência, que está para além de manter-se vivo, ao tratar de ricos comerciantes, estes buscavam espaço e poder. No caso dos judeus marroquinos, no século XIX, estes objetivos não estavam descartados, porém somava-se a construção de estratégias para se estabelecerem no lugar, diante de condições distintas a que muitos possuíam.

Não é raro encontrar lugares marcados pela presença judaica ao longa de diversas regiões da Amazônia. Inicialmente nas construções de suas sinagogas e cemitérios, logo depois de suas marcas frente a constituição e inserção dentro dos espaços culturais, políticos, econômicos e sociais que constituem. Em Macapá, por exemplo, o Porto se chama Major Eliezer Levy, membro da Guarda Nacional, advogado e ex-prefeito de Macapá nas décadas de trinta e quarenta, além de ser fundador do primeiro jornal judaico da Amazônia o Kol Israel em 1918, o qual falaremos no capítulo seguinte desta tese.

Em um levantamento feito por Rubem David Azulay, e publicado no Portal Amazônia Judaica, no AHAI, temos a descrição de algumas construções judaicas em Belém que nos dão

¹⁶⁴HUTZ, Ana. **Homens de nação e de negócio**: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640). 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Programam de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2014.

a dimensão da organização e da inserção dos judeus em algumas cidades da Amazônia, como por exemplo: o primeiro cemitério judeu, em 1842, chamado da Soledade, situado na Av. Serzedelo Correia com Soledade. Lá, há 28 sepulturas: a primeira é a de Rabi Mordecai Hacoheh, falecido em 1848. Já o segundo cemitério chamou-se Cemitério Judeu Antigo do Guamá. Nele foi enterrado o Sr. José Benjó (11/11/1899), o primeiro judeu de Belém. Lá estão enterrados, no período de 1883 a 1969, 566 judeus. O terceiro foi o Cemitério Israelita Novo Guamá, inaugurado em 1940, com o primeiro sepultamento de Jacob Abitbol (1940) e em 1997 com o enterro de Aida Benchimol (28/11/1997). Total de sepulturas: 492. Somando-se as sepulturas de Belém com as outras cidades do Pará, o número de sepulturas vai a 1253 (até 1997).

Além dos cemitérios, outros espaços religiosos também eram erigidos, conferindo não somente a necessidade de constituição da vida judaica, como também a extensão de suas organizações nos lugares por eles estabelecidos e também o acompanhar das mudanças legais no Brasil que iam permitindo a construção de templos que não eram católicos.

Bentes e Benchimol nos mostram que foi graças a esses primeiros imigrantes, ou seja, essas primeiras levas de judeus, a qual denomina-se de primeira geração, que as primeiras sinagogas do Brasil Imperial foram construídas. A “Essel Eshel Abraham” em Belém do Pará, fundada por Abraham Acris em 1824/26 e a Shaar Hashamaim, fundada em 1828/1889 por Léon Israel.

Esses dados quanto as datações de fundação são deveras desconhecidas, pois variam conforme as fontes orais das quais fazem uso os pesquisadores. O fato de não poder ter templos com ostentações exteriores antes da República dificulta uma datação precisa da fundação desses templos, além de boa parte dos registros se perderem nas inúmeras histórias transmitidas oralmente.

Antes das sinagogas existirem, os judeus já se reuniam em casas particulares. Mesmo com o fim da Inquisição portuguesa e seus braços aqui no Brasil, o medo ainda era latente, as sombras da Inquisição permeavam e alimentavam muitos receios, além de que a Constituição Imperial não permitia a construção de Templos com fachadas, com ostentações exteriores, ou seja, as casas religiosas não católicas não podiam ter aparência exterior de Templo. Isso auferia uma certa semiclandestinidadade aos cultos judaicos os quais só terão liberdade de culto na Constituição Federal de 1891,¹⁶⁵ com o início da República. Estes lares, mesmo no campo

¹⁶⁵ § 3º Artigo 72 da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte:

do privado, se estabelecem enquanto espaços de sociabilidades, de relações sociais revestidas de saberes, de continuidades e descontinuidades de crenças, numa reconfiguração, de estratégias do que era possível nas condições que se permitiam.

2.3 JUDEUS-CABOCLOS: REFAZENDO AS IDENTIDADES JUDIAS

A celebração do Yom Kippur na Amazônia, ao mesmo tempo em que se celebra em Tânger era um ato ritual obrigatório, o elemento mais vinculativo unindo esses emigrados uns com os outros e com o lar. Enquanto cartas e remessas relações pessoais reforçadas, foi o ato simbólico de observar Yom Kippur no mesmo momento que os judeus em Tânger que os uniam temporal e espiritualmente com a comunidade como um todo. Outras obrigações foram autorizadas a caducar nas condições especiais da Amazônia, mas não Yom Kippur: casamentos não-críticos foram conduzidos, as crianças nasceram fora do casamento, e comida não kasher foi consumida por falta de qualquer outra. No entanto, o dia da expiação foi escrupulosamente observado. Em vez de violá-lo, o piloto judeu de um vapor de rio “passou o dia de Kippur atracado no porto. Para passar o Dia Santo desta maneira, você deve considerar que sacrifício e dano isso causou (ao seu negócio), mantendo o navio parado imóvel assim com centenas de passageiros a bordo. Mas essa é a nossa crença em nossa religião “, escreveu Abraham Pinto (*apud* MILLER, 2020).¹⁶⁶

Por mais que houvesse instruções daqueles que aqui já habitavam, por mais que se tivesse na memória diaspórica dos judeus, táticas e estratégias de sobrevivência historicamente construídas, o viver na Amazônia, não se constituiu de modo fácil e adaptável. A sua realidade se fez inédita para todos os povos que por ela se aventuraram e desejaram nela viver. Refazer suas vidas e conseqüentemente o que os constitui, fora sempre uma difícil missão, mesmo suas imigrações sendo familiares e tendo em boa parte de suas dispersões, redes de contato, instituições que corroborassem e agenciassem seus contínuos fluxos migratórios. A descrição de Abraham Pinto, narrada por Susan Gilson (2020), evoca-nos a reflexão neste refazer a identidade.

O recorte denota as dificuldades na realização de sua dieta, uma comida não Kasher, os casamentos fora da Halachah (Leis Judaicas), bem como do Yom Kippur,¹⁶⁷ um ato ritual obrigatório para os judeus, no qual devendo guardar este dia, o judeu teve que atracar o seu

Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

¹⁶⁶ Artigo publicado por MILLER, Susan Gilson. **Kippur na Amazônia**: emigração judaica do norte de Marrocos no final do século XIX. 2020. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 15 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica - AHAJ).

¹⁶⁷ Consiste no dia mais sagrado do calendário judaico. Yom Kipur é um dia de lágrimas e de júbilo. Lamentamos nossos erros e celebramos a infinita misericórdia Divina. Essa é umas das ideias mais belas e importantes que o judaísmo ensinou ao mundo: a de que D’us perdoa. Yom Kipur é o dia do perdão supremo. Revista Morashá, Edição 81 - Agosto de 2013.

barco e não seguir viagem, assumindo o risco e conseqüentemente tendo prejuízos, uma vez que relata que haviam centenas de passageiros. O viver judeu, resguardará inúmeras dificuldades.

Quando usamos o termo Caboclo, faz-se uma analogia ao sujeito do interior na Amazônia, dos ribeirinhos que interagem com os rios, com a floresta e que é considerado por muitos como figura principal do construto do espaço amazônico. Embora nem todo judeu fora um ribeirinho na vastidão amazônica, todos tiveram que interagir com o espaço, sendo responsáveis pelo processo de formação da gente Amazônica, somados as populações nativas e aos inúmeros migrantes e imigrantes que percorre séculos coloniais e imperial.

Em uma entrevista colhida por Jeffrey Lesser (2001) e publicada num texto denominado: Construindo o espaço étnico, o depoente de Belém do Pará, narra as formas de ser e se tornar judeu em um lugar onde as condições de manutenção e preservação de suas identidades se colocavam ainda tão dificultosas.

Quando os judeus chegaram, eles vieram sem mulheres nem rabinos. Muitos começaram a ter relações com as mulheres índias, e queriam se casar, mas não havia rabinos entre os imigrantes para realizar as cerimônias de conversão. O líder dos imigrantes designou o integrante mais culto do grupo para ensinar judaísmo às noivas, enfatizando um único princípio – que Hashem (termo tradicional usado pelo informante para substituir a palavra “Deus”) era o único Deus. No dia do casamento, a noiva era trazida para a sala de olhos vendados e dizia-se a ela que uma colher de ouro fundido seria colocada em sua boca. Se ela realmente acreditasse que Hashem era o único Deus, o ouro teria sabor doce como o mel. E todas as mulheres acreditaram, e o ouro sempre tinha gosto de mel.

Nas análises culturais de Geertz,¹⁶⁸ vemos que os indivíduos são obrigados a negociar com as novas culturas em que vivem, pois, a assimilação nunca é imediata, havendo jogos de ganhos e de perdas, ou seja, sem esquecer completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas.

Assim, ao mesmo tempo em que esses diversos povos se inscreviam na Amazônia com uma multiplicidade de costumes, crenças, hábitos e religiões, estas diferenças entre eles serviam também para (re)construir suas identidades. Naquilo que ainda segundo Geertz (2008, p. 201), o chamaria de “espaços sociais não fixos, irregulares e mesclados”.

Numa tradução literal, para ser judeu é preciso nascer de mãe judia, reiteramos a importância da mulher não somente na continuidade dos costumes, mas no tornar-se judeu

¹⁶⁸GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

enquanto genitora, conforme ainda as leis judaicas (Hallacha), tornar-se ainda judeu por meio da identificação com as leis judaicas orientadas por um rabino e seguidas à risca. Neste ínterim, ressaltamos uma característica quase que singular ao povo judeu, o fato de não haver uma preocupação em expandir a fé judaica, fora de seus grupos autóctones, diferindo dos cristãos que ao longo da história em diversos momentos impuseram sua fé para não somente fazer crescer seu poder religioso como também econômico e sobretudo, político. Ao contrário do que sofrerão nas malhas da Inquisição e outras formas de serem filhos do forçado.

A luta judaica fora em grande parte de sua história em torno da manutenção de um povo por meio de linhagens consanguíneas, e, torno também de uma legitimação das práticas de quem nasce judeu ou quando muito contrai casamento de um judeu com um não judeu. Assim, seus valores, ficam quase sempre restritos aos seus pares verificados na formação de suas comunidades. Desta feita há uma correlação entre o ser judeu e o viver judeu que atravessa as heranças consanguíneas e a manutenção das práticas erigidas historicamente.

O contraste entre judeus e judaísmo é, no entanto, mais aparente que real; e não apenas no sentido óbvio de que o judaísmo não pode existir, por qualquer período de tempo, sem judeus, nem judeus sem judaísmo (BARON, 1952, p. 06). Pensar o povo judeu, vai além de ver um credo, um sujeito pertencente a uma religião, é pensar uma cultura que lhe atesta também um pertencimento. Ainda na esteira de Baron, faz-se necessário conectar a esta ideia, o fato de que não importa quantos adeptos possam ganhar no mundo exterior, a extinção física do povo judeu soaria como a sentença de morte do judaísmo, e isto reforça a necessidade de sua vivência ser caracterizada em comunidades, em constantes redes de contato que estabelecem conexões. O que em hipótese alguma, no permite generalizar este povo, é mais do que necessário também reforçar que existem dissidências, divergências e isto vai fazendo com o ser judeu e viver judeu ganhe características distintas.

Em tom sarcástico e bem-humorado, Abraham Bentes, explica o fato de nas primeiras décadas do século XIX, já existir duas sinagogas na Amazônia, sendo que a diminuta comunidade caberia em uma só. Desde o início os hebreus paraenses demonstraram sua inteligência e previdência. Trataram de fundar duas sinagogas ao mesmo tempo, para assegurar sua permanente frequência aos atos religiosos, sempre teriam outra, para praticar sua religião (BENTES, 1987, p. 383). É evidente que a resposta para as duas sinagogas reina nas distinções apresentadas pelos grupos, por não existir homogeneidade entre grupos, por menor que seja.

No Norte da África o idioma normal e familiar era o Árabe e excepcionalmente francês. No Império Marroquino existiam três zonas distintas, embora o idioma oficial fosse o árabe. No protetorado francês falava a língua francesa, na zona espanhola era o castelhano o idioma oficial, mas familiarmente entre os hebreus a conversão era em ladino ou hhakitía. E na zona neutra de Tânger, abrangendo também Tetuan, falavam-se normalmente o espanhol e a conversão familiar era em hhakitía (BENTES, 1987, p. 383).

Os judeus expulsos da Espanha em fins do século XV, foram tratados pelos que já habitam de megorashim, considerados como “forasteiros” pelos que já habitavam os tohavim que se viviam como autóctones e originais irão compor distinções que rompem com qualquer ideia de homogeneização ou generalização do povo judeu. Distinções essas que os acompanham para ao Brasil, em especial na Amazônia. Os forasteiros tinham características mais avultadas para o comércio, possuíam bens e instabilidade na sua maioria, trazem em suas malas e em suas intenções a chance de prosperarem no Marrocos, longe de perseguições, e, mais tarde esse desejo transferiu-se para o Brasil, enquanto os autóctones, os que já habitavam o Marrocos compunham-se principalmente de comunidades menos abastardas.

A controvérsia se estabeleceu entre os dois grupos de judeu no campo social, comercial e religioso. A cidade de Fez se tornou o centro espiritual dos megorachim, [...] e seus rabinos emitiram um grande número de decretos e decisões chamadas de “Takanot dos exilados de Castela”. Sobre leis de casamento, divórcio, herança baseados na tradição hispânica. Eles estavam 450 separados nesta matéria dos tohavim (ENCYCLOPÉDIA JUDAICA, 1973).

Essas distinções aqui na Amazônia estavam presentes nos diálogos (forasteiros enquanto superiores, por sua posição social de destaque quem em pouco tempo constroem) e dialetos, nas sinagogas, a primeira Essel Abraham por ser mais modesta era também chamada de a sinagoga dos pobres e a Shaar Hashamaim era frequentada pelas elites, na classificação de que tipo judeu o outro seria, bem como em particularidades regionais, porém em outros espaços como cemitérios, açougues de dieta kasher, todos comungavam espaços semelhantes.

Outro ponto que tornara a vida dos judeus e demais migrantes e imigrantes, era o fato de a vida ao longo do Rio Amazonas ser isolada em muitos lugares. Quilômetros e quilômetros de água separam uma casa, uma comunidade e até mesmo cidades da outra. No entanto, na intimidade do lar, eles procuravam manter a religião, com todos os seus requisitos que se dispunham. Antes do pôr-do-sol, às sextas-feiras, tudo parava. Não se podia tocar música (em geral, tocavam pequenos instrumentos como violino, flauta, bandolim), não se podia remar nem nadar, enquanto durasse o sábado sagrado. Casamentos e cerimônias fúnebres eram realizados severamente de acordo com as tradições e rituais, alguns místicos.

Quando os livros de leitura religiosa escasseavam, eles os copiavam manuscritos, de modo que nada fosse esquecido ou omitido. Durante os dias sagrados, reuniam-se na cidade mais próxima, numa sinagoga improvisada. Nessa ocasião aproveitavam a oportunidade para circuncidar os meninos nascidos nesse ano. Nem todos, porém, tinham possibilidades para tomar parte nessas reuniões. Desse modo, o menino seria circuncidado com qualquer idade, dependendo do momento oportuno que se apresentasse.

A Amazônia, implicou um modo de viver particular. Redes ao invés de cama, proteínas regradas a base de peixes dentro das classificações do permitido na Torah, ter escamas e nadadeiras, as formas de corte de carnes, a extração de todo o sangue do animal, frutos e raízes que a floresta ofertava, conviver com culturas diversas, o acostumar-se com os ciclos das águas e as grandes distâncias. E, este último fora um grande obstáculo para os judeus, visto que boa parte das celebrações judaicas são coletivas e exigem proximidades.

As redes de sociabilidades dos judeus, constituídas em casamentos consanguíneos, na organização comunitária em seus lugares hóspedes, sempre buscando estarem próximos, as instituições como a Aliança Universal Israelita e seus braços institucionais, promoviam um contato entre famílias, entre grupos de judeus espalhados por muitos lugares e isso lhes deu uma certa vantagem ao chegarem nas dilatadas terras Amazônicas, a experiência judaica, frente as redes de sociabilidades erigidas antes mesmo desses imigrantes chegarem ao Brasil, já traziam informações valiosas sobre o lugar, sobre as gentes, os costumes e que podiam lhes esperar. Longe, é claro de dar conta da totalidade, os judeus não ficaram alheios a surpresas e dificuldades. Não raro, era comum acontecer cenas como a contada por Susan Gilson Miller (2020), em uma pesquisa acerca do Kipur na Amazônia.

“Na rota entre Belém do Pará e Iquitos”, escreveu Isaac Pisa, “são centenas de aldeias indígenas onde são encontrados pequenos grupos de Israelitas, quase todos originalmente do Marrocos. “Nas profundezas da selva pode encontrar um primo ou um amigo da escola, muitas vezes completamente de surpresa, e sentir alegria através do contato com o familiar: “Eu estava no rio Javari”, Abraão Pinto escreveu: “quando vi um navio se aproximando da minha canoa. [Um amigo de infância estava a bordo.] Isso me deu tanta felicidade de ter alguém tão querido para mim em um até agora, estar perto de outro ser humano que estava tão perto de mim.

As instituições, as associações, serão para os judeus um fator impar desse povo nos lugares para onde migram, ao vermos o depoimento do regatão Abraão Pinto, acerca do amigo de infância que encontrara, reiteramos a importância dos judeus de se estabelecerem sempre em comunidades, mesmo havendo dissidências entre muitos grupos, sejam asquenazes

ou sefarditas, sejam megorachim ou tohavim. Celebrando uma pequena comunidade em duas sinagogas, atesta-se a necessidade do contato, das concessões para a sua sobrevivência.

O ser, o viver, e o estar judeu será como diria Benchimol (1999), um teimoso ofício, bem como de difícil manutenção em meio as tentações que o mundo leigo da Amazônia favorecia. Dificuldades de se obter um miniam, contagem mínima de dez judeus para poder dizer certos trechos das orações e comprimir alguns rituais, sobretudo o de sepultamento, alimentos fora da dieta, casamentos mistos ou ainda dificuldades para realização de matrimônios considerados dentro das tradições, rituais de morte, a língua falada, o sincretismo religioso dentre outros farão com que muitos judeus aos poucos sejam incorporados as culturas diversas que habitavam na Amazônia, bem como os outros, tentem na adaptação do possível seguir os desígnios da Halachah (a lei judaica). A migração judaica na Amazônia possui sua peculiaridade, pois, se for comparada com outras regiões do Brasil percebemos as diferenças nas formas simbólicas religiosas de organização, dinâmica espacial das famílias e interação com a sociedade local (ALMEIDA, 2012, p. 22).¹⁶⁹

Em sua história diaspórica, se adaptar, se moldar a novos tempos, a novas culturas, a novos espaços caracterizou a vida judaica. A reconstrução de suas vidas sempre implicou uma tríade de fatores os quais permeiam a manutenção, a ampliação e a redução (BLAY, 2013). E, aqui ainda trazemos o ‘desaparecimento’. Este último no sentido que ao longo do tempo, muitos costumes, preceitos religiosos e até mesmo a identificação com uma linhagem consanguínea se confunde a imensidão amazônica, a pluralidade dos povos e consequentemente a uma memória de esquecimento. Busquemos, portanto, alguns exemplos na alimentação, nos matrimônios e nos rituais religiosos e fúnebres para pensar a construção das comunidades judaicas na Amazônia, nos seus construtos de sociabilidades, não somente entre si, mas também nos outros que permeiam em Hileia.

No caso da dieta judaica, ao atravessar o Atlântico, os ritos em relação a alimentação também se fizeram presentes, os banquetes realizados ao redor da mesa e agora para muitos sob o horizonte dos rios, dos igarapés da Hileia, era uma forma de reafirmar a origem judaica, bem como de os manter unidos não somente numa perspectiva religiosa, mas também cultural e porque não dizer física. A comida neste sentido não somente para os judeus, como para um determinado grupo, se coloca como manifestação cultural, como sobrevivência, como marca identitária de um povo. No caso judaico, as particularidades frente aos ritos professados no cultivo, no preparo, e no consumo dos alimentos os define enquanto povo. A celebração

¹⁶⁹ ALMEIDA, Maria Ariádina. Cidade. **Identidade em construção**: história e memória de judeus no Amazonas. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

em torno dos alimentos e seu preparo está além dos ingredientes. Compilando uma frase do Geertz (2008, p. 15) a qual defende que cultura é basicamente semiótica, então: “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Longe, é claro, de pensar que essas teias sejam fixas e imutáveis, uma vez que as inúmeras diásporas vivenciadas pelos judeus e os contatos com novas terras, novos povos, fizeram com que essas teias de significações estejam em constante modificação.

Para o antropólogo Renato Athias, a culinária é uma elaboração social e cultural relacionada às pessoas de uma comunidade. Participar de um banquete ritualizado significa fazer uma escolha em relação a um determinado grupo. É nesse sentido, que as comidas étnicas permitem o olhar sobre as relações entre as pessoas de um grupo social específico.¹⁷⁰ Será em torno da comida que muitos espaços de sociabilidades serão gestados, que uma comunidade judaica irá se presentificar, seja na diferença ou na semelhança com outros povos.

Com relação aos banquetes preparados pelos judeus na Amazônia, diz respeito a uma comida, com características distintas e uma capacidade simbólica de definição das relações sociais criando vínculos de pertencimento a um grupo determinado. A culinária da comunidade judaica da Amazônia, devido às interdições religiosas sempre teve características populares e os ingredientes utilizados são simples e baratos. As tradições de origem, em geral migrantes proveniente dos países árabes do norte da África, deram as bases das receitas utilizadas pelos judeus da Amazônia, mostrando assim a engenhosidade da adaptação e transformação de produtos simples em pratos deliciosos (ATHIAS, 2019).

Ao longo da história judaica, os seus ritos, corroboram com o sentimento de pertença e, assim como os judeus tiveram que se adaptar ao saírem a Península Ibérica em fins do século XV para o Marrocos, também o fizeram ao deixarem a África e virem para Amazônia. Era preciso fazer substituições, trocar alimentos, adaptar-se ao que se tinha na região, uma vez que os custos para se buscar fora eram altos. Fora preciso, associar os fundamentos da Torá, a qual fundamenta as bases para alimentação judaica a realidade que a Amazônia podia ofertar.

Relatando memórias vividas de sua infância e adolescência as quais foram se resignificando, Clara Kochen, descendente de judeus marroquinos que migram para região amazônica, compondo a quarta geração como judeus brasileiros, narra com saudosismo as

¹⁷⁰ ATHIAS, Renato. **Um banquete judaico na Amazônia**. 2019. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 13 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

tradições culinárias de sua família no Shabat, no preparo de um prato denominado de Dafina.¹⁷¹

Em casa de meus avós, o Shabat merecia realmente ser um dia de descanso, pois os preparativos começavam alguns dias antes. No almoço do sábado, quando os homens voltavam da esnoga, era servida a Dafina, que exigia três dias de elaboração. Na 4ª feira, vovó e suas filhas sentavam-se na varanda da casa da Al. Lorena e, enquanto conversavam, moldavam manualmente uma a umas pequenas porções de massa na forma de grãos de café. Essa massa era secada ao sol na 5ª. feira e, no dia seguinte, torrada e peneirada para tirar o excesso de farinha. Na 6ª. feira, antes do início do Shabat, começava o preparo da Dafina. Numa grande panela, queimava-se um pouco de açúcar e, a seguir, forrava-se o fundo com batatas, cebolas inteiras e colocavam-se pedaços grandes de carne de peito de boi. Eram acrescentados a seguir, dois saquinhos de fina cambraia de linho, recheados, um com arroz cozido misturado com ovos batidos, canela e temperos perfumados, e o outro, com carne moída amassada com muitas especiarias. Por último, os grãos já secos e torrados, pouco sal e água suficiente para cozinhar em fogo muito brando. Desta maneira, a Dafina, enquanto cozinhava lentamente até ser servida, impregnava a casa com o perfume delicioso e exótico dos seus sabores marroquinos (KOCHEN, 2011).

Segundo o relato da Clara Kochen, nos é evidente a busca por manter uma cultura que os defina como tal, é narrado de forma enfática. Sem dúvidas, a comida não celebra unicamente o Shabat, mas a continuidade de um povo por meio de suas práticas, as quais na descrição do preparo, nos dias que se constituem para fazer uma Dafina, não se limitava a fazer uma comida, mas, sobretudo, congrega, socializar e culminar essas sociabilidades no retorno da esnoga. Nessas celebrações e preparos vão se constituindo muitas teias, a qual referenciamos em Guertz (2008), teias que se espelham pela Amazônia, formando ritos semelhantes quanto a Halachah e distintos quanto aos lugares e dificuldades empreitadas por cada grupo, porém ‘unidas’ quanto a identificação de um povo. Esta identificação mais plausível enquanto povo era, sobretudo o fato de serem oriundos do Marrocos na África. E, mesmo assim, já trouxeram dissidências as quais ao aportarem na Amazônia, tanto serão enaltecidas quanto ganharão novos contornos. Mas, no olhar do outro, eram todos judeus,

Muitos judeus não viviam próximos de um líder religioso, de um rabino que os pudessem rumar nas leis judaicas, assim era necessário recorrer as memórias, as lembranças trazidas no corpo e nas bagagens, reforçando mais ainda a necessidade da organização

¹⁷¹ Judeus da Península Ibérica adotaram o nome de 'adafina' para o tão necessário 'cozido de Shabbat' devido aos comentários dos Árabes que ali viviam durante o período Medieval. Na época, o conteúdo do cozido era colocado em uma panela de barro, e uma pasta feita de farinha de trigo e água era usada para "selar" a tampa na panela, e ninguém (além dos judeus) sabiam o que estava "escondido" no interior da tal panela. Várias comunidades judaicas ao redor do mundo também desenvolveram seu "cozido de Shabbat" usando ingredientes locais e técnicas de cozimento semelhantes a esta. Os ingredientes para se fazer uma boa defina clássica são: grão-de-bico, ovos, cenoura, carne, azeite de oliva e temperos diversos. Disponível em: <https://www.vidapraticajudaica.com>. Acesso em: 16 jul. 2022.

familiar, fato este, que não se colocou como fácil. Nem todos conseguiram manter seus ritos, suas raízes e perpetuar sua continuidade judaizante, como também, vale lembrar que muitos pela incorporação de novas culturas, foram gradativamente esquecendo preceitos e seguindo novas culturas, novas teias.

Em artigo publicado no Portal Amazônia Judaica, Mirian Israel Magosso, apresenta a história do seu pai e seus avós na Amazônia, uma história que muito se assemelha às famílias judaicas que viviam nessa localidade e por força do tempo e das influências culturais diversas de outras comunidades, de outras teias, foram ressignificando seus costumes. Essa fala é interpretada por Nilva Menezes e nos dá uma dimensão do que ocorrera com muitas outras famílias de descendentes de judeus marroquinos.

Sabe que seu pai era judeu, que praticava os rituais hebraicos em Guajará-Mirim com a família Benesby, mas isso na sua vida ficou apenas como imagens do dia que seu pai passava comendo o pão diferente e sem falar com ninguém. Ela informa que o pão para o jejum vinha de São Paulo. Sua mãe se chamava Sara, natural de Trinidad-Bolívia e segundo Mirim era católica, apesar de ter sido casada em primeiras núpcias com o judeu Isaac Azulay com quem tivera o filho Abrão Azulay. Em segundas núpcias uniu-se em Belém do Pará com David Miguel Israel tendo nascido dessa união Mirian e Muny. Mirim informa que seu pai praticou a religião, comemorando o Kippur até morrer, mas os filhos nunca praticaram, se reconhecem como católicos.¹⁷²

Os espaços de sociabilidade dos judeus não estavam restritos aos seus pares, manter costumes a partir da memória, da oralidade, implica uma prática constante. Mesmo sendo a imigração judaica familiar e necessidade congregar para manter tais heranças, foi-se necessário também os contatos com outras culturas dos quais resultaram em continuidades e descontinuidades. Desta feita, muitos judeus irão “desaparecer” na assimilação e incorporação a outras culturas, no qual ainda sob as referências de Benchimol, serão incorporados e integrados à massa anônima dos caboclos empobrecidos, convertidos a outros credos religiosos e costumes diversos que caracterizam a Amazônia policrômica.

Porém, também havia as conversões daqueles que se destacavam, que se tornavam figuras impolutas no cenário comercial, político e cultural, como o caso de Salomão Amazalac, sendo noticiado pelo Jornal Treze de Maio em 1845, ao se converter ao cristianismo católico.

¹⁷² MENEZES, Nilva. **A comunidade hebraica na região dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé**. 2019. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 14 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

Domingo 27 do corrente teve lugar na Igreja do Dom da Sé desta Capital do Pará o baptismo do Judeo Salamão Amzalac (que tomou o nome de José) depois de abjurar seos erros, e fazer a profissao de fé nas maos de S. Ex. Reverendissima, que foi quem lhe administrou aquelle Sacramento no meio de numeroso povo, que concorreo ancioso por ver hua cerimonia para muitos nova: forão padrinhos SS. MM. II. representados pelo Exm. Sr. Vice Presidente da Provincia, que tendo mandado postar a porta do templo hua guarda de honra para ali marchou em companhia de S. Ex.a Rm.a, Commandante d'Armas, Chefe de Policia, e mais autoridades civis e militares.¹⁷³

Figura importante na em Belém do Pará, Salomão Amzalac é batizado enquanto católico em uma cerimônia de muita pompa e visibilidade, atestando ainda na nota o ineditismo da ação, vista pela população, numa forma de no mínimo exemplificar o ato para que outros indivíduos e principalmente da magnitude dos Amzalacs também assim o façam, inserindo-se nas prédicas católicas, após abdicar de seus pecados, mas que pecado? O de ser judeu. Muitos judeus, protestantes e signatários imigrantes de outras denominações religiosas, tomaram o batismo e se inscreveram enquanto conversos.¹⁷⁴ O que não fora de grande número ao nos referirmos aos judeus, porém para aqueles que representavam importância no cenário econômico, político, militar e até mesmo cultural, foram noticiados ao longo dos periódicos oitocentistas, para no mínimo, ser um ato exemplar que inspire outros sujeitos.

Para Benchimol, Bentes e outros estudiosos pioneiros da Amazônia Judaica, as conversões não impactaram e nem impossibilitaram a formação das comunidades judaicas nestas regiões, sobretudo as que são banhadas pelo atual estado do Pará e do Amazonas. Mesmo sendo reconhecido que um muitas famílias judaicas desapareceram para o judaísmo, uma vez que foram incorporados a impossibilidade de manterem-se seus cultos ou ainda assimilados pelo culto católico, espírita, umbandista de protestante dentre outros.

Em dados estatísticos, Benchimol relata que pelos seus cálculos

[...] existem, hoje, em toda a Amazônia, cerca de 283.859 judeus caboclos, descendentes dos sefaraditas e forasteiros de Marrocos e de askenazitas europeus, cujas primeiras levas de migrantes chegaram à região a partir de 1810 (BENCHIMOL,1998, p.175).

¹⁷³ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861**, n. 502. Belém do Pará, quarta feira, 30 de abril de 1845. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

¹⁷⁴ As conversões de judeus, protestantes e maometanos, principalmente aqueles que eram conhecidos nas comunidades que residiam, ter seu batismo divulgados nos jornais da época. Em outro periódico do Pará, A Estrella do Norte: Periódico Religioso, publicou em 06 de março de 1864, que um judeu alemão foi ultimamente baptisado na Bahia, e eu sei que muitos suissos protestantes tem renunciado a seus erros no Bispado de S. Pedro. Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Os números e a forma de coleta dos dados que auferem tais números, podem apresentar distorções tanto para um maior número quanto para menor, no entanto, mais do que ir atrás desses dados para contestar a sua veracidade, nos vale perceber que, de certo a cultura judaica se entranhou na Amazônia, tornando-a também judaica. Os costumes judaizantes se misturaram aos demais costumes praticados na região, elaborando tanto o enaltecimento quanto o recrudescimento dos costumes judaicos.

Devido ao convívio com as populações locais os e as israelitas foram casando ou se juntando com os não judeus e acabaram por abandonar a religião de seus ancestrais. Poucos e poucas conseguiram converter seus cônjuges não judeus ou não judias, filhos e filhas ao judaísmo.¹⁷⁵

Abraham Bentes (1987) defendendo seu lugar de fala, no sentido de presentificar a importância da população judaica na colonização, no desenvolvimento da Amazônia, atesta que mesmo em meio a tantas dificuldades e desdobramentos no Pará e no Amazonas, os judeus alcançaram uma Santa Paz na benção divina, perpetuando nessa região do Brasil, chegando a dizer que viveram uma fidelidade às tradições judaicas, o que de fato não ocorreu. Voltar a uma reflexão ao ser e o viver judeu nos é importante para desconstruir a ideia de Santa Paz evidenciada na Amazônia.

Nos primeiros anos imperiais, um caso de solicitação de casamento feito por uma família israelita que vivia na capital do Brasil, advinda da família do Isey Levi, nos chama atenção, no que se refere à dificuldade enfrentada pelos judeus na manutenção e no reconhecimento de suas práticas religiosas que os definisse enquanto judaizantes. O pedido se remete a judeus residentes no rio de Janeiro, mas, poderia ser um retrato da vida judaica em muitos lugares no Brasil nas primeiras décadas do século XIX.

Em 1838, Isey Levi, envia uma carta a um rabino em Londres, Solomon Hirschell, solicitando instruções para realização do casamento de uma irmã, onde na ocasião, o próprio Isey Levi pede a autorização para realizar a cerimônia no Rio de Janeiro onde residiam. Na qual para sua surpresa, recebe uma resposta que nos fornece características da vida judaizante nos primeiros anos do Brasil Imperial, por meio de um logo texto. Vejamos então as impressões do Rabino:

Prezado Senhor,
Recebi a sua carta datada de 7 de abril, informando-me do casamento, num futuro próximo, de sua irmã, e pedindo autorização para V. S. realizar a cerimônia.

¹⁷⁵ PECHER. Simão Arão. **Duzentos anos de miscigenação judaica na Amazônia**. 2019. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 20 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

Como amigo de V.S. e família, tomei conhecimento, com grata satisfação, que sua irmã vai domiciliar-se nesse país longínquo e que encontrou alguém de seu agrado, pelo que lhe desejo muitas felicidades.

Ao mesmo tempo, como israelita e professor de religião, não vejo com bons olhos o estado de coisas no Rio de Janeiro. O senhor escreveu que não existe Kahal (comunidade organizada) nem Hazan (recitador de preces) e que os poucos Yehudim (judeus) no Rio não estão ainda em condição de formar uma congregação. Pelo seu pedido de efetuar pessoalmente a cerimônia, devo deduzir que ali não há sequer um Shochet (magrefo ritual) e conseqüentemente a sua comida é “treifá” (não limpa do ponto de vista religioso). Assim, por ocasião da festa de casamento, depois de ter pronunciado as bênçãos prescritas e agradecendo ao Deus dos seus pais pela graça de ter-nos dado os Mandamentos, irão sentar-se para saborear comida proibida pelos seus Mandamentos. Isto é um flagrante violação da Lei, o que muito me doeria se fosse inevitável. Mas não sendo uma necessidade da qual não se possa escapar, sinto muito mais o fato e devo demonstrar o grande pecado que está sendo cometido porque seria possível mandar vir um Shochet que iria substituir, em alguns aspectos, o rabino do qual V.S. tanto necessita.

“Mesmo sendo poucos, confio que o verdadeiro espírito da nossa santa religião não se extinguiu ainda entre vós e que encontrarão meios para remediar este grande mal. É um horror pensar que há Yehudim vivendo em constante violação da Lei, não tendo nem a escusa da necessidade. Mando os documentos que necessita: mas é indispensável o Minyan (quorum de dez homens) para a cerimônia e a recitação das sete bênçãos exige a presença de dez judeus. A Ketubah (comumente certidão de casamento que fica em poder da esposa, de fato, o documento que estipula as obrigações do marido) será assinada primeiro pelo Hatan (noivo) e depois atestada por dois testemunhas Kasher (não impedidos) que não podem ser parentes do noivo ou da noiva e nem entre si. Quanto a Halitzah (a recusa do cunhado de casar-se eventualmente com a viúva do irmão, sem filho), é suficiente anotar na Ketubah os nomes dos irmãos do noivo.

“Aguardo que aceite de bom grado as minhas observações, ditadas pelo meu dever, e peço comunicá-lo aos outros correligionários. Espero que hão de arranjar entre si os meios para mandar vir um Shochet e, da minha parte, faria todo possível para ajudá-los. Conheço os pais de alguns que moram no Rio e sei que são muito religiosos. Não posso acreditar que os filhos destes tenham chegado à conclusão de que a observância de preconceitos religiosos é desnecessária.

Desejando a V.S. e sua família saúde e felicidade, subscrevo-me

atenciosamente

Londres, 30 de junho de 1839 (5599).

Denotando, já no início de sua carta, o rabino londrino, apresenta a resposta ao casamento da irmã do Isey Levi, o lugar de morada dos nubentes, como um país longínquo, demarcando um espaço antagônico e distante dos judeus londrinos, estes últimos, mais organizados e conseqüentemente preparados na organização da vida judaica, pelo fato de viverem em uma comunidade organizada e velada pela constante preservação da cultura por seus rabinos, diluindo na carta a caracterização da vida dos judeus no Rio de Janeiro, desvirtuosa e sem a presença de rabinos que os conduzissem no caminho das tradições judaicas.

O pedido de autorização para realização e reconhecimento do casamento por parte das autoridades judaicas de Londres, indica-nos que naquele momento, no Rio de Janeiro, em

1839, não se existia uma comunidade judaica organizada, e isto, fica evidente, na fala do Rabino, ao temer que os judeus no Brasil, não estavam vivendo dentro dos costumes.

Como forma de reprovação da realização do casamento, o rabino vai elencando uma série de negativas para justificar a não autorização do casamento, mediante as tradições judaicas, e isso, nos confere uma ótica de observação de como estavam (de)organizados, os judeus no início do Império brasileiro no tocante ao Rio de Janeiro, segundo o Rabino.

O Rabino descreve que no Rio não se havia uma comunidade organizada, pois existiam poucos judeus no Império, e estes poucos, não tinham condições de reger uma congregação, descrevendo ainda, que nem mesmo as comidas estavam seguindo as tradições da dieta Kosher, imprescindível nas comemorações dos casamentos e conseqüentemente na própria vida cotidiana dos judeus do Rio de Janeiro.

O casamento judaico resguarda uma série de ritos, que podem variar conforme o lugar e os contatos dos judeus com outros povos, porém são unânimes quanto a uma vasta extensão de ritos e costumes que são realizados durante as cerimônias, nestes ritos é praticamente impossível não se chamar a atenção da sociedade.

A preparação para um casamento judaico, dura dias e até mesmo meses, nas vésperas da cerimônia, que pode ser realizada em qualquer lugar, não tendo uma obrigatoriedade de ser numa sinagoga, é revestida, sobretudo, de rezas, normalmente feitas por um razan ou por um indivíduo sábio, geralmente ancião, sendo que para o Rabino inglês, estes recitadores estão em falta no Rio de Janeiro, e eles deveriam ser fundamentais para proferir as rezas e ensinamentos acerca da purificação do corpo.

Alguns ritos precisam ser seguidos, como a anunciação do noivo, ao buscar sua esposa na casa de seus pais, fato que não acontece no dia do casamento, sendo que este caminho de busca da noiva deve ser iluminado com tochas e velado por marchas nupciais. O que, com certeza, no Império poderia soar como proselitismo e os nubentes e seguidores serem presos.

Outro item fundamental em uma união judaica é a Chupá (pronuncia-se hupá), a “tenda” aberta de todos os lados sob a qual é realizada a cerimônia, assemelhando-se a um altar, que para os judeus possui o significado da futura casa dos nubentes. O que também poderia ser um problema, já que a Chupá poderia representar aos olhos preconceituosos do Império a formação de templos, podendo ser caso de denúncia.

O Rabino ainda chega a criticar a comida, apontando que poderiam estar fora dos padrões dos costumes da *dieta kosher*, uma vez que, para os judeus, a comida deve passar por três fases: a seleção, a preparação e a separação dos alimentos, seguindo um conjunto de rituais milenares. Aqui no Brasil, os primeiros açougues e pontos comerciais que irão lidar

com a dieta Kosher só se constituíram no Norte, mais precisamente no Pará, na segunda metade do século XIX. Fato este que com certeza se fosse um pedido para realização do casamento em Belém ou em Manaus, seria visto da mesma maneira.

A manutenção das tradições é o que garante a continuidade da vida judaica, sendo que, ao passo que seus costumes milenares, perpassados de geração em geração, tem uma quebra, ou dificuldades de realizações, colocava sob suspeita, os próprios judeus, não tendo um reconhecimento merecido e respeitado por grupos que procuram com maior rigidez, seguir os ritos.

Com as imigrações, muitas relações étnicas foram dissolvidas, carecendo de tempo, para que no Brasil, uma comunidade judaica pudesse se formar de modo articulado. Logo, a carta do rabino nos permite problematizar a situação dos judeus no início do Império brasileiro, sendo apresentada, nas prédicas do rabino, uma ‘comunidade’ frágil.

Ciente destas fragilidades, o Rabino denota ainda na carta sua preocupação na organização e sistematização dos judeus na Capital, mandando instruções de como realizar a cerimônia, buscando sanar estas fragilidades que impediam a formação de uma comunidade judaica mais organizada. A carta não se trata diretamente de uma perseguição aos judeus que viviam no Brasil ao longo do período oitocentista, mas esclarece acerca da dificuldade de se viver no Brasil em meio ainda a falta de uma comunidade judaica organizada e enraizada no país para este momento.

Mesmo com sentimento arraigado de séculos, de um orgulho de ser judeu, como nos aponta Jonas Heller, estes contatos com etnias diversas, bem como as legislações, a permanência e organização dos judeus, ainda estava ligada às necessidades de sobrevivência num determinado espaço. O ser judeu ganhava peculiaridades diversas, assim como um camaleão que se adapta e se integra ao meio para poder sobreviver. Neste meandro convém pensar com Cuche (2000, p. 182) que: “A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas.”

Nas trocas de peles, o judeu criava novos estereótipos, que acabavam moldando seu jeito de ser israelita, ultrapassando, muitas vezes o que seria a pele disfarçada no oportunismo da sobrevivência ou do crescimento econômicos e religiosos, ganhando ainda características diversas, e se entranhando no corpo, gerando judeus e comunidades distintas que se espalham pelo Norte do Brasil.

Como na colônia não existira um modelo único de cristãos novos e marranos, no Império não há como se traçar um perfil único das famílias e dos judeus que aqui chegam, de

modo estrategista as famílias ganham contornos variados e se mesclam à sociedade a qual estavam inseridos, caracterizando-se desde regatões, balconistas, seringueiros, médicos, engenheiros e até mesmo grandes Coronéis.

E ainda, o impacto dessas multiplicidades de judeus que se formam está também intimamente ligado ao quantitativo de seus grupos e da comunidade em que estão inseridos. O ser judeu, o viver judeu e o permanecer judeu será bastante transformado em decorrências desses constantes e históricos movimentos cismáticos que sofrem.

Se o número total de judeus chega a milhares ou a milhões, isso faz uma diferença calculável em sua vida social e, portanto, em sua vida religiosa. Sua distribuição em muitos países, seu status econômico e político, seus contatos com outras culturas, são profundamente afetados por seus números. Quantidade aqui muitas vezes se torna qualidade, afetando a vida religiosa e até mesmo o pensamento religioso do povo (BARON, 1952, p. 07).

Os significados, os significantes, os modelos de cultura, sejam modificados pela língua que o seguem ou a que adaptam como a Hhakítia,¹⁷⁶ vão “naturalmente” dando novos contornos e elementos historicamente construídos, vão dando lugar a outros, podendo ocorrer de modo sorrateiro no percurso do tempo e das teias sociais ou ainda por necessidades, por imposição para assim sobreviverem. Neste sentido, semelhante a quaisquer outros povos, os judeus sofrem influências nos lugares onde se instalam e promovem mudanças aos povos que lá viviam. Legando assim, novos costumes judaicos. Essa reinterpretação de costumes é algo quase que comum na história do povo judeu. Podemos ter como exemplo:

[...] a circuncisão, fornece outra ilustração de capital. Esse costume, difundido entre as nações primitivas em todo o mundo, havia sido praticado desde tempos imemoriais no Egito e em Canaã-Fenícia. Mas aqui, novamente, os legisladores de Israel despojaram-no de seu significado natural original e deram-lhe um significado histórico novo e inaudito: eles avançaram o tempo de desempenho desde a idade de treze até os primeiros dias de infância, cortando sua conexão intrínseca com a pubescência masculina, e fazendo dela um eterno símbolo da aliança de Deus com o povo judeu (BARON, 1952, p. 07).

¹⁷⁶ A Hakitia como assim também pode ser escrita, consiste em uma mistura de espanhol, hebraico e árabe dialético. Segundo Yehuda Benguigui em artigo publicado no AHJA, Haquitia: Nosso Dialeto Quase Perdido, a Haquitia, Haquetia, Jaquetia outras formas de escrita da palavra, seria uma judeolíngua, um judeuespanhol, esses dialetos surgem como forma de autodefesa, para poder se comunicar em lugares hostis e discriminatórios. Era um instrumento importante para comunicar-se sem que os de fora soubessem do que se estava falando. Esta língua veio para a Amazônia por intermédio dos judeus marroquinos e aqui falada no Amazonas e no Pará, no entanto, os processos de assimilação cultural, foi contribuindo para que o dialeto deixasse de existir. BENGUIGUI, Yehuda. Haquitia: nosso dialeto quase perdido (I). **Portal Amazonia Judaica**, 2019. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 20 ago. 2023. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

Esta reinterpretação se somará não unicamente nos contatos com outros povos que na região Amazônica viverão, mas também nas culturas já ressignificadas dos seus lugares de origem. É o caso dos judeus marroquinos, os quais diferem-se de judeus de outras regiões que migram para o Brasil, pelo fato de no Marrocos, adotarem crenças em amuletos e votos proferidos em momentos de aflição. E, ainda a crença em milagres associada a Rabi Shimon Bar Yohai, considerado o pai do misticismo judaico.

Uma figura sempre presente entre os judeus de origem marroquina é o pai do misticismo judaico, autor do Zohar, Rabi Shimon Bar Yohai, ou Rabi Shimon para seus adeptos. Nas horas de aflição é a ele que se recorre e seu retrato está presente em todas as casas, na cabeceira dos doentes, no quarto das crianças, associando sua imagem a grandes milagres. Quando uma criança engasga ou chora com dor, a mãe clama automaticamente por Rabi Shimon, “O Mestre dos Milagres” e sabe que ele estará presente com os feitos que o fizeram famoso. Sua Hilulá, festa de recordação de um Sadik, é até hoje uma data respeitada em Belém do Pará (KOCHEN, 2011).

Essas manifestações culturais narradas pelas reminiscências da descendente de judeus marroquinos Clara Kochen, apontam para o misticismo trazido pelos judeus marroquinos e amplificados junto às crenças diversas que a Hileia, ou seja, a imensa floresta equatorial amazônica sob a grandiosidade não somente do lugar, mas da diversidade de povos e do misticismos, multiplicará essa crença junto as vastas redes de sociabilidades, produzindo como diria Guertz (2008), sentidos e significados, tanto reforçando a crença no Rabi Shimon, quanto ressignificando a mística ou ainda transferindo suas ações milagrosas a outros sujeitos ou divindades.

Desta maneira, o ser e o viver judeu, se constituem em meio as sociabilidades que implicam em práticas interativas seja com seus pares ou com os outros, no cotidiano, gerando trocas simbólicas nas quais tanto podem reafirmas as identidades judaicas como minimizá-las, a ponto de serem totalmente assimiladas por outros elementos culturais. Pecher (2019) nos cita um exemplo acerca dos nomes de tradição judaica que se disseminaram pela região amazônica e podem ser vistos na contemporaneidade.

Não por menos, nomes sagrados aos israelitas como Levy e Cohen, famílias de sacerdotes do Templo de Israel ficaram isolados no grande “hinterland” amazônico, alguns casando com não judias e não judeus e conservaram sua identidade judaica somente no sobrenome, sendo catequizados pelos religiosos católicos. Também algumas pessoas de famílias que se iniciam com o prefixo BEN (do hebraico: filho de) e outras de sobrenomes mais variados tiveram a mesma sorte. Muitos foram convertidos ao protestantismo. Para fugir da perseguição aos judeus imposta pela Igreja Católica ainda do resquício da Inquisição iniciada na Península Ibérica, em torno do descobrimento do Brasil por volta do ano de 1500, com repercussão neste novo continente, muitos israelitas trocaram seus primeiros nomes ou sobrenomes aportuguesando-os com aproximação sonora (PECHER, 2019).

O período oitocentista produz um misto de solidariedade e tensões no viver judaico, nos espaços de sociabilidades em seus grupos e com as outras inúmeras composições étnicas que se fazia a Amazônia. Ocorre conversões ao catolicismo, ao protestantismo, bem como a não identificação em nenhum seguimento religioso. As próprias cinzas da inquisição ainda pairavam sobre a jovem nação brasileira e, o exemplo dado acima por Pecher, reflete a maneira camaleônica de ser do judeu e as novas configurações dentro de contextos sociais variados, dos quais muitos ‘Bem’, se tornaram: Benjamim, Bernardo, Bentes, Benedito, Ebenezer, Belmonte dentre outros que foram aporuguesados, os quais simplesmente pelo nome não podemos caracterizá-los enquanto judeus, mas nos faz refletir as influências culturais dentro das necessidade múltiplas as sociabilidades iriam produzindo novos signos e consequentemente novos significados.

Este reordenamento a partir do contato com o outro é o que nos leva a pensar as alteridades e as perseguições que os judeus serão atravessados nesta terra tida como prometida pela sua necessidade espiritual e pela necessidade de sobrevivência física.

2.4 DO PARAÍSO O INFERNO VERDE SE FEZ: ALTERIDADES E PERSEGUIÇÕES NA TERRA PROMETIDA

A noção de alteridade que aqui utilizamos, vai além do que é do outro, do que pode ser distinto, mas sim, seguindo alguns preceitos do Todorov (2010),¹⁷⁷ a alteridade que se dá numa perspectiva na qual a confluência com outro pode gerar tanto um sentido de aproximação quanto de negação, ou ainda na diferença não harmoniosa, se gerar uma ressignificação do que faz parte do outro, na descoberta que o eu, faz do outro. Neste sentido, ao adentrarem da região Amazônica, muitos judeus chegam preestabelecidos com a ideia de que são os outros, por serem os imigrantes, os estrangeiros, os judeus. E, ao tempo que suas diferenças são evidenciadas, são notadas por aqueles que aqui já habitavam, sua identidade reconhecida por suas práticas culturais e pelas alcunhas que carregam historicamente se torna evidentes e passam a ser o outro.

Porém, esse outro não será de todo negado, práticas resultantes de sincretismo e de miscigenação fizeram da Amazônia Judaica, um espaço singular nos processos de aculturação no Brasil, a ponto de produzir uma situação ímpar na qual atesta a profusão das culturas vivenciadas ao longo da história da Amazônia. Sendo notícia e fonte de estudos nacionais e

¹⁷⁷ TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

internacionais, a Amazônia produz um santo Rabino, o Rabi Shalom Emanuel Moyal Z’L, também chamado de Rabi Meyr Moyal.

Figura 3 – Mensagens de Agradecimentos pelos Milagres atribuídos ao Rabino Moyal



Maria Gomez at the tomb of Rabbi Salom Moyal in cemetery in Manaus, Brazil. The gravesite is adorned with engraved messages and mementos left in gratitude for miracles attributed to the rabbi.

Fonte: Recorte do Jornal do The New York Times (janeiro de 1987).¹⁷⁸

Este acontecimento se faz digno de nota, por se tratar de um fato que traceja a cultura e a identidade de Manaus e da Amazônia, sendo também um interessante caso de sincretismo religioso, de religiosidade popular que ‘integra’ pessoas de diferentes credos, numa personalidade de respeito e guardião da tradição dos valores judaicos, contribuindo para entender a profundidade das marcas judaicas na Cultura do Norte, na busca das particularidades que Geertz (2008) destaca como essenciais para o entendimento das culturas.

O rabino Shalom Moyal migra da Palestina para o Marrocos, com o objetivo inicial de angariar donativos para os carentes e para uma escola de rabinos que ele mantinha na Palestina, chegando lá, soube das proezas e riquezas que muitos judeus haviam alcançado no Norte do Brasil, partindo para cá na primeira década do século XX.

Shalom Moyal trazia consigo dois objetivos, dos quais não obteve tempo de concretizá-los. O primeiro seria o interesse nas terras e conseqüentemente nas riquezas que a mesma estava patrocinando aos imigrantes judeus, no intuito de conseguir seus feitos de ajuda social, parte para o Brasil com uma intenção de cunho filantrópico, o segundo, e não menos

¹⁷⁸ Fonte: Fundos pessoais do casal Wolff. (Centro de Memória do Museu judaico de São Paulo - CDM).

importante, era de promover uma melhor organização da vida dos judeus em Manaus, orientando-os a viver dentro dos costumes judaicos.

Chegou a Manaus mais precisamente em 1908, já em fins do grande ciclo da borracha, todavia, a sorte não lhes sorriu na Amazônia, pelo menos no que concerne aos interesses judaicos, além de ter sido acometido possivelmente de febre amarela, cólera ou malária, não resistindo às intempéries que estas terras resguardavam, indo a óbito em 1910.

Como não havia em Manaus cemitério judaico, o rabino foi enterrado no Cemitério São João Batista no meio de cristãos, sem os resguardos devidos da cultura judaica. O que até ai, não há nada de extraordinário, uma vez que não foram raros os casos de judeus e outros imigrantes que professavam uma religião diferente do catolicismo, serem enterrados em Cemitérios Públicos (SILVA, 2013).

O que torna o caso do Rabino Shalom E. Moyal diferente dos demais judeus sepultados em Cemitérios cristãos é o fato de que, logo após a sua morte, começar a haver uma movimentação atípica em seu túmulo, sendo-lhes atribuídos milagres e logo em seguida, uma considerável parcela da população Amazônica aclamá-lo como *Santo*.

Algumas vertentes de pensamento associam o culto ao Rabino, a uma representação de culto por empréstimo, pois ao ver o judeu indo ao túmulo, principalmente nos dia do Kadish,¹⁷⁹ colocar pedras, água, azeite e velas, recitar salmos, tal como faziam no Marrocos, outros indivíduos passaram a associar o morto a uma figura de veneração ou ainda, apontam que havia no Norte uma característica singular de se construir santos populares, uma vez que, próximo ao túmulo de Moyal, havia o jazigo de Santa Eltevína, uma santa celebrada dentro da cultura popular de origem nordestina.

Câmara Cascudo, em uma das suas diversas obras sobre cultura popular brasileira, mais especificamente em *Superstição no Brasil*,¹⁸⁰ aponta que a formação de indivíduos enquanto ‘santos’ é quase sempre uma atribuição inicial de cunho popular, partindo da admiração daquele que pode vir a ser santo antes mesmo de morrer. Sendo prestigiado e aplaudido a partir de virtudes como obras sociais, martírios, holocaustos e vida dentro de um determinado costume religioso e de uma constante resiliência.

A construção de certas devoções em torno da figura de pessoas mortas, em especial rabinos, já era algo presente na cultura dos judeus marroquinos, porém alheia de se pensar uma devoção e atribuição de santidade dentro do judaísmo, pois para os judeus existe uma

¹⁷⁹ Visita ao Cemitério em dias que antecedem o Yom Kipur, Dia do Perdão para os judeus.

¹⁸⁰ CASCUDO, Câmara. **Superstição no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Global, 2002.

veneração ao morto, no sentido e de se honrar aquela figura, para que seus feitos possam contribuir na manutenção do Talmud (livro sagrado dos judeus), denotando-se na tradição das leis, da ética, dos costumes e da história do judaísmo.

O primeiro milagre associado à figura do Rabino veio do seio doméstico e popular, de uma senhora que havia cuidado do judeu durante sua enfermidade, impondo suas mãos sob uma terceira pessoa que ficou curada de problemas ósseos. No imaginário popular, o Rabino então, teria sido usado nas preces, e a senhora agiu como mediadora do Shalom Muyal para realização deste primeiro milagre. Senso assim, o primeiro dos muitos milagres que se sucederiam relacionando-se ao judeu e ampliando sua fama de Rabino, ou melhor, de Santo Rabino Milagreiro. Sob a fama do Rabino milagreiro, um segundo milagre foi descrito num relato publicado na revista *Morashá*, por David Salgado (2006):

[...] Outra situação muito conhecida na comunidade manauara é a de um senhor – ainda me lembro bem dele naquele estado – com um problema sério no pescoço que o impedia de andar com a cabeça na posição vertical; esta sempre pendia para o lado. Depois de ter consultado médicos em busca de uma solução para o problema, sem nenhum resultado satisfatório, a mãe do rapaz tomou importante decisão. Abraçada em sua fé no Eterno, D'us de Israel, dirigiu-se certa manhã à tumba de Rabi Muyal, onde fez um pedido especial para que seu filho tivesse pleno restabelecimento (Salgado, 2006, p.13).

Não tardou para que a notoriedade do rabino milagreiro Shalom Muyal corresse o mundo e seu túmulo se transformasse num ponto de rezas, credices, súplicas e orações, bem como um lugar de graças alcançadas, sendo demarcado em sua morada eterna placas, flores, velas e outros objetos que contemplassem e exemplificassem os pedidos almejados, como vemos nesta outra imagem,¹⁸¹ bem como a associação judaica de colocar pedras para marcar a visita e as preces ao morto como forma de respeito, lembranças e saudades.

¹⁸¹ Imagem extraída do livro HELLER, Reginaldo Jonas. *Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010, p. 164.

Figura 4- Grades Fixadas na Sepultura do Rabino Shalom Muyal no Cemitério São João Batista, em Manaus



Fonte: Maia (2020)¹⁸²

Sobre a colocação de pedras nos túmulos, Lins (2010, p. 161) nos possibilita pensar que *embora* “a maioria das pessoas que realizam este ritual desconheçam o porquê da colocação de pedras à sepultura, ou mesmo desconheçam a história do próprio rabino, isto não invalida e nem tão pouco desmerece a devoção ao “santo judeu”.

Estes fenômenos ultrapassam as fronteiras étnicas, diluem os sentidos que caracterizam especificamente um grupo, pois no contato uns com os outros, novas fronteiras são estabelecidas, e o que se pauta como único e exclusivo de um dado grupo, passa a ser objeto de culto de outro, sempre ganhando novas representações e ressignificando-se conforme interesses e sentidos variados. A própria transformação do túmulo nos é um exemplo pertinente para se pensar esta readaptação de sentidos, normas e valores (SILVA, 2013).

As placas, dentro e fora do túmulo, nos fornecem as particularidades para pensar a dimensão popular que este rabino milagreiro adquire após a sua morte, seu túmulo transforma-se num lugar de peregrinação, seu lugar de repouso adquire um status de espaço sagrado para os cristãos, deslocando a identidade judaica e associando um lugar de devoção popular e cristã, percebendo-se ainda fiéis de outras religiões:

¹⁸² MAIA, Jean R. (2020). Disponível em: <http://www.revistacenarium.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2020.

As homenagens ao Rabino Muyal são feitas através de uma já citada grande quantidade de placas de agradecimento incrustadas nas paredes de seu jazigo, das pedras depositadas sob o túmulo (deferência judaica aos mortos) misturadas às flores e velas (referências cristãs), que atestam a diversidade de origens religiosas de seus fiéis. Muyal é ainda hoje lembrado pela comunidade judaica local como homem de grande virtude (BENCHIMOL, 1998, p.64).

Além das descrições de Benchimol, existe uma diferença entre a primeira imagem mostrada e a segunda, na qual não estão locadas simplesmente no aumento no número de placas, mas nesta segunda imagem, o túmulo aparece com grades que cobrem todo o jazigo e fechado com cadeado.

A grade rodeando todo o jazigo foi uma ação da comunidade judaica e da família para tentar minimizar o assédio em torno do indesejado trabalho que o Rabino adquiriu após sua morte, já que, a família de Muyal, detentora de prestígio em Israel, tentou fazer o traslado dos restos mortais para Israel. A própria comunidade judaica, a prefeitura e outros segmentos, segundo o documentário *Eretz Amazônia*¹⁸³ fez oposição, impedindo que fosse levado o corpo.

Até os dias de hoje, o túmulo do Rabino permanece entre os túmulos cristãos do Cemitério São João Batista em Manaus, entretanto, ganha destaque em relação ao demais por ser cercado, cheio de velas, placas, flores, pedras e adornos que servem principalmente para demonstrar as graças alcançadas por seus devotos de várias religiões.

Mesmo não permitindo em sua religião a crença e a devoção em santos, os judeus de Manaus não aceitaram que o corpo fosse levado, uma vez que mesmo tendo ocorrido um deslocamento da identidade do rabino para uma associação de santidade, a devoção em torno desta figura judaica, enaltecia e dava de certa forma um status à comunidade judaica de Manaus, e conseqüentemente, à Amazônia (SILVA, 2013).

Como justificativa que indeferiu o traslado dos restos mortais de Muyal, o Comitê Israelita do Amazonas atribuiu a negação temendo, segundo o Documentário *Eretz Amazônia*, “[...] uma comoção social muito grande na cidade, é considerado um santo para o povo da cidade e não para a comunidade judaica.”

No discurso proferido por um judeu neste documentário, deixa evidente a negativa em relação à associação do Rabino Muyal como santo, mas ao mesmo tempo, vê-se que o Comitê indefere o traslado por se tratar de um santo para a comunidade local, permanecendo seus restos mortais, mas sob as condições de um cercado, que em nada minimizavam a ação de devoção não judaica ao Rabino.

¹⁸³ Documentário baseado na obra de Samuel Benchimol: *Eretz Amazônia. Os judeus na Amazônia.*

Pode-se ainda haver certo conforto para a Comunidade israelita o culto a uma personagem judaica, mas isso já seria assunto para outra pesquisa, nosso tempo curto nos permite apenas noticiar como este santo habita Manaus.

As tentativas de se evitar as placas e outros objetos não deram muito certo. Ao contrário, as grades ao redor falharam ao evitar a aproximação, não impediam os devotos de deixarem suas marcas de fé e devoção, num processo contínuo de aculturação como vemos na imagem a seguir.

Figura 5 - Placas de Agradecimento nas Paredes Externas do Túmulo do Rabino Shalom Muyl



Fonte: Maia (2020).¹⁸⁴

A crença num santo rabino é assim descrita como uma pungente manifestação do que Denys Cuche (2000, p.136-137) classificaria como “fenômeno de aculturação, de troca, de relação, mesmo que em graus diversos.” Temos nesta experiência a elevação de um rabino enquanto santo adotado pelos cristãos como milagreiro e merecedor de devoções. Sendo, a nosso ver, uma das marcas para se pensar a identidade enquanto conjunto de significados partilhados.

Num plano axiológico, o qual é resultante da alteridade, das relações que se tem com o outro (TODOROV, 2010), a adoção de um rabino enquanto santo para os católicos, não vem unicamente da identificação e da ressignificação que os católicos farão ao ver os judeus proferindo orações aos seus mortos, mas também de outras práticas judaicas, trazidas em

¹⁸⁴ MAIA, Jean R. (2020). Disponível em: <http://www.revistacenarium.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2020.

especial pelos judeus marroquinos, a crença em Rabi Shimon, “O Mestre dos Milagres” o qual já citamos a partir das reminiscências da Clara Kochen.

Em momentos difíceis os judeus marroquinos voltam-se também ao Rabi Meir, o Grande Rabi Meir Ba'al Ha-Ness, em busca de salvação. Pois, sabem que ele é “Senhor dos Milagres”, “Aquele que irradia Luz”, e que também acode os aflitos sozinho ou aliado a Rabi Shimon, se o caso exigir uma “dupla com alto poder nos Céus”. Acredita-se que uma doação feita em nome de Rabi Meir é uma *segulá*, uma ação que atrai bênçãos, para engravidar, infalível para a pronta recuperação, salvaguarda de sofrimentos e até para achar coisas perdidas (KOCHEN, 2011).

O Rabi Shimon, é tido como o pai do misticismo judaico, o qual resguarda muita semelhança aos ritos de fé proferidos pelos cristãos católicos junto as suas personagens consideradas santas. Mesmo o Rabi Shimon não sendo cultuado como santo pelos judeus, a crença no milagre, ter sua imagem em locais sacros, rogar por ele dentre outros, cria-se um sentido de aproximação e de identificação também para outros povos. Neste sentido, a alteridade vista no judeu se torna um ponto de identificação com o outro.

Diante desses acontecimentos, pensamos assim as contribuições judaicas dentro do Brasil do século XIX em especial, no seu constante movimento de trocas e transformações culturais que corroboraram para compor as várias faces de uma nação plural que rompe ao se iniciar o período oitocentista de nossa história. Na imagem que se segue, temos a dimensão cultural destas trocas e negociação resultantes em novas identificações.

Figura 6 – Reverência em Torno do Túmulo do Rabino Shalom



Fonte: Foto extraída da revista *Morashá*, por David Salgado (2006)¹⁸⁵

¹⁸⁵ SALGADO, David (2006, p. 13):¹⁸⁵ A areia em torno do túmulo do Rabino Shalom é colocada para evitar que o fogo e a cera das velas derretidas se espalhem pelas calçadas e passarelas.

O culto ao Moyal reverbera-se como uma negociação identitária, resultante de uma socialização entre comunidades judaicas, cristãos e outros, onde a veneração extrapolou as fronteiras dos grupos judaicos e constituiu um fenômeno sincrético e peculiar. Segundo o pesquisador da cultura judaica Wagner Lins (2010, p. 154), o trânsito entre a cultura judaica marroquina e a cultura nativa produz o culto ao Moyal.

Mesmo que venha decaindo nos últimos anos, a presença de fiéis e simpatizantes, como nos alega Wagner Lins, é um denotativo de que sob o julgo consciente de ser um judeu, ou sob as influências dos contos e causos, fazem permanecer a veneração em torno desta personagem, no qual seus devotos agradecem graças, pedem novas ou simplesmente passam, deixam pedras, flores e velas como sinal de respeito e identificação na cultura do outro, por meio das práticas que o próprio lugar adquire, ganha novos contornos conforme os infintos sentidos que ele vai sendo auferido.

As manifestações religiosas que se formam, como no dizer de Geertz (2008, p. 67), “[...] em um sistema de símbolos [...]”, dão legitimidade a uma identificação social, seja ela individual ou coletiva, sobretudo na temporalidade em questão da História do Brasil, onde o imigrante buscava seu lugar ao sol, ou melhor, seu lugar na terra, sua rota de fuga, seu lugar de paz e de fortuna, seu espaço de felicidade e de culto, enfim, de constituição de si.

Perante os seus sistemas de símbolos, os judeus procuraram atuar na formação de identidades, suas e dos sujeitos que se relacionavam com eles. Na medida em que o espaço e o tempo lhes proporcionavam, buscaram se ajustar mediante normas sociais, ora se entregando a condutas propostas, ora encontrando brechas por onde pudessem atuar e marcar o seu espaço, numa terra que se apresentava como a possibilidade de uma vida nova.

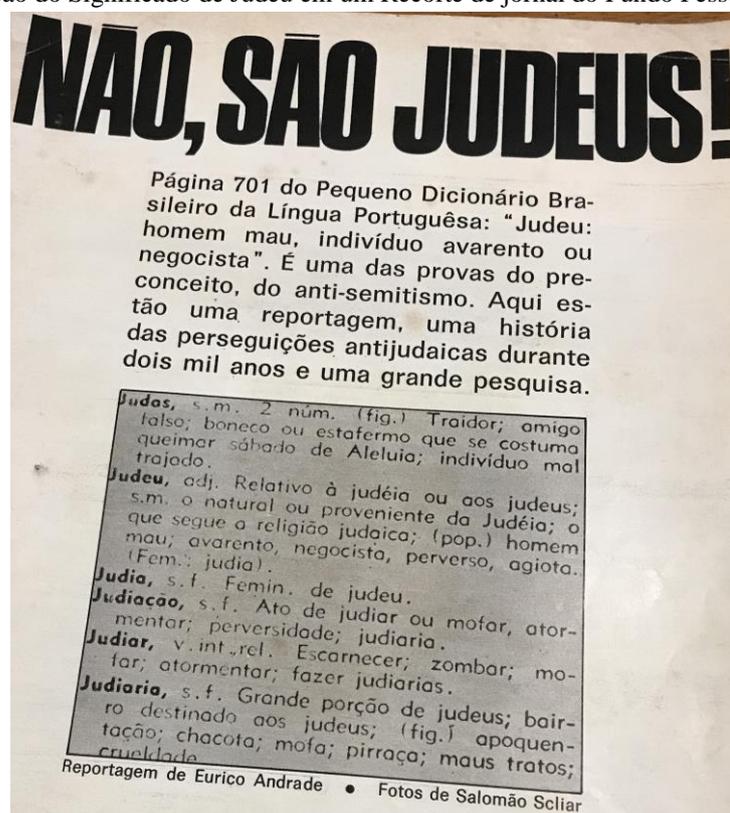
De volta ao sentido da alteridade, vemos que no campo da diferença, da distinção, no campo do que é do outro, do que pertence ao outro, encontraram-se pontos em comum, as relações sociais entre judeus e cristão produziram um santo rabino. “A descoberta do outro tem vários graus, desde o outro como objeto, confundido com o mundo que o cerca, até o outro como sujeito, igual ao eu, mas diferente dele, com infinitas nuances intermediárias [...]” (TODOROV, 2010 p. 360). Neste caso, as distinções produziram um ponto de identificação, venerar um rabino judeu, porém os cristãos o ressignificaram enquanto santo. E, o que parecia ser um ponto em comum, volta a alteridade, ao distinto, ao diferente, ou seja, ambos os grupos possuem o mesmo objeto, mas com finalidades de crença e de culto distintos.

Esta alteridade, no entanto, está mais carregada de semelhanças, de continuidades do que distinções e descontinuidades, não reverberando em uma total negação do outro, o qual produzira perseguições e violências. Nem todo judeu ou todo cristão ainda veneravam ou

adoravam o rabino Shalom Moyal. Lembremo-nos da heterogeneidade populacional, apresentada no Império, auferindo uma pluralidade cultural que geraria conflitos e adaptações frente às novas vivências dos judeus variando seus costumes, nos lugares diversos de suas imigrações (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amazônia, Recife), somados às suas influências, sejam sefaraditas, sejam asquenazitas.

Na própria relação com os “iguais”, apresenta-se uma ação de grande alteridade no tocante as questões da manutenção de uma vida judaica dentro de costumes, de tradições baseadas nos elementos religiosos, a relação com o Outro, com o não judeu, também apresentara pontos de contrastes, divergências e dissidências que podiam os colocar, além mesmo, enquanto pessoas não desejadas.

Figura 7 – Descrição do Significado de Judeu em um Recorte de jornal do Fundo Pessoal do Casal Wolf¹⁸⁶



Fonte: Wolff (1999).

Em pesquisas a dicionários recentes, vemos que o termo judeu, não está associado unicamente a um povo, ou a uma denominação religiosa, mas a termos jocosos, e características de cunho negativo para nomear um indivíduo ou ainda o seu comportamento. Ao se perguntar o que é, ou se conhece um judeu boa parte das pessoas possuem uma opinião

¹⁸⁶ Fundo pessoal do casal Egon e Frieda Wolff. Centro de Memória (CDM) Museu Judaico de São Paulo. Pesquisa realizada em 22 de agosto de 2018.

a respeito. Primeiro fundamentam-se nas vestes (chapéu, tranças, barba e terno preto), em seguida no temperamento de aparência ranzinza, seguido de características ligadas ao campo do comércio como: rico, sortudo, avarento, trapaceiro.

Fazendo uma analogia ao conceito de alteridade seguindo as premissas de Todorov (2010), aqui se aplica um plano epistêmico, no sentido de negar ou até mesmo de neutralizar o outro, até se pode conviver com esse outro, porém a face conflitante é sempre reverberada. No caso judaico, essa alteridade também implica em reconhecer as heranças históricas negativa.

A definição do dicionário, enquanto homem mau, avarento, negociista, perverso e agiota, nos dão uma dimensão de uma imagem construída, reforçada num sentido de alteridade que identifica o sujeito enquanto outro e o torna depreciativo, indesejado, em função de um eu que está acima disso. Não raro, encontramos relatos de ataques a judeus ao longo do século XIX, pela Amazônia, manifestando-se tanto sobre a forma de violência verbal, como atestamos no dicionário, quanto na violação de seus espaços, suas residências e casas comerciais.

Na biografia de Isaac Pin-has Melul, em acervo digital do Portal Amazônia Judaica (2019), um judeu marroquino nascido em Tanger no ano de 1868, veio para o Brasil em 1886, na época com 18 anos, por intermédio de um colega que já vivia aqui, o agenciando para que também assim pudesse refazer sua vida. E nessas conexões, vindo para Amazônia, passa a fazer parte de uma associação comercial com seu colega chamado Jacob Benchimol visto que ainda se vivia o auge da borracha. Não demorou para que Isaac Pin-has se estabelecesse e logo constitui-se matrimônio, características de muitos judeus ao terem uma estabilidade financeira. Correndo tudo bem em seu percurso, até ser vítima de uma violência. Vejamos a descrição de parte de sua biografia.

Chegou ao Brasil em 1886, com 18 anos, e em 24 de julho de 1895, naturalizou-se brasileiro. Casou-se em Cametá, no ano de 1898, com a senhora Mary Benchimol e desse matrimônio teve cinco filhas e quatro filhos. Sua permanência em Baião já durava dez anos quando, por motivos fúteis, um grupo de exaltados saqueou e queimou naquela região várias casas comerciais de judeus. Seu prejuízo foi total. Diante dessa circunstância resolveu mudar-se para Belém, onde passou a se dedicar, exclusivamente, aos misteres da religião. Lutou com muitas dificuldades para prover as necessidades da família que crescia.¹⁸⁷

As causas pelas quais de levaram aos saques e por queimar as casas comerciais é denominado de fútil, o que nos impossibilita de saber o real motivo. Porém, a característica

¹⁸⁷ BIOGRAFIA de Isaac Pin-has Melul. Disponível em: [http:// www.amazoniajudaica.org/](http://www.amazoniajudaica.org/). Acesso em: 11 jun. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

aqui que nos chama mais atenção é o fato de ser dito que naquela região, várias casas comerciais de judeus também sofrera o mesmo. E, no caso de Isaac Pin-has, com a perda total, teve que mudar-se para Belém.

A noção de alteridade passa literalmente a ter um sentido de neutralizar o outro. Instigar o judeu enquanto avarento como no dicionário, saquear e queimar casas comerciais, como o caso da família de Isaac são um atestado Pin-has. O paraíso elencado por muitos, a terra da promessa, era imaginado por muitos judeus, no entanto, suas redes de contato, fomentadas pela Aliança Israelita Universal, bem como outras instituições que se colocavam a serviço de preparar e agenciar judeus na busca de melhores condições de vida, somadas ainda as redes de sociabilidades promovidas por meio das cartas e das conexões de amigos e familiares ao longo do século XIX, alertavam para os perigos que o Paraíso Amazônico resguardava. É preciso refletir sobre aqueles a quem a prosperidade não chegou, ou que chegou e não perdurou, é preciso refletir acerca daqueles que foram perseguidos e que o paraíso para estes não se fez.

A Terra Prometida para os imigrantes, para os judeus, já resguardava as impurezas do preconceito, das perseguições e das imagens concebidas de um povo. Os judeus já chegaram aqui marcados não somente pelo discurso neles produzidos no período colonial, como também do que acompanhou seus corpos e demais povos que para cá vieram. No dizer de Salo Baron (1974), as imagens que são produzidas negativamente acerca do judeu vão se refazendo conforme os lugares aonde vão, seus estigmas lhes acompanham revestidos das características de cada lugar sem perder a marca maior de culpabilização. Principalmente se este lugar tiver uma cultura católica imposta desde o seu ato de colonização como é o caso do Brasil.

Sob o impacto da Emancipação e do Nacionalismo, as antigas formas de ódio aos judeus sofreram profundas modificações. Não que os velhos argumentos tivessem sido silenciados. Havia ainda – e há – muita conversa sobre o pecado original dos judeus ao repudiarem Cristo, sobre a parte judaica na crucifixão e sua pretensa autocondenação perante Gólgota, “seu sangue seja sobre nós e nossos filhos” (Mat. 27:25). Especialmente durante a Semana da Páscoa, os púlpitos cristãos pelo mundo afora ressoavam com as velhas acusações. As histórias do Novo Testamento eram contadas e recontadas nas escolas dominicais. “Crianças e adultos eram levados a crer que o relato dos Evangelhos tinha a ver diretamente com seus contemporâneos judeus” (BARON,1974, p.157).

No percurso do século XIX na região amazônica, temos várias histórias que atestam a existência de e outras formas de manutenção negativa da imagem dos judeus, bem como de

perseguições, sejam ela de cunho cultural, por meio de discursos deicida, seja perseguições de cunho jurídico. Movimento como “me ceda”; “mata judeus” e “fora judeus” são provas de que a Amazônia, não lhes será um espaço livre de antijudaísmo.

Em depoimento ao documentário *Eretz Amazônia* (2004), o filho de um imigrante marroquino, chamado Moisés Mendes, conta um episódio narrado por seu pai, ocorrido já em fins do século XIX, sobre uma violência sofrida em seu estabelecimento comercial na baixa do rio Amazonas:

Tinha muito judeu morando no Paraná do Ramos, um afluente do Rio Amazonas, toda a região. Então, as pessoas incitavam os caboclos por saquear, como se os judeus fossem coisa ruim. Principalmente comércio de judeu que prosperaram. E, aonde meu pai tinha um empregado né. Contado pelo meu pai, me lembro perfeitamente. Tinha um empregado, e o empregado pede uma embarcação que meu pai tinha chamada de galeota, uma embarcação que pegava seis toneladas, pra ir a uma festa. Me pai cedeu a canoa, a embarcação de remo.

- Qual foi a surpresa de meu pai?

Três horas da manhã, meu pai tinha entre dezoito e vinte anos, contado por ele.

O empregado bateu a porta, era ele e mais de cem homens para saquear. E, meu pai ficou sem nada. Veio embora para Parintins [...].

Moisés Mendes, narra em suas memórias, herdadas de seus ancestrais que as pessoas “incitavam os caboclos a saquearem os judeus”, os efeitos do que é ser judeu para muitos, fora materializado nas práticas de violência. E o que parecia a promessa de um paraíso para quem dessas violências sofreram se tornou o Inferno Verde. Termo este, forjado desde tempos coloniais para caracterizar uma floresta que ao mesmo tempo que era exuberante pela natureza e suas riquezas, também seria um ambiente hostil, impenetrável, cheias de perigos, vingativa e cruel.

Desta maneira os judeus que sofreram perseguição, vislumbram muito mais um inferno verde do que um paraíso, do que uma terra prometida. Como no dizer de Sultana Levy: “Cedo esse fascinante sonho se desfez quando eles compreenderam que apenas haviam-se mudado do purgatório para o inferno”.¹⁸⁸

A prosperidade alcançada por judeus tinha vertentes opostas, a medida em que se comemora a estabilidade no novo lar, com o crescimento dos negócios, vinham-se as preocupações em como manter diante de possíveis perseguições, materializadas em roubos, em pilhagens e outras formas de usurpação de seus bens. Logo, em suas memórias de família a Sultana Levy (2019), recordando histórias de seu avô Davi, o qual possuía um comércio a beira do Rio Amazonas e cercado por matas, narra os infortúnios que passaram.

¹⁸⁸ ROSENBLATT, Sultana. Como viemos parar na Amazônia. **Revista Morashá**, v. 30, ano VIII, set., 2000.

No tempo do movimento comercial, ele costumava ir frequentemente a Belém para fazer transações com exportadores e bancos. Um amigo estranhou vê-lo na capital em pleno inverno e perguntou a que viera. “Vim fugindo da safra do ‘me ceda’”. “Safra de que, nesta época?”. “Safra do ‘me ceda’, já disse, ‘me ceda um alqueire de farinha’, ‘me ceda um rolo de tabaco’, ‘me ceda uma manta de pirarucu’ [...] A verdade é que ele deixara sua casa não somente para escapar à ‘safra do me ceda’, mas sobretudo para livrar sua família de algum provável pogrom, ocorrido mais nessa época, e chamado pelo povo de ‘mata judeu’ (LEVY, 2019).

A safra do “me ceda”, era como alguns judeus chamavam as pilhagens feitas em suas casas comerciais, principalmente em épocas de maior escassez de alimentos na Amazônia. Não temos registros para atestar se esses acontecimentos ocorriam somente com judeus, ou se também eram acometidos por outros comerciantes não judeus. O fato é que pelas memórias, pelas histórias de famílias judaicas de descendentes marroquinos, vemos reverberar o “me ceda”, que por mais não se manifestasse em violência física, causava medo nas comunidades judaicas, gerava prejuízos e os forçava a novos deslocamentos, principalmente para as regiões mais urbanizadas como Belém e Manaus. Esses acontecimentos, somados fortemente ao declínio da borracha em fins do século XIX, corroboram em demasia para um novo êxodo marroquino, dessa vez, das regiões interioranas para Belém e Manaus.

Uma outra história recorrente nas memórias judaicas da Amazônia, o qual não somente se assenta na ideia do judeu que é mau e deicista, como também de quem são avarentos, revestindo-o de um estrangeiro como indesejável e indigesto que se apodera do que não é seu como o comércio e a terra, manifestou-se em um acontecimento de violência, ocorrido em Macapá numa loja judaica e que ganha maiores proporções em 1911, pela forma como os judeus são vistos e como em momentos de ira, o pensar sobre um povo é enaltecido.

Não tendo um autor direto do acontecimento, sendo um relato das memórias judaicas passadas por algumas gerações, contam que um jovem teria tentado roubar uma casa comercial judaica e fora impedido pelo balconista de nome Isaac e, esse impedimento é fruto de desdobramentos que chegam a envolver uma parte da cidade de Macapá, incluindo autoridades da época.

Contam, os antigos moradores de Macapá, que os moleques costumavam realizar pequenos furtos nas lojas comerciais, o que exigia permanente vigilância por parte dos empregados. Naquele longínquo dia 3 de fevereiro de 1911, um menor atazanava a vida do balconista Isaac. Em dado momento o menino apanhou uma pedra e atirou contra o balcão do comércio, quebrando os vidros das prateleiras. Incontinentemente, Isaac tira o tamanco (chinela) do pé e atinge em cheio o guri, que sai chorando para a casa do pai Antônio Guardiano. Revoltado, Antônio Guardiano pede a ajuda do irmão José Raimundo e vai tomar satisfações com Isaac, que não lhe dá atenção. Irado, Antônio Guardiano vai a sede da Prefeitura de Segurança (Delegacia de Polícia), mas não entra para fazer registro de ocorrência. Em frente ao prédio começa a gritar que iria agir por conta própria, porque em Macapá “preto não

tinha vez” e a justiça protegia os brancos. O Prefeito de Segurança era o Capitão Martiniano Gil Vaz, que mandou Antônio Guadiana retirar-se. Antes de deixar a frente da Prefeitura de Segurança, Guardiano desacatou as autoridades presentes, afirmando que os brasileiros estavam sendo roubados e humilhados pelos amaldiçoados que mataram Jesus Cristo Acompanhado do irmão José Raimundo, congregou um grupo superior a 50 (cinquenta) indivíduos [...] “A todo o momento gritavam: “fecha esta baiúca”, mata este judeu filho da puta”.¹⁸⁹

O desfecho desse acontecimento se deu com a prisão dos incitadores da tuba e tiveram que responder nas malhas da justiça, no entanto, por falhas na apuração do caso, ao se tratar de cinquenta envolvidos, bem como ausência de promotor público em exercício, além de ser constatado desinteresse dos agredidos, o processo acabou sendo anulado depois de uma reunião de conciliação. Boa parte dos envolvidos eram conhecidos em Macapá. Porém, o que nos chama atenção no desenrolar que toma esse acontecimento são as formas de alteridade em que o judeu era visto, resgatando uma marca histórica a qual os judeus são acusados de terem matado Jesus Cristo, o deicismo.

A afirmação de que os brasileiros estão sendo roubados e humilhados era muitas vezes uma culpa que não somente os judeus recebiam, mas muitos outros imigrantes, principalmente, estrangeiros, mas no caso judaico, além de serem imigrantes o rótulo de amaldiçoados, de deicistas, avarentos, trapaceiros e demais termos pejorativos, acompanhados em outros casos, suscita a este povo uma perseguição por vezes mais severa. Os atributos negativos aos judeus, mesmo sendo mão de obra qualificada e branca são superiores a necessidade de sua presença, parafraseando Elena Pajaró Peres causando-lhes uma inexistência de terra firme: “Tanto o alemão quanto o japonês e o judeu eram os imigrantes mais visados, apontados como perigosos à segurança nacional por serem “inassimiláveis”, postura preconceituosa que vinha sendo alimentada desde décadas anteriores” (PERES, 2003, p. 95).

A citação faz referência na obra que retrata a imigração galega para São Paulo em meados do século vinte, no entanto, se aplicam a datações anteriores. O modelo de vida judaica impacta na organização de uma sociedade que mesmo que se coloque como liberal, na sua abertura de culto não católicos e as políticas de atração ao imigrante, seja pela necessidade de mão de obra qualificada, pelas lacunas que estavam sendo deixadas mediante as leis abolicionistas, seja por processos de branqueamento da população brasileira, os judeus, apresentados muitos desses atributos necessários, resguardam um modo de vida particular, que os define enquanto povo.

¹⁸⁹ FORA Judeus: História de um conflito étnico em Macapá em 1911. Autor desconhecido. 2019. Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org/>. Acesso em: 05 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

Para Baron (1974), as características que definem um judeu, estão para além de professarem uma religião, está na sua descendência, está no seu modo de vida ou ainda no campo de memória do outro, ou seja, o judeu, mesmo não praticando o judaísmo, mesmo não reconhecendo uma consanguinidade ou até mesmo alheio de traços culturais que o façam pertencer a um determinado grupo, carregam as marcas imputadas pelo outro. Em seus êxodos e diásporas, as marcas deicistas, de povos sem pátria, de usurpadores do que é do outro se são como uma herança maldita. E, este legado, fez com que historicamente, na maioria dos lugares que migram, conviverem com a incerteza da paz, com a instabilidade de estarem firmes ou não naquele lugar. Essa herança é também o que lhes tornam judeus.

Os judeus não tiveram que lutar somente para manter suas crenças, fazendo das suas casas uma esnoga, construir cemitérios e sinagogas, fazer parte das instituições políticas, ocupar distintas profissões, realizar seus dias tido como sagrado e viver a Halachah para manter o judaísmo. Mas, também tiveram que enfrentar inúmeros obstáculos para construir e manter seus negócios. Porfiaram sua permanência para serem judeus, mesmo não sendo todos praticantes, mas a sua descendência sempre os fez no olhar do outro. E, neste olhar muitos discursos são construídos, são lembrados até mesmo nos confins da Amazônia, atestando significados depreciativos ao judeu e alimento o que viria a ser o antissemitismo.

Para isso, abrimos uma outra porta, a porta dos discursos, das redes de narrativas que constituíram os judeus como indesejados, mesmo na Terra Prometida.

CAPÍTULO III - AS PORTAS DO DISCURSO: A IMPRENSA E AS REDES DE NARRATIVAS QUE INSTITUEM O JUDEU COMO O OUTRO

Neste momento se abrem as portas do discurso, as portas que enunciam o outro, que narram coletivamente e historicamente os sujeitos. À medida que os judeus começam, a partir da segunda metade do século XIX, formar uma comunidade mais organizada, mais enraizada na Amazônia, fixando melhor suas sinagogas, demarcando seus espaços de morte (cemitérios), ganhando lugar nas profissões mais diversas, requerendo e conseguindo uma maior quantidade de registros de naturalização, atestando que vieram para ficar, o olhar do outro sobre quem são os judeus começa a ganhar maior notoriedade.

As redes de comunicação, auferidas sobretudo, com o crescimento da imprensa no Brasil em torno do século XIX, também serão responsáveis por produzir imagens acerca dos imigrantes, em nosso caso de investigação e problematização, dos judeus mais especificamente. E assim, contribuindo sumariamente para construir narrativas em torno de quem são os judeus que vieram para a Amazônia e para o Brasil nesta temporalidade.

Na investigação da imprensa brasileira, principalmente ao longo do período oitocentista e início do século dezenove, mergulhamos nos discursos historicamente produzidos em torno do povo judaico, o qual refletimos a luz das premissas foucaultianas, em um sentido de discurso que enuncia significados tanto para o que falamos, quanto para o que fazemos, visto que veremos na prática a materialidade dessas narrativas construídas em torno dessa gente, em torno do povo judeu. Tais discursos enquanto uma prática sócio-histórica, contribuem para determinar em grande medida o lugar do sujeito (FOUCAULT, 2013).

O judeu não era o imigrante desejado, embora fossem brancos, na sua grande maioria, tivessem qualificações para se inserirem no mercado e em outras atividades laborais, corroborando para os mais diversos setores da sociedade. Carregavam o discurso histórico sustentado por ideologias de cunho religioso como povos usurpadores, sem pátria e deicistas. Reverberando, portanto, a noção de alteridade que constitui o outro como indesejado ou como necessário, a depender das instituições que promovem o discurso.

Esses discursos que se sustentam e ao mesmo tempo são sustentados pela ideologia de um grupo ou instituição, promovem de um lado estigmas de povo indigesto e de outro, estigmas de um povo necessário, evidenciando o mau ou o extraordinário sobre o status social de uma pessoa (GOFFMAN, 1982). Desta maneira, mergulhar nos discursos produzidos pela imprensa brasileira, se faz necessário para problematizar as solidariedades e tensões na construção das comunidades e, conseqüentemente das identidades judaicas, onde sob o

controle das informações, veremos distintos atributos que serão imputados a uma mesma gente, por vezes até, eliminando suas distinções e subjetividades em decorrência de marcas generalizantes que mapeiam e criam um olhar singular em torno de uma gente.

3.1 A IMPRENSA E O PODER DO DISCURSO: (IM)PARCIALIDADES SOBRE JUDEUS

Na busca por fontes que respaldem o nosso discurso, ou melhor, que nos ajudem a problematizar nosso objeto de pesquisa, fomos em busca dos periódicos. Não numa ótica de se investigar a verdade dita nos jornais, mas como diria Chalhoub, tentar compreender as diferentes versões de um mesmo momento histórico.¹⁹⁰

Os usos de Códices Impressos, principalmente com a criação de jornais no Brasil a partir da vinda da Família Real portuguesa em 1808, como nos apontam as historiadoras Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins (apud PINSKY 2008, p. 08) em sua obra *História da Imprensa no Brasil*, reforçam-nos a importância dos jornais na formação política e cultural deste país em meio à passagem de colônia para Império, ressaltando sua atuação como forte instrumento de legitimação do Estado. As referidas autoras nos possibilitam pensar que:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da colônia em Império e participar intensivamente do processo. A imprensa é a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a construção do passado.

Algo importante para se pensar é que os jornais estavam longe de serem imparciais, carregando assim um discurso intencional. É o caso, por exemplo, da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que tinha uma tutela do Estado e resguardava um papel importante no construto de uma mentalidade nova que o Império queria construir. Ainda no dizer de Luca e Martins (LUCA *apud* PINSKY 2008, p. 41).

Algo importante para se refletir é que os jornais estavam longe de serem imparciais, carregando assim um discurso intencional. É o caso, por exemplo, da *Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁹¹, que tinha uma tutela do Estado e resguardava um papel importante no construto de uma mentalidade nova que o Império queria construir, ou ainda reforçava em grande medida o pensamento que agradara as elites de cada localidade, seja na Capital do Império, Rio de

¹⁹⁰ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 26.

¹⁹¹ O primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Lançada em 10 de setembro de 1808, seguindo os moldes de sua irmã, a *Gazeta de Lisboa*, era uma espécie de folha oficial onde se publicavam os decretos e os fatos relacionados com a família real. Publicava também um noticiário internacional, mas este era absolutamente anódino, com as informações filtradas pela rigorosa censura da Imprensa Régia de forma que nada que lembrasse liberalismo ou revolução alcançasse as vistas sugestionáveis dos súditos da coroa portuguesa (LUSTOSA, 2004, p. 20).

Janeiro, sejam em Manaus, Belém ou em qualquer lugar do Brasil que ali houvesse um folhetim. Ainda no dizer de Luca e Martins (apud PINSKY 2008, p. 41):

Os jornais do período inicial constituíam, em alguns casos, através de várias redes de sociabilidade, dentro das condições da época, formadas no Brasil recém independente que buscava se construir em nação. Não se deve negligenciar dentro desses laços que se articulavam (criavam, mantinham ou refaziam), com densidades desiguais, uma forma de associação bastante específica em suas características, embora articulada com as demais: as redes das sociabilidades pela imprensa periódica. Essa pode ser considerada um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular, bem como dos agentes que a produziam e dos leitores/ouvintes que de alguma forma eram receptores e também transmissores de seus conteúdos.

É de se considerar que não havia no Império um número amplo de leitores, além de que a vida de muitos jornais por nós pesquisados era efêmera, bem como se levarmos em consideração o grande número de analfabetos. Entretanto, se os periódicos existiam é porque havia leitores e seus discursos corroboravam com os anseios de seus editores e patrocinadores, fosse a favor da legitimidade de um novo Estado ou contra a organização do Império que se seguia. Esta efemeridade dos jornais podia se dar desde ao não interesse do leitor em suas notícias veiculadas a problemas de ordens técnicas, como custo e manutenção, além do controle do Estado frente a uma falsa liberdade de expressão inquirida da Constituinte de 1824, mas sobretudo, nas mudanças sócio políticas ao qual o Brasil iria passando. Os contextos históricos, os interesses de grupos e de governo iam dando vida a novos pasquins e fechando outros.

Para Bucholdz¹⁹² ao narrar a história da produção jornalística brasileira, apontando sua amplitude e sobretudo sua complexidade, vemos que a imprensa no Brasil, em fins do tempo colonial para o início do tempo imperial, funcionava não só para informar e assim produzir uma opinião pública¹⁹³, mas também agia como a legitimação da modernidade, aspirada no modelo de vida ilustrado europeu e norte-americano que chegava ao Brasil. A referida autora ainda afirma que:

¹⁹² BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. **Diário dos campos**: memórias de um jornal centenário. 1. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

¹⁹³ Tomamos a ideia de opinião pública respeitando a sua polissemia, tanto como recurso para legitimar posições políticas se tornando instrumento simbólico para mudar um setor, tomando um sentido de vontade geral. Como o proposto por Hans Speier de que a opinião pública é frequentemente considerada como opinião revelada a outros ou, pelo menos, notada por outros, de modo que as opiniões alheias, que se ocultam ou disfarçam, podem denominar-se opiniões particulares ou clandestinas. Nessas condições, o critério para distinguir entre a opinião particular e a opinião pública parece residir no domínio da comunicação (SPEIER, 1972, p. 127).

A imprensa passou a traduzir as novas ideias e hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pela população, tornando-se o espaço privilegiado para a discussão dos problemas e rumos da sociedade. Reforçando essa condição, a imprensa do início do século XIX era um dos principais canais de informação e de transmissão de valores. (BUCHOLDZ, 2007, p. 23).

O fato de o Brasil ao longo de quase a totalidade do período colonial estar proibido pela coroa portuguesa de produzir jornais, gera uma dependência de informação ligada à Corte Lusitana. E, é somente com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, que teremos autorização para que os primeiros jornais impressos sejam produzidos no Brasil, e mediante claro, uma censura prévia e respeitando um discurso alinhado aos interesses da corte.

Era preciso que os redatores tivessem em suas mãos, os moldes que coadunavam com os interesses políticos, econômicos, culturais e religiosos do governo que se pretendia formar no Brasil, sendo regidos por uma censura régia, visto que os folhetins deveriam ter função de divulgar o que convém o governo. Não apresentando nada que lembrasse ideias ligadas ao liberalismo ou suas revoluções que estavam ocorrendo na época, como no caso da Gazeta do Rio de Janeiro (LUSTOSA, 2004).

Os códices de antes do período imperial e ao longo de todo o tempo oitocentista já eram responsáveis pela formação de uma opinião pública. E fora esta opinião pública que muito nos interessa no pensar e no esmiuçar da participação dos judeus em tempos imperiais vistos no arquivo pessoal do casal Wolff, dispostos no Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo (CDM), bem como em pesquisa a Fundação Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira. O qual se coloca para nós de grande valia, na análise dos discursos que permeiam não somente debates e notícias sobre política, religião e economia, mas sobretudo, como se dava a formação da opinião pública a partir dos sistemas e das instituições que detinham maiores poderes, uma vez que, muitos jornais ao longo do século XIX, estavam vinculados a igreja católica ou ao estado, e assim, funcionavam como porta voz da verdade para moldar a forma de ser e viver em suas localidades.

Digno de nota ainda nessa disseminação dos discursos produzidos pelos jornais oitocentista, são as conexões existentes nos periódicos, ou seja, as notícias veiculadas, não somente se restringiam aos seus lugares de produção, haviam ligações com notícias, com acontecimentos em outros estados e até mesmo fora do país. Desta feita, a veiculação de uma verdade, de uma narrativa já se apresentava muitas vezes de modo coletivo.

A censura era vista por muitos na época como fundamento importante, uma vez que se acreditava em uma imprensa livre poderia apresentar perigos junto a manutenção de uma determinada ordem governamental, esta censura muitas vezes independe se os grupos eram

monarquistas ou liberais, ter o controle acerca da veiculação de pensamentos, de ideias sempre fora uma preocupação para se estabelecer as verdades de um grupo, de uma instituição e ou de um governo. O Conde de Cairu, homem culto da Corte do Rio de Janeiro era favorável a políticas liberais, mas não concordava com uma imprensa livre.

No caso judaico, as notas, tanto em favor quanto contra, apresentavam uma similaridade, um discurso que padronizara os judeus independentemente do lugar onde estejam, narrando ideias construídas coletivamente e historicamente de um perfil contrário ao cristianismo, grande parte de suas crenças quanto à negação de Cristo enquanto Messias ou ainda ligada às atividades econômicas enquanto estrangeiros usurpadores.

Voltando à Gazeta do Rio de Janeiro (1816)¹⁹⁴, enquanto exemplo, numa publicação de 1816, verifica-se uma carta publicada de Zurich na Alemanha em 16 de junho deste mesmo ano, na qual traz uma nota acerca da presença de um judeu na Basileia (no Brasil), dando cabo das suas pretensões ao aqui desembarcar.

Tambem appareceu, ha dias, em Basilea, hum Judeu de Jerusalem, que se dizia encarregado de sollicitar soccorros de todas as Synagogas da Europa, a favor de seus irmãos na Palestina, os quaes, bem como tambem os Christãos, sofrem allí as maiores perseguições. Tem este homem cousa de 50 annos; mostra ter instrucção; porém aqui confia-se pouco em Judeus (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1816).¹⁹⁵

A publicação demarca algumas informações as quais filtradas para o momento, vê-se de tamanha importância, a começar pela presença judaica desembarcando no Brasil nos primórdios do século XIX, em seguida no pensar as redes de articulação no processo de imigração fomentando auxílios aos imigrantes judeus, os quais na sua maioria são vistos como bem instruídos. Mas, a nota final é o estigma, é a marca da desconfiança, ao dizer que aqui confia-se pouco em judeus.

Caso esta nota de desconfiança ao judeu fosse uma característica isolada posta pela Gazeta do Rio de Janeiro, não se faria tanta inclinação quanto a generalização de um povo, a questão é que muitos outros periódicos perpassando o período oitocentista e raiando o século XX, mesmo nos tempos primeiros da República, trazem notas que implicam na construção de uma mentalidade negativa em relação ao povo judeu. Inclusive, trazendo relatos de situações

¹⁹⁴ Nas pesquisas realizadas no Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, encontramos nas publicações digitalizadas pela Hemeroteca Digital, no período que vai de 1809 a 1822, um total de 22 ocorrências associadas ao nome judeus e sete associadas a judeu, sendo que na maior parte da sessão noticiosa, acerca de narrativas internacionais e os judeus em evidência com casos de perseguições.

¹⁹⁵ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (RJ)**, n. 77, 18095-1822. Rio de Janeiro, 25 set. 1816. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

de judeus em outras localidades como o caso do jornal A Federação, Órgão do Partido Republicano Federal (AM), o qual circulou entre 1895 a 1900, nos traz um desses exemplos noticiosos acerca da situação judaica na Rússia.

O governo da Rússia vai recomençar a perseguição contra os judeus, tanto nacionais com estrangeiros. Até os próprios amigos franceses não são poupados. Vários israelitas franceses foram, deportados de S. Petersburgo por força do edito polícia! que proíbe aos judeus terem residência naquela capital¹⁹⁶ (A FEDERAÇÃO, 1899).

As notícias internacionais, principalmente ligadas a pogroms, também corroboravam não somente para trazer informes do que ocorria no exterior, como também contribuía para moldar, para reforçar o pensamento coletivo que se tinha uma gente. Logo, as associações erigidas em torno do porquê da perseguição aos judeus, também começam a ser feitas aqui no Brasil. Os textos com teor de perseguição ganham maior frequência exatamente nesta temporalidade. O Jornal A Epoque: órgão do Partido Republicano Amazonense Itacoatiara (AM) - 1917 a 1918, traz em primeira página, em fins da segunda década do século XX, um caso de violência antijudaica na Áustria. “A 22 de novembro começaram os saques a estabelecimentos judaicos de Lemberg, na Áustria, sendo incendiado o bairro judeu. Muitíssimos cadáveres ficaram carbonizados”.¹⁹⁷ A escolha e a forma de como estes assuntos eram abordados, dependiam de dois fatores, das ideologias de cada pasquim, os quais nestes dois últimos exemplos, temos jornais de cunho republicano que se colocavam contrários as perseguições judaicas e do fator de quem via nestas notícias, motivos para alimentar ou justificar uma mentalidade antijudaica.

A nota de perseguição apontada no Epoque, poderia funcionar tanto para uma perspectiva de repúdio ao eu se faz a um povo, com os usos descritivos da violência, a exemplo, enaltecendo ainda nesta mesma nota a crueldade do ataque realizado com mulheres e crianças. “As mulheres e crianças foram vítimas de incríveis barbaridades”,¹⁹⁸ como este discurso poderia incentivar as políticas de perseguição aos judeus, também aqui no Brasil. O que de fato, teremos um aumento exponencial de discursos que corroborarão com construções negativas em torno do povo judeu que vive no Brasil nesta mesma temporalidade, permeando o poder de alcance e de formação de opinião o qual a imprensa produz.

¹⁹⁶ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal A Federação**, Órgão do Partido Republicano Federal (AM). 1895-1900. Manáos, 09 ag. 1899. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁹⁷ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **A Epoque**: Organ do Partido Republicano Amazonense Itacoatiara (AM) - 1917 a 1918. Itacoatiara, n. 74, 15 dez. 1918. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 05 de fev. de 2023.

¹⁹⁸ Ibidem.

Passamos então, a ampliar o folhear desses Códices Impressos como fontes principais para problematizar a vida dos judaizantes no Império brasileiro, em especial na Amazônia, recortando o Pará e o Amazonas, associadas as comunidades que as circundam, uma vez que estes instrumentos de pesquisas são fontes inestimáveis para compreensão dos novos espaços de sociabilidades que habitará no Império, narrando memórias, vestindo pessoas de tecidos e ideias, vendo os discursos tanto de notícias locais, quanto das narrativas e conexões internacionais como mostramos acima.

Os jornais, mediados pelo olhar do historiador, transcendem um filtro mais sensível de determinadas épocas, entretanto o trato com esses instrumentos não se coloca como uma tarefa de fácil execução por fatores diversos e que vão desde a conservação dos impressos até suas implicações diretivas de manipulação da “verdade” e de seleção privilegiada do historiador, pelo fato de, na preocupação com o fato histórico estudado, quereremos induzir as fontes a falarem aquilo que queremos na ânsia de casar-se com nossas inquietações e anseios. Não obstante, é importante sempre atentar para que cada impresso, sejam os grandes jornais ou pequenos pasquins, possuem uma função social e que merecem ser problematizados (SILVA, 2013). Fazendo valer a força da verdade que o jornal possui, ou seja, a força do mundo letrado, sendo para muitos a voz da verdade.

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (FOUCAULT, 2013, p. 08). Esse questionamento foucaultiano, se torna indispensável, ao pensarmos sobre as ideias produzidas acerca dos judeus. É preciso refletir e avaliar como a formação ou a deformação de um povo, também pode ser demarcada pela força das palavras, pelo poder que um veículo de comunicação, produzidos, é claro, pelas suas instituições demandam tanto poder.

Entre 1873 e 1883, fora produzido em Belém do Pará, o Jornal de cunho católico denominado de A Boa Nova. Este jornal se apresentava como: “*A Boa Nova, tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, santo, amável*”. E, numa edição de 03 de abril de 1872, traz um discurso proferido por um religioso, na época em que a igreja católica celebra a morte e a ressurreição de Jesus Cristo denominado de Semana Santa, informando a situação das igrejas neste período aos seus leitores.

Sexta feira santa a Cathedral estava cheia e nenhuma confusão notames em tamanho auditorio. Subiu ao pulpito S. Exc. Rvina. E desenvolveu o pensamento que o

sangue de Jesus cahe sobre a humanidade ou como o orvalho da reconciliação e da paz, ou como a maldição terrível, que pesa ainda sobre o desditoso povo judeu.¹⁹⁹

O judeu apresentado pelo jornal é marcado com a maldição terrível, a que seria de pagar eternamente a responsabilização pela morte de Cristo, além ainda, de serem aclamados enquanto desditosos, ou seja, desgraçados. Logo, começemos a pensar o então perigo em que um discurso pode ter, o quanto um pronunciamento reiterado por uma instituição, ainda mais de poder como a igreja católica pode alcançar na formação identitária de um povo. A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e retribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e terrível materialidade (FOUCAULT, 2013, p.08).

Sob a égide de ser *estrangeiro e ainda judeu* o Jornal A Boa Nova, o qual pregava uma moral social que protegia tudo que for verdadeiro, honesto, justo, santo e amável, corroborou em demasia com a produção de um discurso que colocara o judeu enquanto problema. Encontramos no intervalo de dez anos de publicações semanais que adjetivavam os judeus como: ardiloso, ímpio, raivoso, desditoso, amaldiçoado, homicida, judas, avarento, sinistro, demagogo, seita, dissidentes e abominado.²⁰⁰

Ainda no jornal A Boa Nova, observamos, no mesmo período de 1873 a 1883, 55 ocorrências em que aparece o nome judeu, sendo que grande parte destas ocorrências trazem elementos depreciativos em relação a este nome ou ainda situações que associam o judeu a questões vexatórias, seguidos de depreciações aos protestantes e maçons. Este último, principalmente pelo fato de trazer muitas ideias republicanas que contrariavam o direito de padroado. Devemos levar em consideração que o jornal tinha uma intencionalidade de enaltecer, de proteger a identidade católica em detrimento de outros grupos religiosos, porém, o que nos cabe destacar é a preocupação excessiva em relação aos judeus, nenhum outro grupo fora tão atacado neste pasquim quanto os judeus. Fato este conferido por meio do cruzamento de dados quanto a outras nomenclaturas e denominações religiosas ou de grupos.

Os textos, nos quais aparecem tais adjetivos estão distribuídos em crônicas, discursos de religiosos católicos, referências bíblicas e sessões noticiosas diversas. Onde imputam

¹⁹⁹ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Jornal A Boa Nova**: tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel (PA) - 1873 a 1883. Belém, ano 1872, Edição 00014, 03 abr. 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

²⁰⁰ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Jornal A Boa Nova**: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel (PA) - 1873 a 1883. Ano 1872\Edição 00014. Belém. Quarta-feira 03 de abril de 1872. Acesso em: 02 fev. 2023.

frases com contextos mais específicos acerca da herança deicista apregoada aos judeus no sentido *que não acreditam na divindade de Cristo, negaram a revelação divina, ridicularizam o sacramento da penitência, ignorância invencível e que devem impostos pelo filho de Deus*. Lesser (1995) deixa demarcado em seus estudos que a combinação de sucesso econômico e diferença cultural tornara os judeus sempre alvos de muitas narrativas.

O medo de perder a posição de religião oficial e todas as suas prerrogativas que isto lhes conferia demandava buscar apoio nas massas, demandava acionar a opinião pública e trazer o povo para o seu lado. Mesmo o Brasil sendo um país de maioria analfabeta, os jornais possuíam o poder do escrito, que os tornava documentos, mensageiro da verdade. Ler um jornal, ouvir o dito, presentificava o discurso e lhes conferia o título do que é verídico.

Em 1890, em menos de dois meses da Proclamação da República, o então presidente Marechal Deodoro publica o decreto de liberdade de culto no qual “[...] Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias”.²⁰¹

A modernidade política evidenciada no Brasil na era oitocentista, amplia os debates nos planos parlamentares e na imprensa por parte da igreja católica em defesa da manutenção de seu status enquanto religião oficial do Brasil, mantendo-se a sombra da coroa imperial, em um momento em que as relações entre a igreja e o estado começam a tencionar cada vez mais, pois, era preciso defender o artigo 5º da constituinte de 1824. Neste momento, a imprensa se torna mais do que nunca um termômetro que mede a temperatura dos ânimos e dos debates, é uma vitrine que expõe como as elites políticas, econômicas, religiosas, intelectuais e sociais como um todo querem que as populações pensem, longe de fomentar discursos imparciais.

A preocupação com a liberdade de culto, assistida na imprensa brasileira, era um tema que escorria para além do campo religioso, este debate torrencial se faz por interesses diversos. O lugar social e econômico dos sujeitos, os valores erigidos por uma sociedade cristã católica e o domínio nas cearas políticas dominam os discursos veiculados na imprensa.

Nos discursos produzidos pela igreja católica no qual atacavam judeus, protestantes, maometanos e incluem nesse grupo os maçons, sempre advinham de uma máxima na qual a

²⁰¹ BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Coleção de Leis do Brasil, v. 1, p. 10, 1890. (Publicação Original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20119%2DA%2C%20DE%207%20DE%20JANEIRO%20DE%201890.&text=Prohíbe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias. Acesso em: 10 de fev. de 2023

religião católica é dos brasileiros. Colocando a imprensa enquanto canal de informação e de transmissão de valores (BUCHOLDZ, 2007). E, neste sentido, evidenciar nos discursos a diferença do outro, se coloca como necessário para incutir a mentalidade de indesejado e fazer valer todos os adjetivos pejorativos, a exemplo do que colocamos acima pelo jornal A Boa Nova (1873-1883) em relação aos judeus.

Houvera uma dificuldade intrínseca ao povo judeu quanto a sua integração e aos discursos de perseguição, a qual fora influenciada pela sua religião. Viver em sociedade predominantemente cristã tornava a vida de um grupo religioso distinto bastante dificultosa, mesmo sendo úteis a sociedade (SORLIN, 1974).

Fato ainda comum apesentado nos jornais e aqui voltamos a primeira folha impressa no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1822), para demonstrar preocupação em se incutir determinadas ideias, pois toda publicação denota um interesse, um destino, objetivos a serem alcançados. Nenhuma notícia se coloca como neutra, como imparcial. Muitas narrativas de conversões de judeus espalhadas pelo mundo eram divulgadas por este folhetim, atestando ainda suas vinculações com o mundo cristão e o poderio da igreja católica, bem como suas ações de busca de conversão, mesmo após o fechamento do Tribunal da Inquisição (1821).

Roma 5 de Outubro.

Hontem o Cardeal Fontana officiou pontifi calmente na Igreja de Santa Maria dos Anjos onde cinco Protestantes e dois Judeus abjurarão sua fé, e entrarão no gremio da Igreja Catholica. Muitos illustrés Prelados e nobres Senhoras Roma- nas servirão de padrinhos e madrinhas aos cathecu- menos A maior parte daquelles conversos estavam em circumstancias abastadas; os dois Judeus erão Medicos (Gazeta do Rio de Janeiro, 1817).²⁰²

As notícias sobre conversão de judeus e de outas denominações como protestantes eram com frequência divulgadas pela Gazeta do Rio de Janeiro, com características bem anódinas, descreviam as minúcias de como e para que estas conversões tinham efeito, muito além de uma questão puramente religiosa, pois é importante lembrar a posição que o jornal ocupava era de uma imprensa régia e, seus discursos pairavam sobre a proteção protocolar da igreja católica. Narrando aqui outra notícia, desta vez publicada de S. Petersburgo na Rússia em 12 de abril de 1817, um decreto imperial a favor dos judeus convertidos ao cristianismo, explicita algumas prerrogativas, acerca de benefícios que os judeus convertidos poderiam ter naquela localidade.

²⁰² Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (RJ), 1809-1822**. Rio de Janeiro, n. 7, 22 jan. 1817. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

1. Todo o Judeo, que abraçar a Religião Christá, de qualquer confição que seja, terá privilegios, em qualquer profissão que adopte, conforme seus conhecimentos e prestimo.
2. Nos Governos do Norte e do Sul, se lhes darão terras gratis, onde se estabelecão como bros lhes agradar á sua casta, debaixo do nome de Sociedade dos Judeus Christãos.
3. Esta Sociedade terá seus privilegios proprios.
4. Formar-se-ha em S. Petersburg huma Meza, da qual será Presidente o Principe Alexandre Golyzin, com a denominação de "Meza dos Negocios dos Judeus Christãos", da qual, e de nenhuns outros Magistrados (excepto em casos criminaes) dependerá a Sociedade dos Judeus Christãos (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1817).²⁰³

As prerrogativas dadas aos judeus, suscitam a necessidade do judeu enquanto o imigrante desejado pelas suas qualificações, ao tempo que a sua natureza de ser classificado a partir de uma religião, lhes imputavam a alcunha de ser imigrantes indesejados. A conversão fora muitas vezes a saída para poder de uma maneira mais plena gozar da cidadania do lugar inserido.

O decreto imperial é claro, ao dizer que garante legalmente os privilégios ao exercício de qualquer profissão que tenham, além de concessão de terras, isto ratificando o tipo de imigração judaica, a qual por ser familiar denota ficar, fixar-se no país, bem como da garantia de privilégios próprios não especificados na íntegra para poder comerciar, na mesa denominada, mesa dos judeus cristão, com total controle imperial.

Uma vez fazendo parte da mesa dos judeus cristãos, era possível, ao converso praticar a religião desde que fosse cristã, tirar passaporte, podendo entrar e sair no país, sendo ainda, seus bens de propriedade hereditária e podem construir, edificar de forma coletiva, não podendo ser, portanto, vista como propriedade privada de um sujeito em particular. A mesa era uma associação, uma agremiação, a conversão implicava diretamente em sua participação.

As prerrogativas não deixam de ter controle do estado, bem como não excluem a distinção entre os cristãos, a noção de alteridade permanece estabelecida. Assim como nos séculos inquisitoriais os conversos eram chamados de cristão novos para se diferenciarem dos cristãos velhos, no caso russo esta conversão os classificava como judeus cristãos, o que deixe evidente ainda o lugar de origem do converso e o reveste de marcas, de estigmas que mesmo o sombreamento das leis não os afastam das sombras depreciativas que fazem do judeu converso, sempre o outro.

No jornal o Amasonas de 1870, que sempre publicara romances e poemas do romancista e político francês Victor Hugo, traz ao leitor nas imagens literárias e em uma

²⁰³ Acervo da BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (RJ)**, 1809-1822. Rio de Janeiro, n. 63, 06 ago. 1817. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

acidez dramática, um trecho do livro terceiro, Princípio da Fenda, apresentando um diálogo entre personagens do texto, “O Homem que ri”, esboça o seguinte: “Dissestes que um judeu que se batiza, não tem bom cheiro. Mas tenho acrescentado que o cristão que se faz judeu, cheira mal”.²⁰⁴ Mesmo Victor Hugo sendo conhecido como estadista que denunciava a situação dos miseráveis na França, pregando que a tolerância é a melhor das religiões, o texto publicado suscita uma identidade marcada, estereotipada. A relação entre a literatura e a verdade do escrito pouco se apresentavam enquanto distintas, conceber o judeu na sua íntegra enquanto cristão após o batismo ainda vinha acompanhado de quem o era, um judeu cristão e, desta maneira as marcações estereotipadas que acompanhavam o judeu historicamente, não desapareciam por completo.

Mesmo sendo um texto literário, o que pressupõe ficção, os textos escritos como mencionamos anteriormente dispunham da verdade, fazendo com que literalmente a arte imitasse a vida, no sentido de pensar para muitos que mesmo após a conversão, um judeu jamais deixaria de ser judeu, assim como em tempos coloniais, um judeu transformado em cristão novo, nunca de fato seria visto como um cristão.

“A ‘Emancipação’ em si, que elevou o status econômico e social de milhões de judeus ao remover deficiências legais e encargos especiais, foi assistida pela destruição do autogoverno judeu [...]” (BARON, 1952, p. 06). Ao se referir acerca da inserção dos judeus em muitas comunidades, Salo Baron, reflete o preço a que a correlação entre judeu e judaísmo sofrera. Muitos ao assimilar culturas por meio de conversões forçadas, negociadas e até mesmo preteridas, foram fatores que contribuíram para que as práticas de judaísmo fossem diluindo no tempo. Mas, nessa mesma correção a ausência de judaísmo, até nos conversos como nos casos cristão novos e judeus cristão, não apagava por completo o ser judeu, o ter sido judeu, fazer fortuna, ganhar status social e se converter, ainda mantinha o judeu as suas narrativas discursivas construídas historicamente.

Os discursos produzidos nos periódicos, por exemplo, mantinham na memória dos seus leitores e multiplicadores de suas narrativas as origens de quem fora judeu ou que é judeu, mesmo não praticando judaísmo, as notas nos jornais sempre traziam seus nomes acompanhados de suas heranças. A expressão, “Os judeus cristãos”, acompanhavam as apresentações antes ou depois que seus nomes, bem como de seus ofícios, esta alcunha era

²⁰⁴ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. **Jornal Amazonas (AM), 1866-1900**. Rio de Janeiro/RJ, n. 300. Manáos, 03 de dezembro de 1870. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

destacada nos noticiários, o que se levava para as praças, para os lugares de comércio e tantos outros espaços de sociabilidades ao se referir ao judeu, ou que um dia fora judeu.

À medida que vamos investigando as notas produzidas acerca dos judeus, e aqui retomamos como recorte a Gazeta do Rio de Janeiro, as notícias, não se colocavam apenas de maneira ilustrativa, entre os despachos régios, as notícias das províncias e os informes do exterior, estas últimas não somente com o intuito de informar, mas muitas das vezes de se criar semelhanças, no que diz respeito a ritos de identificação a qual a corte queria construir no Brasil, geravam as pautas do cotidiano, rompendo as barreiras do mundo letrado e alcançando pela força da verdade que os jornais possuíam, os não letrados.

Sempre importante lembrar que este jornal funcionava como porta voz do governo joanino, nenhuma notícia seria veiculada sem uma censura régia, era, portanto, um documento real, o qual jamais publicara nada que contrariasse os interesses reais. Logo, estes discursos postulados nos jornais, trazendo as narrativas sobre judeus, não configurava uma mera notícia, era o conhecimento, a educação erigiria pelo poder do jornal, pelo poder da palavra, revestida enquanto documento e, portanto, vista como uma verdade. O que nos faz ir buscar de modo mais particularizado, as verdades sobre esses judeus no lugar onde se constituiria a maior comunidade judaica do tempo oitocentista, vamos aos periódicos da Amazônia.

As comunidades judaicas da Amazônia foram, sem dúvida, as pioneiras em números populacionais e organização de espaços de sociabilidades ao longo do século XIX, que vão desde o regatão, a construção de cemitérios, sinagogas, ruas, casas comerciais e ocupações em cargos públicos e privados. Isto é atestado ainda ao investigarmos a quantidade de pedidos de naturalização e o quanto são citados nos periódicos do Amazonas e do Pará, lugares de maior concentração judaica na Amazônia e recorte espacial de nossa pesquisa.

Para melhor compreendermos estas demarcações, organizamos dois quadros a partir de pesquisas na Hemeroteca Digital do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, mapeando todos os periódicos digitalizados do Amazonas e do Pará com publicações que percorrem o século XIX e vão até a segunda década do século XX, marcos temporais que regem nossa pesquisa. As tabelas foram divididas em três partes, caracterizando o nome do jornal, o tempo de publicação, ou seja, o período que ficara em circulação e a quantidade de ocorrências em que o nome Judeu, judeus, judeo, hebreo e israelita aparecem nos noticiários. A variação de nomes corresponde as formas de escrita da época a qual o judeu podia ser mencionado.

Quadro 5 - Periódicos do Amazonas (AM), 1852-1918²⁰⁵

Periódicos (AM)	Tempo de publicação	Ocorrências
O Brado do Amazonas (AM)	1852 a 1858	01
Estrella do Amazonas (AM)	1854 a 1863	08
O Catechista (AM)	1862 a 1871	03
Amasonas (AM)	1866 a 1900	17
Commercio do Amazonas (AM)	1870 a 1912	58
Jornal do Amazonas (AM)	1875 a 1888	21
Jornal do Amazonas: Defende a causa da Verdade, da Justiça, do Progresso e da Civilização (AM)	1875 a 1889	23
A Provincia: Orgão das Ideias Democraticas e dos Interesses do Commercio (AM)	1878 a 1885	01
O Paiz (AM)	1886	01
Echo do norte: órgão noticioso, litterario e critico (AM)	1887	01
Diario de Manãos: Propriedade de uma Associação (AM)	1890 a 1894	38
Mensagens do Governador do Amazonas para Assembléia (AM)	1891 a 1927	
Relatorios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AM)	1891 a 1930	01
Diario Official (AM)	1893 a 1900	01
A Federação: Orgão do Partido Republicano Federal (AM)	1895 a 1900	03
O Imparcial (AM)	1897	01
Quo Vadis?: orgam de interesses populares (AM)	1902 a 1904	03
O Correio do Purús: Propriedade de uma Associação (AM)	1900 a 1916	01
Jornal do Commercio (AM)	1905 a 1979	1.511
A Platéa (AM)	1907	01

²⁰⁵ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Correio do Norte (AM)	1909	01
Correio Sportivo (AM)	1910 e 1911	01
O Povo de Loriga (AM)	1910	02
O Gymnasiano: orgam dos alumnos do gymnasio amazonense (AM)	1910 a 1925	01
A Marreta (AM)	1912 a 1915	02
O Chicote: orgam critico e noticioso (AM)	1913	01
A Encrenca: critico, litterario e noticioso (AM)	1915 a 1917	04
Jornal do Rio Branco: orgão dos interesses dos moradores do Rio Branco (AM)	1916 a 1917	01
O Javary: orgam independente, litterario e noticioso (AM)	1916 a 1918	3
A Epocha: orgam do Partido Republicano Amazonense Itacotiara (AM)	1917 a 1918	02
A Capital (AM)	1917 a 1918	18
Imparcial (AM)	1918	08

Fonte: Hemeroteca Digital do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (2023).

Os periódicos do Amazonas digitalizados na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, somam um total de 170, dos quais encontramos referências de Judeus em 32 jornais, a maior parte destas referências a partir de meados do período oitocentista. No jornal O Brado do Amazonas, narra-se a ocorrência mais antiga, ao publicar alguns versos de um judeu ao qual não tem identificação, em uma segunda feira de 21 de maio de 1855.²⁰⁶ Seguido de diversos outros tipos de temas, é possível por meio dos discursos, não somente aferir a presença judaica no Amazonas como também refletir acerca do que é narrado, do que é tido sobre o judeu e como os discursos que são construídos em torno destes imigrantes africanos definem em grande medida seu lugar social.

A medida em que migram mais judeus do Marrocos para a região amazônica, e consequentemente a comunidade judaica começa a se estabelecer, crescem as falas sobre

²⁰⁶ A nota é uma publicação a pedido de um judeu de Santa Catarina e aparece no jornal de forma anônima. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **O Brado do Amazonas (AM)**, 21 maio 1855. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

judeus nos periódicos. Estes discursos estão imbuídos num misto tanto de tensões quanto de solidariedades, este primeiro mais frequente, que o segundo. O pasquim O Diário de Manáos publica em 19 de setembro de 1891, sob o título, “Colônia Judaica” que,

Um sindicato, diz o Paiz, composto de abastados judeus vai adquirir grande porção de terras, em S. Paulo, para estabelecer um grande núcleo colonial e introduzir 500.000 imigrantes também judeus. Já foi adquirida grande extensão de terras na zona de Favina o ainda ha procura de terrenos (DIÁRIO DE MANÁOS, 1891).²⁰⁷

Marca características dos jornais oitocentistas são a divulgação de assuntos estrangeiros. Muitos periódicos, apresentavam nas páginas sobre assuntos internacionais, a situação de judeus em outros países, nos quais na sua grande maioria narram situações de perseguições e diversas formas de violências sofridas pelos judeus, como o Jornal A Federação de 1889, noticiando que:

O governo da Rússia vai recommençar a perseguição contra os judeus, tanto nacionaes como estrangeiros. Até os proprios amigos francezes não são poupados. Varios israelitas francezes foram, deportados de S. Petersburgo por força do edito policial que prohibe aos judeus terem residencia naquella capital (JORNAL A FEDERAÇÃO, 1889).²⁰⁸

O periódico de Manáos, o Jornal A Capital, publica em 18 de outubro de 1917, uma nota internacional intitulada: Massacre de judeus, AMSTERDAM, 17 – Notícias de Petrograd, na qual mostram que “continua a intensa a matança de judeus naquella capital e em outras cidades da Rússia” (A CAPITAL, 1917).²⁰⁹ Logo, perpassando o início da segunda metade do século XIX e intensificando-se ao seu fim e início do século XX, notas como esta ganham frequência.

Outro tipo ainda de notícias com ocorrências relacionadas aos judeus, além de notas comerciais e noticiário estrangeiro, são os de cunho literário, com poesia e versos. Ao romper do século XX o Jornal, O Gymnasiano: organ dos alumnos do gymnasio amazonense (AM) em uma única nota entre o ano de 1910 a 1925 assim descreve o judeu em um poema de autoria desconhecida: “Todo o povo em tropel foge de Barreirinha [...] Morte aos judeus!

²⁰⁷ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Diário de Manáos**, n. 63, 19 out. 1917. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

²⁰⁸ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. **Jornal a Federação: Órgão do Partido Republicano Federal**. Manáos, 09 ago. 1889. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

²⁰⁹ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Jornal A Capital**, 18 de outubro de 1917. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Entanto, o grande crime fora, dessa raça infeliz, sombria e trabalhadora, vendeu caro a fazenda e os carreteis de linha!”²¹⁰

Versos, poesias e outras narrativas literárias enaltecem qualidades depreciativas nos judeus, contribuindo para reforçar uma forma de ver o outro, forma essa, quase sempre negativa. Desta feita, ao ver o judeu como o oposto o que se é digno, honesto, honroso, passam a ser rejeitados. Vislumbrando-se aí o poder do discurso, que irá excluir todo e qualquer padrão erigido por uma narrativa de poder, neste caso, o jornal (FOUCAULT, 2013).

Vale lembrar a parcialidade do jornal, os desejos e as intenções de quem os produz, fazendo com que notas apreciativas em relação aos judeus também possam aparecer, mesmo que em menor número, porém nem só de tensões e perseguições viverão os judeus. É o caso do Jornal do Commercio do Amazonas em 1898, onde o diretor e redator Alberto Moreira Rocha, traz a seguinte declaração:

Os judeus que constituem um povo que sempre primou em enriquecer os paizes em que se estabelece não são sempre, dilo a historia, victimas d'esses paizes ora vivendo sob leis de severa excepção ora sendo expulsos e vendo os seus bens confiscados. Apezar d'isto perseverantes e activos, resignadamente sofrem todas as imposições vexatorias, sujeitando-se a todas as leis, por mais nocivas que ellas sejam. Ora, d'esta forma é provavel, que por vezes, se decidam a tomar justas represalias não o podendo fazer ostensivamente fazem-o latentemente (JORNAL DO COMMERCIO DO AMAZONAS, AM, 1889).²¹¹

Os jornais, não eram unânimes na publicação de notas vexatórias em relação aos judeus, fruto este demonstrado no caso acima, no qual é reconhecida a presença judaica enquanto povo que faz crescer os países para onde migram, o próprio Salo Baron (1971), em seus textos acrescenta que, o lugar de destino escolhido para os judeus é um atestado de prosperidade, visto que ao migrarem, na maior parte das vezes por perseguições, procuram se fixar em um novo lugar e neste fazer morada, constituindo família e negócios. Uma publicação do Jornal A Epocha de 1918, ressalva e valoriza a imigração judaica:

Convém declarar que o factor principal das facilidades commerciaes do interior do Estado do Amazonas é, em grande parte devido aos judeus. Elles hoje possuem seringaes, campos de criação de gado, diversas lavouras; e a sua actividade è sempre benefica e permanentes. A maior parte delles se

²¹⁰ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **O Gymnasiano**: orgam dos alumnos do gymnasio amazonense (AM), 1910. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

²¹¹ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Jornal do Commercio do Amazonas** (AM) 1870-1912. n. 271, 31 ago. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

fixa, definitivamente, sem a preocupação de voltar à terra de origem. (JORNAL A EPOCHA de 1918).²¹²

Os jornais então, do Amazonas, são marcados pelas relações de força e poder, assim como em outras partes do Brasil, vão acompanhando e contribuindo com as transformações sócio-históricas do país, veiculando as notícias e corroborando com a forma de pensar de uma época. Muitos dos discursos erigidos demarcam os lugares e as formas como os judeus eram vistos naquela sociedade.

No quadro abaixo, apresentamos os periódicos do Pará, onde a população judaica fora maior que no Amazonas.

Quadro 6 - Periódicos do Pará (PA), 1845-1908²¹³

Periódicos (PA)	Tempo de publicação	Ocorrências
Treze de Maio (PA)	1845 a 1861	11
Synopsis Ecclesiastica (PA)	1848 a 1849	01
O Beija-Flor (PA)	1850	01
Tapajóense (PA)	1855 a 1857	02
A Estrella do Norte: Periodico Religioso (PA)	1863 a 1869	09
Jornal do Pará: Orgão Oficial (PA)	1867 a 1878	12
Baixo-Amazonas: Folha Política, Noticiosa, Litteraria e Commercial (PA)	1872 a 1894	01
O Santo Officio (PA)	1872 a 1880	09
Diario de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA)	1868 a 1889	181
O Liberal do Para (PA)	1869 a 1889	99
O Pelicano (PA)	1872 a 1873	24
A Epocha: Folha Política, Commercial e Noticiosa (PA)	1859	06
Diario do Commercio: Jornal Commercial, Político e	1859	01

²¹² Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil BNDigital. **Jornal A Epocha (AM)**. Órgão do Partido Republicano amazonense de Itacoatiara. 1917-1918. n. 36, domingo 20 de janeiro 1918. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

²¹³ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Noticioso (PA)		
Gazeta Official (PA)	1859 a 1860	06
A Boa Nova: Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel (PA)	1873 a 1883	55
A Regeneração: Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario (PA)	1873 a 1876	06
O Pelicano (PA)	1873 a 1874	02
O Jasmim: Folha Religiosa, Noticiosa e Critica (PA)	1873 a 1875	01
A Constituição: Orgão do Partido Conservador (PA)	1874 a 1886	53
Estrella D'alva: Orgão da Sociedade - União Litteraria (PA)	1880	01
Gazeta de Noticias (PA)	1881	01
Gazeta Paranaense: Orgam do Partido Conservador (PA)	1882 a 1889	21
A Colonia Portugueza: Periodico Semanal (PA)	1885	01
Diario do Gram-Pará (PA)	1885 a 1886	02
O Monte-Alegrense (PA)	1885 a 1887	01
Gazeta de Alemquer (PA)	1885 a 1908	01
Amazonia (PA)	1888	04
A Reacção: Orgão do Partido Liberal (PA)	1889	02
A Republica: Orgão do Club Republicano (PA)	1886 a 1900	67
A Patria Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	1894	02
O Nacional (PA)	1897	01
O Binoculo: Periodico Litterario, Critico e Noticioso (PA)	1897 a 1893	01
O Apologista Christão Brasileiro: Saibamos e practiquemos a verdade, custe o	1899 a 1907	11

que custar (PA) - 1899 a 1907		
Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA)	1892 a 1894	26
Boletim do Museu Paraense: De Historia Natural e Ethnographia (PA)	1894 a 1956	01
Folha do Norte (PA)	1896 a 1903	26
O Pará (PA)	1897 a 1900	41
O Jornal (PA)	1900	02
O Industrial (PA)	1901 a 1903	07

Fonte: Hemeroteca Digital do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (2023).

Nos jornais do Pará encontramos 171 periódicos digitalizados na BNDigital, dos quais temos 39 com ocorrências de judeus. O Jornal Treze de Maio que circulou entre 1845 a 1861 é o que apresenta a primeira notificação de um judeu, sendo exatamente a nota da conversão do judeu Salomão Amazalac em 30 de abril de 1845, já discutida acima.

Ao contrário dos periódicos do Amazonas, não encontramos notícias sobre judeus de forma favorável à sua gente. As notas aparecem por meio de assuntos ligados ao comércio, como venda do livro Judeu Errante, presente em muitos periódicos, discursos ligados a assuntos religiosos, perpassando a culpa judaica pela morte de Cristo, acontecimentos ligados à violência física e verbal envolvendo queixas policiais, bem como a literatura discursiva pejorativa em torno do judeu em meio a muitos textos, encontram-se frases que vão impondo uma verdade para quem ler.

No Diário de Belém, 1869, Edição 172, temos a nota: “Não teme careta de Judeu?”; No mesmo jornal em 1873, edição 225: “Todos sabem que os israelitas não tem amigo, o seu amigo é o dinheiro”;

“Estão vendo este sujeito com cara de judeu?”, discursa o Jornal o Santo Offício de 1873;

“Quem tem rabo é judeu”, afere um discurso da Gazeta Paraense de 1882;

Já na Folha do Norte na edição 362 de 1896 um texto conclama: “Raça maldita sem pátria, eternamente errante [...]”;

No Correio Paraense de 1893 na edição 254, lê-se: “O judeu vence sempre e engana-o em todas as transações”. “Quanto mais rico um judeu, mais pobre se faz”.

“Hoje ele assombra-me com frases que fazem-me temer como se fosse também judeu”. Expõe um discurso de O Industrial de Cametá em 1901.

E ainda O Beija Flor (PA), na edição 18, no ano de 1850, publica uma poesia assinada por um sujeito de nome Ricardinho com o título: O Pobre.

O homem sendo rico
 Não divide o seo
 Com desgraçado mendigo,
 Que pede em nome do Céu
 De Christo filho não he
 He renegado, é Judeo.
 Ricardinho

As notas compiladas da BNDigital,²¹⁴ são extraídas de textos publicados em anos diversos e em jornais variados do Pará, contribuem para tecer imagens estereotipadas dos judeus, carecendo-nos investigar muitas destas tecituras discursivas que a sutileza literária compõe nestes periódicos. É preciso pensar e problematizar as marcas que estes inscritos deixam na formação identitária de um povo, cabendo a seguir, mergulhar ainda mais nestes jornais do Amazonas e do Pará.

3.2 A ‘SUTIL’ TECITURA DO OUTRO: DISCURSOS SOBRE O JUDEU NOS PERIÓDICOS DA AMAZÔNIA

Como abordamos no capítulo primeiro desta tese, o Império brasileiro, abre as portas para os imigrantes, ao criar uma legislação com prerrogativas ‘favoráveis’. O artigo 5º da constituição de 1824,²¹⁵ mantém a igreja católica como religião oficial no Brasil, mas para amenizar dissidências e fazer valer a influência de mais de trezentos anos de hegemonia católica no Brasil, estabelece que outras religiões poderão ser permitidas em culto doméstico, sem que seus espaços, ostentem qualquer indicador de templo, proibindo, fachadas, letreiros ou qualquer forma ostensiva.

Adiante, o artigo 6º da mesma constituinte que versa sobre os cidadãos brasileiros, no inciso V diz que, “são cidadãos brasileiros, os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião²¹⁶”. Bem mais adiante, em 1890, vem o decreto republicano de Liberdade de

²¹⁴ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

²¹⁵ COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil - 1824, v.1, p. 7. (Publicação Original). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Acesso em: 02 fev. 2023

²¹⁶ Ibidem.

culto. “Todos os indivíduos e confissões religiosas” poderiam, desde então, “exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” (BALEIRO, 2001, p. 96).

No entanto, faz-se necessário investigar na prática e no cotidiano como estas prerrogativas legais funcionam em um país criado sob auspícios cristãos tão arraigados desde tempos coloniais. Através de uma imersão nos periódicos da Amazônia a qual sistematizamos no item anterior e assim vimos neles os discursos produzidos que contribuíram para criar uma identidade para o judeu.

Em nota do Jornal católico A Boa Nova de Belém, em 08 de maio de 1872, uma notícia estampada em primeira página com o título “Liberdade de Cultos no Brasil”, evoca a preocupação e atenta para a nocividade desta liberdade por parte de grupos que chamam de liberais em querer abolir o artigo 5º da constituição, tecendo um texto que rende toda uma página de abertura do pasquim:

O protestante, o judeu, o turco, adorador de Islam, podem seguir, e praticar a religião, que adoptaram, uma vez que não insultem a Religião do Estado, e não tenham casas com forma exterior de templo, porque isso constituiria um perigo próximo de apostasia. Neste empenho, só enxergamos o motivo de desprestigiar a religião cathólica, desacatá-la e se possível destruí-la, se possível fosse.²¹⁷

Neste recorte, é possível observar que a lei deveria ser cumprida, ausentando-se os grupos não católicos de criar templos com ostentação exterior, porém a preocupação de zelo em manter a oficialidade da igreja católica, institui o outro enquanto nocivo, como sujeitos que comentem apostasia, uma vez que estabelecer formas ostensivas em templos seria um desacato, uma tentativa de destruição da própria igreja católica.

Ao noticiar falas como esta, em um jornal, ou ao proferi-las num púlpito, vemos o discurso enquanto veículo de poder, enquanto uma narrativa que sustenta, que reforça e até mesmo amplia a visão que se deve ter do outro. As prerrogativas legais, foram importantes na atração do imigrante, no poder se estabelecer em um lugar que lhes dava legalmente o direito de culto em espaços domésticos, mas, não abstiveram o protestante, o judeu, o islâmico do olhar persecutório, das práticas materializadas por estes discursos, do qual, quanto maior a adesão, mais verdadeiro ele se torna.

²¹⁷ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Jornal A Boa Nova**: tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, sancto, amavel (PA) - 1873 a 1883. Ano 1872, Edição 00014. Belém, quarta-feira, 08 de maio de 1872. Acesso em: 02 fev. 2023

O discurso ainda proferido pelo Jornal católico A Boa Nova, o qual apresentava a ideia de que publicara tudo que for verdadeiro, honesto, justo, santo e amável, fazendo uma alusão ao trecho extraído da bíblia na epístola aos filipenses, é revestido com um poder maior, uma vez que parafraseando Eni Pulcineli Orlandi (1996),²¹⁸ o discurso que provém da igreja se sobressai em relação a outros tipos de discurso, por ser muitas vezes a voz de Deus.

Voltando-nos a nos valer das ideias de Todorov (2010), descritas mais especificamente em sua obra, A Conquista da América: a questão do outro, na qual apresenta como mote principal a ideia da alteridade, narrando o desconhecimento do Outro (índios) pelos espanhóis, vemos que os nativos são encaixados dentro de um sistema de valores resultante numa hierarquização postulados pelos colonizadores europeus.

Mas, e os judeus?

Os judeus não são nativos, mas sofreram em grande medida e em circunstâncias análogas e distintas um olhar que vai além da noção de alteridade, uma vez que, não se trata de um contato entre culturas totalmente desconhecidas, pois ao contrário dos nativos (índios), já haviam ideias sobre os judeus, tanto no imaginário popular quanto na liturgia religiosa cristã católica fundante e tida como oficial, traduzida e interpretada secularmente e que carrega um olhar de estigma em torno do judeu, sendo estas marcas anteriores a sua chegada.

Ao chegar às Américas, o europeu, na visão de Todorov, terá uma construção de alteridade, isto é, de estranhamento que gera o contraste, a diferença com o desconhecido que é o índio. Ao contrário do que ocorre com o judeu, que ao chegar às Américas, seja no período colonial como cristão-novo, marrano, criptojudeu e o judeu, já traziam em seus corpos não somente a pele da alteridade, mas também de estigma²¹⁹ construído historicamente.

Isso não nos leva a pensar ou cair no mérito de quem é ou foi mais estigmatizado: índios, negros, judeus, protestantes, ciganos e outros que pelo estranhamento sofreram todas as mazelas de serem marcados, como nas abordagens da historiadora Tucci Carneiro, etiquetados²²⁰ com uma série de atributos indigestos, resultantes do processo de estigmatização, fazendo necessário, portanto, pontuar que a chegada, a presença judaica, o

²¹⁸ ORLANDI, Enni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

²¹⁹ A noção de estigma da qual fazemos uso corresponde aos estudos na obra de GOFFMAN, Erving. **ESTIGMA**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. No qual concebe o estigma enquanto uma situação do indivíduo está inabilitada para a aceitação social plena, pela abominação do corpo, do caráter e da raça.

²²⁰ Imigrantes indesejáveis. TUCCI, Maria Luiza. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP São Paulo**, n. 119, p. 115-130, out./nov./dez., 2018

seu corpo físico, sempre será precedido por suas marcas, por um conjunto de condutas desviantes.

Antes mesmo de aqui chegarem, seja na Colônia, no Império ou na República sua caracterização enquanto o Outro já se fazia presente – indesejado, deicistas, avarento, caluniador, dentre tantos adjetivos que já mencionamos e ainda vamos mencionar. O que muda, é a intensidade, a sutileza, ou seja, a intensidade²²¹ no discurso que cada tempo e espaço darão as perseguições, aos pogroms e a intolerância como um todo, bem como de quem e de onde são produzidos tais discursos.

Nas tramas políticas, culturais, econômicas, religiosas que proclamam o judeu como o Outro, a ser definido, instituído, perante a sociedade da Amazônia oitocentista, noticiava-se muitas vezes enquanto metáforas, ganhando tons, intensidades e às vezes até requinte e elegância, garantindo a sutileza do trato com o judeu, com a comunidade judaica, mesmo ao estabelecer configurações de imagens negativas.

Em 1885, um jornal de cunho político partidário de Belém do Pará, publica uma nota na Seção Livre sob o título – *Negócios em Gurupá* - fruto de uma discordância na Câmara Municipal de Gurupá, estampando as primeiras páginas com os seguintes dizeres:

Existe n'esta villa uma corja de judeus, marroquinos desmoralizados, afeitos a toda sorte de trapanças e ladroeiras, que mais avulta o movimento amotinador. São em sua generalidade homens estragados e principaes caloteiros do comercio do Pará. Não vivem como hospedes agradecidos já que esta terra hospitaleira os livrou da fome, da miséria e da nudez, querem ao contrário opor óbices aos progressos do município, e em cada um dos de sua grei; temos o mais encarniçado inimigo das ideias que avançam!
[...] miseráveis que são!
[...] os judeus envergonham a moralidade d'este município.
Gróz²²²

Ao observar o texto na íntegra, grande parte do descontentamento se dá pelo fato de uma pessoa provavelmente judia ser escolhido para assumir um cargo comissionado. Porém, o olhar sobre o judeu é claro, seja pelo uso difamatório com o qual é tratado, não designando-se apenas a uma pessoa, mas a generalização que se faz sobre toda a categoria de quem é judeu.

Não se trata aqui de apontar o desmerecimento de um indivíduo em particular, uma vez que a generalização é feita a partir de todos aqueles que compõem uma identidade judaica

²²¹ O uso do termo sutil e sutileza aqui nós a ideia de um detalhe pouco perceptível, o que é dito as vezes nas entrelinhas. Ou ainda a intensidade em que um fato, um discurso são postos.

²²² Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal O Liberal**. Órgão do Partido Liberal, anno XV, n. 84. Belém do Pará, 16 de abril de 1885. Acesso em: 09 nov. 2018.

enquanto ladrões, amotinadores, trapaceiros, homens estragados, inimigo, miseráveis e envergonhadores da moralidade, e sim, de refletir acerca da quantidade de etiquetas constituídas historicamente e se emoldurando aos judeus em qualquer lugar que escolham enquanto destino.

O discurso é ainda legitimado, sobretudo pela falta de agradecimento, ao qual o judeu deveria apresentar, pois sengo Gróz, autor da nota, os judeus não vivem como hóspedes agradecidos. A noção de hóspede, assenta o judeu com adjetivos de serem estranhos, alheios, peregrinos que estão por aqui por tempo provisório, o que retira do mesmo qualquer sentido de pertença a terra, mesmo que tenham registros de naturalização, que a observância da lei lhes permita domesticamente a liberdade de culto, o direito de propriedade ou concorrer e assumir a cargos públicos.

Os atributos indigestos tornam naturalmente o Judeu enquanto o Outro, o Estranho, assim, no dizer de Goffman: “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1982, p. 11-12).

São exatamente tais categorias arraigadas e construídas historicamente que os judeus são etiquetados, com atributos e projeção de valores depreciativos e que favorecem discriminação, o preconceito e a intolerância como nos aponta a descrição do comerciante fluvial, judeu denominado na época de regatão, feita pelo escritor Raymundo Morais, um romancista da elite de Belém do Pará nascido na segunda metade do século XIX, integrante da Academia Paraense de Letras e já citado anteriormente:

Veio depois o hebraico, menos atiradiço, é certo, no que dizia a respeito a rabo de saia, entanto mais sovina, mais usurário, devoto e fiel no arrancar couro e cabelo do cristão que lhe caísse as unhas. Além de monopolizar o comércio em muitas localidades exemplificados em Gurupá e Parintins [...], o israelita monopoliza igualmente o comércio de regatões, vendendo, trocando, comprando o que aparecia na fimbria litorânea (MORAIS, 1887, p. 74).

O olhar preconceituoso em torno do judeu, fora uma marca que lhes era imputada, mesmo não sendo judaizante,²²³ o fato de ser judeu impregnava no imaginário de onde estiver ou não habitando uma visão preconceituosa e depreciativa, sempre com ações acusatórias e condenatórias. Atiradiço, sovina, monopolizador do comércio, assim foram descritos os judeus que fizeram dos rios da Amazônia suas estradas e seus pontos do comércio, colocando

²²³ Aqueles que seguem os preceitos ou parte da religião, tradição ou cultura judaica.

mercadorias em pequenas embarcações e assim de modo itinerante e sábio inovando na arte de comerciar.

Tais práticas, porém, resultam em acontecimentos violentos motivados por seus concorrentes não judeus, denominados de “Mata-Judeu em Cametá, Bandoleiros do Baixo Amazonas, Paraná do Ramos, Parintins e o Massacre de Massauri, em Maués, tristes episódios mesclados de concorrência comercial e espírito antissemita” (BENCHIMOL, 1998, p. 82).

As notas de acontecimentos de perseguições, descritos por Samuel Benchimol, aparecem em breves parágrafos e o mesmo acontece com pesquisadores que citam tais acontecimentos, seja pelo recorte com o que se trabalha, seja pela falta de documentos que comprovem os pogroms. O fato é que os discursos aferidos aos judeus no que se refere ao comércio vão se estendendo e compondo todo o século XIX, como nos aponta a imprensa da época, seja de modo mais tácito, seja de modo mais sutil, muitas vezes imperceptível ao momento ou com expressividades jocosas que levam o leitor a um pequeno regozijo.

PRAÇA DA IMPERATRIZ

Vendo o seguinte chegado no ultimo paquete: pano preto fino a 5.000 réis o côvado, brilhantina branca em peças de 26 jardas a 20,000 réis, bandeiras nacionais grandes a 20,00 réis, charões de cores finos de 1,000 a 6000 réis cada um, palmatorias de metal para vella a 1.000 réis, bonecas choronas para meninas chorarem a 1,000 réis, lapas de cores para desenho cada caixa de 12 lapas a 1,200 réis, enfim tudo quanto tem em seu estabelecimento vendo mais barato do que os barateiros e judeos (JORNAL AMAZONAS, 19 de outubro de 1867).²²⁴

O Jornal Amazonas, seguindo os exemplares que estão disponíveis na BNDigital, circulou entre 1866 a 1900, neste periódico de grande circulação, encontramos mais de trezentas ocorrências de notas sobre judeus, sendo que a grande maioria com discursos de desfavorecimento dos judeus.

Os barateiros e judeus, nos conduzem mesmo que de modo leve, sutil e com tom anedótico a um encadeamento de signos, que nos permite a ver o texto pelo avesso, pelo não dito de modo de claro e objetivo. Barateiros e judeus é uma afronta às práticas de negociar do judeu, contra a sua forma de conquistar o cliente, de barganhar a mercadoria, de fomentar seu lucro, bem como de pontuar no Não-Judeu também a destreza de fazer comércio.

²²⁴ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Amazonas**, n. 72, ano II. Manaus, 19 de outubro de 1867. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 09 nov. 2018. Propriedade de Antonio da Cunha Mendes & filhos.

No Diário do Comércio, outro grande jornal de circulação abrangente em Belém do Pará, encontramos numa página de pedidos particulares uma nota de descontentamento em relação a medidas comerciais tomadas pelo Banco do Brasil por parte de uma de suas filiais, a qual lança uma carta de repúdio ao Jornal Epoque, folha comercial, política e noticiosa que circulou em Belém no ano de 1859 pelo fato do Epoque ter apoiado o Banco do Brasil.

A nota do Epoque a qual não encontramos a original dizia o seguinte: “[...] somente o espírito de agiotagem, a estupidez, e o interesse dos judeus do commercio desaprovamão tam salutar reforma”²²⁵, afirma nota do Diario do Commercio. Nela, não temos a persona de um Judeu envolvido, porém temos o elemento textual comparativo do que concerne uma boa de uma má atitude, a qual se reverbera nos judeus.

Nisto, voltamos a pensar o estabelecimento da diferença sobre o Judeu e o Não-Judeu, uma vez que para Goffman o estigma se materializa exatamente na ação comparativa entre quem é estigmatizado e quem é considerado normal, para que assim as diferenças possam ser encontradas com maior clareza, e, é exatamente nos discursos aferidos nos jornais que as palavras personificam os corpos e categorizam os indivíduos.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...] (GOFFMAN, 1982, p. 12).

“[...] *apesar de ser judeu tinha sentimentos* [...]” diz trecho de uma carta contendo uma arenga entre comerciantes noticiada pelo Jornal O Catechista, de Manaus em 21 de janeiro,²²⁶ evidenciando que mesmo sendo judeu se pode ter sentimentos. A evocação de que pode ser judeu e ter sentimentos, favorece e ratifica a noção de que judeus eram caracterizados como sendo sem sentimentos, cabendo adjetivos diversos na qualidade de não sentirem nada, serem frios, não se comoverem com nada, disseminando um discurso e suscitando adesões à medida que o tomam enquanto verdade.

Nesta seara de disseminação do discurso, as querelas em torno do judeu ganham outros contornos sociais, é a abrangência do poder avassalador, como podemos ver em outra nota do Jornal Amazonas publicada num folhetim semanal destinado principalmente ao sexo

²²⁵ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Diário do Comércio e Jornal Commercial, Político e Noticioso**, n. 118, anno V. Belém do Gram-Pará. 28 de maio de 1859. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2018. Propriedade de Joze Joaquim de Sá.

²²⁶ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal O Catechista**. Folha Commercial, Noticiosa e Analytica, n. 149, anno III. Manaus, 21 de janeiro de 1865. Rio de Janeiro/RJ. Diretor – Joao Antonio Pará. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

feminino no qual a autora Theodora Augusta Varella, uma mulher que se apresenta como zeladora da moral e dos bons costumes reclama a ausência de bons modos por parte de alguns na sociedade de Manaus, e da interpretação não desejada que recebeu acerca de seu folhetim, tomando como calúnias acerca de sua pessoa que teria detratado as moças de Manaus.

Comprimentos e votos. – Permissão e desculpas para uma réplica. – Uma desilusão completa. Agradável ilusão da noite de 12.
 [...] E assim procedemos em atenção à sociedade pensante de sensata de Manáos. Os ignorantes, os pobres de espírito com suas amabilidades grosseiras, os malévolos, e os vagabundos ou judeus de procissão, habituados à injúria, nenhuma importância nos merecem: têm o nosso desprezo, como dignos do desprezo de todo homem de bem [...] (JORNAL AMAZONAS, 1881).²²⁷

O folhetim tem continuidade, é uma nota que toma duas páginas do jornal, aqui recortamos um dos trechos mais inflamados em que a autora despeja sobre os algozes e os acusa de caluniadores, chamando-os de grosseiros, malévolos, vagabundos e judeus de procissão.²²⁸ Reverberando a ideia Foucaultiana (1998, p.15) de que o discurso “é uma forma de impor a verdade”, a associação da palavra, do nome Judeu, a um conjunto de adjetivos depreciativos delega no mínimo a forma como muitos o viam, suscitando uma adesão sempre que queriam usar formas de minimizar o outro, de excluir, de categorizar enquanto anormais.

Em outro periódico, o Estrella do Amazonas que circulara em Manaus entre 1854 a 1863 sendo publicado apenas duas vezes por semana, lança na seção de variedades um estudo acerca dos bailes, das festas, caracterizando como se ver o cortejo das damas e seus comportamentos. E, uma passagem do longo texto que tomara quase toda uma página do jornal nos chama atenção por seu tom jocoso, literário e medieval, por se tratar de uma lenda que remonta há séculos e faz do judeu uma personagem fundante. Falamos aqui do Mito ou da Lenda Judeu Errante.

“[...] nos bailes levo vida de Judeu errante armado de carteira e lápis para fazer minhas notas escondidas, procuro ter o dom da ubiquidade – não páro em sala alguma e acho-me em

²²⁷ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Amazonas**, nº 520, anno XV. Manáos, 16 de janeiro de 1881. Rio de Janeiro/RJ. Propriedade de José Carneiro dos Santos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

²²⁸ O termo judeus de procissão aparece de forma mais frequente em obras literárias, no qual pelo contexto a qual sempre vem inserido, nos sugere pensar que seja uma atribuição aos judeus que queriam passar por católicos, (criptojudeus). Junto ao termo judeus de procissão, sempre outros adjetivos são associados: vagabundos, pessoas que não têm princípios, hipócritas, fingidos.

todas as conversas, insinuo-me pelo meio dos atrevidos balões”.²²⁹ O Judeu Errante²³⁰ é uma lenda secular contada e recontada de diferentes formas, tendo na maior parte das narrativas a Alemanha como berço das primeiras histórias e que de lá ganhara o mundo. As histórias narradas são inúmeras, porém o fio condutor está no castigo eterno ao qual os judeus receberam por zombar, julgar ou matar Cristo. E, por punição, por castigo de Cristo, vaga pela eternidade sofrendo todo tipo intempérie.

Na metáfora utilizada acerca do judeu errante, este seria alguém sem rumo, sem paradeiro, que está sempre transitando de um lugar a outro ou ainda na ubiquidade de estar em todos os lugares, explicado ainda pela dispersão dos judeus no mundo. Porém, a palavra mito somada a Judeu Errante, foge às vezes de sua etimologia. Alfred Sauvy nos fala que “os mitos são ideias comumente recebidas, que desaparecem ao serem examinadas” (SAUVY, 1971, p. 10), logo, este não é o caso com o Mito do judeu Errante.

Em pesquisas realizadas na BNDigital, observamos nos periódicos do Amazonas e do Pará, o quantitativo de ocorrência em que fazem menção ao termo judeu errante, bem como os seus principais contextos na sua utilização, perpassando por todos os jornais digitalizados, até mesmo aqueles que ultrapassam nossa linha de pesquisa e vai até a segunda década do século XX. Tomamos em maior consideração o início das publicações, bem como seu período de maior incidência e os contextos auferidos a começar pelo Amazonas (AM).

Quadro 7 – Quantitativo de ocorrências do termo ‘judeu errante’ nos periódicos do Amazonas (AM)²³¹

Periódicos (AM)	Número de páginas	Ocorrências
Jornal do Commercio (AM) - 1905 a 1979	139385	77
Jornal do Commercio (AM) - 1980 a 2007	127940	05
Amasonas (AM) - 1866 a 1900	6163	03

²²⁹ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Estrella do Amazonas**. nº 664, 34º trimestre. Manáos. 16 de agosto de 1862. Typographia – Francisco José da Silva Ramos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

²³⁰ Câmara Cascudo, em “Dicionário do folclore brasileiro” (2001, p. 494), fala que Ahasverus, o Judeu Errante, era um sapateiro em Jerusalém que, ao ver Cristo passando com a cruz sobre os ombros, teria dito ao Salvador, empurrando-o: “Vá andando, vá logo”. Jesus, como represália, o teria condenado a vagar, sem descanso nem rumo certo, até o final dos tempos. Embora as primeiras manifestações da lenda datem do século XIII, nos oitocentos é que o mito do Judeu Errante ganhou versões literárias que o celebrizaram: a epopeia “Ahasverus” (1833), de Edgar Quinet; o romance-folhetim “O Judeu Errante” (1844-1845), de Eugène Sue; e o romance inacabado “Isaac Laquedem” (1853), de Alexandre Dumas pai.

²³¹ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM) - 1895 a 1900	1984	02
Correio do Norte: Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas (AM) - 1906 a 1912	3968	02
Commercio do Amazonas (AM) - 1870 a 1912	2245	02
Diario de Manáos: Propriedade de uma Associação (AM) - 1890 a 1894	3473	02
O Javary: organ independente, litterario e noticioso (AM) - 1916 à 1918	156	02
Estrella do Amazonas (AM) - 1854 a 1863	2031	01
O Correio do Purús: Propriedade de uma Associação (AM) - 1900 a 1916	1253	01
Jornal do Amazonas: Defende a causa da Verdade, da Justiça, do Progresso e da Civilização (AM) - 1875 a 1889	1693	01
Jornal do Amazonas (AM) - 1875 a 1888	1681	01
Diario do Amazonas: órgão do Partido Republicano Federal (AM) – 1910	468	01
Jornal do Rio Branco: órgão dos interesses dos moradores do Rio Branco (AM) - 1916 a 1917	39	01
A Encrenca: critico, litterario e noticioso (AM) - 1915 a 1917	124	01
O Imparcial (AM) – 1897	414	01
A Marreta (AM) - 1912 a 1915	98	01

Fonte: Hemeroteca Digital do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (2023).

Está à disposição na BNDigital, 171 acervos no estado do Amazonas, sendo que 17 periódicos apresentaram menção ao judeu errante, totalizando nas temporalidades vistas na tabela, 104 ocorrências, a maior parte dessas ocorrências, ou seja, o período de maior incidência é exatamente no enfraquecimento do período imperial e no crescimento das ideias

liberais e republicanas no Brasil, o que também se aplica aos periódicos do Pará, no qual, encontram-se 143 acervos, com menções a judeu errante em 20 deles, totalizando 108 ocorrências. Ao que tudo indica, as mudanças no cenário político, mexem com as estruturas e os componentes sociais.

Quadro 8 – Quantitativo de ocorrências do termo ‘judeu errante’ nos Periódicos do Pará (AM)²³²

Periódicos (PA)	Número de páginas	Ocorrências
Diario de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA) - 1868 a 1889	13922	13
Diário do Pará (PA) - 1982 a 1990	58764	12
O Liberal do Para (PA) - 1869 a 1889	22148	12
Estado do Pará: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA) - 1921	23119	09
A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA) - 1874 a 1886	10670	8
Diario de Noticias (PA) - 1881 a 1898	16669	08
O Pará (PA) - 1897 a 1900	2949	07
O Liberal (PA) - 1946 a 1989	22622	07
A Republica: Órgão do Club Republicano (PA) - 1886 a 1900	6724	06
Jornal do Pará: Órgão Oficial (PA) - 1867 a 1878	12257	05
Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861	4056	05
Folha do Norte (PA) - 1896 a 1903	2141	04
O Democrata: Órgão do Partido Republicano Democrático (PA) - 1890 a 1893	4433	04
O Pelicano (PA) - 1872 a 1873	514	02
Gazeta Paranaense: Órgão do	5106	02

²³² Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Partido Conservador (PA) - 1882 a 1889		
Correio Paraense: Diário Noticioso, Commercial e Litterario (PA) - 1892 a 1894	2371	02
O Santo Officio (PA) - 1872 a 1880	535	01
Gazeta Official (PA) - 1859 a 1860	1731	01

Fonte: Hemeroteca Digital do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (2023).

O Judeu Errante²³³ por mais literário, lendário ou mitológico que possa parecer, corrobora para alimentar e manter atualizado a alteridade e os estigmas em torno dos judeus, propagando o sentimento de discriminação, hostilidades e ódio através das infundas histórias interpretadas e (re)contadas na cultura popular, no teatro, na literatura, sendo ainda objeto de consumo e por muitos jornais anunciados com constância a sua forma de consumo, como o Treze de Maio, publicando em 29 de maio de 1845, a disponibilidade do produto, logo na primeira lista, o que se segue por várias outras edições e jornais do Pará e do Amazonas. Em casa de Viúva Colares & Cia. se acha à venda as obras seguintes a saber. O Judeu Errante em 10 Tomos (JORNAL TREZE DE MAIO, 1845).²³⁴

Diante do quantitativo de ocorrências, classificamos nesta pesquisa, três linhas gerais discursivas do termo judeu errante, abordadas pelos jornais, diante da multiplicidade de discursos que se pode ter de um mesmo texto. A primeira tecida no discurso religioso, vista principalmente nos pasquins cristãos católicos por meio de cartas eclesiais e interpretações bíblicas, ganhando maior notoriedade nos períodos de festas cristãs católicas. Já a segunda linha de ocorrência se refere a um sentido de um discurso classificador, sintático, a partir do uso do termo enquanto uma qualidade, as quais aqui são descritas de maneira pejorativa. E

²³³ Os discursos em torno da lenda do judeu errante, era reiterada e de certo modo servia para instruir, para dizer quem era esse judeu e por que o mesmo era errante. As Notas nos jornais, contribuíam para que se alimentasse o sentido discursivo do termo, bem como a sua associação a tantos contextos, narrados pela imprensa e por outros canais literários. Vejamos a nota postada pelo Diário de Notícias na quarta feira, de 07 de novembro de 1888. “Judeu errante. E' uma lenda que data já de séculos. O Judeo Errante nasceu em Jerusalém, 7 a 8 annos antes de JC, era sapateiro, e chamava-se Isaac Ashawero. No momento em que J C. caminhava para o supplicio, pediu lhe para descançar um pouco á sua porta, o que Ashawero recusou com ameaças e mãos tratos; ouviu, porém, ao mesmo tempo uma voz que lhe dizia: Caminharás sem descançar até à consummação dos séculos proficia que, segundo a lenda popular, se vai realisando, e tem de realizar-se em toda a sua extensão. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. **Jornal Diário de Notícias (PA) - 1881 a 1898**, n. 250, anno IX. Pará-Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

²³⁴ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. **Jornal Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861**, n. 560. Sábado, 29 de novembro de 1845. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

por fim uma terceira linha, a dos discursos literários, o qual se aproxima do campo da sintaxe ao buscar usar o termo enquanto adjetivo, de modo a ser acompanhado pelas rimas, pelos versos, ou ainda por tons poéticos e jocosos.

O jornal *O Pelicano*, de domínio da maçonaria em Belém do Pará em 1872, em uma seção a qual os leitores produziam perguntas e seus redatores buscavam respostas, narra uma resposta de ainda havia atuação das doutrinas da companhia de Jesus no Brasil, e o redator dar-lhes uma resposta comparando o jesuitismo ao judeu errante. “Não ha paiz algum que não tenha tido em seus vastos dominios essa raça condemnada a caminhar como a Ashaverus da lenda, um outro Judeu Errante que traz com sigo um sem numero de males que oprimem e affligem a humanidade”²³⁵. O discurso religioso fazendo alusão uma comparação direta das ideias jesuítas com o judeu errante de modo imperativo, coloca-se uma formação discursiva mais persuasiva, segundo Orlandi (1996), usando a construção de estereótipos e revestido com o lugar de fala, de poder a qual a instituição religiosa possui, o discurso se personifica na verdade erigida pelo próprio Deus.

Na qualificação, ou melhor na desqualificação do outro, o *Jornal O Santo Officio* em 1873, publica uma nota intitulada “As Proezas do Padre Honorati”, nada gentil, acerca deste mesmo padre:

A respeito deste velhaco, instituidor dos latrocínios episcopaes, vulgarmente conhecidos por exercícos espirituaes, escreve um cavalheiro muito conceituado do Ceará: Talvez tenha ouvido fallar em um celebre jesuita Honorati, que aqui esteve o anno passado, cuja passagem por esta terra foi como costuma ser a do judeu errante, que deixa a peste, fome e guerra, por mais florescente que seja o paiz que recebe o malfadado peregrino. Pois bem: amaldiçoai-o porque é tão máu como os males que pratica (*O SANTO OFFICIO* em 1873).²³⁶

Neste campo de desqualificação do outro, o termo judeu errante, vem associado de vários outros adjetivos, que já se somam o próprio teor da palavra, sendo acompanhada no texto por um sujeito que por onde passa deixa a peste, fome e a guerra. E, assim, vai ganhando significações e apropriações conforme o discurso e seus objetivos de alcance. Mais adiante, o *Correio Paraense* (1892), exalta em um de seus anúncios, desta vez falando sobre o surto de cólera que afeta Nova Iorque, associa a epidemia ao judeu e ao mito do judeu errante,

²³⁵ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. **Jornal O Pelicano (PA) - 1872 a 1873**, n. 49. Órgão da Maçonaria. Domingo, 08 de dezembro de 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

²³⁶ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. **Jornal O Santo Officio**, n. 38, anno III. Pará, 22 de setembro de 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

exclamando que “[...] tal peste era companheira do célebre judeu errante por onde ele passa se faz sentir os efeitos do mal”.²³⁷

No discurso literário, os versos e a poesia, a beleza das rimas, podendo vir acompanhada de elementos que produzem o riso, o outro também é arquitetado. Ao recordar a literatura de Jean d’Ormesson (1992), associando as publicações que educavam quanto ao termo, a exemplo do Diário de Notícias (1888), o judeu errante estaria fadado a imortalidade por haver recusado, no caminho do calvário um copo de água a Jesus, trôpego sob o peso da cruz, e, portanto, devendo sofrer as consequências eternas por este ato.

Recorrendo mais uma vez ao Diário de Notícias, o qual possuía uma publicação diária na capital, em uma sessão de folhetim, em uma edição dedicada a Sagrada Cathedral de Belém, em primeiro de maio de 1892, estampando uma imagem grandiosa da igreja na capa e de seus maiores colaboradores D. Antonio de Macedo Costa e D. Jernymo Thomé da Silva, fora publicado um texto com o nome “A Cathedral de Belém”, cortes e rimas do qual se extrai:

[...] é dever da nossa imprensa, deixando as lutas de parte, dizer aquillo que pensa sobre esse emporio da arte [...] Que leis, decoro, respeito, - tudo succumbe na luta, sem qu'uma voz se levante, tocada de patriotismo, p'ra supplantar o cynisme do novo Judeu Errante, que na carreira incessante do seu destino infeliz, tem feito neste paiz triste papel degradante. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1892).²³⁸

O texto assinado por Euclides Farias, tomando quase uma página do jornal, sendo que todo o restante do noticiário vem acompanhado de prédicas católicas, em sua íntegra se reveste de rimas, as quais em uma leveza literária ataca as ideias liberais, reforça a influência da igreja católica e atesta o lugar de fala do locutor, em um imbricamento de discurso literário e religioso, no qual os leitores pelo recurso da rima, até mesmo do humor reforçam a sua identificação com o escrito, além, é claro de ser reforçado por uma forte rede cultural cristã católica a qual se amplia nas figuras dos padres na abertura do pasquim e na imagem grandiosa da catedral ostentando no alto a imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

As palavras, os conceitos e as ideias, assim como as imagens são como obras de arte, se não cultuadas, se não forem lembradas, se seu uso perecer e sua aplicabilidade for

237 Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. **Correio Paraense: Diário Noticioso, Commercial e Litterario (PA) - 1892 a 1894**, n.117, de domingo, 18 de setembro de 1892. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

238 Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro. **Jornal. Diário de Notícias (PA) - 1881 a 1898**, n. 96, anno XIII. Pará-Brasil. Domingo, 01 de maio de 1892. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

diminuta, tende a cair na inutilidade ou até mesmo no esquecimento. No entanto, com o Mito ou Lenda do Judeu Errante isso não aconteceu. Arrefecido pelos discursos postos nos jornais os fiéis, ampliam seu lugar e se tornam na sua grande maioria, seguidores pela identificação do discurso narrado, reverberando na prática o olhar não unicamente da literatura, do uso do termo, mas a classificação de uma gente como errante.

Vale ainda mencionar que, para ocorrer o esquecimento de uma Lenda (narrativa de caráter maravilhoso em que um fato histórico se amplifica e transforma-se sob o efeito de evocação poética ou da imaginação popular) é preciso que esta deixe de ser contada, fato este que aqui reiteramos mais uma vez, não irá acontecer com a lenda do Judeu Errante. Nem tampouco teremos com esta lenda, uma definição de caráter maravilhoso, uma vez que, em qualquer versão escrita ou falada dessa história sempre será narrada a partir de um olhar desagradável para a figura do Judeu, o Errante, o Falho, o Penitente.

Para além da ideia do judeu errante, outras obras literárias ganharam enredos no cotidiano, por exemplo, e rompeu as barreiras no mundo literário, letrado e por que não dizer acadêmico, como nas obras literárias do Gil Vicente, considerado o pai do teatro português, que em *O Auto da Barca do Inferno* (1517), para tecer uma sátira em torno da sociedade portuguesa, faz alusão ao judeu e como eram mal considerados pelos cristãos, sendo associados a prática da agiotagem, de suborno, da chantagem, da troca de vantagens ou até mesmo de ser trapaceiro para tentar entrar na barca, sendo ainda impendido de entrar na barca por que fora apontado como aquele que profana espaços sagrados dos cristão e não resguarda a sexta feira santa ao comer carne neste período e serem responsáveis pelo sacrifício de Cristo.²³⁹.

Assim, as imagens, os textos e as conversas sobre o Judeu Errante, sobre o judeu, sobre sua comunidade e ou ainda as demarcações que trazem historicamente, serão fatos noticiosos perene na Imprensa Oitocentista em quase todo o Brasil, corroborando para manter acesa a chama que faz perceber, que evidencia o outro, não apenas na alteridade como também na diferença que produz a negação e conseqüentemente a intolerância. E, ao contrário da definição do Sauvy (1971), quanto mais se discursa acerca do judeu errante, mais este discurso se materializa enquanto verdade. O maravilhoso que contempla a poesia da lenda se configura em representações de distinção e negação em torno do outro, do deicida que zomba, calunia, acusa e assassina Cristo e para tanto, merece vagar pelo ardor da eternidade.

²³⁹ VICENTE, Gil. *O auto da barca*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

Nessa amplificação do discurso, observamos ainda que, o Judeu Errante, se tornara literalmente um Judeu Viajante, não unicamente abraçado pelo termo de “Errante”, de vagar pela eternidade ou até o juízo final como resultado do deicismo, mas também pelo fato de sua lenda ganhar o mundo e assim contribuir com a disseminação e construção de imagens degradantes e humilhantes em torno dos Judeus, os acompanhando por toda a parte que migram e habitam.

Na obra *Dez mitos sobre judeus* da Maria Luiza Tucci Carneiro (2014), a historiadora tem a intenção de dar ênfase ao mito político e como este instiga o ódio aos judeus na contemporaneidade, a partir de eixos centrais como, os judeus mataram Cristo, são uma entidade secreta, dominam a economia mundial, não são pobres, são avarentos, não tem pátria, controlam a mídia e os Estados Unidos. Todos esses pontos somados a outros adjetivos depreciativos acompanham o Judeu e são, portanto, exemplificados quando investigamos a imprensa não somente Amazônida, mas nacional e internacional.

Nesta mesma obra citada, Tucci Carneiro, ilustra em página de abertura uma famosa frase de Albert Camus a qual diz que “Os mitos são feitos para que o imaginário os anime”. Desta feita, cada vez que o judeu errante é evocado, suscitam antigos significados, que podem por vezes se associarem a novos valores e manter o mito, criando e recriando uma retórica que atualiza a história.

Tomando como parâmetro, os periódicos da capital, Rio de Janeiro, digitalizados pela BNDigital, em 24 jornais com publicações a partir de 1821, até meados do século XX, temos um total de 10.193 ocorrências com a nomenclatura judeu errante.²⁴⁰ Visto que, as ideias produzidas na capital, guardando as devidas circunstâncias de tempo, produzia discursos que ganhavam o Império. Desta feita, esses mitos sobre judeus se multiplicam, ganham contornos metafóricos e passam a ser usado como sinônimo de situações degradantes. “São mitos construídos para retificar e atualizar os sentimentos de discriminação, hostilidade e ódio [...]” (CARNEIRO, 2014, p. 09).

Estas notícias, com discursos sobre o mito do judeu errante, somam-se as notas de assuntos estrangeiros como os Pogroms de judeus ocorridos na Rússia, na Alemanha, na Polônia, no Egito, sendo apresentados nos jornais pelo Brasil e isto não só informava sobre acontecimentos estrangeiros mais formava opiniões tanto na defesa dos judeus quanto na aceitação dos pogroms, e, ao observamos as formas como as notícias eram postas, abria-se sempre margem para uma ligação com o Judeu Errante que vive a sombra do erro.

²⁴⁰ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 22jun. 2023.

*Quanta judiaria! Cerca de 10.000 judeus emigram anualmente para os Estados Unidos. Diz o Diário de Belém em 08 de janeiro de 1885. O governo Egypcio prohibio a imigração dos judeus missionários, vindos da Rússia. Foram repelidos dos portos egypcios navios cheios d'esses judeus. Estampa o correio Paraense de 1º de fevereiro de 1894.*²⁴¹

Referendando ainda essa circularidade do Judeu Errante, temos duas notas publicadas no Ceará fazendo alusão enquanto epidemia que nos dão ainda mais dimensão do poder manipulador que o discurso possui e como o seu falar de forma perene corrobora para construção de categorias excludentes. Mesmo não sendo referente ao nosso recorte espacial mais diretamente, nos faz ver o poder ostensivo do discurso.

No Jornal o Araripe do Crato em 1855 foi publicado uma notícia acerca dos riscos da bexiga e seu alastramento por várias regiões do Brasil. E na nota seguinte de 1856 uma preocupação com outra doença, o cólera que assolava muitas regiões Brasil e especificamente no Ceará.

A bexiga, esse mal terrível, que tem ceifado preciosas vidas, acaba de devastar grande parte das populações do Alto Amasonas, Pará, Maranhão e Pernambuco, e nos ameaça com seus horríveis cortejos, por que sendo esta peste como o judeu errante, devemos contar com ella no litoral de nossa província. (O ARARIPE, 07 de julho de 1855).

O cholera que tanto tem afligido a raça humana, esse maldito judéo errante, vai-se aproximando de nossa comarca, pelo lado do Pajaù de Flores [...] (O ARARIPE, 1856, p. 4).

Os judeus são assim estigmatizados numa rede discursiva construída historicamente, as notas apresentadas nos Jornais nos dão uma dimensão desse encadeamento e de posturas que enquadra e classifica enquanto o outro. Lembremo-nos de que a associação do judeu errante a epidemias, já era noticiado por outros periódicos aqui no Brasil em notas internacionais como apontamos mais acima.

Voltando a nos reportar ao Dicionário do Folclore Brasileiro de Câmara Cascudo, a primeira definição dada acerca do judeu em sua obra é:

Como reminiscência religiosa permanece no espírito popular a figura do judeu como símbolo da malvadez absoluta, alegrando-se com o sofrimento alheio, egoísta, insensível, imperturbável de orgulho [...] (CASCUDO, 2001, p. 494).

A caracterização dada pelo Dicionário do folclore brasileiro de Câmara Cascudo se emaranha na rede postulada nos mais diversos discursos apresentados nos jornais aqui

²⁴¹ Ibidem.

investigados, em todas as notas os indivíduos tecem vestimentas, que agora não são mais os sambenitos que caracterizavam os penitentes cristãos ou os condenados a fogueira. A vestimenta aqui é tecida pelo poder da palavra, do discurso carregado de ideologias que ao longo do século XIX preparava o terreno para o assentamento da onda antissemita que o Brasil viverá no século seguinte.

Tucci Carneiro (2003) em *O Veneno da Serpente* tece uma cronologia acerca da história do antissemitismo no Brasil, onde ao compararmos com os nossos estudos acerca dos judeus da Amazônia no século XIX, percebemos a sutileza que o discurso contrário aos judeus vai sendo construído a partir de uma perspectiva de longa duração.

1808-1860 período de hibernação. Manifestações sutis e esparsas do antissemitismo que circula, timidamente, via literatura romântica folhetinesca, cultura popular e doutrinação católica. Folhetins reafirmam a lenda do “judeu errante” [...].
1860-1916 gestação do “antissemitismo moderno”. Obras europeias introduzem no Brasil novas teorias racistas entre as quais o “darwinismo social”, o evolucionismo, o “arianismo” e a “eugenia” cujos princípios serão retomados na década de 30 e 40 sob a influência do ideário nazi-fascista (CARNEIRO, 2003, p.11-12).

Esta cronologia associada aos fatos noticiados que circulavam em torno do século XIX evocam em grande medida a forma como os judeus também eram vistos, bem como a maneira como o antissemitismo vai sendo construído pelo poder dos discursos nos periódicos, isto que, é exatamente entre 1860 em diante que as notícias depreciativas em relação ao judeu, ganham maior proporção nos jornais.

Em 1856 o *Jornal Tapajoense* em uma nota curta, mostra aos leitores o que significa a palavra Calvário. *E’ o nome d’um pequeno monte, árido e sem vida na Palestina, ao pé de Jerusalém, onde os judeus mandavão matar criminosos, e onde Jesu Chisto foi crucificado.* (TAPAJOENSE, Santarém, 22 de março de 1856, anno I, n. 35).²⁴² Era, e ainda é comum ao período da quaresma os fatos acerca da crucificação de Cristo ganharem notoriedade e os judeus se tornarem protagonistas dessa ação de crucificação, fazendo com que em depoimentos e relatos de memórias de famílias judaicas da Amazônia catalogados pelo AHAIJ, ser comum encontrar memórias das quais, o medo neste período por parte dos judeus é latente, mesmo não havendo registros de perseguição e violência física, muitos em períodos mais centrais da quaresma, buscavam ficar resguardados em casa devido às ideias deicistas estarem em circularidade com maior fervor nos discursos da igreja católica, nos jornais e

²⁴² Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 28 jul. 2018.

consequentemente no cotidiano, onde o assunto do judeu responsável pela morte de Cristo ganhava mais vivacidade.

Recorrendo ainda à literatura, que ganha pulso e inspira discursos nos jornais e na vida cotidiana, temos os inscritos do naturalista Herculano Marcos Inglês de Sousa,²⁴³ escritor paraense que escreva *Contos Amazônicos* (1892), e nesta obra de ficção traz uma narrativa em um capítulo intitulada “O Baile do Judeu”. Nesta passagem o autor nos conta a história de um judeu ribeirinho que promoveu um baile, convidando grande parte da vizinhança, porém deixa de fora algumas autoridades cristãs como vigário, o sacristão, o andador de almas e o juiz.²⁴⁴

Merecendo salientar, a forma como o narrador, Inglês de Sousa, vai construindo e demarcando os judeus, acentuando definições e características antijudaicas, de que era algo inconcebível que as pessoas daquela localidade, fossem a um baile organizado por um judeu, e nesta construção evoca uma série de estigmas que giram em torno do “malvado judeu” e do “inimigo da igreja”.

Ora um dia lembrou-se o Judeu de dar um baile e atreveu-se a convidar a gente da terra, a modo de escárnio pela verdadeira religião de Deus Crucificado, não esquecendo no convite família alguma das mais importantes de toda a redondeza da Vila. Só não convidou o vigário, o sacristão, nem o andador das almas, e menos ainda o Juiz de Direito; este pelo medo de se meter com a Justiça, e aqueles pela certeza de que o mandariam pentear macacos. Era de supor que ninguém acudisse ao convite do homem que havia pregado as bentas mãos e os pés de Nosso Senhor Jesus Cristo numa cruz, mas, às oito horas da noite daquele famoso dia, a casa do Judeu, que fica na rua da frente, a umas dez braças quando muito da barranca do rio, já não podia conter o povo que lhe entrava pela porta dentro [...] (SOUSA, 2005, p. 96).

Muitos estereótipos e atributos que aqui são levantados caracterizam os estigmas nos judeus, que ampliam a representação do seu eu na vida cotidiana (GOFFMAN, 1982), ao reforçar mesmo que na ficção um discurso que corrobora com sentimentos e práticas antijudaicas como o fato de atribuírem o escárnio pela verdadeira religião de Deus

²⁴³ Herculano Marcos Inglês de Sousa, mais conhecido como Inglês de Sousa, nasceu na Cidade de Óbidos, Estado do Pará, em 28 de dezembro de 1853. Considerado um dos grandes escritores brasileiros. Apesar de vida curta, deixa inúmeras obras que passeiam pelo romance e pela ficção, destacando em várias obras o universo amazônida. Dentre estas obras está *Contos Amazônicos*. Nessa obra, o autor reúne nove narrativas, ricas de detalhes da vida ribeirinha e de descrição da paisagem amazônica. “O voluntário”, “A feiticeira”, “Amor de Maria”, “Acauã”, “O donativo do Capitão Silvestre”, “O gado do valha-me Deus”, “O baile do judeu”, “A quadrilha de Jacó Patacho” e “O rebelde” são os contos presentes nesse livro, que abordam diferentes temas como o engraçado, o fantástico e o político. E ainda assim, permeia a cultura amazônica em todas as narrativas: o antropológico, o imaginário, os aspectos linguísticos, sociológicos. Arquivo Maaravi: **Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte, v. 8, n. 15, maio 2014. ISSN: 1982-3053. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/index>. Acesso em: 28 jun. 2013.

²⁴⁴ *Ibidem*.

crucificado, que pregaram as mãos e os pés bentos de nosso senhor Jesus Cristo, dentre outras ações que o conto vai tramando neste fio de narrativa.

Nos jornais do Pará e do Amazonas (BNDigital), apresentam notas acerca do termo “O Baile do Judeu”, empregue em grande parte das vezes para fazer associações ligadas aos estigmas perpetrados nos judeus, sendo apresentados nas sessões literárias, nas comparações que rotulam o outro e lhes afere uma identidade desviante, o qual se torna sinônimo depreciativo da linguagem comum do cotidiano, como por exemplo, a *Gazeta Paraense: Orgão do Partido Conservador*, em 23 de fevereiro de 1884, em sua página literária, o qual a repete em outras edições, traz um pequeno verbete: “Em um Baile - Doutor, V. Ex. quer fazer parte de uma quadilha? -Deus me livre, tenho muito medo da policia”.²⁴⁵

À medida que se pronuncia no discurso que judeus assassinaram a Cristo, dificilmente absorve-se a ideia enquanto profecia de que deveria acontecer e não existem culpados. Uma vez que, numa terra assentada sob a égide do cristianismo, tendo na Igreja Católica sua religião oficial por quase quatrocentos anos, extrapolando o campo religioso e também perpetrando discursos políticos, sociais, culturais e econômicos, o judeu seria a contramão do que pregavam.

Contudo, não queremos mostrar que a maior comunidade judaica no Brasil do século XIX, os judeus da Amazônia viviam, somente perseguições, a Amazônia abriu literalmente as Portas do Céu para este imigrante, se fez Eldorado, Terra da Promissão. Famílias prosperaram, sinagogas foram erguidas. Judeus se naturalizaram brasileiros, fundaram firmas, entraram para política, guarda nacional como vimos nos capítulos anteriores de nossa tese.

Porém, as sementes dos estigmas antijudaicos vieram a vento, pegaram carona em suas malas, vestidos em seus corpos, interpretadas em suas práticas que os faziam diferentes e assim se constituem como não naturais num universo “predominantemente cristão”, que pela força discursiva reiteravam constantemente a presença de um não cristão, vivendo um medo em uma tolerância que se fazia hostil.

Muitos no período da quaresma procuravam se resguardar em suas casas com medo que o mata Judas (o traidor de Cristo) também pudesse lhes alcançar. Na prática não há registros ou conhecimento que se tenha acontecido, mas há documentos de sobras nos pasquins, nos periódicos, nas literaturas, e no imaginário popular de um discurso empoderado de ideologias que como erva daninha crescera ao longo do século XIX e prepararia toda uma

²⁴⁵ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **A Gazeta Paraense: Órgão do Partido Conservador**, em 23 de fevereiro de 1884. n. 292. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 28 jul. 2023.

flora danosa do antissemitismo assistido no século XX e que aos poucos tenta se reerguer no século que vivemos.

“[...] os judeus tinham cumprido a sua Pascha, e comido o Cordeiro, no qual Jesus Christo, verdadeiro cordeiro de Deos, era figurado [...]” (JORNAL TREZE DE MAIO, n. 491, 19 de março de 1845).²⁴⁶ Assim, anunciava a nota assinada pelo codinome: O amigo dos Homens, O Catholico, reverberando mais uma vez a terrível e laboriosa ação dos judeus imolando o Cordeiro.

A relativa paz vivida ao apagar das chamas inquisitoriais e as prerrogativas dadas aos imigrantes no Brasil ao longo do século XIX, fazem muitos Judeus prosperarem e se estabelecerem numa Terra que agora também os pertencia, no entanto, este pertencimento teria que ser vigiado, cedo ou tarde o discurso poderia se materializar, se tornar verdade, se tornar enfim, real.

Desta feita, na materialização do discurso, sustentado por uma episteme de signos que foram promovendo, alimentando e reforçando a noção estigmatizada do judeu, o verbo de faz carne e inaugura o século XX para alguns judeus da Amazônia com o movimento Mata Judeu, noticiado pelo Jornal O Industrial.

OS ÚLTIMOS SUCESSOS

Publicando hoje o nosso jornal em edição extraordinária damos maior prova do desejo que temos de bem servir ao publico Cametaense e da intenção que nos guia no afan jornalístico, pondo-o a par dos acontecimentos actuaes e da verdade deles.

Seguem-se as notas da nossa reportagem.

No dia 24, ás 5 horas da tarde, pouco antes de aportar a esta cidade o Rio Tocantins, desembarcaram na Praça das Mercês perto de 100 homens que dividiram-se em grupos, seguindo um deles para o sobrado do sr. João Siqueira em cujo pavimento térreo acha-se estabelecido o sr. Aarão Cohen, exigindo-lhe varias mercadorias e como não fossem attendidos procuraram destruir vitrines e utensílios seguindo-se lucta corporal entre os assaltantes de um lado e Aarão de outro, do que resultou sahir este bastante contundido ; conseguindo afinal escapar, seguiu principalmente para bordo do Rio Tocantins, com, a sua família, deixando o seu estabelecimento entregue ás autoridades da comarca.

- Foi victima, em seguida a esta, Hylel, sogro do sr. Cohen, com quem travaram lucta, sendo espancado, ficando completamente nú...

- O estabelecimento de Slomão Zagory foi invadido...

- Várias famílias hebraicas foram hospedadas por pessoas a quem se dirigiam pedindo agasalho e proteção que não lhes foi negado...

²⁴⁶ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Treze de Maio (PA) - 1845 a 1861**, n. 491, 19 de março de 1845. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 28 jul. 2023.

- informaram-nos que a diligência que daqui seguiu encontrou no rio Mutacá 6 a 8 canoas cheias de gente a jogar foguetes, dar tiros, vivas á nação e gritos de Mata Judeu.²⁴⁷

O movimento Mata Judeu, noticiado exclusivamente pelo jornal O Industrial, atesta o resultado do poder ideológico dos discursos que corroboraram e reforçaram a construção dos estigmas em torno do Judeu. Motivados, sobretudo pela concorrência comercial e pela expulsão dos Judeus da região de Cametá, indivíduos deflagram um dos primeiros pogroms contra os judeus no Brasil.

A tecitura ‘sutil’ construída no tecido social ao longo do século XIX, enunciando o Judeu enquanto o outro, construindo historicamente estereótipos e estigmas favorece ao episódio do Mata Judeu. É o resultado do discurso que se torna verdade, da palavra que de tanto ser enunciada se personifica e se constitui em fato.

Os saques não estavam restritos ao comércio dos judeus, embora, segundo o noticiário do jornal O Industrial, as mercadorias apreendidas tinham marcas L.M & C. a qual faziam parte de Leão Melul & C^a, e de Leão Cohen C^a estabelecidos em Mutuacá,²⁴⁸ bem como sendo ainda apresentado o medo e o descontentamento de outros judeus, frente à onda de ataques e à insegurança.

É comum encontrarmos nos periódicos da Amazônia, notícias sobre saques, principalmente em decorrência da falta de efetivos policiais que dessem conta de uma região tão dilatada, sendo muitos comerciantes sejam ribeirinhos, regatões ou de comunidades internas, alvos dessas pilhagens. No entanto, embora muitos imigrantes pudessem ser vistos como indesejáveis, sob o viés constante da desconfiança, estava para os judeus o grito de “mata judeus”.

Muito teremos ainda a falar sobre os judeus da Amazônia, muito teremos ainda a investigar sobre a Canaã brasileira que não se reverberou de fato, mais ainda a refletir sobre a construção da Intolerância contra os Judeus em todo o Brasil. O que nos conduz a ver nas páginas que se seguem os discursos produzidos acerca dos Judeus em Jornais para além da Amazônia, bem como o contra discurso, as narrativas que suscitam o contrário e que se erguem em defesa de si.

²⁴⁷ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. Jornal O Industrial, 1901 a 1903 (PA), n. 121, anno VII – Brazil – Pará – Cametá, 28 de abril de 1901. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 28 jul. 2023.

²⁴⁸ Ibidem.

3.3 OS CONTRÁRIOS DOS IGUAIS: A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES JUDAICAS NOS DISCURSOS DOS PERIÓDICOS NA E PARA ALÉM DA AMAZÔNIA

Como vimos no item anterior acerca dos discursos produzidos sobre o judeu nos periódicos da Amazônia, pudemos perceber que esses judeus africanos, buscavam deixar para trás a miséria, a pobreza, a fome, as doenças e epidemias, bem como os apedrejamentos, as proibições e diversas outras formas de perseguições nos melahs. No entanto, as narrativas de etiquetamento, de estigmas e rotulações erigidas ao longo do século XIX, também os acompanharam do Marrocos, uma vez que, muitas das ideias de uma alteridade pejorativa sobre os judeus, eram veiculadas nas conexões que os jornais produziam. Os discursos possuem fronteiras frágeis, seu poder de alcance percorre, persegue e acompanha os movimentos de deslocamentos humanos.

As fronteiras entre Marrocos e Brasil, eram diminuídas pelas cartas, pelos jornais, pelos objetos e corpos carregados de signos e seus significantes resultante de discursos. Nas páginas noticiosas de acontecimentos internacionais fora comum encontrar textos que reforçavam o judeu enquanto povo indesejado, como no caso do Folhetim “Africa Misteriosa, um romance geograaphico” de Luis Jacolliot que transcorre o Marrocos histórico etnográfico e anedótico presente nas edições do jornal Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA) - que circulou entre 1892 a 1894, tendo como proprietário e redator principal Bento Aranha.²⁴⁹

Neste folhetim diário, contido em quase todas as edições do Correio Paraense, a África Marroquina é narrada a luz da literatura em capítulos sequenciais, produzindo no leitor a necessidade de continuação das histórias contadas, nas quais os judeus eram tratados de maneira satírica, reforçando elementos depreciativos em relação a figura judaica. O que corrobora para reforçar uma imagem que já havia sido construída no Marrocos e que pelos textos importados de Luiz Jacolliot chegavam ao Brasil.

O judeu vence sempre e engana em todas as suas transações [...] Quanto mais rico é um judeu, mais pobre se faz, e isso só se descobre por sua morte [...] agora digo ao senhor, não confie em judeu,²⁵⁰ narra Luis Jacolliot em África Misteriosa. Termos como este são

²⁴⁹ Em anexo E desta tese, apresentamos um recorte do Jornal Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA), 1893. Ilustrando o Folhetim 145, “Africa Misteriosa, um romance geograaphico” de Luis Jacolliot. Marrocos histórico etnográfico e anedótico.

²⁵⁰ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. Correio Paraense: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA) - 1892 a 1894. Sexta feira, 10 de março de 1893. Ed. 254. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 12 jun. 2023.

frequentes, misturando-se a casos diversos que vão ocorrendo e envolvendo os judeus marroquinos e que aqui no Brasil são absorvidas por meio do Jornal.

A forma literária apresentada, ganha vida e é reverberada em atitudes, em discursos que por vezes repetidos se tornam verdades e passam a fazer parte da identidade de um povo, assim como apresentamos na Amazônia, porém faz-se importante refletir em outras localidades, ver as conexões que estes discursos ganham e seus significados, perpassando as migrações judaicas dentro do Brasil, bem como a maneira como os judeus encontrarão para se opor a estes discursos e elaborar suas contraditas.

Desta feita, a melhor forma por nós encontrada para pensar as redes discursivas em torno do judeu, serão mais uma vez os jornais, reverberando o consenso da verdade, do qual, o que está escrito emana poder, apoiando-se ao “sistema histórico, institucionalmente constrangedor”, que prevê o exercício do discurso para quem de direito, em ritual requerido e previamente definido (FOUCAULT, 2013), tecendo uma identidade para os judeus generalizante e sem fronteiras. Onde, a medida em que se ampliam prerrogativas legais para imigrantes e crescem seus números no Brasil, os discursos de antagonismos, de diferenças para se estabelecer uma ordem de quem é superior ganha muito mais intensidade, fazendo-nos lembrar ainda das ideias do sociólogo Pierre Bourdieu, o conclama “a imprensa, os jornais enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...]”, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da “integração moral” (BOURDIEU, 1992, p. 76).

Neste momento, trazer à tona, alguns acontecimentos que permeiam a história e a historiografia do Brasil se fazem importante, no pensar o aumento das ocorrências em relação aos judeus nos periódicos oitocentistas. Uma vez que, banhados do florescimento dos ideais liberais, de modernidade e secularização, esta temporalidade acompanha as liberdades religiosas no Brasil, as quais, não se deram de imediato, o longo caminho, percorreu interesses que ameaçam o direito de padroado, a oficialidade hegemônica da igreja católica e os interesses de grupos políticos diversos. Ao longo do século XIX, algumas leis que envolviam práticas religiosas foram de certa forma, mudando algumas dinâmicas e o cotidiano em diversas partes do império brasileiro, sendo na sua maioria tecidas pelo pano de interesses de grupos distintos.

Em 1863, governo de D. Pedro II, sanciona o decreto nº 1.144, de 11 de setembro de 1861 e logo em seguida, o decreto nº 3.069, de 17 de abril de 1863 que regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do

Estado.²⁵¹ Essas medidas não somente, minimizam o poder institucionalizado da igreja católica, mas mexe na ordem do discurso cotidiano, na legitimação de uma ordem cultural alicerçada e enviesada sob a égide cristã católica.

Essas prerrogativas se colocavam importantes em demasia, para os sujeitos professos de outros credos religiosos, não somente do ponto de vista legal, como também no reconhecimento de sua identidade cultural religiosa, no entanto, séculos de oficialidade de uma religião, sistematizada em todos os componentes institucionais não apagaria um discurso legitimador tido como correto no seio cultural. À medida que o Estado e a religião vão tomando posições mais antagônicas e laicizantes como: privatização de direitos políticos de membros de ordem religiosas, congregações e comunidades, engajados pelo voto de obediência; reconhecimento do casamento civil como o único oficial; secularização dos cemitérios públicos; fim da imunidade política para o clero; laicização da escola pública com a exclusão da disciplina de ensino religioso e o término de subvenção estatal às escolas religiosas (RANQUETAT JÚNIOR, 2016), as evidências do outro, do não católico, do protestante, do maometano e do judeu ganham evidência.

As leis corroboram, para firmar direitos, mas, não estabelecem que no ato de sua postulação, práticas culturais arraigadas de tempos, sejam extirpadas. A reação em tais liberações é evidente. E, essa evidência é vista pelas manifestações diversas nos periódicos, representando e reforçando os espaços de exclusão de quem está fora do padrão discursivo, construídos historicamente por uma imprensa ultramontana, uma vez que, a religião cristã católica, sempre fora ao longo da história do Brasil como um dos elementos, senão, o maior na formação da consciência, da identidade (AZZI, 1987), e à medida que essa instituição começa a declinar, muitos jornais que coadunam de uma sociedade alicerçada nesses moldes, passam a ser porta voz da defesa dessa identidade católica, e a forma mais contundente de demonstrar isso, é por meio do discurso que estabelece a diferença, que normatiza o estereótipo em detrimento do outro (FOUCAULT, 2013).

²⁵¹ **Decreto nº 1.144, de 11 de setembro de 1861.** Faz extensivo os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das leis do imperio, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados ao registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e obitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar actos que produzão efeitos civis. Art. 1º Os efeitos civis dos casamentos celebrados na forma das Leis do Imperio serão extensivos: 1º Aos casamentos de pessoas que professarem Religião differente da do Estado celebrados fóra do Imperio segundo os ritos ou as Leis a que os contrahentes estejam sujeitos. Decreto Nº 3.069, de 17 de abril de 1863.

Regula o registro dos casamentos, nascimentos e obitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado. Para execução do art. 2º da lei nº 1.144 de 11 de setembro de 1861, Hei por bem decretar o seguinte: CAPITULO I. Dos casamentos de pessoas não catholicas a que são extensivos os efeitos civis dos casamentos catholicos. Art. 1º Os casamentos de nacionaes ou estrangeiros que professarem religião differente da do Estado, celebrados fóra do Imperio (art. 1º, § 1º da Lei de 11 de setembro de 1861) não dependem de registro algum no Imperio, para que lhes sejam extensivos os efeitos civis dos casamentos catholicos.

A separação da igreja e do Estado, não extirpa a separação do cristianismo. A sociedade continua predominantemente católica. Bem verdade, antes mesmo das liberações de batizado, casamento, certidões de óbitos e outras medidas que se colocaram contrários aos interesses da Igreja Católica, muitos discursos precisavam ser veiculados para garantir apoios e manter uma ordem, numa rede de conexões que ganhavam o Brasil por meio dos periódicos e que pela coesão da repetição deste discurso, ganhava uma generalização.

O jornal “A Fé: Jornal Religioso, e Litterario (MA) - 1864 a 1868”, sob os auspícios do clero e nos seus quatro anos de vida, sendo assistido quase sempre pelo Reverendo D. Francisco Luiz da Conceição Saraiva, carrega muitos discursos em defesa da igreja, principalmente no momento de crescimento da secularização, reverberando uma necessidade de combater o avanço de ideias que vinham de fora, bem como de manter sua autoridade, como neste discurso emitido em 1865:

O unico sentimento que temos a manifestar na circumstancia presente (e este sentimento é penoso e doloroso), é que se recuse aos bispos a faculdade de fazer o que todos teem podido fazer impunemente, é que lles seja prohibido commentar perante o clero e os fieis, que uma imprensa hostile ou hypocrita desfigura diante de toda a França: é que os protestantes, os judeus, os incredulos tenham o direito de lançar o ridiculo e o odioso no ensino do chefe da egreja; é que se trata de fechar a bocca aquelles que teem missão e qualidade para indicar o verdadeiro sentido das palavras proferidas do throno pontificio. (A Fé: Jornal Religioso, e Litterario (MA) – 1865).²⁵²

Valendo-nos do poder do discurso religioso, o qual é instituído enquanto resultante de uma verdade divina, temos a forma mais contumaz de busca legitimatória de seu discurso, alertando para os perigos já presentes na França de uma imprensa que permite veicular ideias dos protestantes de judeus, os quais são categorizados enquanto hostis e hipócritas, por serem ainda incrédulos, ridículos e odiosos perante a igreja, no qual este discurso, não somente atenta à posição da Igreja Católica, mas suscita adeptos, conclama os seus pares a pensarem igual, a fazerem valer a consciência, a identidade a qual pertencem na confluência com o outro, o protestante, o judeu, o desprovido da verdade.

O jornal ultramontano, O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ) - 1866 a 1901,²⁵³ em uma

²⁵² Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. jornal **A Fé: Jornal Religioso, e Litterario (MA) - 1864 a 1868**, anno I. Quarta-feria, 10 de maio de 1865. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

²⁵³ O jornal ultramontano, O Apóstolo: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ), circulou entre 1866 a 1901, é tido como um dos jornais católicos de maior credibilidade e circulação, responsável por produzir artigos e editoriais, reforçando a doutrinação cristã católica, construindo um sentido pedagógico e formação de uma consciência, “[...] principalmente a partir de 1873, após o

publicação a pedido, intitulada “Bondade do Santíssimo Padre Pio IX para os Judeus”, em formato de parábola, tece ensinamentos de como viver em harmonia e conseguir a salvação, devendo praticar o perdão e usa os judeus como exemplo de tal exercício.

O exemplo que o Santíssimo Padre deu no caso, que abaixo narramos manifesta que seu piedoso coração está cheio de amor de Deus e do próximo. Os judeus são desprezados por todos os povos, sem sacrifício, sem altar e sem templo vagam pelo mundo, e ninguém deles se compadece. Apesar de serem inimigos jurados do cristianismo, o Vigário de Christo trata-os com bondade paternal (O APOSTOLO, 1867).

A parábola, tecida em um conselho, cumprem o seu papel, ao ensinar conforme as premissas cristãs os caminhos virtuosos para salvação. De caráter doutrinário e tido como um dos jornais católicos de maior prestígio e alcance no Brasil, o periódico, vai além, regido com a bondade paternal anunciada pelo locutor, os judeus, os quais são demarcados por ser “desprezados por todos os povos, sem sacrifício, sem altar e sem templo vagando pelo mundo”, além da alcunha que “ninguém deles se compadece”, apresentam uma identidade que os tornam iguais enquanto povos narrados no olhar estigmatizado do outro.²⁵⁴

A composição de poder no discurso religioso, está para além da construção virtuosa do perdão, mas na “padronização do sujeito”, classificando-o enquanto indesejável, avesso à construção de um padrão normativo (CARNEIRO, 2018), onde em um viés pedagógico, doutrinário alimentava a forma de ver e pensar sobre o outro. A forma de igualdade erigida no povo judeu, rompe as noções de singularidade que os sujeitos possuem, formando um conceito generalizante de quem os são, a partir sobretudo, dos discursos religiosos,

acirramento do conflito entre a autoridade dos bispos brasileiros, a maçonaria e o governo imperial” (ABREU, 1999, p. 78), defendendo com veemência os interesses da Igreja Católica e dando base para muitos outros periódicos católicos, bem como jornais que trouxessem a defesa dos seus princípios. Do período de circulação apresentado, a BNDigital, apresenta 826 ocorrências constando o nome judeus em suas publicações, 638 ocorrências com o nome judeu, 145 ocorrências com a nomenclatura hebreu, sendo na sua totalidade associados a textos bíblicos e no enaltecimento do judeu, judeus, hebreu enquanto o não cristão.

²⁵⁴ Digno de nota essas representações e generalizações acerca de uma coletividade judaica apresentada pelo Jornal “O Apostolo (1867)”, é que este discurso é narrado na capital, onde havia segundo João do Rio, apelido dado ao jornalista João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto um número significativo de judeus na Capital, a qual até o início do século XX, contar-se-ia em torno de dez mil judeus. Dados estes que não temos possibilidades de aferir sua veracidade, bem como a forma de coleta por ele utilizada para se chegar a esta contação. Porém, sua descrição sobre os judeus que na Capital viviam nos serve de rica informação na identificação da diversidade judaica. O Rio tem uma vasta colônia semita ligada à nossa vida econômica, presa ao alto comércio, com diferentes classes sem relações entre elas e diferentes ritos. Há os judeus ricos, a colônia densa dos judeus armênios e a parte exótica; a gente ambígua, os centros onde o lenocínio, mulheres da vida airada e caftens, cresce e aumenta; há israelitas franceses, quase todos da Alsácia Lorena; marroquinos, russos, ingleses, turcos, árabes, que se dividem em seitas diversas, e há os Asknenazi comuns na Rússia, na Alemanha, na Áustria, os falachas da África, os rabbanitas, os Karaitas, que só admitem o Antigo Testamento, os argônicos e muitos outros. RIO, João do (Paulo Barreto). **As religiões no Rio**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1976. p.79.

sistematizados e legitimados como diria Eni Orlandi (1996), por uma onipotência divina e uma submissão humana.

Os três periódicos apresentados acima, o *Correio Paraense* (PA), trazendo pelo ethos literário uma identidade depreciativa do judeu marroquino, *A Fé* (MA) e *O Apóstolo* (RJ), com seus discursos religiosos nos dão uma dimensão da caracterização de quem é o judeu e de como o povo judeu era visto em oposição não somente ao cristão, visto que esta identidade rompia os muros do pensar religioso, para um pensar político, reverberando estigmatizações em todas as esferas sociais.

Seguindo as interposições de Salo Baron (1974), na ratificação de generalização que torna o judeu igual, as demais categorias como nacionalidade, linguagem, território, oriundos do lugar de onde nascem e migram, tornam-se irrelevantes. O poder do discurso, feito pelo locutor que promove a alteridade, discorre uma construção identitária que busca, seja de modo consciente ou inconsciente narrar um corpus total, uma forma de ver o outro a qual na publicação de quase todos os periódicos aqui levantados e analisados destoem a figura do povo judeu, no mínimo na ideia de diferença, podendo conceber as possibilidades tanto de repulsa ou até mesmo ódio.

A análise de discurso Foucaultiano (2013) permeia a ideia de que todo discurso é uma construção em permanente mudança, e assim, consideramos que a tessitura discursiva em torno do povo judeu é repleta de variantes, fazendo jus a não uniformidade, a multiplicidade do discurso. Porém, estas variantes partem de um tronco comum, de uma relação de contraste, de distinção e da indiferença. O tempo, o lugar, a cultura podem até produzir distintos discursos, mas há sempre uma imagem pré-concebida, uma linha textual, uma retórica de alteridade que atesta o lugar do povo judeu enquanto o outro.

A imprensa, seja da Amazônia ou de partes distintas do Brasil, produziram outros discursos para além da alteridade, do etiquetamento, das rotulações e conseqüentemente dos estigmas em relação ao povo judeu, cabendo uma investigação *a posteriori* acerca destes discursos e seus impactos para a construção das identidades judaicas no Brasil. Não raro, a imprensa noticia muitas honrarias concedidas a judeus pelo então Imperador D. Pedro II, a quem, segundo o cronista Kurt Loewenstamm (2002), era um apreciador da cultura dos hebreus, aprendendo a ler em hebraico, compondo poemas e, reconhecendo ainda suas qualidades e importância para o construto do Estado brasileiro, chegando a declarar, ainda segundo Loewenstamm: “[...] Não combaterei os judeus, pois de sua raça nasceu o Deus de

minha religião” (LOEWENSTAMM, 2002, p. 27),²⁵⁵ ou ainda o que noticia o jornal do Amazonas *A Epocha*: orgam do Partido Republicano Amazonense Itacotiara (AM) - 1917 a 1918.

Convém declarar que o factor principal das facilidades commerciaes do interior do Estado do Amazonas é, em grande parte devido aos judeus. Elles hoje possuem seringas, campos de creação de gado, diversas lavouras; e ai sua actividade è sempre benéfica e permanente. A maior parte delles se fixa, definitivamente, sem a preocupação de voltar á terra de origem (A EPOCHA, 1918).²⁵⁶

Os próprios judeus, também encontrarão formas de contrapor os discursos de alteridade e estigmas que receberam ao longo do período oitocentista, ao raiar da República e do século XX, sob o comando de é criado *A Columna*. Órgão de interesses do povo judeu no Brasil, 1916-1917,²⁵⁷ no Rio de Janeiro, publicando-se a primeira sexta-feira de cada mês, fazendo conexões em diversas regiões do Brasil, principalmente aquelas em que a comunidade judaica já se apresentava mais visíveis e organizadas como as da Amazônia, São Paulo, Rio Grande do Sul e em algumas regiões do Nordeste, cabendo ainda pensar o momento político ao qual a folha surge.

O crescimento das ideias antijudaicas que culminariam com o antissemitismo²⁵⁸ em fins do século XIX e início do século XX, florescimento do movimento, a mudança política do Brasil, com a consolidação da República e as aberturas legais na política de imigração, na secularização e a consequente liberdade religiosa e aumento dos registros de naturalização

²⁵⁵ A aproximação de D. Pedro II com os judeus e descendentes de judeus no Império se fez valer, sobretudo, nestas concessões de honrarias, correspondendo, é claro, não somente à afinidade cultural do Imperador para com os israelitas, mas também, a afirmação de acordos políticos, como na nota extraída do Diário do Rio de Janeiro (RJ) a seguir em 1876.

Relação dos Srs. Expositores das diversas providenciais do Imperio, que foram premiados pelo jury geral de qualificação da Exposição Medalha de Merito: Eliezer Cohin ‘Medalha de trabalho: Abraham Meldola; Morris N. Kohn – Menção honrosa: Wolff & Filho; Luiz Matheus Maylasky’. (Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Diário do Rio de Janeiro (RJ) - 1860 a 1878.**, n. 33, anno 59. Rio de Janeiro, sexta-feira, 04 de fevereiro de 1876. Propriedade do senhor F. C. Neves Gonzaga & C. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023).

²⁵⁶ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **A Epocha**: orgam do Partido Republicano Amazonense Itacoatiara (AM) - 1917 a 1918, n. 35, anno II. Itacoatiara, domingo, 20 de janeiro de 1918. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

²⁵⁷ *A Columna*. Órgão de interesses do povo judeu no Brasil, 1916-1917. Ver fotocópia da primeira página em anexo F desta tese.

²⁵⁸ Importante ressaltar que a temporalidade analisada nesta tese, confere características um tanto distintas quanto ao uso do termo antissemitismo, onde, segundo Hannah Arendt, em sua obra “As origens do totalitarismo. Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo” (2012), “Entre o antissemitismo como ideologia leiga do século XIX (que de nome, embora não de conteúdo, era desconhecida antes da década de 1870) e o antissemitismo como ódio religioso aos judeus, inspirado no antagonismo de duas crenças em conflito, obviamente há profunda diferença. Embora, independente do termo a noção de aversão, perseguição e ódio aos judeus, seja sinônimo do termo, é preciso guardar as proporções de tempo e de espaço na forma como ganha novos contextos.

dentre outras medidas de cunho liberal, fermentam o terreno para organização do jornal A Columna. Este periódico judaico/sionista publicado em língua portuguesa, “apresenta-se como ponta de lança e porta-voz de um movimento que tinha como objetivo unificar as diferentes tendências existentes dentro do núcleo judaico da então Capital Federal” (OLIVERIA, 2022), abrindo caminho para jornais de deliberadamente para que outros jornais judaicos possam se constituir. Segundo Nachman Falbel (2008), a investigação em periódicos israelitas é de extrema importância para problematização e consequente conhecimento de diversas características da vida judaica na temporalidade narrada nestes folhetins.

O jornal judaico é rico em informações de toda ordem, pois espelha a vida da comunidade sob todos os aspectos. Anúncios comerciais e profissionais, acontecimentos sociais (noivados, casamentos, nascimentos, bar-mitzvot, aniversários), relatórios das instituições comunitárias, eventos políticos, são normalmente noticiados, e não poucas vezes encontramos elementos para a história de pequenas comunidades espalhadas pelo interior do país, bem como para a história das comunidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba ou Recife (FALBEL, 2008, p. 33).

Desta maneira, as informações contidas nestes jornais judaicos²⁵⁹ a explorarem acontecimentos vários da vida judaica, representam as vicissitudes, ou seja as mudanças na forma de noticiar o povo judeu, fazendo valer que, nenhum discurso é único, é composto de contrários, teremos no jornal A Columna o início de uma demarcação discursiva judaica na imprensa brasileira, o que nos remete ao pensar que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2013, p. 53), uma vez que, para que isso possa ocorrer, é preciso que haja um contra discurso, uma narrativa do descontínuo, que faça emergir o outro sujeito, um outro judeu, distinto da alteridade posta nas notas anteriores. É preciso agora, discursar para se criticar o discurso e fazer com que sejam vistos como desejáveis.

²⁵⁹ Vale aqui acrescentar que antes do Jornal A Columna (1916-1917) no Rio de Janeiro, o primeiro periódico de cunho judaico no Brasil foi publicado em Porto Alegre em ídiche, por colonos que lá se estabeleceram por meio da (JCA), e mesmo sendo uma comunidade diversa, boa parte falava em ídiche. O jornal se chamava O Di Menshait foi fundado sobre as bases comerciais da Sociedade Jornalística Israelita, tendo apenas seis exemplares publicados. O Di Menscheit começou a circular em 1/12/1915, com 4 páginas, formato pequeno e idealizado para ser um semanário. O jornal se declarava uma publicação imparcial, não seguindo orientação sionista nem socialista. Entre os artigos inseridos em seu primeiro número constam: “A Guerra Europeia”, “Os judeus na Rússia”, “Os judeus e a Guerra”, “A educação judaica e a autoeducação”. CHERMONT, Lucia. Di Menscheit (A Humanidade), a primeira publicação em língua ídiche no Brasil. In Site TRANFOPRESS Brasil. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/di-menscheit-a-humanidade-a-primeira-publicacao-em-lingua-idade-no-brasil>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Os organizadores do jornal foram David José Perez²⁶⁰ e Álvaro de Castilho²⁶¹, os quais, logo em sua edição de abertura esclarecem acerca das finalidades e dos objetivos propostos na criação do jornal de modo claro e direto, apresentando uma justificativa que em muito se relaciona ao momento político vivido no Brasil e até mesmo fora do nosso país, com o texto assinado pelo redator intitulado, Nosso Programa.

Este órgão tem por fim defender os interesses dos Israelitas no Brazil, sob todos os pontos de vista. Motivam o seu aparecimento circunstancias de tal natureza que, si não o fizéssemos, praticariamos um verdadeiro crime contra a nossa tradição e o nosso bom nome. Não é phantasia afirmar que no nosso paiz, exceptuada a classe culta, não se faz idéa exacta do que seja o Judeu. E verdadeiramente assombroso, phantastico o que a respeito do Judaismo e do seu passado temos lido em varios jornaes. Até pequenos factos historicos apparecem deturpados e exaggerados. Por isto, o primeiro objectivo deste órgão é elucidar, explicar esses senões, corrigilos, e apresentar o Judeu tal qual elle é na sua vida religiosa, social e politica (A COLUMNNA, 1916).²⁶²

Esta fala de abertura assinalada nas primeiras páginas, bem como no próprio nome, A Columnna, o qual será uma folha de “interesse do povo judeu no Brasil”, pressupõe parafraseando Foucault (2013), um discurso que promova uma nova ordem, já deixando evidente que o periódico, estava disposto a produzir conteúdo que pudesse validar a identidade judaica no Brasil em detrimento das narrativas históricas reiteradas e produzidas por jornais que segundo Davi J. Perez (1916), distorcem a ideia do que seja um judeu, perpassando um passado de deturpação e exageros.

Trazendo como primeiro objetivo, A Columnna se dispõe a apresentar quem de fato é o judeu na sua vida religiosa, social e política, e assim o faz, sendo a antítese da produção discursiva do judeu avaro, do judeu deicista e do judeu errante, bem como outras

²⁶⁰ David José Pérez, nasceu em Breves, no Pará. Decidira instalar-se no Rio de Janeiro, depois de completar estudos nas yeshivot da cidade de Tânger, cidade natal de seu pai que o acompanhara. No Rio de Janeiro, Pérez dedicou-se à docência em escolas oficiais e particulares, chegando a emérito professor do famoso Colégio Pedro II. Depois do curso de Direito, doutorou-se em Ciências Econômicas, partindo para uma brilhante e elogiada carreira profissional e se projetando na vida cultural do Rio de Janeiro por artigos publicados em jornais da capital fluminense. Fora membro da antiga União Israelita Shel Guemilut Hassadim, sinagoga construída por imigrantes alsacianos, oficializado pelo Imperador D. Pedro II, em 1873. Em 1916, fundou “A Columnna”, jornal mensal escrito em português sobre assuntos judaicos e sionistas. (MIZRAHI, Rachel. Migrantes e imigrantes judeus marroquinos São Paulo e Rio de Janeiro. **Portal Amazônia Judaica**, [2019?]. Disponível em: <https://www.amazoniajudaica.com.br/2020/04/09/migrantes-e-imigrantes-judeus-marroquinos-sao-paulo-e-rio-de-janeiro>. Acesso em: 01 jun. 2023).

²⁶¹ Álvaro de Castilho, não judeu, engenheiro, natural do Rio de Janeiro, era seu sócio e colaborador do Jornal A Columnna. Considerado um humanista, acreditava que o “sionismo deveria fazer parte do movimento humanista”. (FALBEL, Nachman. A imprensa judaica. **Revista Morashá**. CBSP, São Paulo: dezembro, 1977).

²⁶² Arquivo Histórico Amazônia Judaica. AHAIJ. Museu Judaico Obras Raras II - **A Columnna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil. Fundado por: DAVID J. PEREZ e ALVARO DE CASTILHO Publica-se á primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1916, 09 de shebat de 5676. Disponível em: [Amazoniajudaica.com.br](https://www.amazoniajudaica.com.br). Acesso em: 11 jul. 2023.

expressões que estigmatizam o povo judeu. Defendendo o Judaísmo e a raça judaica no que têm de melhor, não temos em vista ofender nem atacar as crenças alheias. Reitera Davi J. Perez (1916)²⁶³, que com este trabalho é chamado por Falbel (2008) como guia espiritual do judaísmo brasileiro.

O jornal se coloca ainda como reconciliador, não querendo atacar nenhuma outra religião, bem como se ausentando de proselitismo e atesta não somente em sua carta de apresentação, como nas publicações que se seguem ao longo da vida em que circula, entre 1916 e 1917, que almejam ser “o apoio do edifício da futura organização judaica no Brasil”²⁶⁴, visto que ainda pressupunham como demais objetivos, organizar as comunidades judaicas dispersas pela capital e por outras regiões do Brasil, sendo um instrumento pedagógico do Talmud (leis judaicas), para também corroborar com os grupos dispersos de judeus, tanto pelo fato de não seguirem a risca as leis, como também pelo fato de os imigrantes judeus advir de diferentes lugares e assim carregarem consigo, culturas que promovem cisão. “O povo judeu do Brasil tem já um órgão dos seus interesses. E' a revista A Columna, cujo primeiro número recebemos hoje. Fundada por David J. Perez e Alvaro de Castilho, o novo órgão da imprensa traz bons artigos e bons versos traduzidos do hebraico, além de informações interessantes”, afirma Davi J. Perez em nota publicada no dia 04 de fevereiro de 1916 na página 27.

Possuindo ainda, ao longo de sua constituição um corpo de agentes e correspondentes que buscavam fazer uma conexão em várias regiões do Brasil e do exterior, mapeando a presença judaica e os assuntos sobre judeus que suscitavam interesse da revista e conseqüentemente de seus leitores, cabendo todos os correspondentes dirigir os seus trabalhos exclusivamente aos seus fundadores David J. Perez e Alvaro de Castilho.

No Rio de Janeiro: David Hassan – Avenida Rio Branco, 94.
 Em Itacoatiara (Amazonas): Augusto Ezagui – Rua Deodoro, 16.
 Na Bahia. J. Diamante – Rua da Poeira, 18.
 Em São Paulo: Alexandre Algrantí – Galeria Crystal, 17-18.
 Em Santos: Mile. Annita Goldemberg – Rosrio, 451.
 Em Curutyba: Bernardo Rosenmann, Rosario 1.
 Em Cruz-Alta (Rio Grande do Sul): Jacob Behar – Rua do Comercio, 92.
 Em Remate de Males (Rio Jvary): Mamann Hermanos – Caixa postal, 10.
 Em Iquitos (Perú): Joseph Tapiero.
 Em Lisboa (Portugal): Sentob D. Querub – Travessa de Santa Gertrudes, 23. 2º andar.²⁶⁵

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil. Fundado por: PEREZ, David J. e CASTILHO, Alvaro de.

Os agentes e correspondentes, na sua totalidade judeus, abrangem uma conjectura que corresponde exatamente os lugares de comunidades e presenças judaicas mais intensas, fomentando uma teia no sentido de fazer *jus* aos interesses do povo judeu na perspectiva de seus proprietários, no qual as notas passavam por uma censura prévia antes de sua divulgação, uma vez que, toda a correspondência deveria ser dirigida ao Dr. David J. Perez, anúncio este afixado em primeira página, além de um outro aviso que dizia: “Os trabalhos enviados a esta redacção não serão devolvidos mesmo quando não forem publicados”,²⁶⁶ ausentando-se de ser um periódico democrático, no sentido de receber todo e qualquer tipo de notícias.

Desta feita, o jornal *A Columna*, apresenta-se na interposição do discurso, no sentido dos contrários, na intenção de se estabelecer uma outra verdade que combata as narrativas que etiquetam e projetam valores indesejáveis aos judeus. David J. Perez e Álvaro de Castilho (1916) dizem que, “De todos os países do mundo onde os Israelitas são numerosos, o Brasil é talvez o único que ainda não possui dessas instituições indispensáveis à nossa vida social e religiosa”.²⁶⁷ Esta fala se revela, no fato de todas as edições do jornal e muitas vezes na mesma publicação, os textos acerca dos objetivos do jornal, sejam falados repetidas vezes, e de maneira afirmativa, ao dizer que se pretende “defender o judaísmo e a raça judaica no que tem de melhor” (PEREZ, 1916, p.71).

Para ratificar, muitas notas apresentam o enaltecimento de judeus que se destacam no cenário internacional, como o anúncio de Louis Brandeis “Profecto jurista que acaba de ser elevado ao cargo de Juiz da Suprema Corte dos Estados”; Abraham Yahuda, “noticiando no nosso último número a nomeação do eminente professor israelita para reger a cadeira de *philosophia* e *litteratura* rabbinicas na Faculdade de *Philosophia* e *Lettras* de Madrid”; ou ainda ‘Charles Rothschild foi nomeado membro do Comité de Munições do Ministerio das Munições na Inglaterra’.²⁶⁸ Notas como esta, tiram o judeu do discurso comum, da generalização estigmatizante de seus corpos, para conclamar um outro discurso, uma outra alteridade.

Publica-se á primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 02 de março de 1917, 30 de shebat de 5677. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 11 jul. 2023.

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II\A *Columna* (1916 - 1917) Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil. Fundado por: PEREZ, David J. e CASTILHO, Alvaro de. Publica-se á primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1916, 30 de shebat de 5676. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 11 jul. 2023.

²⁶⁸ Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A *Columna* (1916 - 1917)**. 03 de março de 1916, 28 de adar de 5676. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 12 jul. 2023.

Os redatores da Columna, David J. Perez e Alvaro de Castilho, advertem para a necessidade de se criar instituições que favoreçam uma melhor organização das comunidades judaicas no Brasil, bem como em muitas notas *a posteriori*, falam da necessidade de maior integração destas comunidades e apontam sugestões:

- 1.) Aproveitar, reformando-as para melhor, as associações existentes.
- 2.) Aggrupando os Israelitas das diversas procedencias (Allemaes, Francezes, Inglezes, Russos etc.) em associações onde os usos regionaes não sirvam de estorvo ao seu desenvolvimento.
- 4.) Estabelecer um Centro Israelita no Rio de Janeiro no qual todas as Associações judaicas terão um representante e onde as causas de interesse geral
- 3.) As associações serão constituídas conforme o seu rito (Sepharadi, Ashkenazi) do judaísmo serão discutidas e uma vez aprovadas, defendidas. Em summa, o Centro servirá para amparar o Judaísmo e os seus interesses moraes, Sociaes e religiosos.
- 5.) Toda associação judaica, que tiver representação no Centro, poderá recorrer ao mesmo para pedir o auxilio necessario á sua manutenção.²⁶⁹

As deliberações decorrem não somente de tentar unificar os povos judaicos que aqui viviam de distintas culturas como sefaraditas e asquenazitas, promovendo uma linha de seguimento nas leis moseistas (talmud), como também criar uma rede de solidariedade a partir de instituições que zelem por interesses desta coletividade, podendo as comunidades judaicas que delas fizerem parte, poder recorrer em seu auxílio. Historicamente, os judeus sabem por meio de inúmeras experiências, o perigo de estarem isolados. A organização, as redes de contato e de solidariedade é que mantém a existência de determinados grupos judaicos. (BARON, 1974). Assim, muitas notas da Columna, falam sobre unidade judaica e os riscos com as dissidências internas, devendo, portanto, suscitar maiores conexões em todas as regiões do Brasil.

Em 1917, foram divulgados pelo jornal A Columna, em uma nota intitulada, “Trabalho de Estatística”, dados do Anuario Estatistico do Brazil (1908-1912), dos quais constam a partir de um trabalho de rede realizado nos primeiros anos da segunda década do século XX, uma distribuição dos espaços religiosos dos judeus pelo Brasil, com suas respectivas cidades e datas de fundação, bem como suas principais atividades, sendo considerado um dos pioneiros, senão o primeiro de desta natureza. Distribuídos em dois quadros, que aferem dados tanto do ponto de vista quantitativo, apresentando informações concernentes à distribuição das sinagogas e seus respectivos números de atividades nelas desenvolvidas, quanto qualitativo ao narrar uma subjetividade de cada espaço conforme as suas localidades.

²⁶⁹ Ibidem.

Os dados são divididos em dois quadros que apresentam as sinagogas até o ano de 1912, as quais se houve indicação por parte dos correspondentes e das comunidades que colaboraram e participaram da pesquisa, e o segundo afere os movimentos de cunho espiritual, isto é, religiosos, realizados entre 1911 e 1912.

Quadro 9 - Dados estatísticos das sinagogas do Brasil até o ano de 1912²⁷⁰

SÉDES		SYNAGOGAS	Datas de fundação
Estados e Distrito Federal	Cidades		
Distrito Federal ...	Rio de Janeiro..... {	Centro Israelita do Rio de Janeiro. Centro Israelita Marroquino.	1 Outubro 910 24 Setembro 1911
Pará	Belém..... {	Synagoga a Dedicção de Abrahão Synagoga a Porta do Céu	1889 1824
Rio Grande do Sul	Passo Fundo..... Porto Alegre..... { Bocca do Monte.	Centro Israelita..... Sociedade União Israelita..... Centro Israelita.....	1912 5 Outubro 1910 1905
São Paulo.....	São Paulo.....	Comunidade Israelita de São Paulo.....	21 Janeiro 912

Fonte: Arquivo Histórico Amazônia Judaica - A Columna (1916 - 1917).

O quadro 9, aponta a existência de duas sinagogas no Distrito Federal (Rio de Janeiro, à época), duas sinagogas no Pará, Três sinagogas no Rio Grande do Sul e uma sinagoga em São Paulo. Das quais, sendo analisadas em ordem cronológica temos a seguinte formação: A mais antiga das sinagogas apresentadas pelo quadro é a Shaar Hashamaim (Porta do Céu), fundada em Belém do Pará em 1824, seguindo-se, na ordem cronológica, a sinagoga Essel Abraham (Dedicção de Abrahão), fundada também na mesma cidade em 1889. Ambas as datações são questionáveis como já mencionamos anteriormente. Em seguida temos o Centro Israelita de Santa Maria da Boca do Monte, estabelecido em 1905 do Rio Grande do Sul, o Centro Israelita do Rio de Janeiro, fundado em 1º de Outubro de 1910, voltando ao Rio

²⁷⁰ Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil, anno II, p. 39. Fundado por: PEREZ, David J. e CASTILHO, Alvaro de. Publica-se a primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 02 de março de 1917, 08 de adar de 5677. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 14 jul. 2023. (A formatação dos quadros 9 e 10, seguem o original publicado pelo jornal A Columna, preservando a maneira como os dados estatísticos eram expostos).

Grande do Sul, a Sociedade União Israelita de Porto Alegre, instituída em 5 de Outubro de 1910, o Centro Israelita Marroquino, organizado no Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1911, a Comunidade Israelita de São Paulo, criada em 21 de Janeiro de 1912 e o Centro Israelita de Passo Fundo, o qual também fora organizado em 1912, completando o quadro estatístico.²⁷¹

A coleta de informações para se adquirir o número de sinagogas foi apresentado pelo jornal *A Columna* com muita dificuldade, fato este sendo observado nas páginas que citam o *Anuario Estatistico do Brazil*, ao relatar o reconhecimento que não se trata da totalidade das sinagogas existentes em todo o país, por razões do não atendimento das comunidades judaicas ao seus correspondentes.

Fazemos os melhores votos para que, desbravado o terreno, as futuras publicações da repartição, a que servimos, possam apresentar dados completos sobre o judaísmo, e para isso basta que as comunidades israelitas atendam ao appello que cordialmente lhes fez a Directoria Geral de Estatistica (*A COLUMNNA*, 1917, p. 39).

A nota, ao tempo que se agradece aos depoentes que concederam as informações, lança-se a preocupação para que as comunidades atendam o apelo de repassar os dados e assim poder tecer com mais precisão o quantitativo da comunidade em todo Brasil, para poder avaliar o grau de organização e desenvolvimento que atingiu o país quanto à Religião Judaica, bem como poder tomar medidas de cunho organizacional por meio de conexões com todas estas comunidades, além de que estes movimentos estatísticos vinham se dando em diversos lugares do mundo que haviam a presença judaica, sendo ainda que a fundação das sinagogas, em especial no Brasil, em fins do século XIX e início do século XX, vinha acompanhado das liberdades de culto protocoladas com a ascensão dos ideais republicano, do crescimento da imigração e da concentração de judeus em uma determinada região como no caso do Rio Grande do Sul, apresentando três sinagogas já no início por intermédio da *Jewish Colonization Association (JCA)*.

Quase todas as sinagogas, se encontram nas capitais, nas regiões de maior núcleo demográfico, fazendo com que muitos dos judeus profitentes residentes em comunidades mais afastadas, fiquem de fora dessa estatística e até mesmo das notas dos periódicos, vivenciando

²⁷¹Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil, anno II, p. 39. Fundado por: PEREZ, David J. e CASTILHO, Alvaro de. Publica-se a primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 02 de março de 1917, 08 de adar de 5677. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 14 jul. 2023.

sua religião e sua religiosidade em pequenos agrupamentos ou até mesmo em seus domicílios e assim, não sendo possível entrarem em estatísticas.

Ao passar para o quadro 2, encontram-se dados acerca da quantidade de ações realizadas, distribuídas em batizados, casamentos, cerimônias fúnebres, festividades, reuniões de cultos e o quantitativo de pessoas filiadas a cada sinagoga, referendando-se em 1911 a primeira parte e 1912 na segunda parte, trazendo ainda alguns informes quanto a interpretação dos dados.

Quadro 10 - Distribuição estatística das atividades religiosas nas sinagogas do Brasil até o ano de 1912²⁷²

ANNO DE 1911							
SÉDES		Batizados	Casamentos	Ceremonias fúnebres	Festividades	Reuniões culturais	Pessoas filiadas à Bynagoga
Estados e Distrito Federal	Cidades						
Districto Federal. {	Rio de Janeiro [1].	0	1	0	11	104	86
	Rio de Janeiro [2].	4	1	0	6	19	42
Pará.....	Belém.....	17	8	15	18	[3]2.190	[4] 400
Rio Grande do Sul.	Porto Alegre.....	10	0	3	9	52	[3] 50
Total.....	31	10	18	44	2365	572

ANNO DE 1912							
Districto Federal. {	Rio de Janeiro [1]..	0	1	0	11	104	80
	Rio de Janeiro [2]..	9	3	1	22	58	75
Pará.....	Belém.....	18	9	16	18	[3]2.190	[4] 400
Rio Grande do Sul..	Porto Alegre.....	7	3	5	9	52	[3] 50
São Paulo.....	São Paulo [6].....	0	0	0	9	52	100
Total.....	34	16	22	69	2456	765

Fonte: Arquivo Histórico Amazônia Judaica - A Columna (1916 - 1917).

²⁷² Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil, anno II, p. 39. Fundado por: PEREZ, David J. e CASTILHO, Alvaro de. Publica-se a primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 02 de março de 1917, 08 de adar de 5677. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 14 jul. 2023.

Na evidência dos dados demonstrados no quadro 10, temos na comunidade do Pará, o maior número de membros declarados, reforçando a tese da comunidade oriunda da imigração marroquina para a Amazônia ser a maior do período oitocentista, somando sozinha 400 afiliados e para além dos afiliados eleva-se um total de 650, seguida de São Paulo com 100 membros, superando duas sinagogas da capital, e Rio Grande do Sul, a qual mesmo com três sinagogas é a terceira região no quantitativo de membros afiliados. O próprio quadro, traz ainda um apêndice com notas explicativas, que nos auxiliam na compreensão numérica ou até mesmo em sua ausência de dados.

[1] Centro Israelita do Rio de Janeiro. () presidente declarou não lhe ser possível informar sobre batizados e cerimônias fúnebres.

[2] Centro Israelita Marroquino

[3] As Sinagogas Dedicção de Abraão e Porta do Céu realizam, diariamente, três reuniões culturais.

[4] Eleva-se a 650 as pessoas residentes em Belém, que aceitam o monoteísmo judaico.

[5] Incluídas as pessoas que seguem o judaísmo, embora não filiadas à Sociedade União Israelita, eleva-se o total a 244

[6] Segundo declaração da Delegacia de Estatística, em S. Paulo, não foi possível obter-se informação dos batizados, casamentos e cerimônias fúnebres, porque a Comunidade Israelita ainda não estava inteiramente organizada.²⁷³

Diante do quantitativo apresentado, as comunidades do Pará, também são as que mais realizam, casamentos, batizados e ritos fúnebres, superando em demasia todas as outras sinagogas, apresentando ainda que, por dia realizam três reuniões, fazendo com que os espaços judaicos da Amazônia, sejam segundo os dados estatísticos do Anuário Estatístico do Brasil, os lugares de maior prática judaica do Brasil.

No entanto, alguns outros dados nos suscitam outros questionamentos. No caso da ausência de alguns números em São Paulo se justifica pelo fato da pesquisa está sendo feita, no mesmo ano em que a sinagoga fora fundada, mas, no caso do Rio de Janeiro enquanto capital, apresentar menor número de afiliados que São Paulo e até mesmo no Rio Grande do Sul com três sinagogas, cabe maior investigação, como também se faz importante pensar na ausência de dados e nos seus poucos números apresentados de casamentos, cerimônias fúnebres e batizados nas suas respectivas sinagogas.

A falta de registros, impede o fornecimento de todos os dados que se buscava, isto fica claro na nota do jornal a *Columna* que apresentamos acima, bem como muitas vezes, os

²⁷³ Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil, anno II, p. 39. Fundado por: PEREZ, David J. e CASTILHO, Alvaro de. Publica-se a primeira sexta-feira de cada mês. Rio de Janeiro, 02 de março de 1917, 08 de adar de 5677. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 14 jul. 2023.

lugares de culto, ainda serem no campo doméstico, permeando a cultura herdada das legislações anteriores, além de que é importante lembrar que muitos judeus traziam consigo as suas divergências e distinções dos seus lugares de destino, seja enquanto asquenazitas, sefaraditas, seja enquanto tochavim ou megorashim no caso marroquino, somando-se ainda as distinções de língua e outros legados culturais.

Essas diferenças ressoavam por vezes em querelas internas dos grupos, ao medo de declarar-se diante de um pesquisador, mesmo que de um grupo judaico, as suas predileções religiosas. Não sendo ainda descartado ou anacrônico falar da sombra da inquisição, vivenciada nas memórias de tempos difíceis e que hora ou outra se materializam, se revestiam nos noticiários dos jornais, anunciando o crescimento dos pogroms pela Europa, em especial na Rússia, bem como nas associações dos estigmas que os judeus recebiam nos jornais e no cotidiano do país que mesmo agora republicano, carregara heranças históricas discursivas que promovia medo de determinadas exposições, pois está registrado, fazer parte de uma estatística, implica em assumir um lugar, que para muitos não se coloca como algo seguro.

Em depoimento apresentando no próprio jornal *A Columna* (1917) com o título de “O Mosaismo no Brasil”, foi-se demonstrado a dificuldade e o cenário para mapear as comunidades judaicas do Brasil, recorrendo a muitas pessoas e instituições na busca de informações.

Parecia-nos já que os filhos de Israel viviam religiosamente desunidos, trabalhando nos seus officios, absorvidos no labor honesto, praticando intimamente o seu culto, enquanto uma parte infima da colonia, uma dezena de renegados, perambulava, arrastando os seus vicios, pelas ruas escusas desta formosa Sebastianópolis, cuidadosamente preocupados em evitar o perigoso contacto dos nossos agentes de policia (*A COLUMNNA*, 1917, p. 38).

A fala se refere as comunidades do Pará, abordando as dissidências internas, o fato de praticarem seu culto de maneira íntima, a aculturação concebida pelos novos vícios do lugar, ou ainda denunciando que haviam grupos vivendo distante das leis moseístas. Mas, algo revelador está na preocupação, de que as divergências pudessem colocar em xeque a existência das duas sinagogas e conseqüentemente da própria comunidade judaica.

Vale aqui lembrar, que o trabalho estatístico feito pelo *Anuario Estatistico do Brazil* e divulgado pelo jornal *A Columna*, colocou-se como importante discurso no sentido de apresentar em lugares distintos a existência da comunidade judaica pelo Brasil, no entanto, a presença judaica não se fez unicamente onde haverá sinagogas em que se atestassem grandes números de afiliados. Muitas outras instituições erigidas pelos judeus para além de seus lares

e sinagogas como escolas, associações filantrópicas e de comércio, compreende essa narrativa de existência desta gente.

O periódico judaico, revela um mundo judaico no Brasil fracionado e institui-se como sendo um canal de ligação para estas comunidades, principalmente no sentido de se revelar uma identidade judaica desvinculada de estigmas. Logo, mapear estas comunidades e criar contato era de suma importância para produção e divulgação de um contra discurso, de um contradito que por tanto tempo deteriora a identidade judaica.

A rede extensiva do jornal A Columna, logrando-se dos prestígios que possuíam seus fundadores David José Perez e Alvaro de Castilho, também buscaram ser notícias em outros jornais, no afã de ampliar sua rede discursiva e conseqüentemente sua visibilidade na construção identitária dos judeus no Brasil, como no exemplo do jornal A Rua Semanario Ilustrado (RJ) - 1910 a 1927, que não só publicou nota sobre A Columna, como também notícias em favor dos judeus.

É a primeira publicação que se faz em nossa terra para a defesa dos israelitas. As 12 paginas do mensario inserem trabalhos dignos de leitura, notadamente um bello artigo de Alvaro de Castro "O Grande Povo" e outro de David Perez sobre o maior jornalista moderno do judaismo, Theodoro Herzl, cujo retrato honra uma das suas paginas. O professor J. Benedicto Cohen da uns deliciosos versos. traduzidos directamente do hebraico - "A Sulanista". Emfim. "A Columna" agrada porque está magnificamente feita. O seu apparecimento será todas ás sextas- feiras de cada mez. Agradecendo a visita, apresentamos os votos que saudam os israelitas. - Shalom Alei.²⁷⁴

Suscitar adeptos para o seu discurso, era salutar não somente para abrangência do jornal, como também na multiplicação de suas ideias, gerando uma importância dentro do mundo judaico, público maior de seus leitores e patrocinadores que mantinham a ‘coluna’ erguida, e assim, neste imbricamento ainda de formação de instituições, muitos discursos farão com que os judeus no raiar do século XX, percebam esta maior necessidade, frente à onda de perseguições na Europa, mais especificamente na Rússia, levando A Columna, a produzir novos discursos sob a ótica do judeu, ou seja, na perspectiva de quem está sendo perseguido. Em um texto intitulado – Pobre Israel. Os judeus novamente perseguidos na Rússia, assinado por Etienne Brasil levantam-se as seguintes indagações:

Mas, afinal de contas, qual é o crime que se imputa aos pobres israelitas? Será a sua falta de patriotismo? Mas que amor podem ter escravos por um jugo cruel e por

²⁷⁴ Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal A Rua: Semanario Ilustrado (RJ) - 1910 a 1927.** Rio de Janeiro, n. 18, anno III. Sexta-feira, 14 de janeiro de 1916. Acesso em: 01 jun. 2023.

opressores incorrigíveis? O mestre que maltrata, sómente tem direito a servidores descontentes e infieis; e os judeus sabem servir com lealdade as terras hospitaleiras, como elles o estão fazendo na França e na Inglaterra. Será a sua raça, tão injustamente odiada? Mas essa raça é uma das mais antigas e mais veneráveis da humanidade: fonte, donde brotou o fermento do Christianismo civilizador do Occidente; povo, que demonstrou intelligencia e pujante vitalidade; pro genie emfim, que não deve ser execrada pelos christãos, porquanto Jesus era de estirpe davidica.²⁷⁵

A fim de submeter outra dimensão do discurso, a publicação faz o leitor indagar acerca da maneira de como se ver o judeu, e fundamenta novos atos, ao questionar o estigma da falta de patriotismo, narra-se não um discurso tão perpetrado enquanto estrangeiros, forasteiros ou errantes. O novo ato, ou seja, o novo discurso aborda o judeu que é leal as terras hospitaleiras, são inteligentes e pujantes por vitalidade. Destoando as narrativas do discurso do ódio, aponta as heranças cristãs, advindas de um berço judeu, o que se inclui também a descendência dravídica do próprio messias cristão, Jesus Cristo. Onde mais adiante reverbera-se nesta mesma nota, um estigma que pesa sobre os judeus a mais de dois mil anos.

Dir-se-á que o povo hebreu é réo de deicidio? Sim, a morte de Jesus foi um crime historico. Mas quantos israelitas já foram sacrificados para vingar a morte de uma só pessoa! E será logico assassinar todos os portuguezes para desforra de Tiradentes, todos os francezes em memoria de Lavoisier, todos os russos em desagravo de Gapone, todos os catholicos em desaffronta de Etienne Dolet?²⁷⁶

Em 143 acervos da Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital/RJ), relativos ao Pará/PA, no período que perpassa o século XIX e o início do século XX, encontramos 46 ocorrências da palavra “deista”, atribuindo a culpa da morte de Cristo aos judeus, fora ainda as infindas situações em que este sentido é empregue se utilizando de outros termos e terminologias ou ainda no uso de metáforas, parábolas e citações extraídas da bíblia, em um exercício contínuo.

A quantificação da palavra como aborda Tucci Carneiro (2003), se reverbera no discurso, isto é, produzem discursos, que estabelecem marcas, que imputam etiquetamentos²⁷⁷

²⁷⁵ Arquivo Histórico Amazônia Judaica. AHAJ. Museu Judaico Obras Raras II\A Columna (1916 - 1917) Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil. Fundado por: DAVID J. PEREZ e ALVARO DE CASTILHO Publica-se á primeira sexta-feira de cada mez. RJ. p. 22. 04 de fevereiro de 1916, 30 de shebat de 5676. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ A ideia de etiquetamento, posta por Tucci Carneiro, é oriunda do conceito proposto por Howard S. Becker, no livro *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Esta teoria segundo a historiadora, está “enquadrada como a ‘desviação’, ou seja, uma qualidade atribuída por processos de interação altamente seletivos e discriminatórios. O “indesejado” ou o “outro” é demonizado e animalizado exigindo, por parte das autoridades, intervenções preventivas que, por sua vez, aumentam o poder punitivo do Estado aproveitando-se dos medos populares. (CARNEIRO, 2018, p. 118). Importante pensar que a noção de etiquetamento reverberada por Tucci Carneiro se faz entre as décadas de 30 e 40 da Era Vargas, se pautando em documentos diplomáticos e policiais que passam

e conseqüentemente estigmas, que somados aos revestimentos da autoridade de quem produz, tornam-se muitas vezes verdades absolutas. Assim, trazer esta nota, é uma forma de pensar uma nova enunciação do discurso a partir de uma mesma história, de um mesmo acontecimento, tendo o cuidado ao reconhecer a crucificação de Cristo enquanto crime histórico, ao tempo que questiona o fato de quantos judeus irão morrer para vingar a morte de homem, fazendo alusão ainda à personalidade de distintos lugares que foram mortos e não por isso, os descendentes daqueles que são considerados os seus algozes, precisam ser perseguidos.

Outros jornais judaicos e sionistas se organizaram após a *Columna*, como o *Kol Israel* (1918-PA),²⁷⁸ o *Correio Israelita* (1921, RJ) e *Dos Naie Wort* (1927-RS), dentre muitos outros que viriam a se seguir ao longo do século XX, tendo ideias semelhantes de contrapor discursos depreciativos historicamente narrados em relação aos judeus e gerar novos discursos de ordem, lançando textos sobre a coletividade da vida judaica no Brasil.²⁷⁹

O *Jornal Kol Israel*, jornal judaico sionista, criado pelo Major Eliezer Levy, tinha um cunho sionista e era publicado em plena Amazônia do início do século XX, sendo distribuída pelos regatões e barqueiros nos rios da Amazônia para as muitas comunidades judaicas, levando informações sobre atividades judaicas espalhadas pelo mundo, o qual segundo Sergio Daniel Simon, neto do Major Eliezer Levy em publicação na *Revista Morashá* (2019) relata que os judeus que moravam no interior da selva eram mantidos informados sobre a “Declaração Balfour, a construção do Hospital Hadassah, os esforços internacionais de Chaim

a etiquetar, a rotular os imigrantes enquanto indesejáveis, dentre eles os judeus. Já o proposto por Howard Becker, se inscreve em uma perspectiva de rotulagem social criminológica, sendo os sujeitos tidos como criminosos e desviantes em decorrência dos rótulos que lhes são atribuídos dentro de uma dinâmica social. Ambos os conceitos, podem se aplicar aos judeus, independente da temporalidade, uma vez que o etiquetamento, que a rotulação em relação aos judeus é uma questão histórica, e, no momento em que recebem rótulos, que se tornam desviantes, passam a ser vistos como diferentes e assim, carecem de regulação, de punição por não atenderem ao modelo social vigente.

²⁷⁸ O “*Kol Israel*” o qual se apresentava como “jornal independente de propaganda sionista”, “órgão do Comitê *Ahavat Sion*” (Amor a Sião) de iniciativa do Eliezer Levy, nascido oficialmente em Gurupá, em 29 de novembro de 1877. Segundo Samuel Benchimol, o Major Eliezer Moyses Levy, foi duas vezes prefeito de Macapá e uma de Afuá, jamais perdeu a sua consciência política e comunitária, pois após haver deixado o interior, onde além de político tinha uma companhia de navegação, foi ardoroso sionista, tendo fundado o *Jornal A voz de Israel*. (BENCHIMOL, 1998, p. 115). O primeiro número saiu em 8 de dezembro de 1918.

²⁷⁹ Fato importante de refletir é que nenhum desses jornais declaradamente judaicos estão catalogados na BNDigital do Rio de Janeiro, o qual possui o maior acervo de periódicos do Brasil. Os dois primeiros jornais, o *Kol Israel*, que circula até os dias de hoje, tem suas primeiras edições no *Archion Hamerkazi Shel Haam HaYehudi Yerushalaim* (Arquivo Central do Povo Judeu Jerusalém), no CDM do Museu Judaico de São Paulo, na coleção de Judaica da Biblioteca da Universidade de Harvard, e no acervo pessoal da família do Major Eliezer Levy. Enquanto o *Jornal A Columna*, encontra-se na Biblioteca Digital do Museu Judaico no Rio de Janeiro, na sessão *Obras Raras II*.

Weizmann e a construção dos kibutzim e moshavim que caracterizavam a colonização judaica inicial em terras da então Palestina” (SIMON, 2019, p. 61-64).²⁸⁰

É perceptível que não há possibilidade de investigação para o momento de todos os periódicos citados nesta tese, para assim podermos refletir como os judeus à medida que ganham maior espaço na sociedade buscam interpor esse discurso na sua totalidade, desconstruindo os estigmas e produzindo outras narrativas. Fazendo-se necessário um estudo depurado em cada jornal. O que nos instiga para pesquisas futuras, visto que nossa historiografia sempre carecerá de investigação de como múltiplos sujeitos são construídos e desconstruídos pela força do discurso nos periódicos.

Discursos estes que nos evoca uma outra problemática, residente na tessitura da verdade judaica construída em seus primeiros periódicos, na qual seu discurso se contrapunha muitas das vezes ao discurso religioso cristão católico, visto que este discurso reveste-se na autoridade divina de um grupo maior de seguidores, reiterando Orlandi (1996) no discurso que é a verdade de Deus, não somente dos adeptos e seguidores religiosos, mas do que na consciência ou inconsciência pela herança cultural também o creem.

Mesmo o discurso judaico, também apresentando uma autoridade banhada na sua divindade e, portanto, revestida também de uma verdade, o seu poder de alcance, não consegue quebrar totalmente as fronteiras e vencer a construção discursiva histórica em torno dos estigmas que seu povo carrega.

As marcas que enunciam o judeu como o outro, que estabelece a alteridade e o estigma é fruto de ocorrências infundas quem nem mesmo na investigação de todos os periódicos do Brasil oitocentista poderíamos dar conta. A quantificação, portanto, das vezes em que a palavra judeu é associada a termos pejorativos vai produzindo um discurso, vai ganhando forma e consistência, vai ganhando nome e se fazendo por meio da mais sutil comparação, nas rimas leves e poéticas da literatura ou ainda nos textos inflamados de imigrantes indesejados que impingem a marca, que dá forma ao antijudaísmo, que dá nome ao antissemitismo, e entoa os discursos de ódio.

3.4 NARRATIVAS DO ANTIJUDAÍSMO: NA INDIFERENÇA O ANTISSEMITISMO SE FEZ!

²⁸⁰ SIMON, Sergio Daniel. A voz sionista na Amazônia: KOL ISRAEL. **Revista Morashá**, Rio de Janeiro, ed. 103, ano XXVI, p. 61-64, abr, 2019.

Pesquisando no Centro de Memória do Museu Judaico de São Paulo (CDM), nos arquivos e fundos pessoais do casal Frieda e Egon Wolff, buscávamos fontes que pudessem mapear melhor a forma como os judeus marroquinos se organizaram na Amazônia, visto que os mesmos, realizaram uma vasta pesquisa com levantamento de fontes sobre judeus em diversas partes do Brasil. E, em uma das caixas de arquivo, contendo recortes de jornais diversos com notícias sobre judeus, um poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado a *Incômoda Companhia do Judeus Errante*, nos chama muita atenção e nos inspira a escrever este tópico.

Os riscos de uma pesquisa em arquivo, são surpreendentes, eles podem nos causar frustrações ao não encontrarmos aquilo que queremos, as fontes que justifiquem nossas ideias, que respaldem aquilo que queremos falar, bem como, podem suscitar novos problemas, questionamentos e conseqüentemente novas pesquisas, a partir das surpresas que os mesmos revelam constantemente a depender do momento e do olhar do pesquisador, fazendo do arquivo, e por conseguinte do documento uma fonte inesgotável de investigação.

O recorte de jornal é pequeno, colado com uma fita adesiva para identificar o poema ao seu autor, com uma descrição datilografada na parte superior indicando uma data: Rio de Janeiro, sábado, 18 de junho de 1977. Sendo provável que seja a data em que o escrito fora publicado em um jornal amarelado pelo tempo e quase desprendendo da fita, o qual não conseguimos encontrar o folhetim que o publicou.

Na investigação acerca do poema, vemos que faz parte de um livro de memórias poéticas denominada *Boitempo* do Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1968, e que dentre muitos outros poemas, narra-se a *Incômoda Companhia do Judeu Errante*, enaltecendo muitos elementos desta figura que por séculos ganhou tantas versões, mas nenhuma perdendo o fio condutor de uma linha que desqualifica o judeu seja em tom acusatório, seja em tons jocosos e anedóticos.

Não durmo sem pensar no Judeu Errante
 A esta hora,
 Onde estará, não estará,
 Pois caminha eterno, e seus passos ressoam
 Neste quarto, embaixo da cama,
 Na gaveta do armário, na porta do sono?
 Para que foram me contar essa história de Judeu Errante
 Que tem começo e nunca terá fim?
 Não sei se é pena ou medo
 Ou medo pena medo
 O que sinto por ele.
 Sei que me atinge.
 Me fere.

Não há banco
 Nem cama para o Judeu Errante.
 Come no ar. Não para.
 Vestido de preto.
 Anda.
 Olhos sombrios.
 Anda.
 Deixa marca de pés?
 Como é sua voz?
 E anda e anda e pisa no meu sonho.
 Que mal fiz eu
 Para viver acorrentado à sua imagem?
 (ANDRADE, 1988, p. 500)²⁸¹

Os versos de Drummond, acompanham muitas histórias infantis que servem para colocar medo nas crianças e de alguma forma “discipliná-las”, rememorando desde tempos medievais, as histórias de personagens que evocam o pavor no imaginário infantil, ganhando contornos variados, versões distintas e semelhantes conforme tempos e espaços. O judeu errante dos versos de Drummond, já se apresenta enquanto uma companhia incômoda, suscitando medo por não se saber onde está, pois por ser errante, por vagar a toda parte, assombrando por estar na gaveta, no armário ou na porta do sono. O incômodo judeu errante é personificado, por meio do discurso literário, sendo possível imaginar a sua figura vestido de preto, olhos sombrios, andando sem deixar marcas, na incógnita de não se saber a sua voz nem de se ver os seus rastros.

As questões que fazemos e que nos veio ao ler o recorte amarelado, apresentado pelo casal Wolf em seus arquivos é de que, quanto dos discursos em torno do judeu tantas vezes reiteradas, mapeando-os com marcas depreciativas este poema carrega? Quanto do medo do judeu errante, tão próximo aqui das lendas do velho do saco que assusta e que pode carregar as criancinhas esses versos possuem? Quanto de antijudaísmo na leveza e na sutileza da poesia *A Incômoda Companhia do Judeu Errante* carrega? Ou ainda, o quanto de separação entre uma lenda, um conto, um mito, as pessoas conseguem fazer do judeu que não é o errante, que são os sujeitos reais, o seu vizinho, o seu colega de trabalho, ou senhor que vende mercadorias na feira?

“[...] a lenda do Judeu Errante, em qualquer época, contempla uma fundamentação antissemita” (UNTERMAN, 1992, p.160). As linhas entre o conto, entre o poema, que é produzido para divertir, se coloca extremamente tênue, quando ao olharmos para o campo da história, já encontramos a personagem principal deste conto carregado de rótulos que os

²⁸¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

desviam de um lugar comum, de um padrão social aceitável, que já são etiquetados com marcas de alteridade e de indiferença.

Aqui, ao refletirmos sobre o sentido da palavra indiferença de uma maneira semântica, vemos que este substantivo feminino tem um sentido amplo que corresponde a qualidade de quem é indiferente, de quem é insensível, desapegado ou ainda ausente de consideração e de preocupação.²⁸² De todos estes sentidos, o que mais nos cabe para pensar a indiferença que contribui na construção do antissemitismo,²⁸³ dentre fatores e circunstâncias várias, corresponde à ausência de consideração.

À medida que os termos indigestos acerca da desfiguração do povo judeu, vai sendo construído nos discursos ao longo do tempo, as marcas que lhes são imputadas começam a fazer parte de uma naturalidade, de um senso comum no qual se institui a indiferença, a ausência de consideração diante da normatização do discurso. Se tornando comum as associações pejorativas em relação ao judeu.

Revisitando os trabalhos da escritora Sultana Levy Rosenblatt descendente de judeus sefaraditas marroquinos, desta vez em seu segundo livro de crônicas denominado *Antigamente era assim*, a autora compartilha um momento de sua infância vivido no Pará, no início do século XX. Rosenblatt, descreve um momento em sala de aula, mais precisamente no primeiro dia de aula, na Vila Pinheiros, onde hoje é o município de Icoaraci, próximo de Belém do Pará.

Frequentei por algum tempo um grupo escolar no Pinheiro (Icoaraci) quando minha família passou lá uma temporada. Não havia escolas particulares no Pinheiro. Ia-se para o Grupo ou ficava-se sem estudar. Acho que fui matriculada começando o terceiro ano. Logo na primeira aula a professora escreveu no quadro negro – Passem para o masculino as seguintes palavras: Sultana – Judia – Ladra – Galinha. Tomei um choque. Eu era Sultana e era judia, mas não era ladra de galinha. Mas, fiz que não me apercebi. As meninas ao redor perguntavam baixinho: “Como é o masculino de Sultana?” – e eu respondia no mesmo tom – “Sultão”. Fui para casa assustada. Não contei nada a ninguém, mas passei a noite e dia pensando porque razão a professora escolheu meu nome ligando-o a ladra e galinha. Com a emoção adoeci e só muitos dias mais tarde voltei para a escola. A professora me recebeu

²⁸² DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/> Acesso em: 30 jul. 2023.

²⁸³ A palavra "anti-semitismo", de origem grega, foi empregada pela primeira vez em 1873, no panfleto *Der Sieg des Germanentum* (A vitória do judaísmo sobre o germanismo), publicado pelo agitador político alemão Wilhem Marr. Tanto as teorias defendidas pelo alemão Marr, como por outros intelectuais europeus, marcam uma fase decisiva no surgimento de novas tendências anti-semitas que, lentamente, vão compondo com o antigo antijudaísmo sem, entretanto, substituí-lo totalmente. Uma série de pressupostos baseados em juízos de valor foi criada por esses racistas que, manipulando elementos da moderna biologia, instigaram massacres de comunidades judaicas radicadas na Europa e ofereceram suportes para a aplicação de uma legislação discriminatória. (CARNEIRO, 2003, pág. 17). Ver Anita Novinsky, "O Racismo e a Questão Judaica", in Lilia Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiroz (orgs.), *Raça e Diversidade*. São Paulo/Edusp; Estação Ciência, 1996, p. 8.

amavelmente, perguntou a causa da minha ausência. Fiquei tranquila, não era a inimiga que me assustou (ROSENBLATT, 1967, p. 1).

O discurso relatado, perpassa uma narrativa histórica, uma construção estigmatizada em torno da figura do judeu, alicerçado sobre as crenças que alimentam o antissemitismo, como nos afere Tucci Carneiro (2014), personificado nos mitos sobre os judeus, os quais giram em torno do deicídio, culpabilizando os judeus pela morte de Cristo, que são uma entidade secreta ou que eles dominam a economia mundial, que não existem judeus pobres, sendo todos avarentos, não possuem uma pátria, são racistas, parasitas e controlam a mídia, manipulando até os Estados Unidos.²⁸⁴

Essas construções narrativas não se deram de um dia para a noite, assim como o exemplo utilizado pela professora, elas foram tecidas ao longo do tempo, sob aspectos e condições diversas, mais com o fio condutor da acusação que da liga e cria o tecido do estigma que veste os corpos de preconceitos.

Importante pensar que quando falamos de preconceito em relação ao judeu, não temos uma concepção semântica pura e literal da palavra enquanto sentimento concebido sem exame crítico. O preconceito em relação ao judeu é resultante de um sentimento construído historicamente, ou seja, não se trata de algo preconcebido, é algo da ordem do discurso, do praticado no cotidiano, em uma teia de significados que vai ganhando conotações, seja de recrudescimento, seja de arrefecimento, conforme dinâmicas de tempo e espaço, das quais foram se naturalizando, se tornando comum, fazendo com que a forma de ver o outro não se estabelecesse em um estranhamento produzido simplesmente pelo não conhecimento, ao contrário, a indiferença que se faz por já haver uma teia urdida cheia de significados, ou seja, com conhecimentos já existentes. O que também pode se aplicar para outros grupos étnicos, políticos e religiosos como povos originários, negros e indígenas, comunistas, protestantes e imigrantes dentre outros.

Validando-nos em torno da concepção de estigma em Erving Goffman (1982), assistimos na fala da professora o resultado da construção estereotipada, resultante de uma série de imperfeições que foram sendo etiquetadas nos judeus como nos mitos descritos acima, sob uma imperfeição original, a de que os judeus são deicistas, e a partir deste marco, a utilização dos termos “Sultana, judia, ladra, galinha”, são utilizados assim de maneira característica, sem se dar conta de seu conceito original.

²⁸⁴ Para ampliação do debate, podemos ver a obra já citada em outros momentos desta tese, “*Os dez mitos sobre os judeus* da historiadora” de Maria Luiza Tucci Carneiro (2014), no qual discute acerca dos dez mitos mais popularizados sobre os judeus no mundo.

No relato de Rosenblatt, ao tempo que a criança se assusta, ao ver seu nome comparado de tal maneira, a deixando doente e sem frequentar a escola, destoa-se a professora de uma persona má, ao recebê-la de forma amável, rompe-se a ideia de que era inimiga. A naturalidade posta no exemplo de sala, não permitia ver a preparação do terreno, a construção do *humus* antissemita que fertilizava de modo indiferente os males que estavam se constituindo e os outros que viriam a se fazer de fato.

O mesmo é feito tantas vezes nas notas de jornais que até aqui utilizamos como exemplo, ao se pensar e relatar acerca do judeu errante, utilizando-se para categorizar, para adjetivar o sujeito, para nomeá-lo de forma incisiva ou metafórica em distintos contextos que se emprega como parâmetro, posta e repetida tantas vezes que se naturaliza, que se torna sinônimo de uma fala usada para desqualificar, em paráfrases e em antíteses dentre outras formas de expressão.

A desqualificação dos judeus é uma ação desenvolvida em uma perspectiva de longa duração, que se aplica de forma contínua, hora com picos de intensidade, hora apresentado certa timidez, visto que os discursos que os inscrevem nos periódicos nos dão essa dimensão construtiva, cada vez em que situações faziam do judeu protagonista e assim ganhavam evidência na sociedade, as ocorrências em torno de seu nome se tornavam maiores, isto também é conferido ao estabelecermos um paralelo com a dinâmica da história do Brasil.

No debate parlamentar que antecede e em seguida outorga a Constituinte de 1824, temos o primeiro grande aumento das ocorrências do nome judeu, judeus, hebreus nos periódicos do Brasil, vistos na BNDigital, bem como em todos os momentos em que leis que tratam sob liberdade de culto e outras prerrogativas ganham evidência, as ocorrências se tornam maiores. Obviamente que não unicamente dos judeus, mais de todos os grupos não católicos ou que eram avessos a ordem vigente em cada tempo e situação.

Um momento de destaque sempre presente fora o período de quaresma celebrado pela cultura cristã católica, onde os textos envolvendo a questão da morte de Cristo, faz rememorar o estigma do deicismo, assim, “O estigma será usado, em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 1982, p. 13).

Nesta inferência feita por Goffman, percebe-se que o estigma pressupõe uma marca, uma discrepância entre aqueles que apresentam uma identidade social, no caso do Brasil, uma identidade cristã católica, e, portanto, normativa, para aqueles que não são cristão, atribuindo um peso maior a figura dos judeus em detrimento de outros imigrantes, os quais mesmo não sendo católicos, apresentam-se como cristãos. E assim, para além do atributo, a linguagem de

relações apregoada nos discursos construídos nos jornais, se tornam o porta voz em grande medida da forma de como as pessoas veem e pensam, instigando os sujeitos a normatização do estereótipo, da imagem preconcebida, uma vez que mesmo não conhecendo, o discurso permeado de relação de poder (político, religioso e intelectual) os faz acreditar que assim o é.

E, ao tomarmos os judeus marroquinos como exemplo, percebe-se que os mesmos não saíram das péssimas situações em que se encontravam na África do Norte para virarem heróis desbravadores aqui na Amazônia. O estigma de povos indesejáveis cruzou o Atlântico e se fez até mesmo na terra que lhes foi propagada como da promessa. Aqui, estão longe de ser singularmente, o povo aventureiro e heroico que venceu o Inferno Verde e contribuiu para civilizar a gente bestial da Amazônia ou embranquecer o Império brasileiro.

Em um outro recorte de jornal, do fundo pessoal do casal Wolff no CDM, este datado de 1978, datado com caneta,, o qual nesta temporalidade não se encontra na BNDigital, temos uma nota com o título: *Sem comentários. O anti-semitismo em Belém do Pará*. Este artigo, de autoria de Cecil Meira, saiu publicado no jornal “O Liberal” de Belém, no Pará, sendo republicado em um jornal carioca o qual não conseguimos identificar. A nota esboça uma fala de negação ao antissemitismo, ao tempo em que rejeita, que nega ocorrer perseguição judaica em Belém.

Falar em anti-semitismo em Belém só pode ser considerado como troça, bobagem, o mais completo absurdo ou então a conclusão e o raciocínio de algum espírito doentio. A nossa sociedade é pequena, boa, aberta a todos e aqui vivemos na maior fraternidade. E vou mais longe. Não se pode falar em anti-semitismo no Brasil inteiro, porque os brasileiros não são racistas, não vêem cor, não vêem credo, não vêem Pátria e todos vivemos como uma só família (WOLFF, 1975, p. 05).²⁸⁵

Esta harmonia, trazida pela autora atesta o desejo de não haver antissemitismo, de não se ter perseguição ou preconceito ao povo judeu, a partir de um lugar de fala no qual é resultante das grandes barbáries vivenciadas pelos judeus ao longo do século XX, e assim repudiar tanto o antissemitismo. Embora que, não condizem com a realidade.

Mesmo sendo um texto produzido já na segunda metade do século XX, faz-se importante refletir que o discurso rompe fronteiras, que a depender das relações sociais os discursos carregados de verdade, como os que foram produzidos em todo do povo judeu, se revestem de sentidos políticos e de poder religioso, tornando-se uma linguagem que constitui valores e como diria Foucault (2013), aprisionam os sujeitos.

²⁸⁵ Pesquisa realizada no Centro de Memória (CDM) do Museu Judaico de São Paulo em 22 de nov. de 2018.

As falas contrárias aos judeus, estão longe de serem consideradas troça e bobagem, uma vez que, por meio do discurso cômico e jocoso, muitas narrativas foram urdidas e se revestiram em verdades que configuram a identidade do outro. No jornal *Amasonas (AM)* - 1866 a 1900, em um folhetim, escrito, “Resposta de Malagueta ao seu compadre”, publica-se um verso nada amistoso em resposta ao seu colega dando cabo de algumas difamações derivadas de umas arengas e em um dos versos assim o diz, “Tem gordura como frade; Testa curta, barrigão; parece um mono de palha; Ou judeu de procissão”.²⁸⁶ Esses versos, se utilizam de marcas imputadas no judeu, do etiquetamento do judeu que é falso que anda entre os cristãos e também do que é errante, associando um estereótipo depreciativo que está além de uma mera bobagem, que está na identidade que marca e se configura no estigma de negação.

Cecil Meira, ainda completa sua fala dizendo que “os brasileiros não são racistas, não vêem cor, não vêem credo, não vêem Pátria”. Os muitos registros ao longo do século XIX no Pará, de perseguição aos judeus se fazem racistas, a estereotipia narrada sob um viés que fermentou e formalizou tantos estigmas não fez do Brasil uma democracia racial,²⁸⁷ ao contrário, os ódios históricos, nomeados a partir da raça, da etnia como nos afere Lilia M. Schwarcz (1993), destoem qualquer pensar de harmonia em relação ao outro que é estabelecido enquanto diferente. Os judeus como já reiteramos não se fez de imigrante desejado, nem todos possuíam uma pele branca, seus trezentos anos de vivências no Marrocos, também os fez africanos, não somente na cor, mas nos costumes. Seu credo foi tão visto, que a toda e qualquer oportunidade lhe era lembrado uma “culpa original”, o deicismo, seus templos como os demais sujeitos que não eram católicos não possuíam templos com ostentação exterior. E, por fim, enquanto judeu errante, muitos textos foram erigidos para lembrar que aqui eram imigrantes, eram uma pátria emprestada, que vagavam por mais uma terra como tanto o fizeram em outros lugares.

²⁸⁶Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. **Jornal Amasonas (AM) - 1866 a 1900**, Rio de Janeiro/RJ, anno XV, n. 565. Domingo, 01 de maio de 1881. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 28 de jul. de 2023.

²⁸⁷ A democracia racial é um termo que surge no início do século XX, para enfatizar que o racismo havia acabado no Brasil e que o país aspira sob os auspícios da modernidade um ideal de respeito e harmonia frente às contribuições culturais de índios, brancos e negros, ou seja, uma harmonização entre as raças. Embora o debate seja anterior ao século XX por naturalistas, é somente com sociólogo recifense Gilberto Freyre na obra *Casa Grande & Senzala* em 1933, que o conceito toma maior abrangência. O que para Lilia M. Schwarcz a Democracia racial, vista enquanto mito, por não conceber uma verdade, reconfigura-se pela ênfase no racismo silencioso, velado pelo alentado ideal democrático, que, segundo Schwarcz “se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade das leis e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação.” (SCHWARCZ, 2011a, p. 78).

O Pará é o lugar dos registros de saques, como a “Safra do me ceda”, o “Fora judeus” ou o “Mata judeus”, fatos já relatados nesta tese, os quais não ficara somente no imaginário da oralidade transmitida pelos mais velhos, esses atos foram reais e discursados pela imprensa. Eles destoam um sentido de vivência judaica restrito ao campo das sociabilidades promotoras de solidariedades, materializam as tensões e as dificuldades que a identidade judaica experencia.

No rememorar dos muitos discursos refletidos nos periódicos descritos, carregados de rotulações em torno do judeu, e aqui usamos o conceito de rotulação, por ser o que mais cabe, no sentido de estar em consonância com os fundamentos de Howard Becker (2008), uma vez que, os judeus carregam uma culpa, que os incrimina e os tornam desviantes da sociedade, que acompanham marcas, postulando nos mesmos uma desnaturalização, que tanto foi endossada pelos atributos religiosos. Os muitos discursos, que reverberam o deicismo, provocam como já apontamos anteriormente, um discurso que generaliza, que marca e cria uma identidade, por vezes homogênea, atribuindo a toda uma gente, no caso, o povo judeu, um lugar de desviante, construído sobretudo, através dos atributos dados pela sociedade ou por determinado grupo social, que os vê como avesso e assim, precisam receber algum tipo de punição pelo seu desvio, pelo seu crime. “O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso” (BECKER, 2008, p. 22).

No percurso desta informação, *jogar foguetes, dar vivas a nação e proferir gritos de mata judeus*, fato este apontado pela nota do jornal O Industrial,²⁸⁸ referindo-se ao movimento Mata Judeu em Cametá no Pará, é em grande medida, fruto do conhecimento público, do atributo dado ao sujeito que se torna desviante, alimentado pelas redes de discursos tantas vezes publicadas nas páginas do jornal, nos mais diversos gêneros textuais e que por meio das reinterpretações rompiam o mundo letrado e atravessavam os espaços cotidianos. Tendo um forte potencial, porque é narrado por autoridades intelectuais, políticas e religiosas.

Para Carneiro (2003),

[...] a sociedade brasileira sempre reservou espaço para um projeto racista, antissemita na sua essência. Como por exemplo, podemos citar o teatro brasileiro,

²⁸⁸ Descrevemos aqui as manifestações ocorridas no movimento Mata Judeu em Cametá, (PA), chegando a irradiar-se pelas margens dos rios, pelos igarapés e atingindo outras localidades como: Baião, Mocabuja, Araqueretuba, Mangabeira, Prainha no raiar do século XX, caracterizando-se por práticas de pilhagens, discutido anteriormente e que fora divulgado na imprensa amazônica. Ver: BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Jornal O Industrial, 1901 a 1903 (PA)**, n. 212, anno VII. BRAZIL PARÁ CAMETÁ, 28 de abril de 1901. Acesso em: 28 de jul. 2023.

cujos textos continuaram a explorar, ao longo dos séculos XIX e XX, a ideia do deicídio cometido pelos judeus (CARNEIRO, 2003, p. 20).

Principalmente girando em torno do mito do judeu errante, transformado em livros, gravuras, pinturas, contos, romances, crônicas e peças teatrais dentre outros gêneros artísticos.

A exemplo disto, temos as peças dramáticas o *Novo Judeu Errante* e o *Judeu Errante*, que começaram a ser exibidas no teatro São Francisco do Rio de Janeiro a partir de 1846, as quais são testemunhos de como a sociedade nutria interesse pelo assunto nas mais diversas formas de manifestação, consumindo um entretenimento que corroborava com uma forma de pensar e agir sobre o outro.

Neste mesmo período em que a arte ganha uma conotação de maior consumo no Brasil, principalmente como resultado das exigências e articulações dos homens de letras, para acompanhar um viés de um país que estava se modernizando, se europeizando em seus traços e costumes, havia um órgão, o Conservatório Dramático Brasileiro,²⁸⁹ do qual a exibição de peças teatrais, assim como outras manifestações artísticas deviam passar por uma censura. O conservatório estava para além do fomento da cultura e da arte no Brasil, serviu mais como projeto civilizador, deliberando sobre a arte que poderia ou não ser consumida nos teatros e outros espaços públicos e privados, empreitando uma criteriosa avaliação. No decreto de número 425, de 19 de julho de 1845 do Conservatório assim definiam sua função, “Estabelece as regras que se devem seguir para a censura das Peças, que houverem de ser representadas nos Theatros d'esta Côrte; e faz extensivas aos das Provincias as que lhe são aplicáveis”.²⁹⁰

A arte consumida no Brasil, possuía uma inspiração europeia, estando em consonância com um projeto civilizatório, no qual estavam imbuídos os interesses não somente da Ordem Imperial como também da Igreja Católica, mesmo que muitas vezes entrassem em conflito, os auspícios de uma função moralizadora, na qual deveria se respeitar a monarquia constitucional e a moral cristã católica estavam em evidência, uma vez que o próprio estatuto reafirmava que deveria ser uma escola de bons costumes.

²⁸⁹ O documento completo do Estatuto da Associação Conservatório Dramático Brasileiro. *In*: Artigos orgânicos do Conservatório Dramático Brasileiro. **Coleção Conservatório Dramático Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1452744/mss_1452744.pdf. Acesso em: 28 de jul. 2023.

²⁹⁰ **Decreto nº 425, de 19 de julho de 1845**, dizendo o seguinte: estabelecendo as regras que se devem seguir para a censura das peças, a serem representadas nos teatros desta corte [...] Rio de Janeiro, abril 1843/julho 1845. 2 docs. (6 p.). Contém relações dos artigos orgânicos da Associação Conservatório Dramático Brasileiro. Orig. Ms. Imp. Coleção Conservatório Dramático Brasileiro (BRASIL, 1845, p. 79).

No deliberar deste Conservatório, as peças que tinham como temática o Judeu Errante, também tiveram que passar por uma censura, sendo seu documento de autorização despachado em 23 de outubro de 1846.²⁹¹ A peça encenada em um país rigidamente católico, não teve tantos problemas em ser despachada, uma vez que resguardava alguns princípios regidos no estatuto tal como:

O julgamento do Conservatorio he obrigatorio quando as Obras censuradas peccarem contra a veneração à nossa Santa Religião, contra o respeito devido aos Poderes Politicos da Nação e ás Authoridades constituídas, e contra a guarda da moral e decencia publica Nos casos porem em que as obras peccarem contra a castidade da lingua, e aquella parte que he relativa á Orthopia, pode-se notar os defeitos, mas não negar a licença. Resol. Imperial de 28 de agosto de 1845. (GUEDES, 1843).²⁹²

As peças, *O Novo Judeu Errante* e *O Judeu Errante*, trazem uma narrativa que coaduna com os auspícios de uma sociedade hierarquizada em uma moral cristã, enaltece a figura do judeu enquanto sujeito incorrigível, por sentenciar Jesus Cristo a morte. Narra uma personagem que é um eterno caminhante, condenado a deambulação perpétua, cumprindo o rito de ser desviante, associando-se a inúmeros outros atributos depreciativos, encarnado na figura de ser o causador de crise e epidemias. Reforçando os discursos litúrgicos tantas vezes reiterados pela Igreja Católica, não pecando contra a veneração da religião oficial no Brasil.

As peças desta maneira, à medida que se colocavam enquanto mercadoria a ser consumida, na esteira no lazer, assumiam um papel pedagógico, funcionando de maneira coadjuvante para reforçar os discursos religiosos que segregavam os judeus, tornando-os anticristos, anticatólicos, sob a égide de uma fundamentação artística e poética, a teia discursiva se junta a outras simbologias que vão dando materialidade a práticas antijudaicas, generalizando a figura do judeu na organização de um enredo que tende a desembocadura do antissemitismo, que nos diversos locais de manifestação de discurso, seja na imprensa ou nas artes, ao vermos as notas constantes auferidas ao se falar sobre o judeu e o quanto o etiquetamento em relação ao deicídio é reverberado, tendem a fazer parte de um senso comum que alimenta esse projeto de aversão em relação ao outro.

Estas representações católicas, postuladas em uma perspectiva pedagógica, ao narrar os acontecimentos da morte de Cristo em muito contribuiu para a formação de uma essência antissemita. Mesmo em um Brasil de “poucos leitores”, o papel da imprensa é mais forte que as metralhadoras, nos lembram Ana L. Martins e Tânia R. de Luca (2018), uma vez que,

²⁹¹ Ver fotocópia do documento em anexo G desta tese.

²⁹² Ibidem.

o seu poder estava no escrito, no dito que era lido no papel, o qual se constituía revestido da verdade. E, mesmo muitos não sabendo ler nem escrever, ouviam o discurso e os representavam enquanto fala de autoridade, que ampliava o campo da informação para a formação, para a instrução que molda a maneira de pensar, de agir e de ser de um povo, quase que sempre deslocando-o para o lugar de “homem marginal” no dizer de Maria Augusta de T. Bergeman (2013), o qual mostra as formas, as desfigurações que eram narradas ao representar o judeu no teatro brasileiro, sendo a nosso ver, as formas de marginalização como resultado dos estigmas atribuídos, assim como nos jornais.

Em muitos lugares, os judeus coabitavam com uma tolerância hostil, vivendo sob as prerrogativas de liberdade que as nações ofereciam, como no caso, o Brasil, porém, permeada de um sentimento arraigado a uma “culpa original” (Elazar, 1969, p. 71), que desde o medievo como acrescenta Eva A. Blay (2013), se revela em diversos espaços, dentre eles nos contos populares, na liturgia, em afrescos, nos vitrais de catedrais e na estatuaría, antiga tradição que perdura até hoje em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, sendo amplamente divulgado pelos periódicos, sejam eles em jornais católicos ou não, como já mostramos em páginas anteriores.

Em 1893, o jornal *Correio Paraense*, divulga na sessão de assuntos e informes estrangeiros a prisão de dois padres por calúnia em relação a sacerdotes judeus, os quais foram acusados na nota de algumas práticas que contribuem para tipificar o outro, para dar-lhes um rótulo que reforça o estigma pejorativo.

Ha pouco tempo, em Xieuna, o padre catholico Meyer, o dr. G-ckert e o sr. Dolle, redactor de Das Veterland, accusarão muitos sacerdotes judeus de sacrificarem crianças na observancia de cerimonias religiosas. Os sacerdotes accusados instauraram-lhes um processo de calumnia, e o padre Meyer foi condemnado a quatro mezes de prisão, e Geckert e Dulle a pagarem pesadas multas (CORREIO PARAENSE, 1893).²⁹³

A acusação rendeu aos padres, prisão e multa, porém as palavras saltam o escrito, se tornam debate cotidiano, se inscrevem nas memórias e somam-se a outros etiquetamentos já existentes no judeu. Além de que as pessoas que o acusaram eram padres, revestidos do discurso religioso, atribuindo uma manifestação de poder e influência sobre os sujeitos principalmente em ambientes predominantemente católicos.

²⁹³Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. **Correio Paraense**: diario noticioso, commercial e litterario (PA) - 1892 a 1894. Rio de Janeiro, RJ, anno II, n. 470, quarta-feira, 06 de dezembro de 1893. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

A interlocução do discurso aqui é proferida por padres, aqueles que se colocam e também podem ser vistos como enviados de Deus, ou ainda a voz de Deus, revestidos do discurso religioso (ORLANDI, 1996), atestando um credo bem maior de verdade ao discurso, no qual mesmo com a prisão, entoa um rótulo que se ramifica no estigma e prepara o terreno para o sentimento antissemita.

Este terreno é ainda condimentado, sob uma perspectiva do consumo, do discurso que é comprado, que é lido. As reiteradas notas sobre judeus com seu teor, nos jornais católicos, nas folhas literárias, políticas, econômicas ou ainda o noticiário internacional, dando cabo das perseguições sofridas, eram material constante de leitura nos periódicos das maiores comunidades judaicas, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, a exemplo. Havia um público que justificava a necessidade do discurso e, conseqüentemente do consumo.

Ao tempo que as notícias eram sinônimas de interesses, informando sobre acontecimentos, possuíam por parte de quem as escreviam um cunho instrutivo, por vezes doutrinário, os quais seja de modo consciente ao deliberar os etiquetamentos ou de forma sutil nos versos, poemas e peças teatrais, figuravam o judeu, de forma que deliberadamente, assumia-se um lugar de alteridade, que corria para um rio discursivo preconceituoso, o qual não demoraria para se assentar no mar do antissemitismo.

Neste ínterim, estas marcas de evidência no outro, vistos nos jornais, nas artes, contribuía para fomentar uma reação social, um imaginário coletivo, arquitetado na repetição do discurso, onde segundo Tucci Carneiro, “Tais ‘marcas’ colaboram para a composição de uma imagem deformada do povo judeu como um todo, delineado através de imagens antiestéticas, diabólicas, aterrorizantes e antissociais” (CARNEIRO, 2014, p. 16).

Logo, pensar a história dos judeus nos primórdios do século XIX no Brasil, em uma articulação com a história geral, faz necessária por refletir acerca de mais uma gente que vem constituir a identidade do povo brasileiro, mas é também pensar a “pré-história” do antissemitismo. Segundo Hanna Arendt (2012), à medida que eventos acontecem e estes deixam os judeus enfraquecidos, fragilizados politicamente ou economicamente, vêm-se à tona o peso dos rótulos construídos e constituídos historicamente, isso não quer dizer que, no momento em que os judeus estão em alta em um determinado lugar, os estigmas erigidos ao longo da história deixem de existir, porém perdem força na ocasião em que se colocam em evidência, no momento em que se mostram e se fazem importantes, essenciais para aquele lugar. O peso em relação ao discurso de alteridade vai assumindo outras posições, no sentido

que Elazar (1969), classifica como tolerância hostil, termo este já evidenciado anteriormente em nossos discursos.

Hanna Arendt em *O antissemitismo como uma ofensa ao bom senso*,²⁹⁴ diz que o declínio dos judeus na Europa Ocidental e Central forma apenas o pano de fundo para os eventos subsequentes (ARENDET, 2012, p. 28). Os eventos que a autora cita, estão assentados nos avanços que as políticas contra os judeus ganham força e notoriedade e contribuem para dar forma ao antissemitismo moderno, o qual está caracterizado por fundamentos ideológicos que vão além do ódio aos judeus, característica essa, vista no discurso antijudaico anterior a segunda metade do século XIX.

Importante relatar que o nosso estudo não pretendeu avançar acerca dos estudos do antissemitismo moderno e sua relação ideológica com os regimes totalitários, a nossa preocupação reside no fato de investigarmos e refletirmos o quanto os etiquetamentos que desviam os sujeitos de uma concepção de normalidade, lhes imputando uma alteridade, uma aversão e conseqüentemente estigmas que favorecem o discurso e a prática de ódio em relação ao povo judeu.

Sendo a região amazônica um lugar de estabelecimento de uma das maiores comunidades judaicas do Brasil no século XIX, em especial como já aqui colocamos no Pará e no Amazonas, à medida que as comunidades vão se estabelecendo, os discursos diante de uma assimilação judaica ganham notoriedade e suas marcas históricas preconceituosas emergem, fazendo e ganhando sentido ao cotidiano de onde estão inseridos.

Nos valendo dos dados de Samuel Benchimol (1999), a segunda geração de judeus que migram pra a Amazônia, são caracterizados pelo boom da borracha, muitos conseguindo se estabelecer em Belém e Manaus, se tornando grandes aviadores, dono de empórios, armazéns, exportadores de borracha e outras atividades de cunho comercial.

[...] os primeiros judeus e firmas judaicas eram de origem francesa da Alsácia e Lorena, e inglesa de Gibraltar, como Juda (Leão) Elias Israel em Belém, Isaac Rofé, o mais rico judeu de Belém, cuja família morava numa mansão de quatro andares na Avenida da Liberdade, nº 270, em Lisboa. Em Manaus, os judeus mais importantes... eram todos franceses e alsacianos, como Marius & Levy, que construiu o Edifício da Theodureto Souto, esquina da Av. Eduardo Ribeiro (hoje Edifício dos Correios), o mais alto da cidade e que foi, durante anos, a sede dos armazéns da mais rica firma judaica aviadora e exportadora: B. Levy & Cia., cujos sócios Raphael Benoliel e Samuel Levy tinham trânsito livre junto aos portugueses e franceses, pois ambos tinham também seus familiares, morando em outro prédio da Rua da Liberdade, nº 252, em Lisboa (BENCHIMOL, 1999, p. 308).

²⁹⁴ ARENDT, Hanna. **1906-1975**: origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

As descrições de Samuel Benchimol dão continuidade e mostram um número ainda maior de judeus e firmas por Belém e Manaus, destacando o avanço ao qual boa parte conseguiu nessa segunda geração que migrou para região amazônica. No entanto, exatamente neste período que é demarcado entre 1850 a 1910, auge da economia gomífera, que assistimos o aumento de notas sobre os judeus nos periódicos. Ao estarem em evidência, questões ligadas ao deicídio, ao judeu errante ou ainda a avareza se torna comuns em páginas de jornais.

Em um dos estudos pioneiros de periodização da história judaica no Brasil, elaborado por Salomão Serebrenick em 1962, o mesmo aponta uma construção que divide em oito fases, sendo as duas últimas, recorte temporal aqui usado por nós nesta tese, valendo-se dos marcos temporais que vão do início do século XIX ao início do século.

1824-1855 Fase da ASSIMILAÇÃO PROFUNDA, subsequente à cessação completa da imigração judaica homogênea e à igualização total entre os judeus e cristãos perante a lei.

1835-1900 PRÉ-IMIGRATÓRIO MODERNO, caracterizado pelas primeiras levas de imigrantes judeus, oriundos sucessivamente da África do Norte, da Europa Ocidental do Oriente Próximo e mesmo da Europa Oriental, precursores das correntes caudalosas que, nas primeiras décadas do século XX, viriam gerar e moldar a atual coletividade israelita do país (SEREBRENICK, 1962, p. 9-12).

A divisão nos serve para pensar a presença judaica no Brasil, assim como os dados de Benchimol, no entanto, esta divisão feita por Serebrenick, não se articula com a história do Brasil, o autor, parte apenas de acontecimentos próprios da história judaica, ausentando-se de uma associação com as transformações políticas, sociais e econômicas que o Brasil vivera. A fase de 1824-1855, está longe de ser um período de assimilação profunda, é preciso pensar sobre os marcos legais que estão sendo elaborados no Brasil, é preciso associar as mudanças gerais que o Brasil estava vivendo e que culminam com o aumento da imigração e a consequente retórica de alteridade, indiferença e antijudaísmo.

Para Tucci Carneiro (2003), ao narrar a cronologia e apresentar as distintas fases do antissemitismo no Brasil, o qual o chamará de o *Veneno da Serpente*, entre 1860 e 1916, verifica-se as bases, ou melhor: “A gestação do antissemitismo moderno, sendo introduzidas no Brasil novas teorias racistas entre as quais o darwinismo social, o evolucionismo, o arianismo e a eugenia” (CARNEIRO, 2003, p. 12). Estas, se apoiam no sentimento e nos discursos já existentes, bem como nos é concebida uma divisão a qual faz um exercício melhor de articulação da história dos judeus com a história geral do Brasil, divergindo da caracterização demarcada por Serebrenick (1962).

Esta gestação é concebida e exemplificada por meio de tantas práticas reiteradas, desde a chegada dos primeiros imigrantes judeus ainda no Grão-Pará em 1810, ao contínuo fluxo de imigração e migração que vai se estendendo por várias regiões do Brasil e lugares diversos em que a composição diaspórica dos judeus vai se constituindo. No entanto, faz-se importante refletir sobre as particularidades de cada momento, bem como o que cada local resguarda, sempre em um misto de solidariedades, arrefecida pelas redes de contato, pelas conexões familiares a que muitos judeus constroem para sobreviver, das suas inserções nos lugares que se assentam e de tensões entre seus grupos de origens distintas, e entre os outros que apontam suas diferenças, na alteridade constante que povos distintos fazem uns dos outros.

E assim, na indiferença o antissemitismo se fez, sob o viés do discurso, expresso pelas prédicas religiosas, pela imprensa, pelo teatro, essas instituições agiram como construtoras da representação da imagem judaica, fermentando uma identidade de alteridade, arraigada de etiquetamentos, alicerçado sob estigmas históricos, que os desviam e elaboram novos discursos, desta vez persecutórios, desta vez antissemita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma história que generaliza a formação de um povo, pode se tornar lacunar, incompleta e preconceituosa. A história que se limita a determinar a condição do sujeito pelo lugar de origem e/ou habitação – indígenas, europeus, africanos, asiáticos, nordestinos; pela tonalidade da pele e/ou traços físicos – negros, brancos, amarelos; pela religião – judeus, mulçumanos, cristãos, etc., pode contribuir para disseminar rótulos, estigmas, tensões e preconceitos. É necessário, esmiuçar os sujeitos em suas construções sociais, trazê-los para a investigação da História, e, conseqüentemente presentificá-los na historiografia.

Das muitas inquietações que resultaram nesta tese, fizemos uso de uma lançada por Salo Baron (1974), de que a história dos judeus só é possível se acompanharmos sua íntima conexão com a história geral, se acompanharmos a sua dinâmica de diásporas e êxodos em um intercâmbio estreito de fatores internos e externos que se particularizam em cada lugar, mas que singularizam a vida cambiante do povo judeu e por que não dizer, camaleônica, em decorrência da constante adaptação a qual insistiu em se fazer necessária ao longo de sua história.

A analogia usada por nós que dar nome a tese e aos capítulos, referendada sobre o sentido das portas, cumpriu papel importante na construção de uma história judaica alinhada à história do Brasil, bem como a recorrência do uso polissêmico da palavra, uma vez que a noção das portas não somente em um sentido de abertura, mas também de impossibilidade de entrada, por não estarem totalmente abertas ou por serem fechadas. No caso, judaico, foi preciso encontrar as chaves que promovessem tais aberturas.

Todos os povos imigrantes e migrantes, precisam passar pelo filtro da adaptação, da renúncia e do encarar as novas possibilidades de vida que o novo lugar lhes oferece. Todavia, em cada grupo existem peculiaridades, existem camadas sociais próprias, que precisam ser descortinadas, que precisam ser investigadas, para melhor compreender e assim, evitar julgamentos universalizantes.

Ao pensar a vinda dos judeus à Amazônia eles se colocaram diante de um labirinto cheio de portas, que gradativamente foram encontradas as chaves para abri-las. A primeira porta foi da imigração, marcando mais um êxodo da história judaica constada sob as perspectivas das tramas históricas que conduzem os judeus à Amazônia, na qual foi preciso mapear os caminhos, as chaves historiográficas que já haviam sido encontradas, bem como questionar as outras possibilidades de aberturas, outros caminhos que levam a novas frechas, dissertadas em meio ao alvorecer do Império brasileiro.

Para refletir sobre o Brasil que abre as portas, foi necessário recorrer a uma multiplicidade de documentos que nos serviram de testemunhos como fundos pessoais, contendo cartas, depoimentos, registros de naturalização à recortes de vivências aos jornais, códices, leis e decretos imperiais, produzidos na temporalidade delineada em nossa tese e na memória dos descendentes que vivenciaram estas ondas migratórias, descortinando assim, a história judaica no Brasil, ruminando os acontecimentos da história judaica em meio a solidariedades e tensões, para além de outros imigrantes e migrantes destes séculos demarcados, abandonando qualquer tentativa de relação de superioridade de um povo em detrimento de outro, mas de favorecer as tipicidades que compõem as subjetividades de um povo.

No entender dessas subjetividades presentes nos judeus, caracterizamos cinco pontos centrais que os destoam de outros povos estrangeiros e foram indispensáveis tanto para narrar a imigração judaica, quanto para pensar a organização de seus novos espaços na Amazônia. O primeiro ponto revestido em sua identidade, a de ser judeu, e portanto, diferenciando-se de qualquer outro imigrante que mesmo não sendo católicos, eram cristãos como no caso dos protestantes, característica essa que é fundamental para nos apoiarmos em muitos discursos, em muitas narrativas que estigmatizam a identidade judaica, principalmente se levarmos em consideração que a vinda judaica foi para um país predominantemente cristão, assentado tanto em uma cultura quanto em uma legislação católica.

Segundo, por sua imigração ser qualificada, engendrada na sua maior parte por redes de conexões internacionais como a Aliança Israelita Universal (AIU), e por contatos particulares de famílias que iam se estabelecendo, muitos dos judeus já vinham com conhecimentos prévios do lugar, com certos domínios da língua e das atividades comerciais que aqui desenvolviam, se fazendo imigrantes necessários.

Em terceiro, por apresentar uma imigração familiar, o que caracteriza a ideia de vir, se estabelecer e em seguida constituir ou buscar a família. A perspectiva de uma vida em comunidade é fundante para a manutenção do povo judeu, os muitos depoimentos narrados nesta tese são testemunhos dessa necessidade de uma vivência entre seus pares. Na ausência de uma terra que se conclama como pátria para se ter saudade, os judeus entoam na sua ancestralidade, na sua vida coletiva seu lugar de pertencimento, portanto, a identidade judaica está na coletividade, no modo comunitário, nas práticas, regras, maneiras e forma de viver. Este terceiro fator, é ainda reforçado pela questão de imigrarem quase sempre de lugares hostis os quais não os têm como pátria, não há um sentimento de volta e pertencimento a uma terra.

Como quarto fator, temos o lugar de origem desses imigrantes, o qual se trata de povos africanos que vem para o Brasil no século XIX, destoando a noção de pensarmos em imigração africana e ser associada a escravidão. Como pontuamos ao longo da tese, os judeus que vêm para a Amazônia são oriundos da África, portanto, são africanos que ali viviam a mais de trezentos anos, mesmo sendo descendente de ibéricos, os séculos de vivência produzem gerações africanas a qual são comumente falados na literatura da imigração judaica como judeus marroquinos, judeus ibéricos que viviam no Marrocos.

E, ainda em um quinto descritor, temos as rotulações que foram sendo erigidas ao longo da história e que sem ousadia, não se comparam a nenhum outro povo, a exemplo o deicismo, marca que os judeus carregam historicamente e que passa a ter maior reverberação a medida em que cresce a imigração.

Foi preciso desta forma, fazer com que a história dos judeus estivesse integrada à história do Brasil, rompendo perspectivas isolacionistas, uma vez que a história judaica é muito demarcada por ser ainda autorreferencial, caracterizada por apresentar uma dimensão de constituição de si, ou seja, uma história representativa, feita por seus pares, em grande parte das vezes em seus arquivos pessoais, em seus relatos de memórias ou nas conexões familiares. Fato este, que em nenhum momento se colocam em descrédito frente a História e a historiografia do Brasil, mas que nos remete a ampliar essas narrativas, para além das fronteiras dos iguais, para além de uma história autorreferencial.

Estes fatores produzem nos judeus unicidades que nos conduziram a segunda porta aberta, a qual se caracterizou por ser das sociabilidades, que ora foi amistosa e ora conflituosa, a depender dos relacionamentos entre pares e os outros, refazendo as identidades judias, descortinando a ideia de uma convivência pacífica, resultante de sociabilidades que resultam em alteridades.

O narrar destas alteridades implicou em um refazer das identidades judaicas, ou seja, em formas de contatos sociais um tanto distintos, ao tempo em que se fizeram necessários, fazendo parte de espaços comerciais, políticos e literários, foram constituindo redes de sociabilidades e solidariedades que lhes permitiam erguer seus templos, cemitérios e demais ambientes que fortaleciam a formação de comunidades e assim ganhavam notoriedade. O que por conseguinte, fizeram das regiões do Amazonas e do Pará, seus maiores redutos ao longo do século XIX.

Dos inúmeros lugares de destino dos judeus, se destaca a influência de uma educação doméstica, dotando as mulheres de uma função rabínica e pedagógica importante, à medida que se ensinavam os costumes de um povo, se aprendia a ler, por vezes falar outras línguas,

dotando os judeus em muitos lugares enquanto minoria letrada. Condição ímpar em uma região tão dilatada como a Amazônia, recortada pelas estradas fluviais e cheia de povos de distintos lugares, fazendo do judeu personagem importante na comunicação com povos tão diversos.

Muitos estudiosos que se debruçam a investigar a história judaica, coadunam com a ideia de que um judeu sozinho é um judeu em perigo, destinado ao desaparecimento, sendo assim, mesmo que nem sempre formando comunidades coesas, sem divergências internas, era salutar buscar o favorecimento de uma vida em comunidade por isso, foi tão importante erguer as sinagogas no Pará, Shaar Hashamaim a Porta do Céu e a Essel Abraham, o Arvoredo ou Pousada de Abraham, nomes estes mais que propositalis na demarcação de espaços, na demarcação de vidas.

No entanto, esse fazer-se do povo judeu é composto por ambiguidades. Os judeus trouxeram da África para o Brasil, as suas heranças históricas, suas marcas, seus muitos discursos narrados em seus corpos que foram constituídos historicamente. E, ao tempo em que vieram em busca de uma terra com menos males, aspirando até o que muitos outros imigrantes buscavam, um El Dourado, também se depararam com narrativas de perseguições. Nestas, também se aponta particularidades a esta gente.

As sociabilidades não geraram unicamente solidariedades, elas também se reverberaram em muitas tensões, que extrapolaram o mundo dos discursos, dos mitos, das lendas contadas em torno do judeu errante. Vir para um país assentado sob princípios rigidamente cristão e católico lhes custou também o reacender da “culpa original”, do deicismo, por tantas vezes reverberada nos jornais, e tais fatores conclamam a terceira porta, a dos discursos, as redes de narrativas que compõem o judeu como o outro para além da alteridade, e do estranhamento, promovendo discursos fundamentados em heranças históricas, reforçando as noções de rotulações e estigmas.

Não tivemos ao que parece nas investigações da nossa história, os pogroms da Rússia ou da Europa, mas os relatos de perseguições vividos e comprovados pelas leituras nos jornais e narrados na memória judaica, ainda nos carece mapear em que grau de hostilidade eles se encontraram. Se levarmos em consideração uma tradução literal de que pogrom é um movimento popular organizado contra uma comunidade, em especial uma comunidade judaica, o que foram os movimentos como a “Safrá do Me Ceda e do Mata Judeu”, ocorridos em comunidades do interior do Pará, e o Fora Judeus de Macapá, caracterizados por saques em estabelecimentos judaicos e por aversão ao judeu? Em que consistem as notas depreciativas que por tanto tempo em jornais diversos do Amazonas e do Pará, mapeados por

nós nesta tese, com os discursos que suscitaram os estigmas, produtores de atributos e estereótipos?

Esses questionamentos nos são respondidos à medida que fomos mostrando as manifestações discursivas nos jornais, na elaboração da forma de alteridade em que os povos judaicos são constituídos e na culminância com esses movimentos. As dificuldades para se fazer na Amazônia estão para além de se adaptar a uma nova língua, de ajustar a sua dieta, seus ritos e crenças para um viver em meio a sentimentos persecutórios, pois a sutil tessitura de narrar o outro nos jornais, nas prédicas religiosas e no cotidiano foi fermento indispensável na elaboração e no agravamento de uma mentalidade antijudaica que resulta em antissemitismo.

Refletir sobre os muitos discursos que narram a identidade do outro foi de grande valia, sobretudo por questionar as falas de que o estabelecimento das comunidades judaicas no Brasil Imperial se deu de maneira harmoniosa, vislumbrada sob a égide da esperança do El Dourado, somado até com o mito da democracia racial.

A desconstrução dessa ideia de harmonia no construto identitário do judeu é auferido à medida que se apresenta nesta terceira porta a abertura para lugares indesejáveis, ou melhor, aspirando encontrar um novo mundo, uma nova Canaã, em uma nova terra na região amazônica, os judeus também se deparam com lugares antigos, já existentes na sua trajetória. Parafraseando Pilar Rahola²⁹⁵ em um artigo intitulado “Um vestido novo para um ódio antigo”, a Amazônia e conseqüentemente o Brasil, também assim se fez para os judeus, vivia-se em um novo lugar, mas os problemas de outrem os assombravam.

O lugar novo, cheio de possibilidades, visto como a Terra da Promissão, verteu-se nas manifestações discursivas de ódios antigos em relação aos judeus, uma vez que, antes mesmo dos judeus chegarem ao Brasil, discursos deicistas já eram de conhecimento de muitos por meio de liturgias católicas ou ainda da herança imagética dos judeus que correram da antiguidade ao medievo e por que não dizer do período colonial brasileiro em relação aos cristãos novos, passando a fazer parte da forma de se enxergar uma gente.

Ao chegar no Brasil, os discursos sobre judeus enquanto indesejáveis se fazia, não somente porque eram imigrantes em um misto de uma tolerância hostil, mas na subjetividade etiquetada em seus corpos, impelindo-os por serem avessos a uma ordem cristã, por serem

²⁹⁵ Um Vestido Novo Para Um Ódio Antigo, é o título de um artigo escrito por Pilar Rahola, no qual debate os preconceitos, os rótulos diante de um discurso contemporâneo anti-Israel, no qual os sujeitos fazem uso de antigos estigmas em relação ao povo judeu para justificar a intolerância presente na atualidade. Disponível em: https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/1653761/jewish/Um-Vestido-Novo-Para-Um-dio-Antigo.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

persecutórios de Cristo, ou seja, por terem perseguido, negado e matado a Jesus Cristo, frases essas tantas vezes ditas nos jornais, arrefecida pelo discurso religioso, que se reveste de uma verdade, de uma autoridade divina, bem como pelo dito do escrito que em uma sociedade de poucos letrados, a palavra redigida é um documento que atesta a verdade. Este fato, de haver um discurso negativo que precede os judeus, coloca-se como mais característica que destoa uma construção harmoniosa das comunidades judaicas na Amazônia e no Brasil.

Um vestido novo para um ódio antigo, pelos discursos políticos e econômicos, narrados nos mitos em torno dos judeus que estão para além do deicismo como as narrativas de judeus avarentos, monopolistas, parasitas, racistas, dentre tantos outros adjetivos depreciativos que constroem uma identidade desviante, uma imagem que marginaliza e criminaliza o sujeito. E, são exatamente estes discursos que corroboraram para fermentar o terreno que gestaria o antissemitismo e que por nós é reforçado para caracterizar a ideia de que a Amazônia e o Brasil oitocentista também se caracterizam por perseguições aos judeus para além da palavra escrita.

No entanto, foi ainda preciso problematizar a forma como os próprios judeus, percebendo a maneira como eram vistos nos periódicos, lançaram mão de um contradiscurso, na organização de seu próprio jornal como *A Columna*, o *Kol Israel*, servindo para integrar as comunidades judaicas pelo Brasil, além de fomentar o construto de um olhar desviante do que lhes foram imputados em outros periódicos. Porém, voltemos ao debate de uma historiografia autorreferencial. A circularidade das ideias quase na sua totalidade girando em torno de seus pares.

Reconhecendo a amplitude que na última década estamos tendo acerca das comunidades judaicas na Amazônia, não somente no Brasil, mas para além de nosso território, a fertilidade do tema é extremamente ampla, visto ainda que os judeus demarcados pela investigação historiográfica são aqueles em que foram presentificados pelas fontes, temos ainda uma imensidão de sujeitos que se perdem na ausência documental, que deixam de existir por falta de algo que materialize a sua presença. Os jornais, por exemplo, na sua maior constituição, costumam dar cabo daqueles que por algum motivo ganham notoriedade, deixando de fora muitos sujeitos que também atravessam essa epopeia judaica pela Amazônia.

Longe de tecermos uma fala ativista, convém pensar, que as formas de perseguição acompanhadas pelos judeus, lhes deram evidências na história, fato este que poderia se aplicar a qualquer povo que tenha vivido uma história de tantas diásporas e de tantos êxodos como os judeus. De estar na linha de frente por tanto tempo da maior religião monoteísta do mundo, o cristianismo católico. As lutas por sobrevivência, mantiveram os judeus vivos, sua forma

camaleônica, lhes concedeu morada em muitos lugares, não na sua totalidade, pois muitos judeus foram se reconfigurando nas teias culturais, interagindo das mais diversas formas e se compondo em novos sujeitos.

Logo, se não chegara aqui ao final do labirinto e do tesouro almejado, cabe a possibilidade de abertura de mais portas, da reflexão de outros problemas históricos acerca dos judeus no Brasil em futuras pesquisas e estudos. As portas da imigração, das sociabilidades e dos discursos foram por nós abertas nesta tese, mas que não se fecharam as reflexões e problematizações erigidas, elas suscitam novos caminhos e até mesmo antigos caminhos abertos para uma história e conseqüentemente uma historiografia que não se fecha e se dá por vencida no apresentar de uma história absoluta.

Portas antes fechadas, acerca dos estudos historiográficos sobre as comunidades judaicas da Amazônia (Amazonas/Pará 1810-1920), foram abertas. Cada porta possibilita percorrer diversos caminhos, aqui fizemos nossas escolhas – a partir do percurso da imigração, das sociabilidades e dos discursos –, pensando que estas escolhas se apresentam como enriquecedoras aos estudos sobre o povo judeu no Brasil. Que essas aberturas possam conduzir a História, a historiografia e a sociedade a refletir sobre o tema e sobre sua importância na constituição da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O império do divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830 – 1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade. **Identidade em construção**: história e memória de judeus no Amazonas. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

ARENDT, Hanna. **1906-1975**: origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASHERI, Michel. **Judaísmo vivo**: tradições e as leis dos judeus praticantes. 2. ed. revisitada. Tradução de José Otávio Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1995.

ASSIS, Adriano Faria de. Metamorfoses da fé: gênero, práticas culturais e resistência religiosa no Brasil Colonial. **Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano**. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO dos Amigos da Torre do Tombo. Disponível em: <http://www.aatt.org/site/index.php>. Acesso em: 11 jun. 2019.

ATHIAS, Renato. **Um banquete judaico na Amazônia**. 2019. Disponível em: amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 13 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

AUGÉ, Marc. **Pour une anthropologie des mondes contemporains**. Paris: Aubier, 1994.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites — século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZULAY, Rubem David. **História dos judeus do estado do Pará**. Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org>. Acesso em: 25 dez. 2018.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial**: um projeto autoritário. São Paulo: Paulinas, 1987.

BALEEIRO, Aliomar (org.). **Constituições Brasileiras**: 1891. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

BARNAVI, Elie. **História universal dos judeus**: da gênese ao fim do século XX. São Paulo/Belém: Editora Cejup, 1995.

BARON, Salo Wittmayer. **Sociedade e religião judaicas**. 2. ed., revista e ampliada, v. I, Antiguidade. Nova Iorque: Columbia University Press, 1952.

_____. **História e historiografia do povo judeu**. Tradução de Renato Mezan. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BASTOS, José Tavares. **Naturalização**. Coimbra: Coimbra Editora LT^a, 1925.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEMERGUY, Amélia. **Imagens da ilusão**: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males (PARÁ, 1870-1910). São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco antes e além depois. Rio de Janeiro: Editora Umberto Calderaro, 1977.

_____. **Eretz Amazônia**: os judeus na Amazônia. Manaus: Editora Valer da Universidade do Amazonas, 1998.

_____. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Editora Valer da Universidade do Amazonas, 1999.

BENGUIGUI, Yehuda. Haquitia: nosso dialeto quase perdido (I). **Portal Amazonia Judaica**, 2019. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 20 ago. 2023. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

BENTES, Abraham Ramiro. **Das ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia**. Formação da 1ª Comunidade Israelita Brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

BERGERMAN, Maria Augusta de Toledo. **Máscara e personagem**: o judeu no teatro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BETENCOURT, Pe. José de Souza. **Aspecto demográfico-social da Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Representação da S.P.V.E.E, 1960. (Coleção Araújo Lima).

BLAY, Eva Alterman. **O Brasil como destino**: raízes da imigração judaica contemporânea para 2013. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSCH, Hieronymus. **O jardim das delícias terrenas (1480 – 1490)**. Disponível em: <http://www.museodelprado.es/coleccion/galeria-on-line/galeria-on-line/obra/el-jardin-de-lasdelicias-o-la-pintura-del-madrono/>. Acesso em: 07 set. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. **Diário dos campos**: memórias de um jornal centenário. 1. ed. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2007.

CAGY, Luna. **Mulheres judias e suas trajetórias familiares**. Manaus, 2011. Entrevista concedida a Maria Ariádina Cidade Almeida. Disponível em: amazoniajudaica.com.br/. Acesso em: 03 abr. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica. AHAI - Entrevista).

CALMON, Pedro. **Diário da assembleia geral, constituinte e legislativa do Império do Brasil (1823)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 24. Tomo V.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial**: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

CANETTI, Elias. “Hitler por Speer”. In: _____. **A consciência das palavras**. Tradução de Márcio Suzuki e Herbert Caro. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Dez mitos sobre os judeus**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

_____. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP** / Superintendência de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, n. 119, p. 115-130, out./nov./dez., 2018.

_____. **O veneno da serpente**: reflexões sobre o antisemitismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. **Superstição no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Global, 2002.

_____. **Mouros, franceses e judeus**: três presenças no Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONDE, Alessandra; BENCHIMOL, Silvia. **Ecos sefarditas**: judeus na Amazônia. Rio de Janeiro, RJ: Tatu Cultural, 2020.

COSTA, Hipólito José da. **Narrativa da perseguição**. 4. ed. Porto Alegre: Associação Riograndense e Imprensa, Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura em ciências humanas**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

_____. Preâmbulo. *In*: RANGEL, Alberto. **Inferno verde (scenas e cenários do Amazonas)**. 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

DECOL, René Daniel. **Imigrações urbanas para o Brasil**: o caso dos judeus. 1999. 250 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1588527>. Acesso em: 17 set. 2023.

DEL PRIORI, Mary. **Documentos históricos do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2016.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando, Henrique Cardoso, 2010.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo: a companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Editora da UFPA, 1970.

DORÉ, Gustave; DUPONT, Pierre. **A lenda do judeu errante**. Tradução de David Jardim Junior. v. 2. Belo Horizonte: AMG Editora Gráfica, 1962.
ELAZAR, Daniel Judah. A Reconstituição das comunidades judaicas no pós-guerra. **Revista Judaica de Sociologia**, ano XI, n. 2, p. 187-226, dez. 1969.

ENCICLOPÉDIA Judaica. 21 v. Original em inglês. Jerusalém: Keter Publishing House Ltda, 1973.

ESTUDIOS Históricos. **Revista Digital de Publicación Semestral**. Uruguay, ano XI, n. 22, 2019. ISSN: 1688-5317.

FALBEL, Nachman. **Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil**. São Paulo, SP: Federação Israelita, 1984.

_____. **David José Perez: uma biografia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.

_____. **Inventários dos fundos das entidades beneficentes reunido pelo arquivo histórico judaico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

_____. A imprensa judaica. **Revista Morashá**. CBSP, São Paulo: dezembro, 1977

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. **Negócios e ócios: história da imigração**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNÁNDEZ, Sandra. Sociabilidad, corporaciones e instituciones. *In*: BARRIERA, Darío (Dir.). **Nueva historia de Santa Fé**. Rosario: Prohistoria/La Capital, 2006, Tomo 7.

FILHO, Solidônio Leite. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia, 1923.

FORA Judeus: História de um conflito étnico em Macapá em 1911. Autor desconhecido. 2019. Disponível em: [http:// www.amazoniajudaica.org/](http://www.amazoniajudaica.org/). Acesso em: 05 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** [Aula inaugural]. Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

FREYRE, Gilberto. **O luso e o trópico**. Lisboa: Neogravura, 1961.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o Sabá**. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONÇALVES, Henrique. **Nas terras do Grão-Pará: atribulações de um imigrante adolescente**. Coimbra: Atlântida Editora, 1964.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H. **Experiência cultural judaica no Brasil: recepção, inclusão e ambivalência**. Rio de Janeiro: Topbooks; FAPERJ; CNPQ, 2004, p.11-12.

GRINBERG, Keila (org). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUEDES, Camillo José do Rosário. **Requerimento a José Rufino Rodrigues Vasconcelos solicitando exame censório para a peça: O judeu errante**. Rio de Janeiro: Conservatório Dramático Brasileiro, 20 de dezembro de 1847. (Orig. Ms. Imp. Coleção. DOCUMENTO - 65 1-08.05.065, 3 doc., 5 p.).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, p. 68-75.

HALPERN, Josef. **Contribuição para a história da imprensa judaica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Cultural Judaico Marc Chagal; Museu Judaico de Porto Alegre, 1999.

HATOUM, Milton. **Relato de um certo oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HELLER, Reginaldo Jonas. **Judeus do Eldorado reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HUTZ, Ana. **Homens de nação e de negócio: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640)**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Programam de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2014.

JÚNIOR, Manuel Diégues. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

KAYSERLING, Meyer. **História dos judeus em Portugal**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

KISCHINHEVSKY, Adolfo. **Novos lares: contos e cenas da vida dos judeus no Brasil (1890-1936)**. Tradução de Nachman Falbel e Sara Morelenbaum. São Paulo: Editora de Cultura, 2008.

KOCHEN, Clara. **De bem com a vida**. São Paulo: Licença Creative Commons, 2018. (Atribuição sem derivação).

_____. Reminiscências de uma judia marroquina. **Revista Morashá**, n. 71, abr. 2011. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/historia-judaicanaantiguidade/reminiscencias-de-uma-judia-marroquina.html>. Acesso em: 16 jul. 2022.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição as polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LARGAMAN, Esther Regina. **Judeus nos Trópicos**. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2003.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, BH Editora UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1996.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica**: imigração, diplomacia e preconceito. Tradução de Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

_____. **A negociação da identidade nacional**. São Paulo: UNESP, 2001.

LESTSCHINSKY, Jacob. Migrações Judaicas 1840-1956. *In*: RATNER, Henrique (org.). **Nos caminhos da diáspora**. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Judaicos, 1972.

LIMA, Tânia de Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade social). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p.87-150, jan./dez., 1994.

LINS, Wagner Borges de Almeida. **A mão e a luva**: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia, similaridades e diferenças na constituição das identidades étnicas. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

LOEWENSTAMM, Kurt. **Imperador D. Pedro II**: o hebraísta no trono do Brasil (1825–1891). São Paulo: Centauro, 2002.

_____. Vultos judaicos no Brasil: uma contribuição à história dos judeus no Brasil. **Império 1822 – 1889**, v. II. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Monte Scopos, 1956.

_____. Vultos Judaicos no Brasil: uma contribuição à história dos judeus no Brasil. **Tempo Colonial (1500 – 1822)**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora a Noite, 1949.

LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

MAIA, Ângela Maria Vieira. **À sombra do medo: cristãos-velhos e cristãos-novos nas capitanias do açúcar**. Rio de Janeiro: Oficina Cadernos de Poesia, 1995.

MARTELLI, Amália. **Nova dimensão do Brasil**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 1969.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed., 6. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Gente da nação**. Recife: Ed. Massangana, 1989.

_____. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida cultural do Norte do Brasil**. (original de 1947). 3. ed. aumentada. Recife: Massangana, 1987.

MENEZES, Nilva. **A comunidade hebraica na região dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé**. 2019. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 14 jul. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

MILLER, Susan Gilson. **Kippur na Amazônia: emigração judaica do norte de Marrocos no final do século XIX**. 2020. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 15 jul. 2022.

MIZRAHI, Rachel. Migrantes e imigrantes judeus marroquinos São Paulo e Rio de Janeiro. **Portal Amazônia Judaica**, [2019?]. Disponível em: <https://www.amazoniajudaica.com.br/2020/04/09/migrantes-e-imigrantes-judeus-marroquinos-sao-paulo-e-rio-de-janeiro>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MIZRAHI, Rachel. **Judeus: do descobrimento aos dias atuais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

MORAES, Raymundo. **Na planície amazônica**. 4. ed. São Paulo: BPB, Companhia Editora Nacional, 1936.

MOREIRA, Eidorfe. **Presença hebraica no Pará**. Belém: Falangola, 1972.

NOGUEIRA, Dina Paula Santos. **Identidade e tradição: um estudo sobre mulheres da comunidade judaica de Manaus**. Rio de Janeiro: Editora Amazônia Judaica, 2017.

NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil**: fontes inéditas pra uma nova visão da história. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

OLIVERIA, Julia Souza. **A Columna e o sionismo no Rio de Janeiro em princípios do século XX**: reflexões acerca de uma identidade em construção. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Cultura, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio de Janeiro, 2022.

ORLANDI, Enni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORMESSON, Jean D'. **História do judeu errante**. Tradução de Vera Mourão. São Paulo: Siciliano, 1992.

PECHER, Simão Arão. **Duzentos anos de miscigenação judaica na Amazônia**. 2019. Disponível em: <https://www.amazoniajudaica.com.br>. Acesso em: 25 dez. 2018. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

PERES, Elena Pájaro. **A inexistência da terra firme**: a imigração galega em São Paulo (1946-1964). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSK, Jaime; PINSK, Carla (orgs). **História da cidadania**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PLANE, Auguste. **L'Amazonie**. Paris: Librairie, 1903.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PRIORI, Mary. **Histórias da gente brasileira**, v. 2, São Paulo: Leya, 2016.

_____. **Documentos históricos do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2016.

RAHOLA, Pilar. **Um vestido novo para um ódio antigo**. Disponível em: https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/1653761/jewish/Um-Vestido-Novo-Para-Um-dio-Antigo.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 6. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. **Laicidade à Brasileira**: estudo sobre controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1998.

RIBEIRO, Gladys; FERREIRA, Tânia. **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIO, João do (Paulo Barreto). **As religiões no Rio**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1976.

ROCHA, Joaquim da Silva. **História da colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

ROSENBLATT, Sultana. **Antigamente era assim**. Texto datilografado. Virgínia, Estados Unidos: McLean, 1967.

_____. Como viemos parar na Amazônia. **Revista Morashá**. São Paulo, v. 30, ano VIII, set. 2000.

SALGADO, David. A verdadeira história de Ribi Moyal, em Manaus. **Revista Morashá**, 53 ed., junho de 2006.

SALGADO, Elias; SALGADO, David. **História e memória**: judeus e industrialização no Amazonas. Rio de Janeiro: Editora Amazônia Judaica, 2015.

SALGADO, Elias; SALGADO, David. **Amazônia judaica**: 15 anos de travessia, coletânea de matérias, artigos, crônicas e ensaios. Rio de Janeiro: Editora Amazônia Judaica, 2017.

SAUVY, Alfred. **Mythologies de notre temps**. Paris: Payot, 1971.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EDUSP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

- _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEREBRENICK, Salomão. **Breve história dos Judeus no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Biblos, 1962.
- SILVA, Alessandra F. Conde da; BENCHIMOL-BARROS, Silvia Helena (orgs.). **Ecoss Sefarditas: judeus da Amazônia.** Rio de Janeiro (RJ): Talu Cultural, 2020.
- SILVA, Antônio Gutemberg da. **Entre a cruz e a estrela da Davi: problematizando as identidades judaicas no Brasil Imperial.** 2013. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2013.
- SILVA, Carlos Roberto. **Teatro para os trópicos: o governo imperial brasileiro e a questão teatral (1822-1889).** 2017. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SIMON, Sergio Daniel. A voz sionista na Amazônia: KOL ISRAEL. **Revista Morashá,** Rio de Janeiro, ed. 103, ano XXVI, p. 61-64, abr, 2019.
- SIMONIN-GRUMBACH, Jenny. “Para uma tipologia dos discursos”. In: JAKOBSON, Roman *et al.* **Língua, discurso, sociedade.** São Paulo: Global, 1983, p. 31-69.
- SIQUEIRA, Sônia. **O momento da inquisição.** João Pessoa: Editora Universitária, 2013. (Coleção Videlicet).
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.
- SORJ, Bila. **Identidades judaicas no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.
- SORLIN, Pierre. **O anti-semitismo alemão.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- SOUSA, Inglês de. **Contos amazônicos.** São Paulo: Martin Claret, 2005.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno atlântico: demonologia e colonização (séculos XVIII-XIX).** 2. reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- _____. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

SPEIER, Hans. O desenvolvimento histórico da opinião pública. *In*: STEINBERG, Charles S. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TUCCI, Maria Luiza. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP São Paulo**, n. 119, p. 115-130, out./nov./dez., 2018.

UNTERMAN, A. **Dicionário judaico de lendas e tradições**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial**: judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VALADARES, Paulo. **A presença oculta**: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

VELTMAN, Henrique. **Os hebraicos da Amazônia**, mar. 2005. Disponível em: <http://www.veltman.qn.com>. Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Os judeus e a selva: fugidos de massacres, há séculos eles vivem entre índios e seringueiros e foram importantes personagens na história da região. **AH Aventuras na História**. 2017. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-judeus-e-a-selva.phtml>. Acesso em: 03 jul. 2019.

VICENTE, Gil. O auto da barca. Rio de Janeiro: Ediouro, 1517.

VILLALTA, Luiz. **1789-1808**: o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WEBER, Max. **Ancient Judaism**. Glencoe, IL: The Free Press, 1952.

WEBMOSAICA. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.1, n.1, jan-jun, 2009.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC - Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WIESEL, Ellie. **A noite**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

WOLFF, Frieda e Egon. **Dicionário biográfico VI**. Rio de Janeiro: Genealogias Judaicas, 1990.

_____. **Dicionário biográfico IV**: processos de naturalização de Israelitas, século XIX. Rio de Janeiro: Editora CCI, IHGB, 1987.

_____. **Judeus nos primórdios do Brasil República**. Rio de Janeiro: Biblioteca Bialik, 1979.

_____. **Judeus no Brasil Imperial**: uma pesquisa nos documentos e noticiários carioca da época. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Judaicos, 1975.

_____. **Nossas três vidas e outras histórias**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

_____. **Sepulturas de Israelitas II**: uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não israelitas. Cemitérios Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Sepulturas de Israelitas**. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, 1976.

DOCUMENTOS

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte de 1823. Sessão de 01 e 02 de outubro de 1823. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (RJ), 1809-1822**. Rio de Janeiro, n. 77, 25 de setembro de 1816. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (RJ), 1809-1822**. Rio de Janeiro, n. 7, 22 de janeiro de 1817. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Amazonas (AM), 1866-1900**. Manaus, n. 300, 03 de dezembro de 1870. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal A Federação**, 1895-1900. Órgão do Partido Republicano Federal (AM). Manaus, 09 de agosto de 1899. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Diário de Manaus**, n. 63, 19 de outubro de 1917. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal O Catechista**: Folha Commercial, Noticiosa e Analytica, n. 149, anno III. Manaus, 21 de janeiro de 1865. Diretor – Joao Antonio Pará. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Amazonas**, n. 520, anno XV. Manáos, 16 de janeiro de 1881. Propriedade de José Carneiro dos Santos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal O Liberal**. Órgão do Partido Liberal, n. 84, anno XV. Belém do Pará, 16 de abril de 1885. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Amazonas**, n. 72, ano II. Manaus, 19 de outubro de 1867. Propriedade de Antonio da Cunha Mendes & filhos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Diário do Comércio e Jornal Commercial, Político e Noticioso**, n. 118, anno V. Belém do Gram-Pará, 28 de maio de 1859. Propriedade de Joze Joaquim de Sá. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. **Diário do Rio de Janeiro (RJ) - 1860 a 1878.**, n. 33, anno 59. Rio de janeiro, sexta-feira, 04 de fevereiro de 1876. Propriedade do senhor F. C. Neves Gonzaga & C. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **A Epocha**: organo do Partido Republicano Amazonense Itacoatiara (AM) - 1917 a 1918, n. 35, anno II. Itacoatiara, domingo, 20 de janeiro de 1918. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal Amasonas (AM) - 1866 a 1900**, Amazonas, n. 565, anno XV. Domingo, 01 de maio de 1881. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Correio Paraense**: Diario Noticioso, Commercial E Litterario (PA) - 1892 a 1894. Pará, n. 470, anno II. Quarta-feira, 06 de dezembro de 1893. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal A Capital**, 18 out. 1917. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital. Hemeroteca Digital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal a Federação: Órgão do Partido Republicano Federal**. Manáos, 09 ago. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal do Commercio do amazonas (AM)** 1870-1912. n. 271, 31 de agosto de 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **Jornal A Boa Nova (PA)** - 1873 a 1883. Belém, ano 1872, ed. 00014. Quarta-feira, 08 de maio de 1872. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 02 fev. 2023

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **O Brado do Amazonas (AM)**, 21 de maio de 1855. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. BNDigital do Rio de Janeiro/RJ. **O Gymnasiano: organ dos alumnos do gymnasio amazonense (AM)**, 1910. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil, anno II, p. 39. Fundado por: David J. Perez e Alvaro de Castilho. Publica-se a primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 02 de março de 1917, 08 de adar de 5677. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 14 jul. 2023.

Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ). Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil. Fundado por: David J. Perez e Alvaro de Castilho. Publica-se a primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1916, 09 de shebat de 5676. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 11 jul. 2023.

Arquivo Histórico Amazônia Judaica. AHAJ. Museu Judaico Obras Raras II - **A Columna (1916 - 1917)**. Órgão dos interesses do Povo Judeu no Brasil. Fundado por: DAVID J. PEREZ e ALVARO DE CASTILHO Publica-se á primeira sexta-feira de cada mez. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1916, 09 de shebat de 5676. Disponível em: Amazoniajudaica.com.br. Acesso em: 11 jul. 2023.

BIOGRAFIA de Isaac Pin-has Melul. Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.org/>. Acesso em: 11 jun. 2022. (Arquivo Histórico Amazônia Judaica – AHAJ).

BRASIL. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. **Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (1824)**. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império Do Brazil (De 25 de março de 1824)**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brazil, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 58-A, de 14 de dezembro de 1889**. Presidência da República, Rio de Janeiro (RJ), 14 de dezembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890**. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Coleção de Leis do Brasil, v. 1, p. 10, 1890. (Publicação Original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20119%2DA%2C%20DE%207%20DE%20JAN%20EIRO%20DE%201890.&text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 291 de 30 de agosto de 1843**. Reduz a dois anos o tempo da residência para a naturalização dos estrangeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 425, de 19 de julho de 1845**. Estabelece as regras, que se devem seguir para a censura das Peças, que houverem de ser representadas nos Theatros desta Côrte, e faz extensivas aos das Provincias as que lhes são applicaveis. Publicação Original da Coleção de Leis do Império do Brasil, v. 001, col. 1, p.79, de 31 de dezembro de 1845. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387569>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823**. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, v. 6, 2003.

BRASIL. **Legislação, coletânea, Brasil, 1810**. Parte 1 - Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias. Coleção das leis do Império do Brasil. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891.

BRASIL. **Lei de 23 de outubro de 1832**. Sobre naturalização dos estrangeiros. v. 1, p.116. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1832. (Publicação Original). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.140, de 30 de outubro de 1882**. Orça a Receita Geral do Império para os exercícios de 1882-1883 e 1883-1884 e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3140-30-outubro-1882-544790-publicacaooriginal-56299-pl.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Império. **Decreto nº 1.950, de 12 de julho de 1871**. Autoriza o Governo para conceder carta de naturalização a todo o estrangeiro que a requerer, maior de 21 anos, e tendo residido no Brasil ou fóra d'elle, em seu serviço por mais de dous annos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1950-12-julho-1871-551847-publicacaooriginal-68679-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br>. Acesso em: 14 fev. 2022.

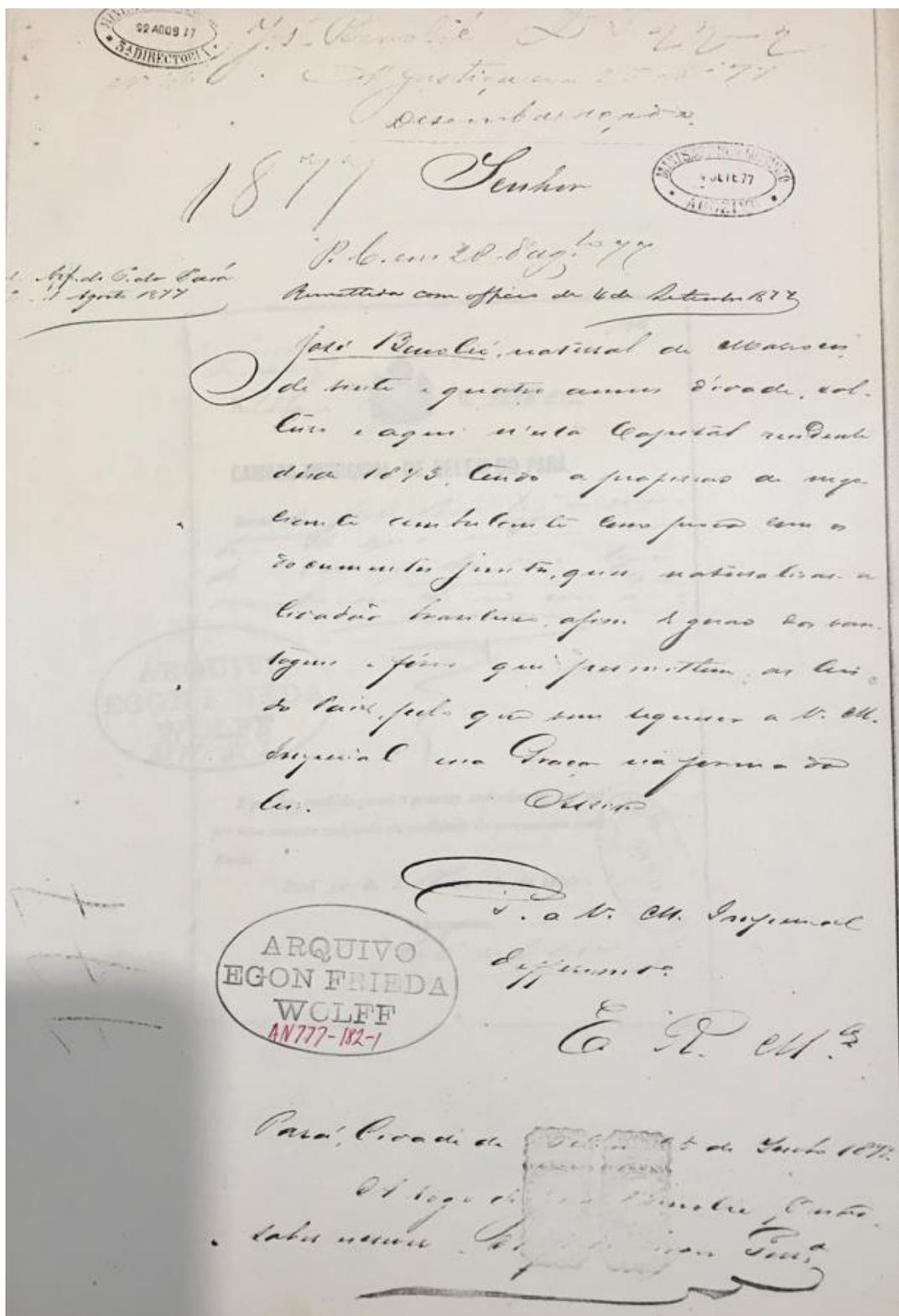
CARTA de Lei - de 26 de fevereiro de 1810. Ratifica o Tratado de Comércio e navegação entre o Príncipe Regente de Portugal e EIRey do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda assinado no Rio de Janeiro aos 18 deste mês e ano. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1810. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18325>. Acesso em: 01 fev. 2021.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil, 1823. Bibliotheca da Câmara dos Deputados. Parte I. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1987.

Estatuto da Associação Conservatório Dramático Brasileiro. *In*: Artigos orgânicos do Conservatório Dramático Brasileiro. **Coleção Conservatório Dramático Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1452744/mss1452744.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

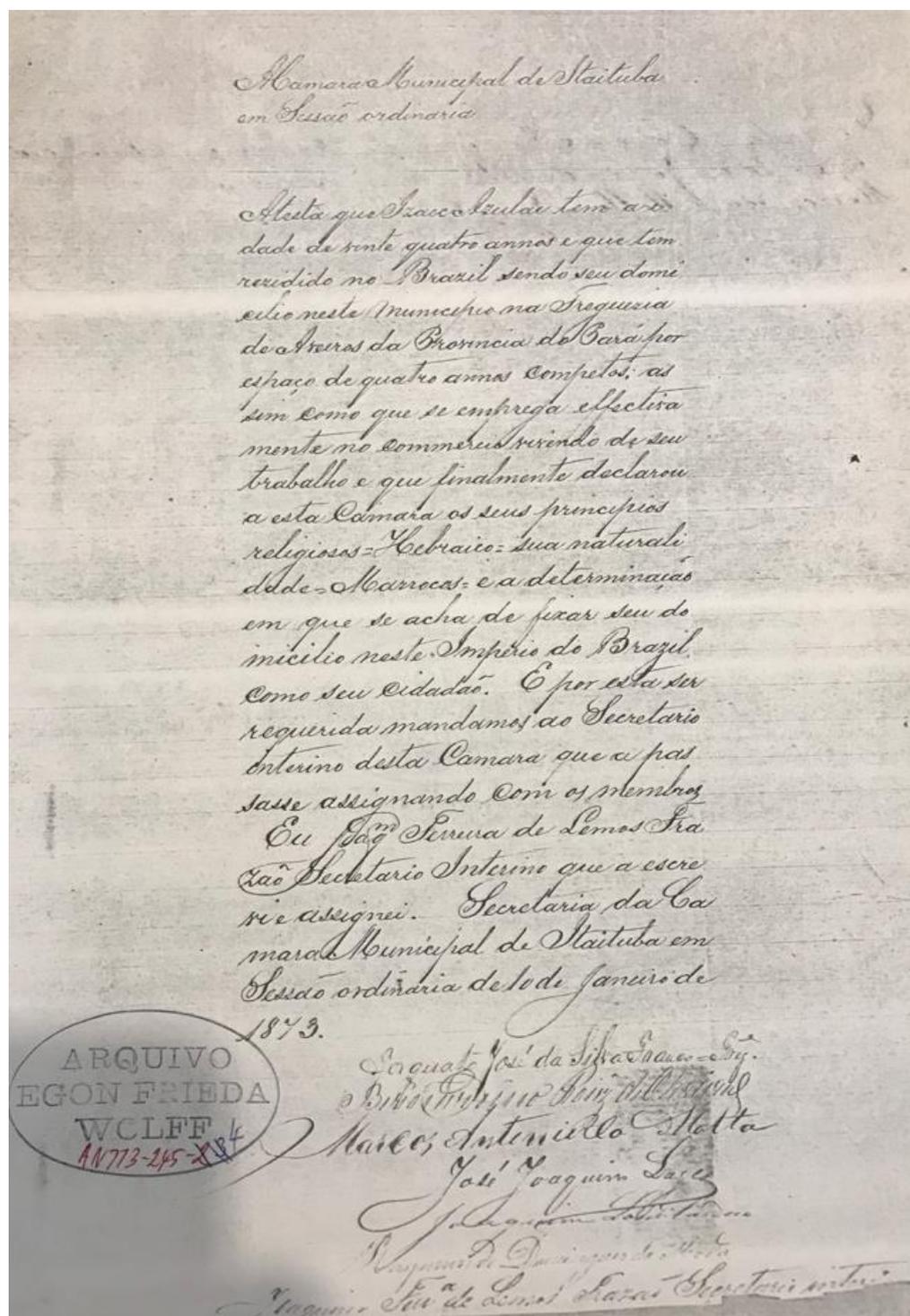
IV ENCONTRO NACIONAL DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO: história, memória e identidade, 300 anos de nascimento de Antônio José da Silva, o Judeu, 2008, São Paulo: **Anais [...]**. São Paulo: AHJB, 2008.

ANEXO A - REQUERIMENTO DE NATURALIZAÇÃO: IZAAC AZULAI (20 de março de 1873)



Requerimento de naturalização: Isaac Azulai. Freguesia de Aveiros, PA. – 20 de março de 1873.

ANEXO B – REQUERIMENTO DE NATURALIZAÇÃO: JOSÉ BONOLIÉ (BELÉM –
20 DE AGOSTO DE 1877)



Registros de naturalização catalogados pelo casal Egon e Frieda Wolff, apresentados na obra *Judeus no Brasil Imperial*. (1975, p. 267-272). As fotocópias estão no Centro de memória Judaica (CDM) em São Paulo, e, as originais na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

ANEXO C – MANUSCRITO DATILOGRAFADO APRESENTADO POR RAMIRO BENTES CONTANDO OS MOTIVOS DA VINDA PARA A AMAZÔNIA

PINTO. Abraham. Vida de Moysés e Abraham Pinto em la Jungla del Amazonas, descrita por Abraham Pinto. Tanger no Marrocos. Manuscrito datilografado apresentado por Ramiro Bentes contanto os motivos da vinda para a Amazônia (BENTES, 1987, p. 378-379).

Em 1864 partiu para o Brasil meu tio Abraham Serfaty, irmão de minha mãe, em um veleiro que levou 3 a 4 meses para chegar ao Pará. Assim mesmo seu irmão Elias, dois anos depois, seguiu o mesmo rumo, viajando para o Pará. Ambos iam lutar pela vida, trabalhando, e passaram duras penas durante doze anos, para conseguir um pequeno pecúlio de mais ou menos 3.000 duros (um duro valia cinco pesetas) cada um. Regressaram a Tânger em 1877.

Eram jovens solteiros, aqui (em Tânger) se casaram. E durante dois anos de maus negócios e gastos, acabou-se-lhes sua pequena fortuna. Então pensaram outra vez em regressar ao Pará, onde tinham já muitos conhecimentos e alguma prática dos negócios dessas regiões.

O primeiro a viajar foi meu querido tio Elias com sua mulher, e com eles foi meu amado e mui querido irmão Moysés, que nessa data tinha 18 anos de idade e estava empregado nos escritórios dos senhores M. Y. Benassayag, ganhando um modesto ordenado de 4 a 5 duros mensais.

Meus queridos pais o mandaram, apesar de sua pouca idade, com muita alegria, porque Elias era uma boa pessoa, carinhosa e bondosa, estando que em sua companhia seria tratado como filho.

Embarcaram em Tânger a 1: de janeiro de 1879 em um vaporzinho muito pequeno, que se chamava James Hayne, rumo a Lisboa, para aí tomarem um vapor que os conduzisse ao Pará. Meu pobre tio Elias não levava recursos para pagarem as passagens de Lisboa ao Pará, que para os três eram necessárias pelo menos 50 libras esterlinas, as quais não tinha. De Lisboa escreveu a seus antigos correspondentes B. R. Andrade Y Cunha, com quem, tanto ele como meu tio Abraham haviam negociado na sua viagem anterior e cumprido honradamente todos seus compromissos, pedindo-lhes que lhe mandassem para Lisboa o dinheiro necessário para poder embarcar para o Pará.

Nessa época as comunicações eram tão difíceis e os vapores tão raros, que teve de esperar quase três meses para receber o dinheiro pedido. Nesse período passou muitas

necessidades em Lisboa, pedindo dinheiro emprestado a Moses Benchimol para poder sustentar-se, com muita miséria, todo esse tempo.

Até que enfim chegou o dinheiro do Pará...

Meu tio Abraham, também casado (com Maknin, irmã da Sra. Hhola Abensur) e com um filho de um ano, quando se lhe acabaram os recursos que tinha, pensou também em viajar para o Pará, a fim de novamente lutar pela vida, com seu trabalho.

Eu (Abraham Pinto), que tinha 16 anos de idade nessa data, roguei a meu tio que me levasse com ele. Tanto ele como meu pai aceitaram meu pedido. Na sexta-feira, 16 de maio, do mesmo ano 1879, em que viajou meu irmão Moyses, embarcamos no vapor Cynthia rumo a Lisboa. Este era um vaporzinho de carga, de mais ou menos 200 toneladas, que levava gado de Tânger para Lisboa. Não possuindo camarote, nos instalamos em cima da coberta, ao lado do gado, onde colocamos um colchão e aí passamos as duas noites, até chegarmos a Lisboa...

Descrever a cena de meus queridos pais, ao despedir-se de mim no porto, seria muito doloroso, ao ver criaturas tão jovens como meu irmão e eu, embarcamos para países tão distantes, que nem eles, nem nós, conhecíamos, nem por tradição; mas confiantes na Providência, que sempre nos tem amparado, e na bondade de meus tios, é que resolveram deixar-nos viajar. Pois meu pai era um homem muito íntegro e enérgico, e sabia sufocar seu carinho com a finalidade de que nós fizéssemos um futuro venturoso, por em Tanger, onde reinava tanta miséria e escassez, não poderíamos nunca adquirir uma próspera situação.

A escassez de dinheiro não me permitia levar comigo quase nenhuma roupa. Para tão longa viagem, eu apenas tinha duas jaquetas e duas calças de dril pardo e umas sandálias. Minha bagagem consistia em uma maleta que comprei por 4 reales em um barateiro de Tanger, e aí pus uma jaqueta e uma calça das duas que levava, com algumas coisinhas mais. Nisto consistia minha bagagem, com 4 reales no bolso e, ao embarcar, a maletinha caiu na água e molhou-se tudo o que nela continha.

Chegamos a Lisboa no Domingo 18 de maio, onde encontramos Jacob Serfaty, meu tio, irmão do meu tio Abraham, que estava sempre em Lisboa e na Espanha negociando (vendendo baratijas) durante a feira. Fomos diretamente à Rua de São Paulo, nº 90, onde vivia o sr. Moses Benchimol, no terceiro andar dessa casa. Ali alugamos dois quatinhos no quinto andar e nos acomodamos, esperando, também, dinheiro que meu tio pediu a seus correspondentes no Pará, os mesmos de tio Elias, já mencionados. Ao meu tio Abraham, não restavam mais recursos de que 200 pesetas, como toda sua fortuna. Em Lisboa, passamos miséria e necessidades, esperando o dinheiro que chegaria do Pará, para podermos embarcar. Passamos em Lisboa mais de dois meses nesta situação. Eu tive necessidade de vender um

dos dois trajes que levava, a um tal Hhayim Cohen, de Tetuán, que também ia embarcar conosco para o Pará: obtive dois duros pelo dito traje.

Finalmente, chegou o dinheiro do Pará e embarcamos no vapor Lanfrank, que era um vapor de mais de 500 toneladas, velho e sem nenhuma comodidade, ou seja, um vapor de carga. Levamos mais de 20 dias de Lisboa ao Pará. Finalmente, chegamos ao porto de Belém, com a alegria que é de supor, depois de uma viagem tão longa pelo oceano. Desembarcamos e nos dirigimos à casa onde vivia Elias com sua mulher e meu irmão Moysés.

A alegria de ver-nos juntos foi muito grande. Ao chegar tomamos conhecimento que meu querido Moysés tinha sido atacado pela febre amarela e esteve em perigo de vida, com vômitos negros, ao ponto dos médicos já não esperarem salvá-lo. Graças a Providência, se salvou de seus perigos e o encontrei com excelente saúde. (...) Ai, no Pará, não ficamos mais do que um mês, até que meus tios comprassem mercadorias no valor de mais ou menos 200 libras, que seus antigos correspondentes lhes forneceram a crédito.

ANEXO D – POEMA ACRÓSTICO ÊSHET CHÁYIL

Êshet Cháyil é um poema acróstico, onde cada versículo começa com uma letra do alfabeto hebraico em sequência. É recitado pelo marido quando retorna da sinagoga na noite do Shabat.²⁹⁶

- A mulher virtuosa, quem a pode achar? Porque o seu valor em muito excede ao das pérolas. O coração do marido confia nela e ela nunca lhe faltará.
- Ela faz o bem todos os dias da sua vida;
- Ela busca lã e linho e de bom grado trabalha com as suas mãos;
- Ela traz o seu pão, mesmo que tenha que buscá-lo de longe com os navios mercantes;
- Ela se levanta quando ainda está escuro e dá mantimentos à sua casa dá tarefas às suas escravas;
- Ela estuda e analisa o campo para comprá-lo;
- Ela planta a vinha com fruto das suas mãos;
- Ela cinge os seus ombros de fortaleza e fortalece os seus braços;
- Ela sabe e percebe quando um negócio é proveitoso;
- Ela não apaga a chama da luz quando a noite chega;
- Ela estende as suas mãos e palmas para fiar e tecer;
- Ela abre a palma da mão para o pobre e atende o necessitado;
- Ela não tem medo da neve e protege a sua família com os vestidos de lã escarlate;
- Ela faz para si vestidos e cobertas de linho finíssimo e de púrpura;
- Ela faz as roupas de seu marido para que este se sinta bem junto aos anciãos da terra;
- Ela faz túnicas de linho e contas para vender aos negociantes;
- Ela tem força e dignidade no seu exterior e alegra-se com esta honra;
- Ela abre a boca com sabedoria e a lei da benevolência está na sua língua;
- Ela olha a arrumação, limpeza e o bom andamento de sua casa e não come o pão da preguiça;
- Ela acorda os seus filhos bem cedo e estes a chamam de bem-aventurada;

²⁹⁶ POEMA Acróstico Êshet Cháyil. Disponível em: <https://pt.chabad.org>. Acesso em: 10 ago. 2022.

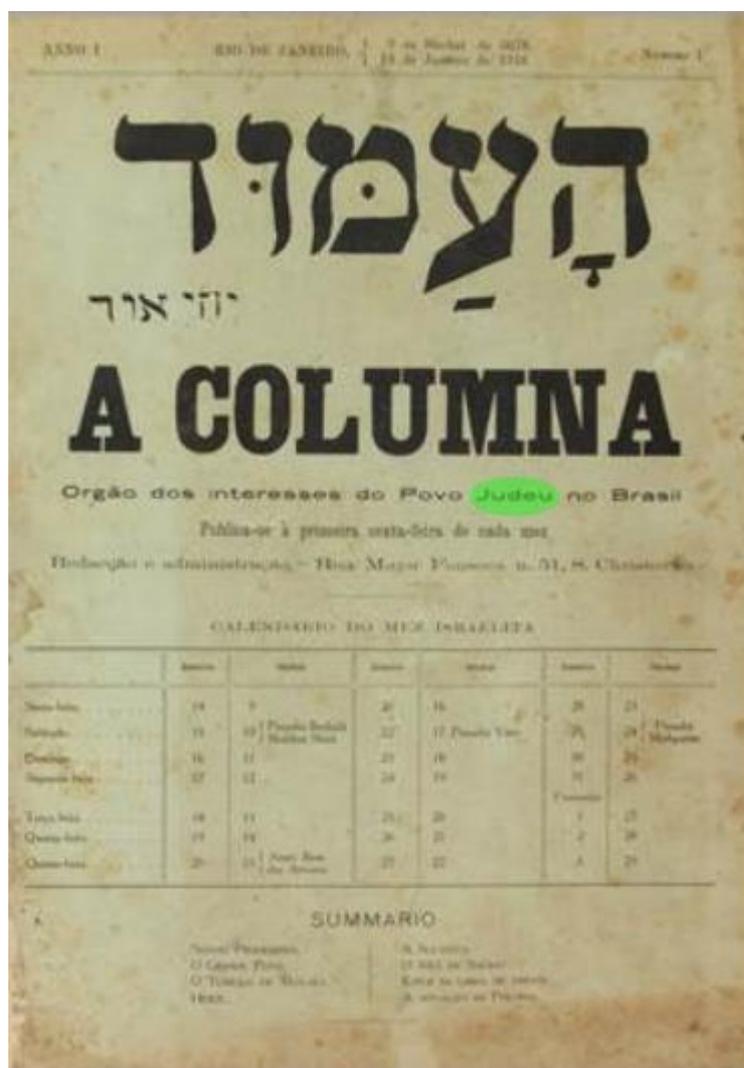
- O seu marido então a louva dizendo: muitas mulheres têm procedido virtuosamente mas tu a todas elas sobrepujas;
- A graça é enganadora e a formosura é vã, mas a mulher que tem o Eterno, essa será louvada. Dai-lhe do fruto das suas mãos e nas portas da cidade ela seja louvada pelas suas obras.

ANEXO E – FOLHETIM A ÁFRICA MYSTERIOSA

<p>FOLHETIM 145</p> <p>A AFRICA MYSTERIOSA</p> <p>Romance geographico DE LUIZ JACOLLIOT</p> <p>TERCEIRA PARTE</p> <p>A cidade das areias</p> <p>CAPITULO VII</p> <p><i>Marrocos historico, ethnographico e anedoctico</i></p> <p>Todavia ha nas montanhas tribus hebraicas, cujo estabelecimento parece remontar a tempos anteriores ao christianismo. Dão lhes o nome e elles mesmo se appellidam Philisteos, e vivem juntos com os Amazingas berberes, que os consentem consigo e não os perseguem com os mouros. Os Philisteos não reco-</p>	<p>nhecem outro livro senão o Velho Testamento, ao qual accrescentam algumas paraphrases chaldeas, e são tidos por hereticos pelos outros judeus. Por algum tempo julgaram que elles descendiam dos Saduceanos, mas essa opinião não é admittida pelos rabinos.</p> <p>O povo judeu consola se das affrontas que lhe fazem, negociando e reaquirindo pela astucia o que os seus tyranos lhes arrancam pela força. Por mais astucioso e velhaco que seja o mouro, o judeu vence sempre e enganão-o em todas as transações. É a unica vingança que pôde effectuar, mas de que faz uso sem misericordia. Assim volta lhe sempre ás mãos alguma cousa dos tributos que paga, o que faz com que se resigne mais um pouco. Demais, isto para elle é uma condição de existencia. Os judeus tem um proverbio que diz: «Con Meros plomo, o plata;» com mouro chumbo ou dinheiro; com a differença, porém, de que o dão o menos possivel, e empregam toda a sua habilitade em simular indigencia. Quanto mais rico é um judeu, mais pobre se faz, e isso só se descobre por sua morte.</p> <p>As duas mais infimas paixões da sociedade, a avareza e a cobardia, são o distinctivo d'esses desgraçados escravos;</p>	<p>trazem-no impresso indelevelmente no rosto e em toda a sua personalidade. Seu olhar é de trevez e inquieto; occultam o terror do coração com um sorriso adocicado que causa repugnancia ao ser estudado.</p> <p>O judeu não falla, cochicha como um preso que recela acordar os carrascos adormecidos. O judeu não anda, desliza encostado ás paredes com o olhar de ataiaya, o ouvido attento e volta apressado as esquinas como se fóra um ladrão perseguido. Tuitas vezes leva os sapatos na mão para fazer menos barulho, pois recia atrahir para elle a attenção; desejaria andar n'uma nuvem e tornar-se invisivel. Se olham para elle, apressa o passo; se param, deita a correr. Tem algum tanto de lebre e de chacal. A sua felicidade é-lhe inteiramente particular; não tem as feições disformes, mas, espelho fiel da sua vida interna, o seu rosto tem um não sei qué de ignobil e brutal que se pôde definir, mas que desagrada logo a primeira vista e que invencivelmente repugna. É uma fealdade moral; é a alma disforme que se reproduz em todas as feições do semblante. É necessario ter visso este povo aviltado para fazer uma ideia exacta do</p>	<p>que pôde produzir nos homens um longo systema de intimidación. Extinguiu-se ha muitos seculos a intelligencia d'esses seres desgraçados; nada mais tem do homem que os instinctos inferiores e os grosseiros appetites; esses cerebros petreficados, e por assim dizer metallizados, não poderiam germinar um pensamento superior; nem um só sentimento generoso faz palpar esses corações de bronze. O dinheiro, é o seu unico deus, a unica cousa que adoram. O seu idolo é, como o dos seus antepassados, o veado d'ouro.</p> <p>Se se observarem os judeus desde o escriptorio até á synagoga, encontrar-se-hão taes como são; escravos das praticas, onde o espirito é morto e o senso perdido, confundindo tudo, Moysés e a Kaballa, os prophetas e os rabinos.</p> <p>As mais tolas superstições são as que melhor observam, e os canticos do Psalmistas, são recitados com tão monstruosas vociferações que, ao ouvi-las, se pergunta se não serão selvagens obrios os que rugem em redor dos seus idolos. Eis o que hoje são, subjugados pelos tyranos africanos, os descendentes do propheta Isaias e do rei Salomão.</p> <p style="text-align: right;">Continúa.</p>
--	--	--	--

FOLHETIM A ÁFRICA MYSTERIOSA - Romance geographico de Luiz Jacolliot. TERCEIRA PARTE. A cidade das areias. CAPITULO VII. Marrocos historico, ethnographico e anedoctico. **Correio Paraense**: Diario Noticioso, Commercial e Litterario (PA) - 1892 a 1894. Republica do Brazil, anno II, n. 254, sexta feira, 10 de março de 1893 (Proprietario e redactor principal – Bento Aranha).

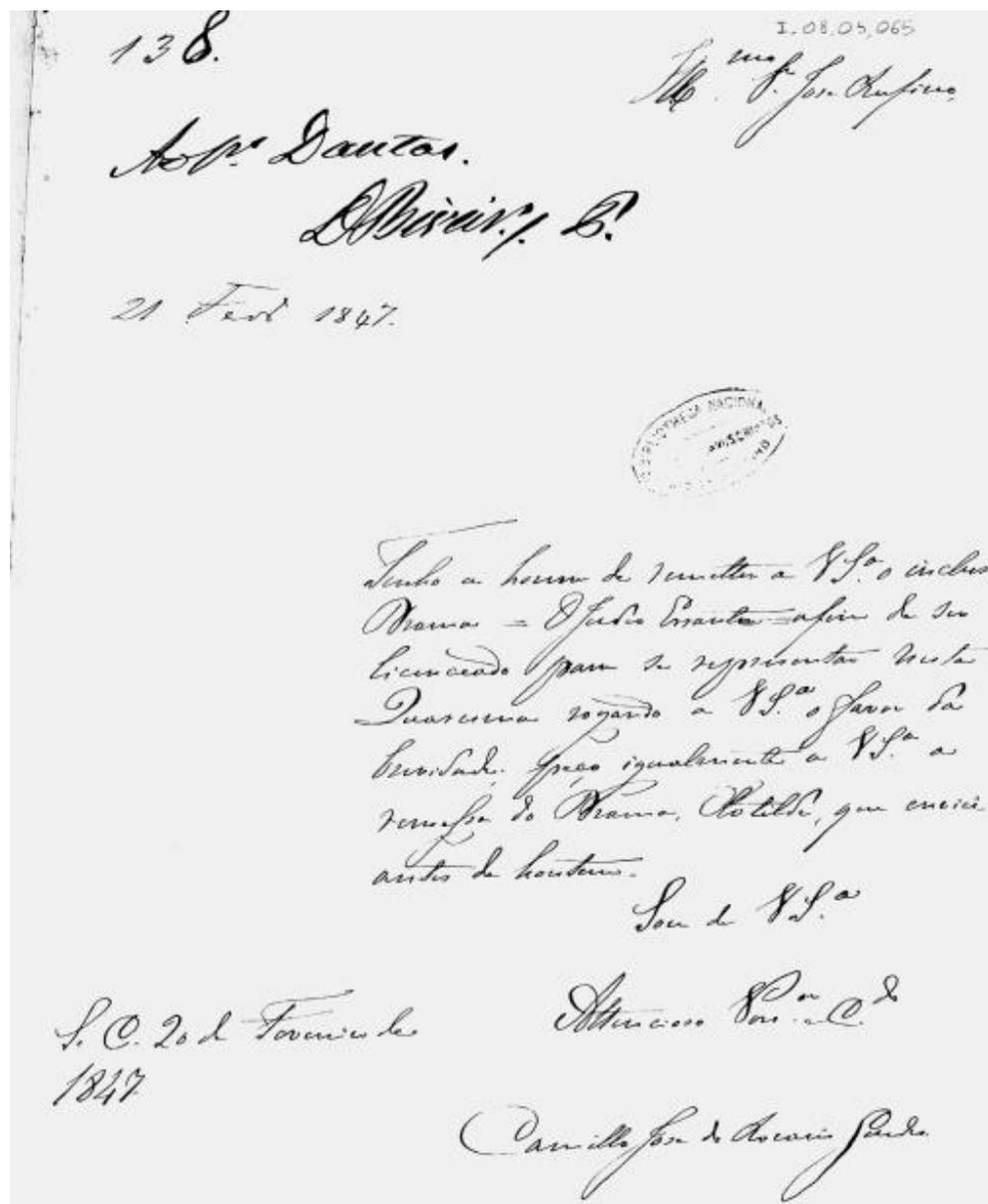
ANEXO F – JORNAL A COLUMNNA



Jornal A COLUMNNA - Editado por David José Pérez e Alvaro de Castilho, entre 1916 e 1917, foi o primeiro periódico judaico-sionista em língua portuguesa no Brasil. Foi editado no Rio de Janeiro, mas era muito voltado às comunidades da Amazônia, devido à origem de seu fundador, que nasceu em Breves, no Pará, em uma família de imigrantes marroquinos. Arquivo Histórico Amazônia Judaica (AHAJ) In: Biblioteca Digital do Museu Judaico. RJ. Disponível em: <http://www.amazoniajudaica.com.br/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ANEXO G – EXAME CENSÓRIO PARA A PEÇA O JUDEU ERRANTE

GUEDES, Camillo José do Rosário, administrador do Teatro São Francisco. Requerimento a José Rufino Rodrigues Vasconcelos solicitando exame censório para a peça: O judeu errante. Rio de Janeiro, 20/02/1847. 3 doc. (5 p.). No Conservatório, os documentos receberam os números 136 e 138. Orig. Ms. Imp. Coleção Conservatório Dramático Brasileiro. DOCUMENTO - 65 1-08.05.065²⁹⁷



²⁹⁷ Ver: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1453680/mss1453680.pdf
 Requerimento a José Rufino Rodrigues Vasconcelos, solicitando exame censório para a peça: O judeu errante [manuscrito]. Contêm: designação de Antônio Pinto de Figueiredo Mendes Antas passada por José Rufino Rodrigues de Vasconcelos; requerimento de exame remetido por Camilo José do Rosário Guedes, administrador do Teatro São Francisco; parecer; despacho de Diogo Soares da Silva de Bivar; recibo de peça. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 20 fev. 1847. Acesso em: 10 de ago. De 2023.

I-03,05,065

I-2, 6, 11.

N.º 130

Theatro de S. Francisco

Conferencia me. *L. P. B.*

23 Fev. 1847



O Senhor Presidente do Conservatorio Dramatico Brasileiro, em virtude das attribuições que lhe confere o Imperial Decreto de 19 de Julho de 1845 designa o Sr. *Antonio Pinto de Foy* e *Mendes et al.*

para interpor o seu juizo sobre o drama intitulado *o Novo Judeo* e *se poder representar - e em tempo e* *Quaranta* que se lhe remette com esta, onde sera ex-

rado o seu parecer, tendo em vista as disposições seguintes. —

• Não devem apparecer na scena assumptos, nem mesmo expressões menos conformes com o decoro, os costumes e as attensões que em todas as occasiões se devem guardar, maiormente naquellas em que a Imperial Familia honrar com a Sua Presença o espectáculo.

(Acto de 10 de Novembro de 1843.)

• O julgamento do Conservatoria he obrigatorio, quando as Obras censuradas peccarem contra a veneração á nossa Santa Religião, contra o respeito devido aos Poderes Politicos da Nação e ás Authoridades constituídas, e contra a guarda da moral e decencia publica Nos casos porem em que as obras peccarem contra a castidade da lingua, e aquella parte que he relativa á Orthopia, pode-se notar os defeitos, mas não negar a licença.

(Resol. Imperial de 28 de Agosto de 1845.)

Secretaria do Conservatorio Dramatico Brasileiro 23 de Fev.º de 1847

O 1.º Secretario

Jose Rufino Por Pantoja

Alto